UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

OS LIMITES DA ARQUITETURA, DO URBANISMO E DO PLANEJAMENTO URBANO EM UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA.

AS PARTICULARIDADES DESSE IMPASSE NO CASO BRASILEIRO.

TESE APRESENTADA À FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR
EM ARQUITETURA E URBANISMO.

ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PROJETO, ESPAÇO E CULTURA

ORIENTADORA: PROF^A. DR^A. VERA MARIA PALLAMIN

SÃO PAULO, 2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA QUALQUER FINALIDADE, DESDE QUE CITADA A FONTE.

EMAIL:

andre.o.t.carrasco@gmail.com

CARRASCO, ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES.

OS LIMITES DA ARQUITETURA, DO URBANISMO E DO PLANEJAMENTO URBANO EM
UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA.

AS PARTICULARIDADES DESSE IMPASSE NO CASO BRASILEIRO.

TESE APRESENTADA À FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM ARQUITETURA E URBANISMO.

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR.: _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR.: _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR.: _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR.: _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

APROVADO EM:

Agradecimentos

Aos meus pais, Lúgia de Oliveira Torres Carrasco e Silvestre Torres Carrasco, por terem me ensinado que o mundo é muito maior que Joinville e por terem me dado coragem e desprendimento para enfrentá-lo.

A Aline Almeida Duvoisin, companheira de todas as horas, pela vida que estamos construindo juntos.

Aos meus irmãos, Alexandre de Oliveira Torres Carrasco, pelas discussões tão importantes quanto inúteis, e Adriano de Oliveira Torres Carrasco, por nunca me deixar esquecer o quanto a vida é simples.

A minha orientadora, Prof^a. Dr. Vera Maria Pallamin, pelo apoio incondicional e confiança que sempre teve em meu trabalho.

Aos professores que participaram de minha banca de qualificação, Prof^a. Dr. Cibele Rizek e Prof^a. Dr. Amélia Luisa Damiani, pela pertinência das críticas e pela constante cordialidade.

Ao pessoal do grupo de sexta, Carolina, Cássio, Fabião, Carlão, Eric, Fred e Dieter, pela amizade, boas conversas e alguma teoria.

Às amigas Isadora Guerreiro e Camila Rosatti pela importância das discussões que realizamos em conjunto com a Prof^a Vera Pallamin.

Aos colegas, professores e alunos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, fundamentais nesse início de minha formação como professor.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-graduação da FAU USP.

Aos amigos Igara Paquola, João Taqueda, André Lopes e Paulo Emílio, os Quatro Cavaleiros do Apocalipse, parceiros 100%, pela eterna disposição para qualquer conversa.

Esta pesquisa foi financiada através da concessão de bolsa de doutorado e recursos de reserva técnica pela **FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**, instituição à qual também estendo meus agradecimentos.

Resumo

Esta tese de doutorado tem como objeto de pesquisa o cenário de crise que envolve o desenvolvimento da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil no período compreendido entre a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI. Essa constatação se originou na análise das contradições entre os objetivos vislumbrados pela Arquitetura Moderna Brasileira, escola que definiria os rumos dessa produção e seus resultados. Um dos principais pontos de seu programa central foi a defesa da emancipação do homem, através da transformação de seu espaço. No entanto, sua produção passaria a expressar limites críticos a partir do momento em que as características assumidas pelo processo de modernização brasileiro, resultantes de sua forma de desenvolvimento no atual estágio do capitalismo, inviabilizaria a emancipação desejada e produziria cidades marcadas pela precariedade material e social. A hipótese central desenvolvida nesta tese trata das relações entre o caráter crítico – no sentido de se manifestar como uma situação perene de crise – da produção de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano no Brasil e a formas particulares de desenvolvimento da crise do processo de modernização no país.

Palavras-chave: modernidade; modernismo; modernização.

Abstract

The research subject of this doctoral thesis was the crisis scenario that involves the development of architecture, urbanism and urban planning in Brazil in the period between the second half of the twentieth century and the early years of Century XXI. This finding originated in the analysis of the contradictions between the goals envisioned by the Brazilian Modern Architecture, a school that would define the course of this production, and its results. One of the main points of its central program was the defense of human emancipation through the transformation of its space. However, its production would express critical limits from the time when the characteristics assumed by the modernization of Brazil, resulting from its way of development at the present stage of capitalism, would make the desired emancipation and would have cities marked by material and social precariousness. The central hypothesis developed in this thesis deals with the relations between the critical nature - to manifest itself as a perennial state of crisis – of the architecture, urbanism and urban planning production in Brazil and the particular forms of the modernization crisis development in the country.

Keywords: modernity; modernism; modernization.

Sumário

Apresentação	8
Capítulo 01.	
O processo de modernização, a modernização retardatária e suas determinações.....	22
Capítulo 02.	
A modernização retardatária no Brasil. Principais aspectos de desenvolvimento e implicações no processo de produção do espaço urbano.....	38
2.1. Introdução	39
2.2. A Revolução de 1930, o Estado Novo e o processo de modernização no Brasil	40
2.3. O avanço da industrialização e da urbanização nos anos 50	55
2.4. O Milagre Brasileiro e sua crise	59
Capítulo 03.	
Da crítica pautada pela luta de classes à crítica da constituição fetichista da sociedade produtora de mercadorias.....	69
Capítulo 04.	
Arquitetura como processo: Uma análise a respeito das contradições entre as determinações concretas e abstratas de sua produção	91
4.1. A modernização retardatária da arquitetura brasileira	92
4.2. A forma livre e os limites para sua compreensão	101
4.3. A forma desvendada: O concreto enquanto momento do abstrato	119
4.4. A crítica desvendada	125
4.5. A crise desvendada	136
4.6. O caráter crítico da Arquitetura Moderna Brasileira	147

Capítulo 05.

O planejamento urbano em um contexto de

modernização retardatária	151
5.1. Introdução	152
5.2. O planejamento da urbanização crítica.....	155
5.3. O rebaixamento dos horizontes do planejamento urbano e a consolidação da urbanização crítica	173
5.4. Argumentos contra o consenso: O papel do Estatuto da Cidade no planejamento da urbanização crítica.....	182
5.5. O Estatuto da Cidade e a regularização fundiária: A institucionalização e consolidação da precariedade.....	189
5.6. Regularização fundiária, mobilização de terra urbana e expropriação	199

Capítulo 06.

O urbanismo produzido pelo Estado brasileiro em um

contexto de modernização retardatária	207
6.1. O conjunto habitacional como expressão da desigualdade	208
6.2. Cidade Tiradentes e o urbanismo da modernização retardatária.....	222
6.3. O Processo de produção de Cidade Tiradentes: O planejamento, o urbanismo e a arquitetura constituindo desigualdades.....	226
6.4. Testemunhos de Cidade Tiradentes	233

Considerações Finais	242
-----------------------------------	------------

Bibliografia	257
---------------------------	------------

Apresentação

Inicialmente, o projeto de pesquisa que deu origem a essa tese de doutorado tinha como ponto de partida a percepção, construída principalmente nos últimos meses de minha pesquisa de mestrado, da constituição de um cenário de crise que envolveria a produção de arquitetura e urbanismo no Brasil no período compreendido entre a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI. Crise que se expressaria, de um modo geral, a partir das contradições entre os objetivos vislumbrados pela Arquitetura Moderna, no país, e os resultados de sua produção.

Considerando que um dos principais pontos do programa central dessa escola, que orientou grande parte da produção arquitetônica e urbanística brasileira no período, era a defesa da emancipação do homem dos constrangimentos impostos pela sociabilidade contemporânea, através da transformação de seu espaço, seria possível identificar tal cenário a partir do momento em que as características assumidas pelo processo de modernização capitalista no país, no qual a arquitetura e o urbanismo tiveram significativa participação, inviabilizariam a efetivação da emancipação desejada.

Desse modo, a hipótese central apresentada no projeto de pesquisa, em sua formulação original, tratava das relações entre a crise da arquitetura, tomada em termos abrangentes, e a crise do processo de modernização capitalista, assim como as particularidades impostas à crise da arquitetura brasileira pelo modo como esse processo se desenvolveria no contexto nacional.

Sua elaboração pautava-se, inicialmente, na constatação de que o processo de produção do espaço urbano no Brasil, no decorrer do século XX, não se realizou segundo as referências materiais e sociais estabelecidos pela produção arquitetônica e urbanística levada a

cabo pelo Movimento Moderno, em suas diversas manifestações, nos países centrais do capitalismo. Mesmo estabelecendo uma produção qualificada e diversificada, da qual faziam parte teoria e crítica de arquitetura, urbanismo e patrimônio, obras reconhecidas internacionalmente e a definição das bases sobre as quais se desenvolveria o planejamento urbano no país, a Arquitetura Moderna Brasileira não conseguiria mais do que alcançar, no seu desenvolvimento, a elite nacional, as grandes corporações privadas e o Estado, mesmo que tais referências nunca tenham abandonado seu horizonte. A integração entre as classes na sociedade brasileira e sua inserção no processo de modernização, a partir dos padrões estabelecidos pelos países centrais para a produção e apropriação do espaço urbano, apresentava-se principalmente como impossibilidade. Impossibilidade constantemente renovada, posta não por limitações internas às disciplinas, e sim por limitações inerentes ao contexto histórico e aos processos sociais que determinariam os termos a partir dos quais a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano se viabilizariam enquanto atividades produtivas.

Opondo-se às teorias do nacional-desenvolvimentismo, o conceito de *modernização retardatária* aponta para a impossibilidade de o processo de modernização se desenvolver nos países periféricos a partir das referências materiais e sociais estabelecidas pelos países centrais, resultado da derrota do capital periférico, em regime de constante acumulação primitiva, para o capital do centro, que determina os níveis mundiais de produtividade. O processo de modernização, que não se desenvolve senão sob a contradição entre o constante desenvolvimento das forças produtivas e a crise que se instaura, a partir desse desenvolvimento, no momento em que se constitui como um processo de *modernização retardatária*, como no caso brasileiro, realizar-se-á, principalmente, enquanto reposição dos pressupostos de sua crise. Desse modo, foi a partir do referencial teórico que fundamentava

esse conceito que a noção de crise da arquitetura e do urbanismo brasileiros passou a ser desenvolvida, possibilitando alcançar os momentos de sua constituição e suas formas de expressão.

Constituídas como disciplinas que deveriam organizar o processo de produção do espaço urbano que se desenvolveria no interior de um processo de modernização que não se realizaria senão criticamente, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano, do mesmo modo, viriam a assumir essa forma particular de realização. Desse modo, o desejo de promover a integração social no e pelo espaço urbano somente se realizaria como promoção de sua desintegração, expressando-se, em linhas gerais, na pequena escala (projetos e obras de edifícios isolados), através do esvaziamento do conteúdo das obras, e na grande escala (urbanismo e planejamento urbano), através do acirramento das desigualdades entre áreas centrais e áreas periféricas.

A elaboração original de minhas hipóteses sofreu algumas alterações no decorrer dos trabalhos, resultantes, principalmente, de novas perspectivas desenvolvidas a partir do amadurecimento de algumas posições já definidas e da incorporação de novas referências bibliográficas. O percurso de minhas pesquisas, nesse sentido, será exposto a seguir.

Nas atividades de revisão bibliográfica pude tomar contato com uma série de obras e autores que ainda não haviam sido discutidos em meu projeto de pesquisa, o que me permitiu aprofundar as reflexões a respeito de alguns argumentos e conceitos abordados, até então, de forma ainda preliminar. Foi possível avançar na discussão em torno de conceitos fundamentais para a compreensão das contradições presentes na forma particular a partir da qual o processo de modernização se desenvolveu no Brasil, suas relações com a formação da Arquitetura Moderna Brasileira, assim como suas relações com a própria situação da arquitetura enquanto relação de produção determinada pelo capital enquanto relação social.

Esse trabalho se desenvolveu a partir de duas frentes. Na primeira, considerando autores reconhecidos por suas interpretações a respeito do processo de formação histórica e econômica da sociedade brasileira, elaborei minhas reflexões a respeito das formas pelas quais o processo de modernização se desenvolveu no país, tomando como referência importantes momentos de inflexão, reconhecidos no Estado Novo (anos 30), na ocasião do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (anos 50) e no Regime Militar (anos 60 e 70). Essa abordagem foi necessária por tratar da consolidação das análises a respeito de um dos termos de minha hipótese central – o processo de modernização – e pela relação inequívoca entre esse processo e o processo de urbanização, no qual realizavam-se, contraditoriamente, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano.

Na segunda frente, concentrei meus esforços na consolidação de argumentos que colocavam a arquitetura e o urbanismo como relações de produção, ampliando o horizonte da minha crítica para além das questões que usualmente pautam esse processo produtivo e, conseqüentemente, sua crítica. Como meu trabalho parte do pressuposto de que a produção de arquitetura – além de questões técnicas, formais e funcionais – é, principalmente, determinada pelas formas sociais definidas pelo modo de produção capitalista, procurei explicitar alguns processos que esclareceriam a falta de autonomia da disciplina em relação ao contexto social no qual está inserida. Esta falta de autonomia caracterizaria a produção de arquitetura de um modo geral. No caso da arquitetura produzida no Brasil, ela se coloca como o nexo pelo qual se tornou possível a identificação da crise da disciplina com a crise do processo de modernização.

Esse processo mais amplo foi discutido à luz de teorias que trabalham hipóteses em torno da noção do *colapso da modernização* (KURZ, 1992). Esse colapso teria sua origem no próprio caráter contraditório do processo de modernização, que manifesta-se, entre outras

coisas, no fato de que, para se realizar de forma sempre ampliada, a reprodução de capital deve negar, sistematicamente, o seu próprio fundamento, ou seja, o trabalho abstrato. Essa argumentação fundamenta-se, principalmente, na crítica à economia política de Marx, presente em *O Capital*.

O processo de modernização apresentaria, segundo Kurz (1992), uma forma particular de realização naqueles países que configurariam a periferia do sistema mundial produtor de mercadorias, como é o caso do Brasil, neles caracterizando-se como um processo de *modernização retardatária*. Operando dentro de limites históricos definidos pela impossibilidade de atingir os níveis de produtividade e, conseqüentemente, de acumulação, alcançados pelos países centrais, esse processo de modernização retardatária estabeleceria uma série de contradições insuperáveis entre o sentido dessa produção e as perspectivas de emancipação através do desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse momento, minhas análises estabeleceram a conexão entre essa teoria, que tratava do processo de modernização de um modo geral, e as particularidades definidas pela história desse processo no Brasil, especialmente no que dizia respeito a sua urbanização e ao desenvolvimento da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano.

Dentre os argumentos que foram aprofundados nessa fase, um mereceria atenção especial nas etapas seguintes de minha pesquisa. Ao dar prosseguimento na apropriação da teoria de Marx, assim como na teoria de alguns autores dessa tradição (especialmente Henri Lefebvre e os Situacionistas), pude elaborar com mais cuidado, e de uma forma menos linear, a identificação da produção da arquitetura (em todas as escalas) com a produção de mercadorias. Pude perceber que essa identificação, apesar de pertinente, mostrava-se muito mais contraditória do que se fazia parecer até aquele momento. Desse modo, avancei no sentido de estabelecer uma relação que não se limitasse à simples identificação entre objeto

arquitetônico e mercadoria. A identificação entre objeto arquitetônico e a unidade contraditória entre valor (elemento abstrato que coloca a desigualdade) e valor de uso (elemento concreto que coloca a diferença), inerente à mercadoria, permitiria a superação da primeira elaboração, tanto como possibilidade de crítica à produção quanto de se definir os limites e potencialidades de uma produção crítica (no sentido de contestadora). Essa abordagem, por um lado, permitiria o desenvolvimento de uma crítica radical à produção de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, pautada pela crítica a suas categorias abstratas (propriedade, trabalho, produtividade, programa de necessidades, plano, projeto). Por outro lado, também abriria a perspectiva para novas formas de posicionamento, pautadas pelo reconhecimento das diferenças, em detrimento a sua abstração, no decorrer do processo de produção e apropriação do espaço produzido.

Os argumentos em torno da noção de crise da arquitetura que eu desenvolvia até o momento também mereceram certa revisão. Ao aprofundar as análises a respeito das contradições inerentes ao processo de modernização e das suas particularidades no caso brasileiro, pude observar que o processo estudado não tratava do estabelecimento de uma crise, no sentido da ocorrência de um fenômeno pontual, responsável pela inflexão negativa de uma produção que se desenvolvia plenamente. A arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano nunca conseguiriam se realizar, no contexto brasileiro, de uma forma que não revelasse a impossibilidade de sua generalização positiva (a partir das referências materiais e sociais dos países desenvolvidos). Ou, ainda, não conseguiriam efetivar-se senão como realização da reposição dos pressupostos daqueles elementos que se apresentavam como expressões de sua crise, como, por exemplo, o esvaziamento do conteúdo político das obras e sua realização apenas como mercadoria de luxo, a superexploração de uma força de trabalho desqualificada, a manutenção da concentração da propriedade da terra urbana, a

manutenção do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho a partir da urbanização informal e da produção de conjuntos habitacionais precários. Situações produzidas a partir de premissas que se reuniam sob um posicionamento ambíguo diante das contradições entre os ideais de integração social e o desenvolvimento nacional via modernização. Desse modo, passei a orientar minhas análises e articular os argumentos que fundamentam minha hipótese através de uma interpretação na qual considero o caráter crítico da produção de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano no Brasil, no sentido de um fenômeno crônico, presente desde sua formação, superando, assim, a noção de crise, um tanto dualista, desenvolvida inicialmente.

As contradições decorrentes dessa produção no contexto nacional, portanto, não se estabeleceriam a partir de determinadas incompatibilidades entre os objetivos vislumbrados pela Arquitetura Moderna Brasileira e os resultados de sua produção. Essas contradições seriam inerentes ao processo de modernização tomado em termos mais amplos, ainda que internamente se desenvolvesse de forma particular, ao qual a produção de arquitetura e urbanismo se vinculava como atividade produtiva, principalmente a partir da acentuação do processo de urbanização, desde os anos 30, e que teria seu momento máximo nos anos 70, quando o planejamento urbano institucionaliza-se, em escala nacional, como ferramenta do nacional-desenvolvimentismo. Essa situação permitiria compreender as razões pelas quais tais contradições se expressariam, com suas devidas particularidades, em todas as escalas de intervenção. A consolidação desse argumento possibilitou que minhas análises se desenvolvessem estabelecendo relações entre as formas pelas quais se expressavam o caráter crítico da produção de arquitetura, da produção de urbanismo e de planejamento urbano, sempre tomando como pressuposto sua inserção no contexto no qual operavam as determinações da lógica geral do modo de produção e as limitações historicamente constituídas.

Assim, a reorganização de alguns argumentos centrais na constituição de minha hipótese de trabalho possibilitou que a discussão em torno do caráter crítico da produção de arquitetura no Brasil e suas limitações diante das particularidades do processo de modernização nacional avançasse na identificação dos momentos históricos nos quais esse caráter se manifestou de forma mais evidente, na caracterização dos processos sociais que definiram sua conformação e na caracterização e análise de suas formas de expressão.

Um parecer elaborado pela Fapesp, por meio da análise do material entregue nesse período na forma de relatório científico, indicava, inicialmente, que a pesquisa se desenvolvia de acordo com as metas esboçadas no projeto de pesquisa, avançando nas considerações e construção de posições, a partir da apropriação da bibliografia selecionada. No entanto, também destacava alguns problemas, que deveriam ser enfrentados nas etapas seguintes. Problemas relacionados, principalmente, com certa insuficiência da bibliografia selecionada para referenciar, em primeiro lugar, uma crítica à produção da Arquitetura Moderna Brasileira, e, em seguida, o debate teórico marxista.

Em relação à crítica à Arquitetura Moderna, o parecer afirmava que, até o momento, minha pesquisa se baseava em poucos autores, que representavam uma abordagem bastante restrita em relação a um tema tão amplo e tão discutido no âmbito de vários programas de pós-graduação, apontando que seria importante levar em consideração outras interpretações a respeito dessa produção, através da incorporação de novas referências bibliográficas.

Problema semelhante se apresentaria em relação ao resgate do instrumental teórico marxista. Mesmo que minha pesquisa tivesse realizado parte do percurso obrigatório nesse sentido, algumas lacunas ainda podiam ser observadas, mostrando-se como necessária sua complementação. No entanto, considerando a impossibilidade de se alcançar, se não todas, pelo menos as obras de maior expressão da teoria marxista produzida ao longo do século XX,

assim como o fato de que minha pesquisa está sendo desenvolvida em um programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, o parecer também apontava para a necessidade de se rever o peso de minha abordagem sobre a teoria marxista em meu plano de tese.

Em relação a minha abordagem sobre a o processo de formação e a produção da Arquitetura Moderna Brasileira, ampliei meu horizonte bibliográfico, incorporando outras interpretações além daquelas com as quais eu já vinha trabalhando. Meu principal objetivo, ao tratar da produção dessa escola, não é desenvolver uma crítica estrita a seus fundamentos e resultados, mas, sim, elaborar um panorama que explicita as contradições entre as determinações concretas e as determinações abstratas de sua produção, e, a partir desse movimento, estabelecer, de forma mais clara, suas relações com os termos por meio dos quais se desenvolveria o processo de modernização no Brasil. Concentrei meus esforços principalmente em análises sobre o debate que se desenvolveu entre os anos de formação da Arquitetura Moderna, no Brasil, e o período no qual os fundamentos do funcionalismo, que em geral pautavam a produção do chamado *International Style*, passaram a ser questionados. Esse recorte justifica-se, em primeiro lugar, pelo momento histórico que representa, pois o momento de formação de uma Arquitetura Moderna Brasileira se insere em um período (anos 30) no qual o processo de modernização brasileiro supera o padrão de acumulação baseado na agricultura para exportação. Instaura-se um padrão de acumulação baseado na industrialização e na urbanização, definindo-se, a partir de então, os papéis do processo de produção do espaço urbano na organização geral da produção no contexto nacional. Essa relação é central na articulação de meus argumentos em torno da hipótese de pesquisa.

Em segundo lugar, essa crítica ao funcionalismo pautava-se, em muitos casos, em uma noção própria de “crise” ou “falência” do Movimento Moderno, discussão que se tornou recorrente até o momento, na medida em que as contradições presentes no processo de

produção de arquitetura responsáveis por estabelecer essa “crise” continuaram se manifestando.

Em relação ao resgate do instrumental teórico marxista, considerei pertinente as observações em torno da existência de certa incompatibilidade entre a dimensão dessa tradição e as limitações de sua apropriação, definidas pelo escopo de minha pesquisa. Assim, decidi direcionar minha abordagem sobre essa teoria, e, conseqüentemente, o amadurecimento da revisão bibliográfica, sobre alguns argumentos para os quais esse instrumental se apresentava como fundamental para o seu desenvolvimento e compreensão. Desses argumentos devo destacar, inicialmente, as relações entre a produção de arquitetura e urbanismo, o processo de produção do espaço urbano e as formas sociais (forma-mercadoria, forma-valor, forma-dinheiro) determinadas pelo modo de produção capitalista. Essas relações possibilitam, entre outras coisas, uma nova abordagem sobre as contradições inerentes a essa produção, na medida em que se pautam pela crítica à constituição fetichista dessas formas sociais e não apenas à crítica a sua distribuição entre as classes sociais. Essas contradições foram as mesmas que levaram alguns críticos a discorrer sobre “crise” e “falência” da arquitetura moderna, mas que, por sua vez, não poderiam ser interpretadas, a não ser de forma limitada, a partir de categorias exclusivas do debate arquitetônico (forma, função, programa, partido, sítio, técnica etc.). Como decorrência dessa interpretação, aprofundi o estudo a respeito da unidade contraditória entre valor e valor de uso a partir da qual se constitui o objeto arquitetônico, e que se reproduz em todas as suas escalas de sua realização. Essa abordagem se mostra necessária, pois, além de permitir avanços no sentido de uma crítica ao próprio processo de produção de arquitetura, também possibilita uma nova interpretação dos termos pelos quais se realiza a apropriação, consentida ou subversiva, dessa produção, pois permite avaliar em que medida essa apropriação confronta ou se submete às formas sociais

definidas pela sociabilidade capitalista. Finalmente, o instrumental teórico marxista deveria ser recuperado no aprofundamento das análises desenvolvidas a respeito das contradições inerentes às formas geral e particular / nacional de realização do processo de modernização, na medida em que essa tradição teórica foi responsável pela elaboração dos conceitos fundamentais necessários para a sua compreensão e crítica.

Direcionando a incorporação desse instrumental teórico para essas frentes de análises, pude conciliar a ampliação da bibliografia selecionada, o adensamento das discussões citadas e a consolidação de determinadas posições com a manutenção do foco de meu trabalho e sua especificidade enquanto uma pesquisa de Arquitetura e Urbanismo.

Ao preparar o material para o exame de qualificação, tive a oportunidade de consolidar os resultados desse processo de revisão e aprofundamento de minhas análises, estabelecendo, ainda, sua relação com os demais argumentos desenvolvidos até aquele momento. Foi possível também definir a estrutura geral da tese e a organização dos conteúdos em capítulos, buscando um encadeamento que permitisse ao leitor a melhor compreensão possível dos assuntos abordados.

O exame de qualificação, cuja banca foi formada pelas professoras Cibele Rizek e Amélia Luísa Damiani, foi bastante importante nesse processo, principalmente em função da qualidade das críticas e sugestões recebidas.

Minha tese de doutorado está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo, discutirei a lógica geral do processo de modernização e suas contradições internas, assim como sua forma particular de realização nos países da periferia do sistema mundial produtor de mercadorias, interpretada a partir do conceito de modernização retardatária.

O segundo capítulo apresentará os termos gerais do desenvolvimento do processo de modernização no Brasil, destacando o papel destinado ao processo de produção do espaço urbano em cada contexto, especialmente no que diz respeito a sua articulação com estratégias estatais voltadas à tentativa de superar o caráter retardatário da modernização nacional.

No terceiro capítulo desenvolverei um percurso no qual, a partir da teoria de Marx, os argumentos que legitimam a contestação ao modo de produção capitalista através da crítica à distribuição desigual entre as classes do valor socialmente produzido são superados no sentido de estabelecer uma abordagem centrada na crítica às formas sociais que determinam essa produção e sua constituição fetichista.

O quarto capítulo explorará as contradições entre as determinações concretas e as determinações abstratas da produção da Arquitetura Moderna Brasileira no decorrer de seu processo de formação e consolidação, e, a partir desse movimento, estabelecer sua relação com os termos por meio dos quais se desenvolveria o processo de modernização no Brasil.

No quinto capítulo, com a análise das formas particulares de constituição e realização do processo de produção de planejamento urbano e urbanismo, associados ao processo de modernização no Brasil, estaborecerei relações entre o caráter crítico dessa integração e sua inserção em um contexto de modernização retardatária.

O sexto capítulo trará a síntese dos argumentos apresentados no decorrer do trabalho, a partir da análise das formas pelas quais se expressa o caráter crítico da arquitetura, do urbanismo e do planejamento em um caso particular, enfatizando seu desenvolvimento no tempo e no espaço.

Finalmente, é importante destacar que, em função da complexidade do tema estudado, das hipóteses e argumentos desenvolvidos e do referencial teórico e prático adotado, em nenhum momento o processo de pesquisa, que culminou na redação desta tese de doutorado, teve a pretensão de obter respostas claras e objetivas para a resolução de determinadas contradições presentes na produção de arquitetura e urbanismo no Brasil. Antes disso, sempre teve em seu horizonte a tentativa de elaborar novos questionamentos, de desorganizar consensos consolidados e estabelecer novas perspectivas a respeito de tais contradições, de modo que seu resultado final pudesse contribuir de alguma forma para o debate já existente.

“O caráter destrutivo não tem o mínimo interesse em ser compreendido. Considera superficiais quaisquer esforços nesse sentido. O fato de ser mal entendido não o afeta. Ao contrário, ele provoca mal entendidos, assim como o faziam os oráculos - essas instituições políticas destrutivas. O fenômeno mais pequeno-burguês, o falatório, só acontece porque as pessoas não querem ser mal entendidas. O caráter destrutivo não se importa de ser mal entendido; ele não fomenta o falatório.

O caráter destrutivo é o inimigo do homem-estojo. O homem-estojo busca sua comodidade, e a caixa é sua essência. O interior da caixa é a marca, forrada de veludo, que ele imprimiu no mundo. O caráter destrutivo elimina até mesmo os vestígios da destruição.

O caráter destrutivo se alinha na frente de combate dos tradicionalistas. Uns transmitem as coisas na medida em que as tomam intocáveis e as conservam; outros transmitem as situações na medida em que as tornam palpáveis e as liquidam. Estes são chamados destrutivos.

O caráter destrutivo não vê nada de duradouro. Mas, por isso mesmo, vê caminhos por toda a parte. Mesmo onde os demais esbarram em muros ou montanhas, ele vê um caminho. Mas porque vê caminhos por toda a parte, também tem que abrir caminhos por toda a parte. Nem sempre com força brutal, às vezes, com força refinada. Como vê caminhos por toda a parte, ele próprio se encontra sempre numa encruzilhada. Nenhum momento pode saber o que trará o próximo. Transforma o existente em ruínas, não pelas ruínas em si, mas pelo caminho que passa através delas”.

BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986. pp.187-188.

Capítulo 01.

O processo de modernização, a modernização retardatária e suas determinações

O processo que implica na formação e generalização das categorias e dos pressupostos necessários para a universalização da forma mercadoria como mediação social, assim como para a sua realização como tal, é aqui identificado como processo de modernização. Esse processo exige o constante rearranjo das formas de articulação entre capital, terra e trabalho¹, visando à viabilização e ao desenvolvimento de uma produção que prove, nos termos da concorrência, ser participante do sistema mundial produtor de mercadorias.

Tal rearranjo não se desenvolve senão sob a contradição entre o constante desenvolvimento das forças produtivas e a crise que se instaura a partir desse desenvolvimento. Poder-se-ia caracterizar esse processo contraditório a partir de relações de produção determinadas pelo processo automático de valorização do capital, cujo fundamento é a extração de mais-valia no processo de produção de mercadorias e o reinvestimento produtivo dessa, permitindo que o capital se reproduza de maneira sempre ampliada, para que se mantenha nos níveis sociais médios estipulados pela concorrência. Entretanto, essa necessidade sempre ampliada de extração de mais-trabalho conduz ao desenvolvimento constante das forças produtivas, que, possibilitando o aumento da produtividade do trabalho, permite aumentar ainda mais os níveis de extração de mais-valia relativa. Esse desenvolvimento constante das forças produtivas tem como seu limite lógico e histórico, em última análise, a tendência à redução da proporção entre capital variável e capital fixo no processo produtivo, promovendo, assim, a queda tendencial da taxa de lucros porque os novos ciclos produtivos requerem gradativamente um maior investimento prévio para uma extração limitada de mais-valia. Aparece, assim, a racionalidade contraditória do capital, que expulsa do seu processo de reprodução o fundamento da produção do valor, a exploração da força de trabalho.

¹ Segundo a *fórmula trinitária* desenvolvida por Marx no capítulo 48 do Livro 3 de *O Capital*.

Quanto a essa crise do processo de reprodução ampliada do capital – que será analisada de um modo mais aprofundado no capítulo 3 desse trabalho – e sua relação com a crítica, é preciso considerar que:

apreendida como expressão da negatividade imanente ao capital, a crise está na base da crítica ao capitalismo, conforme um significado especificamente marxiano de 'crítica' (a relação entre 'crise' e 'crítica' é de fundamental importância para se entender o significado de ambos os conceitos no quadro teórico de Marx): não se trata de uma reflexão exterior que aponta os limites deste sistema, e sim dos limites alcançados por ele mesmo com o desenvolvimento de suas potencialidades e com a exposição de suas contradições fundamentais nos processos que ele realiza. Tais processos, no entanto, não se apresentam diretamente como realização das contradições, mas antes como ocultamento e transfiguração destas contradições na esfera da concorrência e aos olhos dos agentes econômicos, num movimento de inversão que é também determinado pela negatividade do capital (GRESPLAN, 1999, p.28).

O processo de modernização, assim como suas contradições internas, não se territorializa de modo homogêneo no espaço urbano, na medida em que as formas de reprodução do capital apresentam formas particulares de realização que, por sua vez, dizem respeito a formas particulares de produção de mercadorias. No entanto, a forma geral do processo de modernização confere sentido a essas particularidades, conformando uma totalidade na qual as partes se relacionam por meio da troca, recolocando, em uma nova escala, o processo de abstração real (Marx) necessário para a equivalência entre diferentes.

Desse modo, diferentes mercadorias, produzidas por diferentes formas de articulação entre capital, terra e trabalho, relacionar-se-ão no interior dessa totalidade, sempre nos termos de quantidade, em proporções estabelecidas socialmente (na medida em que suas qualidades são abstraídas), e sempre obrigadas (mesmo que, muitas vezes, isso não ocorra) a se realizar nos parâmetros de produtividade socialmente estabelecidos no nível da totalidade da produção.

Essa passagem, que se coloca na articulação entre as partes e o todo, na qual o nível de produtividade de cada parte se coloca como objetividade pautada pela média socialmente estipulada, em detrimento de suas qualidades concretas, pode ser compreendida como responsável pela transformação das diferenças, ou particularidades, entre as partes, em desigualdade. Na incorporação do processo de produção do espaço urbano pelo processo de modernização, tal diferenciação é apreendida como uma relação entre áreas “atrasadas” e “desenvolvidas”, em que a contradição entre partes e todo aparece como uma relação dual entre opostos.

Avançando nesse raciocínio, tomando como referência o espaço da cidade, as suas partes se identificam como áreas que apresentam particularidades distintas na articulação entre capital, terra e trabalho, considerados aqui nos termos propostos por Marx em sua fórmula trinitária, na qual o processo de produção de determinadas mercadorias (por exemplo, infraestrutura) ou de sua reprodução (força de trabalho) se realizam também a partir dessas particularidades. É possível observar o modo como o sentido geral do processo de modernização e as contradições entre as particularidades que o constituem se colocam no processo de produção do espaço urbano, *especializando-se*, principalmente, nos termos das relações entre urbanização formal e informal (relações que serão objeto de análise do capítulo 5 desse trabalho).

No entanto, a formação do capitalismo é a própria história do seu processo de generalização, de modo que a colonização de certos territórios teve seu sentido na acumulação “primitiva” que passou a se desenvolver nas metrópoles, conformando propriamente o núcleo do sistema produtor de mercadorias e o papel das nações periféricas no interior desse sistema.

O processo de acumulação primitiva² destruiria violentamente as relações sociais que organizavam as formas de reprodução da vida nas sociedades pré-capitalistas, tanto na Europa quanto nos novos continentes, destruição que seria acompanhada pela instauração, também violenta, de uma nova organização social nos novos territórios, baseada no sistema colonial e na imposição de trocas desiguais entre colônias e metrópoles. Esse processo, no qual se inclui a formação dos Estados Nacionais europeus, inaugura a perspectiva a partir da qual as diferenças entre as formas particulares de organização da produção e da sociabilidade passariam a ser reproduzidas apenas como desigualdades.

Assim, o caráter mundializado da espacialização capitalista teve sua forma definida, segundo Kurz³, pela *não-simultaneidade* do processo de modernização entre aqueles países que, encabeçados pela Inglaterra, desencadeá-lo-iam em nível mundial, e os demais que, posteriormente, tentariam alcançar o mesmo desenvolvimento, segundo sua posição relativa expressa, inicialmente, pela relação entre colônias e metrópoles. Essa situação configuraria, outrossim, a *não-simultaneidade* entre centro e periferia.

Sua interpretação aponta para a *não-simultaneidade* como uma condição imanente do desenvolvimento do processo de modernização em escala mundial. Inicialmente, seria possível compreender o modo de produção capitalista até a passagem do século XIX para o século XX, como, de certo modo, *não-simultâneo* em relação a si mesmo: se, por um lado, o modo de produção já havia desenvolvido sua lógica geral e já estabelecia os pressupostos para

² Esse processo foi discutido por Marx no célebre capítulo de *O Capital*, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, o qual não se pretende aqui retomar, a não ser para ressaltar os termos em que o próprio Marx o apresenta: “Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham principal papel” (MARX, 1982, p. 261-2). Fundada na expropriação do povo do campo de sua base fundiária, na legislação sanguinária contra os expropriados, no processo de formação do arrendatário capitalista e na própria gênese do capitalista industrial, tendo no sistema colonial seu contraponto e subsídio, a acumulação “primitiva” foi assim analisada por Marx na Inglaterra, caso tomado por ele como exemplo, visto que aí se apresenta em sua forma clássica. Não se pretende tomar esse exemplo como modelo para a interpretação da generalização da imposição da forma mercadoria, mas ao contrário, problematizar o que ele implica na caracterização do processo de modernização de um Estado com formação colonial.

³ KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

sua generalização, por outro, formas especificamente capitalistas ainda se sobrepunham e se misturavam às relações pré-capitalistas em diferentes níveis de degeneração, ou em pleno processo de transformação, sem maiores perspectivas quanto a uma possível conclusão. A expressão resulta desse fenômeno, na medida em que não seria possível o desenvolvimento simultâneo da modernização em todas as sociedades, a partir das mesmas formas sociais nos mesmos estágios de amadurecimento. Historicamente, seu ponto de partida deu-se na acumulação primitiva realizada pela Inglaterra, seguido pelas demais metrópoles e, posteriormente, pelos países que foram suas colônias.

Desse modo, o conceito de modernização não se apresentava então como algo tão unidimensional (como parece atualmente), o que deu margens para que o repúdio ao modo como se expressava tamanha indefinição⁴ assumisse a aparência de uma crítica ao capitalismo, quando, na verdade, tratava-se de uma crítica ao não desenvolvimento pleno desse modo de produção.

Essa *não-simultaneidade* interna, presente nos países nos quais o processo de modernização se desenvolvia em sua forma clássica, convivia com uma *não-simultaneidade*

⁴ “Por um lado, os próprios sujeitos capitalistas dos séculos XVIII e XIX, ainda munidos de modelos de pensamentos e comportamentos pré-modernos, tendiam a tratar com paternalismo e ares senhoriais autoritários os assalariados por eles explorados como dependentes pessoais, embora, no caso do “trabalho assalariado livre”, obedecendo a sua forma, devesse se tratar de contratos legais entre iguais. Por outro lado, os assalariados e suas organizações, que primeiramente foram oprimidos pelo Estado, reivindicavam justamente esse caráter de relações contratuais em um mesmo pé de igualdade jurídica, em oposição ao caráter dominador e manifestamente pessoal da relação de capital que empiricamente ainda não correspondia a seu conceito lógico” (KURZ, 2001, p.4).

externa, entre nações, e nacional, entre regiões, advinda da *modernização retardatária*⁵ pela qual passaram, inicialmente, os países europeus que se iniciaram no capitalismo após a Inglaterra, e, posteriormente, o resto do mundo.

No entanto, também dentro da própria Europa havia, sobretudo, uma violenta disparidade de desenvolvimento. Embora o capitalismo já contasse com uma longa história preliminar, em finais do século XVIII apenas a Inglaterra, que apresentava uma industrialização embrionária, podia ser chamada de país capitalista moderno, perante o qual o desenvolvimento do continente ainda era relativamente atrasado. Dentro da Europa continental, por sua vez, o lado ocidental (especialmente França e Holanda) se encontrava bem mais adiantado em relação às partes central e meridional. Na Alemanha, ainda não se haviam desenvolvido nem mesmo as condições básicas para a formação de uma economia nacional homogênea e de um respectivo Estado nacional. Desta forma, na Europa e no círculo daqueles países que já se começava a chamar vagamente capitalistas, o século XIX esteve essencialmente sob o signo de uma “luta para ganhar terreno”. Na concorrência estabelecida entre Inglaterra e França, esta primeira *modernização retardatária* acabou criando um verdadeiro paradigma que marcou vigorosamente o desenvolvimento da Alemanha e da Itália. Na Ásia, também veio juntar-se ao grupo o Japão, enquanto no outro lado do Atlântico os EUA já iniciavam uma súbita mudança, buscando um enfoque autônomo de desenvolvimento industrial capitalista (KURZ, 2001, p.5).

⁵ Considerando que o processo de modernização não se realiza sob as mesmas condições em nível mundial, Robert Kurz define, a partir da definição de *não-simultaneidade*, como modernização retardatária o processo particular de modernização nos países que iniciaram seu processo de modernização após a Inglaterra: “Pois, nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização das regiões ainda pouco desenvolvidas tinha de assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador*, particularmente forçado, em que não apenas se repetia o estatismo dos inícios da época moderna, mas que também se apresentava numa forma muito mais pura, consequente e rigorosa que a dos originais ocidentais esquecidos há muito tempo” (KURZ, 2004, p.35). Roberto Schwarz iria propor, após as primeiras edições de “O Colapso da Modernização”, a substituição da palavra *recuperador* pela palavra *retardatária*, pois esta, ao contrário daquela, indicaria a impossibilidade de se alcançar os níveis de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo, sentido mais fiel tanto ao texto quanto ao conteúdo do original em alemão. Tal sugestão foi considerada pertinente por aqueles que, no Brasil, dedicavam-se ao estudo dos textos de Robert Kurz, que passaram, desde então e em geral, a adotar a expressão *modernização retardatária*.

Opondo-se à teoria social de orientação nacional desenvolvimentista⁶, a interpretação que considera a *não-simultaneidade* das formas assumidas pela *modernização retardatária* não avalia o processo de modernização dos países de passado colonial como incompleto, por considerar que, mesmo apresentando um desenvolvimento particular, o processo de colonização, forma pela qual se desenvolveu a generalização do modo de produção capitalista sobre o mundo conhecido, instaurava nos novos territórios os pressupostos necessários para a realização da lógica e do sentido da forma-mercadoria, movimento que se desenvolvia de forma particular, retardatária, porém “completa”, no sentido de garantir a integração desses territórios aos sistema mundial produtor de mercadorias.

Nesse contexto, Kurz caracteriza três tipos principais de processos de acumulação primitiva. O primeiro seria o assumido pela sociedade europeia a partir do século XVII, quando essa passa a transformar suas bases produtivas no sentido do estabelecimento do moderno sistema produtor de mercadorias. O segundo seria o tipo soviético, que se desenvolveria a partir da Revolução de 1917; e o terceiro, o tipo adotado pelo Terceiro Mundo, em geral, na segunda metade do século XX. Esses três tipos apresentam como único ponto em comum:

⁶ Na teoria crítica nacional, alguns autores pautaram suas análises a respeito do suposto “atraso” do processo de modernização no caso brasileiro em uma perspectiva que tomava como referência a noção de *subdesenvolvimento*. Esses autores, como Celso Furtado, pertencentes à tradição dualista, que no Brasil teve como seu maior expoente a CEPAL, formularam como perspectiva de superação do “atraso” a generalização e consolidação da industrialização. Essa perspectiva deveria se pautar sob uma intervenção racional, planificadora – e obviamente estatal – que poderia trazer modificações profundas, de modo a “criar relações estruturais e (...) condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social do qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário” (FURTADO, 1966, p.89). No livro *Crítica à razão dualista*, reconhece-se a crítica a essa formulação, estruturada por Francisco de Oliveira. Se Furtado afirma que a coexistência e a manutenção de um setor pré-capitalista ao lado de um capitalista conduz à estagnação do país, estando imposta aí a necessidade da modernização, Francisco de Oliveira procurará mostrar como esses setores se integram funcionalmente. Seu argumento central é o de que por trás da aparente dualidade entre os dois setores, o que há é uma “integração dialética”, na qual os setores modernos da economia se alimentam dos setores “atrasados”, e, portanto, reproduzem sua existência. “Longe de um crescente e cumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil” (OLIVEIRA, 2003, p.48). Tanto a primeira abordagem, pautada pela noção de subdesenvolvimento e próxima das formulações keynesianas, quanto a segunda, pautada pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Lênin e Trotsky, tratarão o processo de modernização, caracterizado como desenvolvimento das forças produtivas, como positivo, necessário e passível de um controle externo que possibilitaria sua realização mais “justa”. Controle que seria idealmente estabelecido pelo planejamento, segundo Furtado, ou que seria conquistado através da superação do imperialismo pelo socialismo, segundo Oliveira.

a expulsão violenta, realizada em formas bárbaras, dos tradicionais “produtores diretos”, na maioria de proveniência camponesa, de seus meios de produção e as “torturas” por eles sofridas ao serem forçados ao status moderno de trabalhadores assalariados, o qual exige o sistema da mercadoria moderna como status de grandes massas (KURZ, 2004, p.177).

E, “nesse desenvolvimento e aumento de produtividade, que coloca em alturas incríveis a régua de medição da rentabilidade” (KURZ, 2004, p.177), estariam as diferenças essenciais entre esses mesmos três tipos de acumulação primitiva.

No primeiro caso, por falta de pressão externa, a absorção das massas desvinculadas pelo novo modo de produção pôde se desenrolar por um período de mais de três séculos, com violência maior ou menor, de acordo com o momento histórico; condição que permitiria também que o processo de substituição da produção de mais-valia absoluta pela produção de mais-valia relativa fosse realizado em prazos mais distendidos.

No caso da União Soviética, o processo de acumulação primitiva, que se desenvolveria nas primeiras décadas do século XX, não poderia se realizar no mesmo ritmo com que se realizou na Europa Ocidental. Desse modo, a União Soviética “tinha de exagerar o elemento estatista, isto é, transformar toda a sociedade numa máquina de trabalho abstrato comandada de forma quase militar, para impor a lógica do capital” (KURZ, 2004, p.179). Ainda que fracassado, quando confrontado com os níveis da produção ocidental, nos termos da rentabilidade, esse segundo tipo de acumulação primitiva conseguiu se realizar historicamente, promovendo uma industrialização generalizada no país e uma profunda reestruturação da sociedade, no sentido de incorporar no novo modo de produção as massas expropriadas das formas pré-capitalistas de reprodução.

Nos países que atualmente compõem a periferia do sistema mundial produtor de mercadorias, com exceção daqueles que integravam o antigo bloco soviético, prevaleceria o

terceiro tipo de acumulação primitiva. Nesses casos, o processo de acumulação primitiva, necessário para alavancar o processo de modernização nos termos do capitalismo industrial, não apresentaria apenas uma defasagem temporal em relação aos países centrais, mas, principalmente, diferenças qualitativas, tanto em relação a sua forma clássica quanto em relação ao tipo soviético. Ao se desenvolver em meados do século XX, esse processo se insere em um contexto caracterizado por um mercado mundial altamente desenvolvido, que se organiza a partir de níveis de produtividade extremamente elevados, se comparados com a capacidade produtiva que se instalava nessas regiões.

Na prática, o dilema dessa lógica manifesta-se na distância cada vez maior entre a intensificação da produtividade, forçada pela economia de concorrência, nos países capitalistas desenvolvidos, e a produtividade possível nas regiões atrasadas do mercado mundial. A base do gigantesco estoque de capital do Ocidente, a partir da qual se realizam os aumentos seguintes, não poderá jamais ser alcançada, dentro da lógica das mercadorias, pelas outras partes do mundo em conjunto. Cada passo de desenvolvimento e aumento da produtividade nos países atrasados é negativamente compensado, em escala crescente, por dois, três ou mais passos nas regiões mais avançadas. É a corrida entre a lebre e a tartaruga, que somente pode terminar com a morte da lebre. (...) Quanto mais alto o nível mundial de produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado (KURZ, 2004, p.161-162).

Considerando-se que essa produção somente se realizaria, no sentido de viabilizar a reprodução do capital e sua acumulação, ocorrendo nos níveis de produtividades impostos pelo mercado mundial, e que a inexistência de um processo de acumulação primitiva em sua forma clássica inviabilizava a acumulação de capital necessária para tal salto de desenvolvimento, caberia ao Estado o papel de principal gestor e financiador desse processo de modernização retardatária. Colocava-se, desse modo, a ilusão de que uma estratégia política, baseada em decisões conscientes, pudesse confrontar a lógica abstrata da concorrência e da produtividade, já definidas, em escala mundial, como pressupostos para qualquer atividade produtiva. O endividamento externo, a aplicação maciça de políticas de

subsídios à indústria nacional e a emissão de papel moeda, juntamente com a reorganização institucional dos mecanismos de financiamento, regulamentação do acesso à terra e da mobilização da força de trabalho foram as ferramentas que o planejamento estatal utilizaria frequentemente em suas tentativas de reverter o caráter retardatário do processo de modernização nos países periféricos.

De fato, abstraindo-se algumas exceções, a suposta “industrialização para a exportação”, em vez de tornar-se uma possível alternativa, somente contribuiu para agravar a crise de dívidas. Apenas algumas poucas mercadorias de países do Terceiro Mundo podiam resistir à concorrência do mercado mundial; assim, por exemplo, nos setores da indústria da mineração e metalurgia (entre outras coisas, aço barato e de baixa qualidade), da construção naval, da indústria de armamento (sobretudo a brasileira), da indústria têxtil e naturalmente da agricultura e da indústria de produtos alimentares (KURZ, 2004, p.163).

Desse modo, as constantes tentativas, empreendidas pelos Estados desses países, de superar o caráter retardatário do processo de modernização vigente, a partir da busca por se desenvolver uma industrialização pautada pelos níveis mundiais de produtividade, nas quais o planejamento dessas intervenções desconsiderava os limites históricos que inviabilizariam tais objetivos, acabaram por explicitar o caráter crítico dessa modernização e, conseqüentemente, do processo de acumulação que ela pretendia viabilizar, na medida em que “a abertura forçada ao mercado mundial e a exigência de uma produtividade elevada impediam uma industrialização retardatária completa e extensa, a acumulação primitiva não chegou a terminar sua obra. Ficou parada na metade do caminho, isto é, depois de desarraigar as massas, deixou de integrá-las na moderna máquina de exploração em empresas” (KURZ, 2004, p.181).

Desde o princípio, a industrialização foi apenas seletiva, limitando-se a algumas fábricas isoladas que produzem para o mercado mundial. O setor moderno, com infra-estrutura correspondente, sempre existiu apenas como corpo estranho numa sociedade que já não pôde penetrar inteiramente. A maior parte da sociedade foi apenas modernizada em sentido negativo, isto é, foram destruídas as estruturas tradicionais sem que alguma coisa nova ocupasse seu lugar. E desde os anos 70 intensificou-se extraordinariamente esse desenvolvimento, ao qual o Terceiro Mundo pós-colonial estava predestinado desde o princípio. O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, como ainda crê a esquerda, seguindo a tradição, mas, ao contrário, a ausência dessa exploração (KURZ, 2004, p.181).

No Brasil, grandes contingentes populacionais foram expropriados de suas estruturas tradicionais de reprodução, caracterizadas principalmente pela manutenção da agricultura de subsistência e pela relação de posse da terra, transformando-se nos migrantes que constituiriam as fileiras de um exército industrial de reserva que deveria se formar. Nas cidades, a *não-simultaneidade* do processo de modernização foi apresentada negativamente a esses contingentes no momento em que esses se viram diante da impossibilidade de sua integração na cidade formal. À expropriação original, ocorrida ainda no campo, seguir-se-iam, na cidade, outras tantas.

Se, por um lado, a intervenção estatal não conseguiria reverter o caráter crítico do processo de modernização nos países da periferia do capitalismo, reproduzindo suas determinações apenas como crise (ou apenas como expropriação), por outro, teria sucesso ao contribuir para a instauração das categorias a partir das quais se realizariam o sentido e a lógica do modo de produção. No processo de modernização retardatária estaria contida a formação e generalização das categorias fundamentais da sociabilidade capitalista, como a propriedade privada, o trabalho abstrato, a igualdade jurídica, a política, cidadania, etc. Todas essas categorias, no entanto, formam-se e generalizam-se criticamente, apresentando-se como impossibilidade de acesso à propriedade e à cidade formal, desemprego, desigualdade jurídica e política.

A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem pré-capitalista nem a capitalista, e muito menos na pós-capitalista, sendo forçadas a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta. (...) Mas enquanto ainda existe algum vencedor no mercado mundial, subsiste evidentemente a ilusão de que a humanidade possa continuar reproduzindo-se nesse sistema e alcançar novos continentes. As elites e camadas superiores do Terceiro Mundo, que já cercaram suas residências de arame farpado, deixaram de por o pé em vastas regiões de seu próprio país e somente ousam sair as ruas armados, obviamente já não consideram seres humanos a maioria dos seus chamados concidadãos (KURZ, 2004, p.182).

Em um contexto no qual limites históricos impunham, inicialmente, o caráter retardatário, e, em seguida, o caráter crítico ao processo de modernização, ao qual os países periféricos se viam condenados desde a colonização, tal forma de realização desse processo, viabilizando-se no contexto da concorrência mundializada somente a partir da precarização das relações sociais de produção, apresentava-se como a única possível.

Visto que o desenvolvimento das forças produtivas culmina lógica e historicamente na crise da modernização, a recuperação ou atualização “completa” pretendida na perspectiva desenvolvimentista nunca poderia ser atingida nos países de formação colonial, principalmente a partir da Terceira Revolução Industrial. Primeiro, esses não teriam condições de competir com os níveis de produtividade praticados pelos países centrais, inviabilizando, assim, a realização não crítica de sua produção; segundo, pelo fato de que a economia mundializada só é igualada através da simultaneidade negativa assumida no colapso da modernização, na qual a precarização das relações de produção passam a definir as referências de sociabilidade. Disso resulta um processo de crise que coloca em xeque as perspectivas de emancipação através da modernização.

Em última instância, o problema é que a lógica abstrata da rentabilidade, tal como é inerente à mercadoria moderna e ao mercado mundial por esta constituído, não conhece e nem pode admitir algo como uma estratégia politicamente induzida, isto é, puramente baseada em decisões conscientes. Mais cedo ou mais tarde tem de impor-se inexoravelmente à lei da rentabilidade, que diz que somente é válida e capaz de participar do mercado aquela produção que corresponde ao nível mundial de produtividade. Já que se trata aqui da atuação objetiva dessa lei dentro da lógica das mercadorias, não se pode enfrentá-la com argumentos de *fair-play* e referências ao problema do desenvolvimento recuperador; de modo geral é inútil e absurdo querer discutir e argumentar contra as leis gerais da produção de mercadorias, como se tratasse de um sujeito consciente. O fato de que para a satisfação das necessidades materiais, seria “sensato” proceder de outra forma, não produzindo sob o aspecto abstrato da rentabilidade e instalando, em interesse de próprio desenvolvimento e da manutenção e ampliação das próprias necessidades, inicialmente também setores de produção abaixo do padrão mundial, não interessa nem um pouco à lógica da forma-dinheiro, que por isso tem de ignorar todos os desejos piedosos, com aquela inexorabilidade que é característica da “atuação das leis (KURZ, 2004, p.160-161).

O sentido do processo de modernização e da consolidação de um “sistema mundial produtor de mercadorias” (Kurz), é a “valorização do valor” (Marx), a partir do circuito no qual o dinheiro, transformado em capital, aparece como “sujeito automático” (Marx), “pressuposto fantasmagoricamente em todos os objetivos humanos e culturais” (KURZ, 2004. p.118). Na medida em que o ganho econômico tem seu processo de constituição, a economia surge como “uma esfera funcional separada e independente, como um corpo estranho na sociedade, que passa a ser central e dominadora” (KURZ, 2004. p.118). Diante dessa “esfera funcional”, os demais aspectos da reprodução social aparecem como subsistemas com importância secundária, determinados pelo fim em si econômico pressuposto, mesmo que, por sua constituição fetichista, o inverso apareça como verdadeiro⁷. No universo das mercadorias, os valores de uso aparecem como justificativa para a troca, quando, de fato, é o valor que justifica a existência dos valores de uso.

Essa perspectiva se apoia fundamentalmente na interpretação da teoria marxiana, que põe no centro do processo de modernização a generalização da forma-mercadoria como pressuposto para a reprodução do capital, assim como o caráter crítico dessa reprodução,

⁷ Disso resultaria, entre outras coisas, a perspectiva, consensual no interior da Arquitetura Moderna, que tomaria a arquitetura e o planejamento como disciplinas capazes de conduzir o processo de produção do espaço urbano.

contestando interpretações que relacionam a constituição de relações especificamente capitalistas ao modo como a industrialização e a urbanização se processaram no núcleo do sistema produtor de mercadorias, em que a acumulação primitiva e suas etapas subsequentes assumiram a forma clássica.

A forma não simultânea a partir da qual o capitalismo se desenvolveu e se generalizou criou condições para que a crítica aos limites históricos para tal generalização fosse tomada como crítica ao próprio capitalismo. Dessa maneira, criticava-se o suposto “atraso” e tomava-se como resposta a esse “atraso” as teorias desenvolvimentistas. Aparentemente, o desenvolvimento das forças produtivas e a generalização das relações capitalistas de produção viabilizariam a integração das massas expropriadas em um contexto no qual a desigualdade se colocaria nos termos do desenvolvimento, possibilitando a universalização não crítica das categorias fundamentais da sociabilidade capitalista.

Ao pautar suas intervenções em uma interpretação na qual a relação dualista entre “atraso” e “desenvolvimento” colocava-se como central, o Estado, assim como os teóricos que legitimavam tais intervenções, não tinha como objeto de crítica as categorias fundamentais da produção capitalista e o caráter crítico de sua reprodução. A crítica ao subdesenvolvimento não se referia ao todo lógico e histórico do modo de produção, mas apenas a determinados estágios de desenvolvimento já percorridos ou a serem superados. A obsolescência dessa perspectiva relaciona-se, portanto, à obsolescência das bases do processo de modernização, relação estabelecida pelo fato de que esse modelo de intervenção e reflexão teórica se movimentou apenas pelo interior das categorias capitalistas, reafirmando-as constantemente e não conseguindo colocá-las em xeque.

No Brasil, tal processo de modernização deveria se “completar”, superando a separação entre relações “não capitalistas” e capitalistas e colocando a desigualdade como

fundamento das relações entre as formas particulares de realização, tendo como referência a base material e social dos países centrais, através da consolidação de uma indústria nacional, da generalização do trabalho assalariado, da expansão do mercado interno e, especialmente, da expansão da exportação para o mercado mundial. A partir de uma perspectiva na qual a problematização a respeito das contradições entre as formas particulares de reprodução e acumulação do capital se reduzia à discussão sobre a oposição entre “atraso” e “desenvolvimento”, o Estado brasileiro empreendeu a tentativa de superar o caráter retardatário da modernização nacional.

É possível observar que no decorrer do século XX na tentativa de superar o caráter retardatário do processo de modernização nacional, o Estado brasileiro promoveu alguns momentos de inflexão nas formas de articulações entre as variáveis que determinavam esse processo; momentos que se inserem nas décadas de 30 (Estado Novo), 50 e 60 (Plano de Metas) e 60 e 70 (milagre brasileiro e sua crise nos anos 80), respectivamente.

O capítulo seguinte procura apresentar as particularidades do desenvolvimento do processo de modernização retardatária brasileiro, suas transformações no período citado e as formas pelas quais a arquitetura, o urbanismo e o planejamento, assim como o processo de produção do espaço urbano, foram incorporados as suas estratégias de realização.

Capítulo 02.

A modernização retardatária no Brasil.

**Principais aspectos de desenvolvimento e implicações no processo de
produção do espaço urbano**

O objetivo desse capítulo é analisar determinados aspectos que marcaram o processo de modernização retardatária no Brasil, mais precisamente no decorrer do século XX, examinando as relações entre suas particularidades e as formas de realização do processo de produção do espaço urbano.

A modernização retardatária brasileira, quando analisada a partir desse recorte histórico, pode ser compreendida como um processo no qual é possível observar a ocorrência de determinados momentos que representaram a inflexão e/ou a ruptura entre as diferentes formas possíveis de sua realização. Tomando como referência a noção de *não-simultaneidade* do processo de modernização, é possível afirmar que, no caso brasileiro, a continuidade desse processo esteve frequentemente sujeita a momentos de descontinuidade, nos quais se estabelecem novas formas de articulação entre os elementos econômicos, políticos e sociais que sustentavam essa modernização, permitindo a reposição de seus pressupostos em um novo patamar, qualitativo e quantitativo, sempre tendo como horizonte a ampliação dos níveis de acumulação e o emparelhamento dos níveis de produtividade nacionais aos níveis estabelecidos mundialmente.

Em um primeiro momento, observa-se, em linhas gerais, a mudança no padrão de acumulação brasileiro e a intensificação do processo de urbanização, contexto no qual se coloca a formação da Arquitetura Moderna Brasileira. Em seguida, a intensificação da industrialização de base, a construção de Brasília e a expansão da fronteira oeste colocam-se como marcos. E, finalmente, a retomada do nacional desenvolvimentismo a partir da reorganização de suas bases materiais e institucionais, a consolidação das cidades como centro das decisões econômicas e a expansão das redes de infraestrutura urbana e regional definiriam para a arquitetura e, especialmente, para o planejamento urbano, novas frentes de atuação.

2.2. A REVOLUÇÃO DE 1930, O ESTADO NOVO E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a Revolução de 1930 coloca-se como o início do processo a partir do qual a indústria se transformaria no setor-chave para o desenvolvimento do processo de modernização no Brasil. A ela associa-se o questionamento da hegemonia, econômica e política, agrarioexportadora e o início da formação de uma estrutura produtiva baseada no binômio industrialização-urbanização.

Em 1937, depois de enfrentar a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Intentona Comunista de 1935, Getúlio Vargas, após declarar sucessivos “estados de sítio”, fecha o Congresso, extingue os partidos políticos e acaba com a autonomia das unidades federativas. O Federalismo, que representava a última instância de poder das oligarquias rurais, é extinto, e o poder político passa a se concentrar no Presidente da República, fato ratificado pela Constituição promulgada no mesmo ano. Com o Estado Novo, torna-se possível se estabelecer no país uma nova articulação entre as forças sociais estabelecidas, a partir da reformulação do aparelho estatal e de sua operação, permitindo a reorganização dos fatores de produção, nos quais se destacam os financiamentos e a oferta e o custo da força de trabalho. Esse processo, por um lado, destruía, em parte, as bases sociais, políticas, econômicas e institucionais sobre as quais se desenvolvia a modernização fundamentada na agricultura para exportação. Simultaneamente, criava as condições para se estabelecer a expansão das atividades produtivas voltadas ao mercado interno. Tratava-se de “introduzir um novo modelo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente” (OLIVEIRA, 2003, p.35).

Esse processo, no entanto, não se desenvolveu de um modo linear. Caio Prado Jr. destaca a relação entre a precariedade da indústria nacional ainda na década de 20 com a carência de capitais disponíveis para investimentos. Nesse momento, ainda não havia se formado, internamente, nada parecido com um mercado de capitais minimamente semelhante aos existentes nos países já industrializados. A situação econômica da maioria absoluta da população impossibilitava a constituição de uma poupança interna que respondesse a essas necessidades, na medida em que essas reservas mal conseguiam financiar empréstimos públicos. Para compensar essa escassez de recursos para um setor que já se apresentava como fundamental para a economia nacional foram adotadas medidas no sentido de estabelecer elevadas tarifas alfandegárias e constantes depreciações cambiais.

Haverá ainda uma circunstância geral que contribuirá para uma tão precária situação da indústria: é a carência de capitais. O baixo nível econômico do país, e sobretudo deficiências estruturais, tornam o processo de capitalização lento e muito débil. Não se chegara a formas no Brasil nada que se parecesse com um mercado de capitais semelhante ao de todos os países industriais da atualidade. Para isto seria necessário o concurso de camadas apreciáveis da população que tivessem atingido um certo nível de prosperidade financeira. Isto não era possível nas condições econômicas e sociais predominantes do país. A débil acumulação popular mal dará para os empréstimos públicos. O Estado, sempre grandemente necessitado de recursos, e oferecendo uma aplicação de capital muito mais certa e segura que as indústrias, absorverá todas as disponibilidades das modestas poupanças acumuladas. E assim, os fundos necessários para a indústria dependerão unicamente do concurso individual de seus iniciadores (PRADO JR., 1998, p.263-264).

A partir dessa análise, é possível perceber o contraste entre a dificuldade de se acumular capital em níveis mínimos para a manutenção de uma indústria embrionária, característica fundamental dos países de modernização retardatária, e a necessidade de se alcançar os mesmos níveis de produtividade estabelecidos mundialmente, fundamentais para que essa produção sobrevivesse sem subsídios diretos ou indiretos e pudesse enfrentar a concorrência dos produtos importados.

Francisco de Oliveira (2003) afirma que o confisco de lucros parciais da produção cafeeira e a elevação dos custos das operações de crédito destinadas à agricultura participavam das estratégias adotadas para a destruição da hegemonia da agricultura. Por outro lado, uma das principais medidas no sentido da redefinição da organização dos fatores de produção, além da oferta de créditos para a produção industrial, foi a regulamentação das leis que determinaram as novas relações entre capital e trabalho.

Segundo o autor, o papel da legislação trabalhista instituída no período extrapola aquele definido por certas análises, que a colocam como instrumento de tutela do Estado sobre a classe trabalhadora ou ainda como elemento de redistribuição de renda vinculado a governos populistas. Sua importância estaria vinculada principalmente à definição de parâmetros a partir dos quais se daria a acumulação de capital na produção industrial, na medida em que fixava, em níveis rebaixados, o custo da reprodução da força de trabalho. O salário mínimo representaria o “salário de subsistência”, considerando-se as necessidades básicas para a reprodução da força de trabalho nas condições vigentes (mecanização, duração da jornada etc.).

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial (...) de outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Em 1931, já havia sido criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, com ele, leis sobre a jornada diária de oito horas, férias anuais remuneradas e a sindicalização. Em 1933, reforma-se a previdência social, criando-se organizações que atuavam em âmbito nacional, os

Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), que substituíam as Caixas de Pensões. Em 1939 é criada a Justiça do Trabalho e a organização sindical passa a ser vinculada ao Ministério do Trabalho e financiada pelo imposto sindical. Em 1940 é instituído o salário mínimo.

Além de atuar na regulação do custo de reprodução da força de trabalho, o Estado também passa a operar na regulamentação dos demais fatores que influenciariam a produtividade dessa força de trabalho e, conseqüentemente, seu potencial para gerar acumulação, como a fixação de preços, a distribuição dos ganhos e perdas nos diversos ramos da produção e a política fiscal e de subsídios.

Regulando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infraestrutura, impondo o confisco fiscal cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo do capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 2003, p.41).

Nesse contexto, é importante recordar que a reorganização da previdência social, unificada nacionalmente a partir da regulamentação dos Institutos de Aposentadoria e Previdência, incorporava em seus fundamentos a primeira tentativa de se estabelecer uma política nacional de provisão de moradias à classe trabalhadora, na medida em que autorizava a utilização dos recursos desses institutos (contribuições previdenciárias de diversas categorias profissionais) para a construção e financiamento de unidades habitacionais. Reconhecendo que o processo de urbanização estaria sob constante pressão da aceleração da industrialização, o Estado passou a centralizar as tentativas de equacionar a questão. As novas políticas, no entanto, atenderiam apenas aos trabalhadores produtivos, especialmente da indústria, comércio, bancos e transporte, desconsiderando a população que não havia sido integrada positivamente no novo arranjo das forças produtivas.

A partir de 1932, os IAP's passam a ser autorizados pelo Conselho Nacional do Trabalho a investir parte de seus recursos na construção de moradias para seus associados. Os financiamentos deveriam ter um juro básico de 8% ao ano e as prestações não poderiam ser superiores a 30% da renda do futuro morador, que teria até 15 anos para saldar o financiamento. Em 1937, a taxa de juros foi reduzida para 6% ao ano, a capacidade de endividamento elevada para até 45% da renda do mutuário e os prazos para quitação das dívidas estendidos para até 25 anos.

Até 1950 foram construídas, em doze unidades da federação, 31.587 unidades habitacionais, resultado dessa primeira experiência à qual o Estado promovia, mesmo que de forma ainda embrionária, uma nova forma de articulação entre mercado financeiro, indústrias de base, mercado imobiliário e força de trabalho, dentro de um projeto mais amplo de desenvolvimento nacional.⁸

No novo modelo de acumulação que se consolidava, a agricultura ainda mantinha uma importância relativa. Mesmo não mais se caracterizando como o núcleo do processo de modernização, o setor passou a contribuir a partir de novas funções que lhes foram imputadas. Por se tratar de um ramo cuja produção passava a atender ao mercado interno que se formava, principalmente em relação aos alimentos e às matérias-primas para a indústria, havia a necessidade da manutenção dos baixos custos das mercadorias que atenderiam às necessidades das massas urbanas, com o objetivo de manter a viabilidade do processo de acumulação. Esse rebaixamento dos custos das mercadorias produzidas pela agricultura seria

⁸ FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos. *Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental (1831-1983)*. São Paulo: Projeto, 1983.

resultado da manutenção de relações de produção “atrasadas”⁹ no contexto do campo que, mesmo aparentemente na contramão do modelo de modernização vigente, apareciam como funcionais ao desenvolvimento.

Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do novo mercado urbano-industrial exigiu tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p.46).

Desse modo, a manutenção do relativo “atraso” no setor agropecuário contribuía para o crescimento do setor industrial tanto através do fornecimento dos contingentes populacionais necessários para a formação de um exército de reserva nas cidades quanto pelo fornecimento de excedentes alimentícios cujos preços eram rebaixados, entre outras coisas, pelo baixo custo da força de trabalho rural, pela baixa mecanização das culturas e pela frequente ambiguidade nas questões relativas à posse ou propriedade da terra.¹⁰

Nas cidades, ocorria, simultaneamente, um processo semelhante. Considerando-se que o custo de reprodução da força de trabalho urbana é composto basicamente pelos custos de alimentação, já rebaixados pelo contexto descrito anteriormente, e pelos custos de bens e serviços essencialmente urbanos (habitação, transporte, saúde, educação, lazer), a demanda pelo rebaixamento desses custos de reprodução somente poderia ser atendida a partir da precarização desses serviços. As cidades, em sua condição de sede do novo modelo de

⁹ O “atraso” é caracterizado por Francisco de Oliveira a partir da utilização de técnicas rudimentares no cultivo da terra, das relações não regulamentadas entre proprietários e trabalhadores rurais e pela convivência entre latifúndios de monocultura e pequenas posses voltadas à produção para subsistência dos empregados de tais latifúndios. Mesmo se propondo a desenvolver uma crítica ao pensamento dualista cepalino, é possível observar, nos argumentos de Francisco de Oliveira, resquícios dessa perspectiva dualista, na medida em que o autor insiste em caracterizar como “atrasados” determinados setores da economia.

¹⁰ Para identificar essa produção a uma situação de “atraso”, o autor prioriza em suas análises essas características, as quais aproximariam a produção de alimentos para o mercado interno de uma situação de marginalidade em relação aos demais setores econômicos. No entanto, mesmo marcadas por uma base material e social pautadas pela precarização, essas atividades já se desenvolviam sob a lógica da forma mercadoria, condição sem a qual seria impossível que seus produtos se colocassem em relação com o universo das mercadorias, especialmente com o universo do trabalho, relação explorada pelo autor.

acumulação, não estavam preparadas para a aceleração do processo de urbanização, pois não estavam dotadas da infraestrutura necessária para que esse crescimento se realizasse segundo os padrões vigentes nos países centrais. Aos trabalhadores mobilizados nos centros urbano-industriais que se formavam restava como alternativa a autoprovisão desses bens e serviços, dos quais se destacava a habitação.

As políticas e os programas habitacionais no período, especialmente aqueles geridos pelos Institutos de Previdência, em função de seus fundamentos financeiros e institucionais, explicitavam a impossibilidade do pleno atendimento a essa demanda crescente. Primeiro, porque seu atendimento se restringia a categorias profissionais específicas, sendo que não havia previsão, por parte do poder público, de uma alternativa habitacional para as demais categorias, trabalhadores autônomos e informais. Além disso, seus recursos se restringiam a uma fração dos salários da classe trabalhadora, poupada para fins de futura aposentadoria, condição que determinava a impossibilidade da oferta de subsídios ou taxas de juros menores que as praticadas pelo mercado, na medida em que esses fundos não poderiam sofrer qualquer depreciação que comprometesse os benefícios futuros de seus associados. Outro aspecto importante, que se colocava como uma limitação a esse modelo de financiamento, era sua vinculação aos salários pagos a seus associados, um volume de recursos que deveria necessariamente ser rebaixado como estratégia para garantir a produtividade da indústria nacional.

Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o mutirão. Ora, a habitação, nem resultante dessa operação, se produz com trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que gastos com a habitação são um componente importante – e para deprimir os salários pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p.59).

Alguns autores pautaram suas análises a respeito do suposto “atraso” do processo de modernização no caso brasileiro a partir de uma perspectiva que tomava como referência a noção de *subdesenvolvimento*. Esses autores, fortemente influenciados pela obra de Celso Furtado, criador da “teoria do subdesenvolvimento”, pertenciam à tradição do pensamento dualista, que no Brasil teve como seu maior expoente a CEPAL. Suas formulações pautavam-se na perspectiva da superação do “atraso” a partir da consolidação e generalização de uma economia baseada na industrialização.

Essa perspectiva deveria se pautar sob uma intervenção racional, planificadora – e, obviamente, estatal – que poderia trazer modificações profundas, de modo a “criar relações estruturais e (...) condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social do qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário” (FURTADO, 1966, p.89).

Na crítica a essa forma de compreender as relações entre os setores “atrasados” e “avançados” da economia brasileira reside a tese estruturada por Francisco de Oliveira. Se Celso Furtado afirma que a coexistência e a manutenção de um setor pré-capitalista ao lado de um capitalista conduzem à estagnação do país, estando imposta aí a necessidade da modernização, Francisco de Oliveira procura demonstrar como esses setores se integram funcionalmente.

Seu argumento central é o de que, por trás da aparente dualidade entre os dois setores, há uma “integração dialética”, na qual os setores modernos da economia se alimentam dos setores “atrasados”, e, portanto, reproduzem sua existência. Dessa forma, o autor argumenta que “longe de um crescente e cumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil” (OLIVEIRA, 2003, p.48).

Ao tratar o processo de mudança no padrão de acumulação na modernização brasileira a partir da ideia de “destruição” de um modelo econômico e “criação” de outro em substituição ao primeiro, Francisco de Oliveira não exprime com exatidão a forma pela qual foi possível acumular capital suficiente para financiar a industrialização que se desenvolvia, assim como não considera os termos nos quais se deu o processo de transição entre a economia agrarioexportadora, baseada na produção do café, e a economia industrial, voltada ao mercado interno.

João Manuel Cardoso de Mello identifica, inicialmente, um processo de crescimento industrial, anterior ao processo de industrialização analisado por Francisco de Oliveira, que se caracterizaria pelo crescimento da produção industrial induzido pelo crescimento das exportações. Essa produção encontrava limites estreitos para sua expansão, na medida em que sua vinculação à produção para a exportação impedia sua diversificação do mesmo modo como as demandas externas definiam os limites de seu crescimento. O autor diferencia esses dois momentos como sendo determinados por um “modelo de crescimento para fora” e um “modelo de crescimento para dentro”. É importante notar que essas definições não colocam agricultura e indústria em campos opostos na reprodução do capital, pois o que se enfatiza é a forma como os dois ramos produtivos se articulam com os fatores de produção, internos e externos, para viabilizar a acumulação.

Ao analisar o processo de acumulação que embasaria o “modelo de crescimento para dentro”, João Manuel C. Mello também desenvolve uma crítica ao pensamento cepalino, pois esse desconsiderava a hipótese de um esquema endógeno de acumulação de capital.

Tudo isto revela, claramente, em suas linhas basilares, a problemática em que se move o paradigma cepalino: a problemática da industrialização nacional a partir de uma situação periférica. Daí que o núcleo da questão da industrialização esteja centrado na oposição entre desenvolvimento econômico da Nação, ou melhor, entre a plena constituição da Nação e uma determinada divisão internacional do trabalho que a havia transformado numa economia reflexa e dependente. Daí que a análise se apóie no setor externo, nos sucessivos ajustes entre estruturas de oferta e demanda globais, no desafio do estrangulamento externo a que a Nação responde com o crescimento industrial interno (MELLO, 1982, p.95).

Inicialmente, o autor reconhece a produção cafeeira como um ramo consolidado a partir de relações capitalistas de produção, no sentido de que o desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas; é, também, desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Nesse caso, a produção de café para a exportação não se constituía a partir do desenvolvimento das forças produtivas, mas, por outro lado, já se baseava nas formas sociais (trabalho abstrato, mercadoria, propriedade) definidas pelo capitalismo. Assim, apesar de não avançar nos termos de um processo de criação das bases materiais da industrialização, avançava no processo de formatação das relações sociais e institucionais próprias à lógica da reprodução do capital, preparando, de certa forma, o terreno para o novo modelo de acumulação que se anunciava.

Não pode subsistir qualquer dúvida de que a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria.

A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1 – gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2 – transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3 – promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis (MELLO, 1982, p. 98-99).

O processo de constituição de forças produtivas capitalistas, entendido como o processo de passagem ao modo de produção especificamente capitalista (passagem do contexto de crescimento industrial para o contexto de industrialização), desenvolveu-se, no Brasil, segundo João Manuel C. Mello, no período compreendido entre os anos de 1888 e 1933, sendo que

em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida¹¹. Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial (MELLO, 1982, p.110).

Apesar das diferentes abordagens sobre o período, é possível encontrar pontos convergentes entre as análises de Francisco de Oliveira e João Manuel C. Mello. Ambos identificam uma mudança no modelo de acumulação no processo de modernização brasileiro, do mesmo modo que identificam limites de ordem técnica e financeira que não permitem que tal acumulação se desenvolva segundo os níveis de produtividade dos países centrais, já em uma fase distinta daquela analisada por Caio Prado Jr. Os autores ainda compartilham alguns pontos nas análises a respeito dos motivos que levaram a essa mudança no modelo de acumulação.

Francisco de Oliveira refuta a tese de que esse processo tenha se desenvolvido a partir da necessidade de substituição de importações, resultado do encarecimento dos produtos importados a partir da crise cambial que se manifestava. Essa interpretação faz parecer que a industrialização se desenvolveu em função de uma necessidade de consumo, e não em função da necessidade de acumulação. Reforçando sua tese em torno da integração dialética entre “atraso” e “avanço”, ele afirma que:

não é difícil reconhecer se não se que complicar o que é simples – de que a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades de acumulação, e não às do consumo. Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira (OLIVEIRA, 2003, p.50).

¹¹ Restringida, segundo o autor, “porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num só golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial” (MELLO, 1982, p.110).

Na mesma linha de raciocínio, sem, no entanto, pautar-se por uma noção de “atraso”, João Manuel C. Mello, analisando a formação dos capitais industriais no contexto de crescimento industrial pré-industrialização, afirma:

A lucratividade dos projetos industriais teria sido, a nosso ver, favorecida pela queda na taxa de salários (provocada, em última instância, pela oferta abundante de força de trabalho), pelo alto grau de proteção de que gozou a produção industrial e pelas isenções tarifárias concedidas à importação de máquinas e equipamentos (...) Como, porém, a indústria que se instala, a indústria de bens de consumo assalariado, tem uma baixa relação capital/trabalho, é provável que a rentabilidade do capital industrial tenha se situado em níveis bastante compensadores (MELLO, 1982, p.102).

Desse modo, é possível compreender o novo modelo de acumulação como resultado de um movimento do capital excedente produzido pela economia cafeeira, em seu período de maior desenvolvimento, no sentido de um ramo produtivo aparentemente mais rentável, em um processo no qual o Estado participou ativamente.

Conforme comentado, a acentuação do processo de urbanização se coloca concomitantemente ao processo de industrialização, em virtude da necessidade de mobilização de um exército industrial de reserva, da formação de um mercado interno de bens de consumo não duráveis e da concentração de capital nos grandes centros.

A formação de um mercado consumidor, de produtos e força de trabalho, também se articula com a urbanização em nível regional. A partir do momento em que novas conexões passam a ligar os centros urbanos produtores e consumidores, um entrave ao desenvolvimento da industrialização começa a ser superado. A respeito desses limites, ainda nas primeiras décadas do século XX, Caio Prado Jr. comenta:

Mas o que, sobretudo, dificultava o estabelecimento da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, cuja amplitude encontra na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprir. A situação brasileira, neste particular, era a mais inconveniente. O nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida de sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis (PRADO JR., 1998, p.258).

A liberação da força de trabalho de seus meios de produção é um dos pré-requisitos para a transição à produção industrial, e a constituição de um mercado de força de trabalho, a partir do exército industrial de reserva, somente se torna possível na cidade, “isto é, num lugar em que a prática da economia natural é, por definição, impossível” (SINGER, 1975, p.17).

O processo de migração da população rural para os grandes centros urbanos se desenvolve sob o caráter contraditório que a ideia de liberdade assume sob o modo de produção capitalista; liberdade que se apresenta como positiva, na medida em que representa a superação das relações de servidão e dependência preexistentes, assim como possibilita ao trabalhador dispor de sua força de trabalho como mercadoria que lhe pertence, garantindo-lhe, ao menos no campo das aparências, a condição de ser sujeito de sua própria história. Por outro lado, essa liberdade se apresenta como negativa, pois significa que esse trabalhador foi liberado, no sentido de expropriado, dos meios de produção, condição que determina que ele não possui qualquer outra mercadoria para vender que não seja sua própria força de trabalho, sendo, por isso, obrigado a vendê-la a todo custo como única possibilidade de conseguir colocar-se em relação com o universo das demais mercadorias, e, assim, no limite, sobreviver. Desse modo, é possível afirmar que o trabalhador expropriado coloca-se como sujeito de sua própria sujeição às determinações do processo de modernização. De certa maneira, ele decide a respeito de sua migração para os centros urbanos, mas essa decisão apenas poderá se manifestar a partir de alternativas que lhe são socialmente impostas.

No seu aspecto positivo, a ‘liberdade’ conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório (GAUDEMAR, 1977, p.190-191).

Tendo em vista que a formação de um exército de reserva é uma condição sem a qual a industrialização não se torna possível, os movimentos migratórios não podem depender apenas da vontade pessoal dos trabalhadores rurais. Desse modo, a separação entre os trabalhadores rurais e seus meios de produção (a terra) se constitui como uma das principais tarefas iniciais do processo de modernização no momento em que ele passa a ser pautado pela industrialização. No caso brasileiro, esse processo de expropriação foi marcado por uma forte ação estatal na transferência de terras tidas como devolutas para grandes empresas nacionais e estrangeiras, consideradas como estratégicas (siderurgia, papel e celulose, álcool e açúcar) para o desenvolvimento esperado. A “destruição” à qual se referiu Francisco de Oliveira não se restringia apenas ao grande capital cafeeiro. Era necessário “destruir” todos os componentes da antiga organização social e econômica, inclusive a pequena agricultura de subsistência, enquadrando suas personagens na nova estrutura produtiva.¹²

Jean Paul de Gaudemar também estabelece uma relação entre mobilização do trabalho, migração e urbanização a partir da análise da passagem da submissão formal do trabalho ao capital para a submissão real. Segundo o autor,

¹² Sobre os mecanismos de expropriação articulados pelo processo de modernização, de um modo geral e no Brasil, conferir: GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977. MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 2004. MARX, Karl. O Capital. Cap. XXIV. A assim chamada acumulação primitiva. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

A submissão formal distingue-se da submissão real, forma desenvolvida da subordinação do trabalho ao capital. A submissão formal parece ser assim o conceito que corresponde à primeira forma de extração da força de trabalho para fora do seu meio de origem. Por isso ela corresponde apenas a um processo de extorsão de mais-valia absoluta. Só a submissão real introduz a produção de mais-valia relativa. A submissão formal é assim o primeiro modo que o capital tem de lançar as suas redes no mundo pré-capitalista, é já significativa do seu domínio, já que dele é a primeira forma. A passagem da submissão formal à submissão real não é então mais do que a transição de um modo de dominação do capital para outro, no seio do mesmo modo de produção (GAUDEMAR, 1977, p. 267-268).

Desse modo, em um primeiro momento, no qual o trabalho ainda se submetia formalmente ao capital, os fluxos migratórios do campo para os núcleos urbanos definiram a origem e a expansão das cidades. Desde o momento em que se consolida a submissão real do trabalho, o processo de urbanização adquire, a partir do capital que as cidades abrigam e reproduzem, uma dinâmica própria, sendo que “o ritmo de seu crescimento já não está subordinado ao ritmo da emigração camponesa, mas ao da acumulação do capital”(GAUDEMAR, 1977, p.276).

A concentração da força de trabalho nas cidades permite ainda o acirramento da divisão social do trabalho, funcional para o desenvolvimento da produção. A proximidade entre produtores e consumidores e a concentração de infraestrutura, que se intensificam nos centros urbanos, também colaboram nesse sentido. No caso das cidades brasileiras, a constituição da infraestrutura necessária para a produção foi apenas parcial. Os bens e serviços relacionados à reprodução da força de trabalho não foram plenamente implantados.

O processo de produção do espaço urbano adquire um novo status. Orientado pelas demandas da industrialização, constituiu um ramo produtivo, a construção civil, cuja importância no processo de acumulação somente se ampliaria. Vinculados de forma definitiva ao movimento de reprodução do capital, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano desenvolvem-se somente a partir de suas determinações, assumindo, desse modo, suas potencialidades e suas limitações.

2.3. O AVANÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO NOS ANOS 50

O processo de industrialização no Brasil assume novas características no período que sucede a Segunda Guerra Mundial. A ampliação dos investimentos no setor, provenientes principalmente do capital internacional, possibilitou um novo salto, quantitativo e qualitativo, na produção. Dessa forma, o salto tecnológico altera radicalmente a estrutura da produção, cuja capacidade se amplia em função da demanda preexistente, resultante da primeira fase do processo.

Supera-se, desse modo, o que João Manuel C. Mello (1982) definiu como industrialização restringida. O crescimento da capacidade produtiva de bens de produção e de bens duráveis de consumo possibilitou, em certa medida, o crescimento industrial para além da demanda, definindo, a partir de investimentos de capital estrangeiro, certa autodeterminação do crescimento industrial.

O fato de o governo JK ter sido eleito pelas mesmas forças políticas que desde o Estado Novo estavam no poder e a consolidação de uma organização institucional do Estado voltada para a promoção da industrialização e sua qualificação são apontados como elementos importantes para a constituição do novo contexto.

Descrevendo com mais detalhes esse salto qualitativo e quantitativo na produção industrial brasileira, Maria da Conceição Tavares (1972) afirma que, no ano de 1949, apenas as indústrias de alimentos e têxteis (bens de consumo não duráveis para o mercado interno) eram responsáveis por mais de 50% do valor total das indústrias de transformação. Em 1958, a participação conjunta dessas indústrias havia se reduzido a 36%, verificando-se o aumento na participação relativa das indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de transporte e química.

O Estado também atua diretamente no desenvolvimento da produção, lançando-se num amplo programa de construção e melhoramentos da rede de infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, portos) e energia, lembrando que em 1951 Getúlio Vargas enviara ao Congresso o projeto de criação da Petrobrás e da regulamentação do monopólio estatal do petróleo, aprovados em 1953. A agricultura começa a desenvolver-se tanto de forma extensiva, a partir da expansão das fronteiras agrícolas, quanto de forma intensiva, alterando sua composição orgânica do capital, apropriando-se das novas tecnologias e nova rede de infraestrutura que, além de rodovias e portos, também contava com um sistema de armazenagem e silos. A construção da nova capital, Brasília, insere-se nesse contexto.

Francisco de Oliveira (2003) destaca, entretanto, que essa situação somente se viabiliza mediante endividamento externo privado, condição que acarretará pressões sobre a balança de pagamentos. Isso seria o resultado da limitação na base de acumulação capitalista nacional. Segundo o autor, persistia, nesse cenário, a estratégia de potencializar a acumulação a partir do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho:

a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chegava a cobrir o custo de reprodução, da força de trabalho, simplesmente pelo fato de que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e se industrializa (OLIVEIRA, 2003, p.84).

A impossibilidade de incorporar os custos relativos ao atendimento das demandas por moradia e infraestrutura urbana destinada à classe trabalhadora, em um contexto de urbanização acelerada, resultado da tentativa de se alcançar os níveis de produtividade estabelecidos mundialmente, iria se espacializar na nova Capital poucos anos após sua fundação, a partir da consolidação de suas Cidades Satélites. Nas demais capitais do país, no

entanto, a contradição entre a necessidade de se industrializar e urbanizar e a impossibilidade de financiar essa urbanização já se expressava de uma forma bastante visível, a partir da consolidação da favela como tipologia fundamental da sub-habitação.

Entre as últimas semanas de 1947 e as primeiras de 1948 teve lugar no Rio de Janeiro o primeiro “Censo Oficial de Favelas” (...) O levantamento acusou a existência de casebres, com a população de 138.837 favelados. A 01 de julho de 1950 o Serviço Nacional de Recenseamento irá mostrar um número de favelados superior, ou seja, 169.305 habitantes nas 58 favelas recenseadas, representando 7,12% da população total.

Em 1951, procedeu-se ao levantamento em Porto Alegre (...) Foram encontradas 56 vilas (nome regional dos barracos) com a população de 54.169 pessoas.

Em 1955, o levantamento efetuado pela “Comissão de Desfavelamento da Prefeitura de Belo Horizonte” concluiu o Cadastro das Favelas, que revelou a existência de 9.343 domicílios, com 36.432 habitantes.

Em 1957, apurava-se na capital de São Paulo um total de 141 núcleos com 8.488 barracos e cerca de 50.000 favelados. Em 1959/60, só nos “alagados”, em Salvador (...) foram localizadas 2.524 casas com 8.878 habitantes (FINEP, 1983, p.65-66).

Ao mesmo tempo, nos anos 50, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro cresceu a taxas mais elevadas que na década anterior, com uma média em torno de 5,6% ao ano contra 5,1% ao ano, no decorrer dos anos 40. O setor industrial cresceria em média 8,8% ao ano, contra 6,5% ao ano, no período anterior.¹³

O processo de urbanização informal, que nas décadas seguintes transformar-se-ia em regra nas principais cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que se apresentava como funcional para o desenvolvimento da industrialização no país, implicava na imobilização¹⁴ de grandes áreas de terra urbana que, em muitos casos, caracterizavam-se como enclaves no interior de áreas urbanizadas formalmente, restritas, por sua vez, às parcelas mais ricas da população. Uma vez que o processo de urbanização avançava, restringindo a oferta de áreas disponíveis para a urbanização (realização do valor no processo de produção do espaço), a

¹³ FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos. *Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental (1831-1983)*, São Paulo Projeto, 1983.

¹⁴ Imobilização no sentido de que, ao serem produzidas à revelia das determinações urbanísticas e jurídicas que definem a economia política urbana, principalmente no que diz respeito à regulamentação da propriedade da terra, essas frações do espaço urbano não poderiam ser incorporadas ao circuito da realização do valor através do processo de produção do espaço urbano via mercado imobiliário e construção civil.

remoção das favelas em áreas urbanas centrais (mobilização dessas áreas) transforma-se em política pública, camufladas, muitas vezes, como ações de assistência social. Surgem as primeiras experiências nas quais a remoção de favelas se associa à construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, articulando, dessa forma, a mobilização de áreas centrais (valorizadas) passíveis de intervenções por parte do Estado e do mercado imobiliário com a transferência de recursos para a construção civil e indústrias de base, fórmula que alcançaria seu máximo desenvolvimento nos anos 60 e 70.

A partir de 1940, a Prefeitura do Distrito Federal (RJ) intensifica um programa de erradicação de favelas, criando os “Parques Proletários Provisórios” numa visão autocrática de “reeducar, reajustar e recuperar o morador, integrando-o novamente na sociedade como elemento útil e produtivo”.

O programa realizou em 1942 a transferência de parte da favela da Praia do Pinto, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, para o “Parque Proletário 01”, na Gávea, com 700 unidades e dos moradores da favela do Livramento e do Morro do Pinto, para o “Parque Proletário 02”, no Caju, em 1944 foi ocupado o “Parque Proletário 03” no Leblon, também com moradores da Praia do Pinto.

Em 1962 o Governo do Estado da Guanabara criou a COHAB-GB para empreender um programa de remoção de favelas, contando com recursos obtidos através da USAID.

As primeiras experiências eram compostas por conjuntos de casas isoladas, e foram denominadas: Vila Kennedy em Senador Camará; Vila Aliança em Bangu; e Vila Esperança, em Vigário Geral. Para esses conjuntos foram removidos os habitantes de doze favelas, em sua maior parte da zona sul da cidade.

As novas áreas com distância de 30 a 40 km das originais, mal servidas de transporte e de infraestrutura urbana causaram impacto extremamente negativo na relação moradia – trabalho dos removidos, levando como consequência extrema à desestruturação de diversas famílias (FINEP, 1983, p.54-68).

É possível perceber que, se inicialmente, admitia-se a possibilidade da criação de “Parques Proletários” em bairros como Gávea e Leblon, com o desenvolvimento dessas políticas de “integração”, a remoção de moradores de favelas localizadas em áreas valorizadas (zona sul) para áreas periféricas (Vigário Geral, Bangu) consolidou-se como solução.

Persistia, portanto, a inserção precária dos contingentes populacionais que migravam para os grandes centros urbanos. O processo de migração que viabilizou a construção da nova capital pode ser tomado como um exemplo nesse sentido. Milhares de pessoas foram

mobilizadas para o trabalho nessa obra que representava, entre outras coisas, uma nova organização institucional do Estado, uma nova escala de intervenção no território e uma nova fronteira a ser desbravada. No entanto, os bens e serviços necessários para a plena reprodução da fração da força de trabalho que se fixou em Brasília não haviam sido contemplados em seu planejamento.

2.4. O MILAGRE BRASILEIRO E SUA CRISE

Com a instauração do novo regime a partir de 1964, o Estado brasileiro passa a centralizar seu programa econômico no controle do processo inflacionário, com o objetivo de restituir condições favoráveis à retomada dos investimentos públicos e privados e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Em um primeiro momento, as medidas adotadas nesse sentido foram a contenção dos meios de pagamento e o corte nos gastos públicos, semelhantes às adotadas anteriormente ainda no governo de João Goulart. Do mesmo modo como no período anterior, mostraram-se ineficazes, resultando numa forte recessão que se prolongaria até 1967.

As condições para a retomada do crescimento seriam aparentemente restabelecidas a partir do momento em que as políticas públicas deixaram de promover a contenção da demanda, até então tratada como origem da inflação, a partir da retomada dos gastos estatais e do aumento do crédito para a produção. Na base dessas reformas estava a reestruturação do mercado de capitais, no sentido de garantir maior autonomia do mercado financeiro em relação à produção e maior fluidez dos recursos poupados, no nível das famílias, e acumulados (lucros não distribuídos), no nível das empresas privadas. Segundo Francisco de Oliveira (2003),

Um complicado sistema foi montado, com a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento, que são a estruturação da expansão das empresas monopolísticas. Sem embargo, o mercado financeiro transformou-se ele mesmo em ativo competidor dos fundos para a acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta alocação dos recursos. Assiste-se, então, ao dilema em que hoje está a economia: para fazer com que as aplicações nos mercados de capitais não sejam um concorrente às aplicações na órbita produtiva, é necessário que as taxas de lucro do mercado financeiro se aproximem das taxas de lucro reais, mas essa operação pode ter como resultado matar a “galinhas dos ovos de ouro” (p.102).

Todo o esforço empreendido no sentido de ampliação dos créditos para capitalizar a produção não conseguiu obter os resultados esperados, pois o “descolamento”¹⁵ entre as esferas do capital financeiro e da produção, com a maior rentabilidade da primeira, impediu que a acumulação aparentemente viabilizada pelos mercados de capitais se transformasse em capital destinado ao financiamento da produção industrial.

Maria da Conceição Tavares chama a atenção para uma contradição entre as possibilidades de acumulação real, a partir da produção, e a acumulação via mercado financeiro. Ela reside no fato de que somente a partir de um crescente endividamento público e privado tornar-se-ia possível manter uma base “real” para a acumulação financeira, essencialmente especulativa.

Esse processo de expansão especulativa mantém uma permanente tensão inflacionária e distorce violentamente a alocação de recursos do setor privado, favorecendo, sobretudo, as atividades ligadas à diversificação do consumo, e esterilizando, assim, do ponto de vista macroeconômico, volumes crescentes de poupanças, num verdadeiro círculo vicioso de acumulação improdutiva (TAVARES, 1972, p.245).

¹⁵ Expressão cunhada por Maria da Conceição Tavares para definir o processo. Segundo a autora, “Um processo de acumulação financeira significa, basicamente, a capitalização de rendas obtidas a partir de títulos financeiros que constituem ‘capital’ apenas no sentido genérico de um direito de propriedade sobre uma renda. A realização dessa renda não repousa, diretamente, no processo de produção, mas em um direito de participação no excedente gerado por uma empresa ou pela economia em seu conjunto. Esse direito pode estar regulado juridicamente como no caso dos títulos de renda fixa, ou ser aleatório, baseado tanto nas expectativas de rentabilidade da empresa emissora como nas regras do jogo institucional e do comportamento da própria empresa (caso das ações e outros ativos financeiros de renda variável). Neste caso, o valor do capital pode flutuar intensamente segundo as características do mercado de valores, a confiança do público, a situação econômica das empresas e a própria política de distribuição de lucros” (TAVARES, 1972, p.234).

O problema estaria, portanto, em um processo permanente de direcionamento de capitais excedentes, gerados pela extração de mais-valia na produção, para sua aplicação no mercado financeiro, de rentabilidade aparentemente maior, que, mantido em um patamar avançado em relação às suas possibilidades reais de sustentação, poderia provocar uma ruptura crítica na expansão da economia. A alternativa a esse quadro seria promover uma maior integração entre os setores produtivos e o mercado financeiro, com o controle da especulação e da canalização dos recursos para os setores com maiores potencialidades para gerar acumulação real.

A reforma do sistema financeiro instaurada após 1964 definiu uma nova divisão de tarefas entre as instituições responsáveis pela distribuição dos créditos. Assim, às financeiras caberia o financiamento do consumo de bens duráveis; aos bancos comerciais, o financiamento do capital de giro das empresas; e aos bancos de investimento, o atendimento à demanda de recursos a longo prazo destinados a financiar a acumulação de capital¹⁶. Como elemento importante dessa reforma “foi criada uma instituição oficial – o BNH – amparada por recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e que se destinava a estimular o setor de construção civil, garantindo, em última instância, a operação das agências privadas de crédito imobiliário” (TAVARES, 1983, p.108).

O Banco Nacional da Habitação – BNH – se configurava como instituição responsável pelo financiamento da expansão imobiliária urbana, apoiado na utilização de recursos de poupança compulsória (FGTS) e poupanças espontâneas, estabelecendo um sistema de relações de débito e crédito entre unidades privadas (famílias, construtoras e incorporadoras) intermediadas por agentes financeiros privados e estatais. Era responsável por estabelecer

¹⁶ “As três grandes funções operacionais dos sistemas financeiros são: 1- criar crédito ampliado com base na amplificação das relações débito-crédito entre empresas, famílias e instituições financeiras; 2- intermediar a transferência de capital de empréstimo através da diversificação e acumulação de ativos financeiros suscetíveis de utilização por parte das empresas e instituições superavitárias; 3- finalmente, o sistema financeiro deveria gerir e direcionar os volumes aglutinados de capital-dinheiro no sentido de dar suporte aos movimentos de acumulação real, especialmente quando se trata de avançar capital para projetos de grande porte e largos prazos de maturação” (TAVARES, 1983, p.109).

uma mediação “produtiva” entre mercado financeiro e as indústrias de base, tendo como foco de suas operações o processo de produção do espaço urbano. A modernização urbana e a especulação imobiliária seriam, desse modo, financiadas diretamente pelos trabalhadores.

No entanto, a expansão imobiliária urbana esperada, ou necessária, constituía-se como um processo de acumulação real de grande porte e longos prazos de maturação, cujo financiamento não se constituiu de forma clássica, pois “não foi efetivamente desenvolvido pelo sistema financeiro, mas remetido à esfera do Estado, onde se processa de modo específico e incompleto” (TAVARES, 1983, p.110).

A criação desse sistema fazia parte de um conjunto de ações no âmbito da reorganização institucional, empreendidas pelo Estado brasileiro, no sentido da estabilização e desenvolvimento da economia, a partir do controle da inflação, contenção salarial, estímulo e financiamento da produção e modernização do sistema financeiro. Além da criação do sistema SFH/BNH (Sistema Financeiro da Habitação/Banco Nacional da Habitação), também foi criado o Banco Central, através do qual se estabeleceram novos parâmetros para a política monetária, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), a correção monetária e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).¹⁷

O sistema SFH/BNH se colocava como uma tentativa de forçar a manutenção de um fluxo constante de capitais do mercado financeiro para a produção, mais especificamente para um setor que representava a integração entre indústrias de base, a indústria da construção civil, o mercado imobiliário e uma demanda crescente por moradia e infraestrutura urbana, resultado da acentuação do processo de urbanização.

¹⁷ “O SFH possibilitou a capitalização das empresas ligadas à provisão de habitações, permitiu a estruturação de uma rede de agentes financeiros privados, permitiu a realização dos financiamentos à produção e também o financiamento do consumo” (MARICATO, 1987, p.30).

“Assim, a criação do SFH obedeceu a uma estratégia do governo militar de canalizar as poupanças compulsórias (FGTS) e voluntárias numa atividade que gerasse empregos e amenizasse os conflitos de classe...” (TASCHNER, 1997, p.30).

A criação do FGTS, em 1966, em substituição à cláusula de estabilidade do tempo de serviço presente na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), garantiu a superação de um entrave à mobilidade da força de trabalho, necessária para a ampliação dos níveis de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que passava a garantir um fluxo constante de recursos para o sistema SFH/BNH, já que essa poupança compulsória (8% dos salários pagos mensalmente aos trabalhadores submetidos à CLT, depositado pelo empregador) seria gerida pela instituição e destinada ao financiamento da produção habitacional em grande escala. O banco promovia a distribuição dos recursos para seus agentes regionais, que gerenciavam a construção de grandes conjuntos habitacionais e, posteriormente, redes de infraestrutura, através de promotores privados. Esse novo modelo de intervenção tinha como objetivo promover investimentos na produção, principalmente nas indústrias de base, por meio da construção civil, setor que também seria responsável pela incorporação da força de trabalho mobilizada a partir do fim da estabilidade. Vislumbrava-se a instauração de um ciclo virtuoso na economia, que, aparentemente, viabilizaria a acumulação de capital necessária para a recuperação da modernização brasileira. O desenvolvimento da construção civil e das indústrias de base ampliaria a oferta de empregos formais, diretos e indiretos; os novos postos de trabalho gerariam novas contribuições para o FGTS, ampliando constantemente a capacidade de investimento do sistema SFH/BNH. Além dos recursos provenientes do FGTS, a partir de 1967 a produção habitacional também passou a ser financiada pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, criado com a função de gerenciar um novo modelo de poupanças voluntárias, as Cadernetas de Poupança.

O BNH – Banco Nacional da Habitação – sempre teve o papel de incentivo à atividade da indústria da construção, que aparecia enquanto geração de novos e de maior quantidade de empregos. A essa indústria foram destinados créditos abundantes.

Em meados da década de 70, o BNH consolida a direção de uma política de desenvolvimento urbano; em outros termos, o ramo da construção pesada se afirma frente ao de edificações, a partir de recursos em obras urbanas e pólos econômicos. Em 1976, 34% das aplicações do BNH são dirigidas ao saneamento, transportes, urbanização, equipamentos comunitários, fundos regionais de desenvolvimento urbano e pólos econômicos. O saneamento básico foi a porta pela qual o BNH começou a aplicar no desenvolvimento urbano; o que já se propunha pela lei de sua criação. Em 1971, foi criado o Plano Nacional de Saneamento – Planasa – e, já em 1969, o BNH é autorizado a aplicar recursos do FGTS nos sistemas de abastecimento de água e esgoto. Em 1973 é criado o programa Fundos Regionais de Desenvolvimento Urbano. Em 1974 são criados o Financiamento para Urbanização (Finurb), o Financiamento para Sistemas de Transporte Urbano de Passageiros (Fetren) e o Financiamento para o Planejamento Urbano (Fiplan). Em 1975 é criado o Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos (Prodepo). Em 1973 é instituído o Plano Nacional de Habitação Popular – Planhap – que reafirma a prioridade da habitação popular, sob a promoção das Companhias de Habitação, envolvendo a participação dos estados e municípios, no financiamento dos conjuntos habitacionais (DAMIANI, 1999, p.123).

Mesmo representando uma nova articulação entre o mercado financeiro e a produção, preenchendo algumas lacunas presentes nas políticas que o antecederam, o sistema SFH/BNH não conseguiu superar as contradições inerentes ao processo de valorização do valor. Apesar de distribuir recursos para um ramo produtivo com grande potencial para produzir acumulação, a esfera financeira sempre se colocou como prioridade, pois, mesmo de modo fictício, representava a possibilidade de se alcançar maiores rentabilidades. Um exemplo nesse sentido foi a redução progressiva dos volumes de financiamento destinados às camadas da população com rendas mais baixas, visando o atendimento das famílias com maior renda e maior capacidade para restituir os recursos ao sistema. Segundo Maria da Conceição Tavares (1983), “todos os sistemas financeiros cumprem a função intrínseca de centralização dos excedentes financeiros ou do capital-dinheiro sem aplicação rentável e/ou segura no setor produtivo. Vale dizer, cumprem a função que lhes é específica num sistema capitalista: de valorizar o capital no circuito financeiro” (p.109). Desse modo, aparentemente, o Estado brasileiro definiu uma estratégia para viabilizar parte da acumulação real necessária para o

crescimento econômico a partir da construção civil, o que faz sentido ao se analisar as particularidades desse ramo, principalmente sua articulação com as indústrias de base. No entanto, ao incorporar a essa estratégia um modelo de gerenciamento de recursos que passava pelo mercado financeiro sem a mediação estatal suficiente (o que talvez nem fosse possível), estabeleceu uma contradição que, por ser insuperável, levou ao colapso do sistema.

É possível afirmar que a reorganização de parte do sistema financeiro em função da necessidade de financiar a construção civil, especialmente a produção de moradias para a população de baixa renda, relacionava-se com uma característica importante desse setor da produção, que diz respeito ao uso intensivo de força de trabalho, que representa uma elevada taxa de capital variável e, conseqüentemente, altas taxas de extração de mais valia¹⁸. Desse modo, o capital proveniente do mercado financeiro possibilitaria a realização daquilo que Maria da Conceição Tavares (1983) trata como acumulação real. Por outro lado, na tentativa de assumir o controle de parte da oferta de moradias para a população que representava o exército industrial de reserva que deveria compor o processo de industrialização, o Estado brasileiro buscava a garantia da manutenção do rebaixamento dos custos de reprodução dessa força de trabalho, situação que determinaria as principais características do urbanismo produzido a partir desses programas.

¹⁸ “Assim, uma frágil composição orgânica do capital e taxas de lucro mais elevadas, corresponde a um atraso no processo de desenvolvimento das forças produtivas; o caráter estruturalmente conservador da empresa, a resistência à inovação do operário qualificado da manufatura criada pelo modo de desvalorização de sua força de trabalho; a deformação do consumo que a própria manufatura cria; a propriedade privada do solo, seu retalhamento, negócios, etc. Para explicarmos um fenômeno tão comum e anormal, se considerarmos a necessidade crescente de espaço construído, devemos procurar uma causa mais geral: a necessidade patológica do sistema, que importantes setores da produção sejam mantidos em situação de atraso tecnológico para frear temporariamente a queda estrutural da taxa de lucro provocada pela industrialização. É evidente que este problema pode ser resolvido nas metrópoles com a transferência de responsabilidade na coleta de uma considerável massa de valor aos países subdesenvolvidos. Mas essa transferência, que já está acontecendo, é lenta, difícil e problemática. É por isso que um grande cuidado é exigido nos projetos de industrialização da construção, esta última não estando ainda completamente realizada, mesmo nas metrópoles mais desenvolvidas” (FERRO, 2006, p.204-205).

Nesse sentido, Francisco de Oliveira (1982) vai afirmar que, com o Estado Novo, a intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho vai se apresentar como o aspecto mais importante da relação entre o Estado e o urbano no Brasil, na medida em que a nova “composição técnica dos bens de capital” que se colocava “rompia, de uma forma radical, com esta especialização (da força de trabalho) e portanto tinha em si mesma a virtualidade de fundar um novo mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 1982, p.46). Essa especialização possibilitava a existência de um mercado no qual o custo de reprodução da força de trabalho não era regulado pelo Estado, mas definido por uma relação direta entre empresa e operários (como, por exemplo, nos casos em que as indústrias construíam as moradias de seus funcionários). A partir da regulamentação das relações entre capital e trabalho, o “Estado fixa o preço da força de trabalho em qualquer latitude”, possibilitando que o capitalista individual “saiba por quanto contratar sua força de trabalho, elemento absolutamente indispensável para a constituição do cálculo econômico burguês” (OLIVEIRA, 1982, p. 47). Examinando-se a política de financiamento e provisão de moradias que se desenvolveria a partir de 1964, é possível perceber certa radicalização nesse processo de intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho, radicalização que, inclusive, alinha-se com a interpretação de Francisco de Oliveira, visto que se desenvolveria no e através do espaço urbano. O planejamento estatal reuniria sob a mesma organização institucional, entre outros elementos, políticas de mobilização da força de trabalho na escala nacional, políticas de absorção maciça dessa força de trabalho em frentes de maior potencial para realização de acumulação e políticas de controle dos custos de reprodução dessa força de trabalho. Avançando em relação às análises do autor, é importante observar que, além da intervenção nas relações entre capital e trabalho, essas políticas também representaram uma intervenção nas relações fundiárias urbanas (lembrando-se que a terra é o segundo termo da fórmula trinitária de Marx), definindo, no

território das cidades, a localização e o modo de vida (o modo como suas relações sociais se realizariam no espaço) dessa força de trabalho.

Analisado a partir das experiências anteriores, o sistema SFH/BNH parece representar um avanço na abordagem dos problemas relativos à demanda por habitação, visto que estabeleceu um novo patamar para o equacionamento das questões referentes ao financiamento e a gestão dos programas, conseguindo, desse modo, viabilizar a produção de 1.118.059 unidades habitacionais¹⁹, distribuídas por todas as unidades da federação, até o ano de 1983.

Essa impressão, no entanto, não se sustenta quando se observa que essa produção não foi suficiente para incorporar à cidade formal todo, ou mesmo parte significativa, do contingente populacional que migrava na tentativa de se integrar ao novo contexto da produção. Isso porque, mesmo a partir de novas estratégias e novas formas de articulação entre capital, terra e trabalho, o processo de modernização brasileiro seguia dependendo da manutenção do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho como estratégia na tentativa de se viabilizar dentro da produtividade média estabelecida mundialmente. Os próprios conjuntos habitacionais representaram um esforço no sentido de controlar essa equação. No entanto, a elevação nos índices de inadimplência, que inclusive levariam a uma alteração no perfil socioeconômico do mutuário, indicaria a persistência de certa incompatibilidade entre a renda desse trabalhador e o custo de sua moradia. Suas alternativas, portanto, voltavam a ser a favela, o cortiço ou o loteamento clandestino.

Criou-se, desse modo, um programa habitacional de abrangência nacional, resultado da reorganização do mercado financeiro nacional, que direcionava recursos para o desenvolvimento das indústrias de base e da construção civil, que garantia a geração de empregos nesses e nos demais setores da produção, que seguia estimulando a migração para os principais centros

¹⁹ FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos. *Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental (1831-1983)*. São Paulo: Projeto, 1983.

urbanos e que, contraditoriamente, consolidaria a urbanização informal como única forma possível de integração desses contingentes no espaço urbano. Se nas décadas anteriores essa situação já podia ser observada, a partir dos anos 70 ela assume uma escala que impede que seja ignorada.

Por outro lado, ao promover tal reorganização do mercado financeiro e sua articulação com o mercado imobiliário, o Estado brasileiro consolida a integração definitiva do processo de produção do espaço urbano ao processo de modernização nacional, situação que vinha se configurando desde os primeiros anos da industrialização. Nesse sentido, a construção de conjuntos habitacionais e a implantação de infraestrutura urbana ganham outra dimensão, assim como os Planos Diretores e as Leis de Uso e Ocupação do Solo e Zoneamento, que se disseminam nesse período, tentando direcionar a expansão imobiliária sempre no sentido da garantia de maiores rentabilidades, tanto no campo produtivo quanto no especulativo. Expansão urbana e imobiliária, orientadas pelo planejamento urbano e concebidas pela arquitetura e pelo urbanismo, que, de fato, se realizariam nas décadas seguintes, não sem também realizar o seu aparente oposto.

A importância de se compreender as particularidades da modernização retardatária brasileira reside principalmente no fato de que após essas análises torna-se possível compreender, dentro desse universo, as formas pelas quais esse caráter retardatário se expressou e ainda se expressa no processo de produção do espaço urbano, permitindo, assim, que as análises a respeito dos papéis da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano nesse contexto superem a superficialidade daquelas análises que tratam o processo de desenvolvimento econômico e urbano de forma linear, tomando suas contradições, ou suas formas de expressão, apenas como ausência desse desenvolvimento, ou de um modo mais específico, como ausência de arquitetura, urbanismo e planejamento. É necessário compreender que há uma outra história por trás daquela a partir da qual comumente se apresentam as relações entre essas disciplinas e a sociedade.

Capítulo 03.

**Da crítica pautada pela luta de classes à crítica da constituição fetichista
da sociedade produtora de mercadorias**

À primeira vista, o processo de produção do objeto arquitetônico aparece como algo bastante corriqueiro, pautado por determinações que flertam com a obviedade, revestindo-se, assim, de um caráter essencialmente concreto. É constituído a partir da articulação entre capital, terra e trabalho, coisas igualmente corriqueiras que, a princípio, poderiam ser encontradas em quase todas as formas de vida social desde a pré-história. Essa articulação seria promovida por um sujeito bem definido, o arquiteto, que domina o sentido e o conteúdo de tal produção, executando, racional e conscientemente, as atividades necessárias para a realização de tal objeto.

Colocar tais obviedades em discussão na nossa sociedade, em um primeiro momento, pode parecer tão insensato quanto criticar a lei da gravidade. O confronto ao consenso estabelecido parece pertinente apenas em termos reduzidos, na medida em que essa “discussão só é possível no que respeita ao capital e à mais-valia, aos investimentos e ao salário, aos preços e às classes, ou seja, quando se trata de determinar a distribuição dessas categorias universais que regulam a troca entre os homens” (JAAPE, 2006, p.23).

Restringindo-se a uma abordagem que se limita a discutir apenas questões relativas às proporções nas quais seus objetos serão distribuídos entre as classes sociais, o atual debate a respeito da posição da arquitetura e do urbanismo na sociedade contemporânea desconsidera um aspecto fundamental dessa relação: a natureza abstrata dessa produção.

No Livro I de *O Capital*, na sua análise sobre o “caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, Marx critica o modo como a consciência burguesa trata “uma formação social em que o processo de produção domina os homens” (MARX, 1983, p.76), como se essa correspondesse a uma necessidade natural e não a uma formação constituída historicamente. Categorias de base da sociabilidade capitalista como o *valor*, o *dinheiro*, a *mercadoria*, o *trabalho abstrato* e o próprio fetichismo da mercadoria, antes de serem criticados como

elementos do núcleo central da modernidade, são tratados como componentes de um suposto núcleo central da humanidade, e sua crítica reduzida à crítica da sua distribuição desigual entre os homens.

Na base desse processo de naturalização das relações capitalistas de produção estaria, ainda segundo Marx, umas das “falhas básicas da Economia Política”, que se constitui no fato de essa “não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma valor, que justamente o torna valor de troca” (MARX, 1983, p.76).

A importância de retomar a crítica de Marx à forma valor como subsídio para uma crítica ao processo de produção de arquitetura está no fato de que, através de sua abordagem, será possível desenvolver, em termos mais precisos, as análises a respeito daquilo que no capítulo seguinte desse trabalho será tratado como sendo os pressupostos, a lógica e o sentido dessa produção, uma vez que esses elementos são, simultaneamente, constituídos e constituintes dessa forma social, pois, em um mesmo tempo, são determinados por ela e também a reproduzem. Definindo os termos a partir dos quais o processo de troca vai se desenvolver no modo de produção capitalista, a forma valor define o modo como os produtores vão se relacionar socialmente dentro desse processo, do mesmo modo como define quais características os seus produtos, ou o seu trabalho, devem assumir para que tal relação social – ou a troca – tenha condições de se realizar.

Para compreender as determinações da forma valor, é necessário compreender a natureza do valor de uma mercadoria e seu caráter abstrato. O *valor* de uma mercadoria é determinado pela quantidade, medida em unidade de tempo, de trabalho humano abstrato despendido em sua produção. Em um modo de produção no qual a troca de mercadorias se coloca como relação social dominante, é necessário que se estabeleça, socialmente, uma

característica comum a todas as mercadorias, que possibilite a equivalência entre suas diferenças, sem a qual a troca não seria possível²⁰. As diferenças entre os valores de uso motivam a troca, pois não há sentido na troca de objetos idênticos. Mas para que essa troca se realize, torna-se necessário um processo real de igualação. A igualdade entre as diferentes mercadorias não está pressuposta, e sim suas diferenças. A igualdade se coloca no processo de troca, pela abstração real²¹.

Marx identifica tal característica no fato de todas as mercadorias serem produzidas a partir do dispêndio de trabalho humano, do mesmo modo como identifica o caráter abstrato desse trabalho, sob o modo de produção capitalista. Abstrato no sentido de que, para servir de parâmetro para o estabelecimento do processo de troca de mercadorias, suas qualidades concretas (que permitem a produção de valores de uso distintos) devam ser suprimidas enquanto termo de comparação, na medida em que explicitam diferenças. No entanto, tendo-se em vista que a troca é motivada pelas diferenças existentes entre os valores de uso, também se coloca a necessidade da existência de diferentes trabalhos concretos que possibilitem a produção dessa diferenciação. Ainda assim, a comparação se estabelece nos termos da quantidade de trabalho despendido para a produção, medido em tempo, independentemente das particularidades concretas dos trabalhos envolvidos. Do mesmo modo como se apresenta a unidade contraditória entre valor de uso e valor, a igualdade entre os diversos trabalhos

²⁰ “O segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante” (MARX, 1983, p.62).

²¹ Faz-se necessário destacar que não se trata de um procedimento de abstração intelectual. Visto que no processo de troca os diferentes se igualam a partir da abstração de suas qualidades concretas, e que, sem essa abstração, tal equivalência e, portanto, a troca, não seriam possíveis, tem-se definido um processo de *abstração real*, no sentido de que tal *abstração real* se coloca como determinante para o pleno desenvolvimento das práticas sociais sob o modo de produção capitalista.

“Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficiente para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas” (MARX, 1983, p. 71).

privados concretos não está pressuposta. Ela se constitui socialmente na troca e historicamente na ascensão do sistema mundial produtor de mercadorias. Disso resulta que, sob o modo de produção capitalista, o trabalho se realiza como trabalho humano abstrato, pois somente dessa forma é capaz de conferir valor às mercadorias no interior do processo de troca e, assim, definir as possibilidades de sua realização enquanto tal.

As mercadorias produzidas sob essas determinações (seus valores de uso) são visíveis, mas o trabalho abstrato que as produziu não pode exprimir-se diretamente. O concreto, valor de uso, apenas se realiza como simples portador do abstrato, o valor, e sua existência somente se justifica, sob a sociabilidade capitalista, na medida em que garante ao abstrato uma expressão sensível. Sob as determinações da forma valor, o valor de uso de uma mercadoria, sua forma concreta, é o espelho no qual se torna possível a apreensão do valor, o conteúdo abstrato, de outra mercadoria, no processo de troca.

A mercadoria carrega em si uma unidade contraditória, pois enquanto produto do trabalho deve ser útil para aqueles que não a produziram, e assim representar um valor de uso, ao mesmo tempo em que possibilita, pela troca indiferenciada entre produtos do trabalho, que seu produtor acesse outras mercadorias, representando, assim, um valor de troca. Desse modo, essa dupla utilidade da mercadoria (ser útil para o uso e útil para a troca) possibilita – a partir do momento em que a troca, enquanto relação social, adquire uma extensão na qual coisas úteis sejam produzidas para a troca, já sob a forma mercadoria – que os trabalhos privados assumam seu caráter social, ou seja, que os homens coloquem-se socialmente a partir dos produtos do seu trabalho, desde que esse se realize como e no tempo de trabalho socialmente necessário. Segundo Jappe (2006),

a igualização do produto do trabalho com uma outra mercadoria na qual se exprime imediatamente o trabalho social não é de maneira alguma um processo inocente ou um procedimento puramente técnico. Trata-se antes de uma inversão, da qual Marx enumera três manifestações mais importantes, logo na análise da forma valor simples. ‘O valor de uso torna-se a forma fenomênica do seu contrário, o valor’: uma coisa sensível, o corpo de uma mercadoria, representa uma coisa sobrenatural, ‘supra-sensível’, puramente social: o valor. ‘O trabalho concreto torna-se aí a forma fenomênica de seu contrário, do trabalho humano abstrato’: o trabalho abstrato, que não criou o tecido, mas sim o valor do tecido, utiliza para exprimir esse valor o trabalho concreto do alfaiate que fez o fato (terno). Neste exemplo, o trabalho do alfaiate e o equivalente imediatamente trocável com todas as outras mercadorias. Por fim, escreve Marx, ‘o trabalho privado torna-se aí a forma de seu contrário, torna-se trabalho sob a forma imediatamente social’: o trabalho privado, no momento em que entra na troca, torna-se o mesmo trabalho que o de todos os participantes na troca (p.36).

Esse processo de abstração, que opera no sentido de reduzir todas as atividades a trabalho humano indiferenciado, também opera no sentido de colocar os trabalhos privados em relação uns com os outros, pois, enquanto mercadorias, tais trabalhos somente se realizam como *valor* quando inseridos no universo das trocas; o valor é uma abstração que não pode se manifestar senão de modo indireto, na relação de uma mercadoria com outras mercadorias.

Determinada por uma série de operações de abstração, a forma valor *aparece* aos homens como uma relação social determinada pelas qualidades concretas do trabalho e dos objetos. Desse modo, os processos sociais que definem as diferentes proporções a partir das quais será realizada a equivalência de diferentes mercadorias, inclusive aquelas produzidas como arquitetura, desenvolvem-se “por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição” (MARX, 1983, p.52). Marx destaca que a incompreensão da forma valor enquanto forma mais abstrata e mais geral do modo capitalista de produção, que é constituída historicamente, resulta na incompreensão e naturalização da *forma mercadoria*, da *forma dinheiro* e da *forma capital*, que são desdobramentos particulares daquela forma social moderna.

Os homens colocam seus trabalhos privados em relação uns com os outros, mas não de um modo direto, e sim sob uma forma aparentemente objetiva, sob uma aparência de coisa

quantificável, o trabalho abstrato, que, por sua vez, exprime-se a partir de um valor de uso²². No entanto, parece-lhes que são essas coisas que estão em relação, em um movimento vinculado as suas supostas qualidades naturais. O valor e a mercadoria se colocam como categorias fetichistas que dão fundamento a uma sociedade fetichista. Desse modo, “pode-se de pleno direito falar de uma identidade entre a teoria do valor e a teoria do fetichismo em Marx” (JAPPE, 2006, p.34).

A partir dessa análise, a mercadoria e as formas sociais dela derivadas perdem sua obviedade, sua naturalidade e não podem mais ser tratadas como pressupostos anteriores à sociabilidade capitalista. E, ainda, torna-se impossível considerar a existência de uma atividade produtiva, especialmente uma atividade voltada à produção do espaço urbano, que opere à margem dessas categorias. A constituição fetichista que fundamenta essa sociabilidade, que apresenta as relações sociais entre os homens como sendo relações entre seus produtos, “longe de ser uma ‘superestrutura’ pertencente à esfera mental ou simbólica da vida social, reside nas próprias bases dessa sociabilidade e impregna todos os seus aspectos” (JAPPE, 2006, p.34). Na arquitetura e no urbanismo, as relações sociais de produção e apropriação de seus objetos aparecem – e geralmente são analisadas pelos especialistas –, como relações autonomizadas entre edifícios, projetos e planos - entre coisas - consolidando uma perspectiva fundamentalmente fetichista que reconhece esses elementos como os sujeitos responsáveis por promover a superação das contradições observadas no espaço urbano.

É importante salientar que esse percurso crítico, que concentra suas análises no modo como a forma mercadoria e sua constituição fetichista determinam a produção de arquitetura e

²² “Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 1983, p. 71).

urbanismo, sendo também por ela determinadas, não se reduz a uma abordagem economicista. Antes disso, trata-se de uma crítica a uma forma de socialização na qual os indivíduos somente se relacionam quando colocam suas mercadorias em relação, sejam elas seu trabalho abstrato ou os objetos por ele produzidos. É uma crítica às formas sociais que subsumem a produção e apropriação do espaço a categorias abstratas, cuja finalidade central passa a ser a reprodução sempre ampliada do capital.

Apesar de serem reconhecidas, as condições elementares de socialização capitalista (trabalho abstrato, divisão social do trabalho, propriedade privada, igualdade jurídica, Estado etc.), que são decorrentes da generalização da forma valor, da forma mercadoria e de sua constituição fetichista, caracterizam-se como objetos um tanto refratários a crítica de um modo geral e a crítica em arquitetura de um modo particular; isso porque o desenvolvimento histórico dessas categorias também foi um processo de imposição de suas determinações às sociedades em processo de modernização, o que as transformou em constantes inquestionáveis, sendo tidas ideologicamente como insuperáveis. Consolidou-se um modo de pensar que projetou para toda a história da humanidade as mesmas categorias e formas sociais presentes no modo de produção capitalista, como valores naturais de convivência e reprodução da sociedade.

De fato, essas categorias, atualmente, são consideradas como pré-requisito para qualquer reflexão a respeito da modernidade. De um modo semelhante às chamadas leis naturais, não são questionadas em relação a seu “por que”, mas apenas em relação a seu “como”. Dificilmente se observa uma abordagem crítica que questione por que toda a sociedade deve se engajar em um processo de produção e consumo de mercadorias, que necessariamente deve se desenvolver de uma forma sempre ampliada e cuja magnitude se distancia constantemente de qualquer parâmetro concreto de necessidade. As discussões a

esse respeito concentram-se em aspectos relativos a como produzir, como consumir e, eventualmente, como distribuir essas mercadorias produzidas. E essa limitação no horizonte das reflexões a respeito da modernidade seria um importante obstáculo a ser superado para retirar essas categorias de sua condição de obviedade, para, então, criticá-las.

Em relação à arquitetura, esse processo de naturalização criticado por Marx pode ser compreendido como a base da constituição e consagração de uma interpretação do processo de produção de arquitetura que se fundamenta em uma abordagem parcial dos elementos envolvidos nesse processo, situação que será explorada no próximo capítulo desse trabalho.

A crítica de arquitetura, ao se concentrar sobre os resultados aparentemente concretos dessa produção (a parede, o edifício, o parque, o plano, a cidade), e não sobre as relações sociais que os determinam e que por ela são determinadas, despreza as formas sociais impostas pelo modo de produção e as operações de abstração que ocorrem “por trás das costas dos produtores”, culminando na impossibilidade de compreender seu caráter específico e crítico, assim como na impossibilidade de estabelecer questionamentos em relação ao seu “por que”. A partir do relativo consenso estabelecido em torno da naturalização das relações entre arquitetura e urbanismo e sociedade, questionar as razões que impõem ao processo de produção de arquitetura e urbanismo ou, ainda, ao processo de urbanização, um desenvolvimento sempre ampliado, pautado por determinações abstratas, transforma-se em um exercício sem sentido.

O processo de produção do objeto arquitetônico tem seu ponto de partida na propriedade da terra. É possível que tal propriedade pertença ao Estado, mas ainda assim se coloca como propriedade, como cisão entre homens e espaço, ou entre homens e meios de produção não produzidos. A concepção e a construção desse objeto se realizam a partir do trabalho abstrato e de sua divisão social. Arquitetos concebem, engenheiros calculam,

administradores fazem a gestão dos recursos, funcionários públicos fiscalizam, operários constroem. Todos esses trabalhos se organizam e se articulam a partir do tempo abstrato, do dinheiro e dos meios de produção disponíveis. Para tanto, existe uma série de ferramentas, uma delas o projeto, destinadas à otimização dessa organização, necessário, entre outras coisas, para que essa produção ocorra dentro dos níveis médios de produtividade socialmente estabelecidos. A produção no canteiro de obras tem se caracterizado por uma relação na qual o capital variável – força de trabalho contratada – prevalece sobre o capital fixo - máquinas e equipamentos. Tal distorção resulta em uma produtividade baixa, se comparada à da indústria mecanizada, mas, por outro lado, possibilita uma alta taxa de exploração de trabalho vivo e, conseqüentemente, de valorização do capital aplicado.

O objeto arquitetônico não circula, mas, produzido sob a lógica da forma mercadoria, coloca-se como tal. Vem ao mundo sob a aparência de um valor de uso, mas, produzido a partir de trabalho humano abstrato, tem valor. Sua aparente concretude encontra-se, desse modo, subordinada ao seu conteúdo abstrato. De outra maneira, seria impossível a socialização dos trabalhos privados despendidos e, conseqüentemente, sua realização enquanto valor. Segundo Marx (1983), “são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor” (p.53). Desse modo, mesmo não circulando (inclusive sendo caracterizado como bem imóvel), o caráter abstrato de sua produção e seu sentido (a valorização do valor) colocam o objeto arquitetônico em relação com o mundo das mercadorias²³; relação que se torna evidente quando se observa os movimentos especulativos

²³ “Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria” (MARX, 1983, p. 54).

do mercado imobiliário, que promove a oscilação dos preços dos imóveis a partir de sua relação com os demais imóveis, infraestrutura urbana, equipamentos públicos e privados, enfim, a partir de sua relação com outras mercadorias.

Como é possível observar, na base das relações sociais que constituem o processo de produção e apropriação da arquitetura, encontram-se categorias cujo processo de formação e generalização resultou do próprio processo de formação e generalização do modo de produção capitalista, condição que impõe a essa produção determinações que extrapolam aquelas que se relacionam estritamente a temas específicos da disciplina (programa de necessidades, funcionalidade, racionalidade²⁴, solução formal, técnica construtiva etc.). Temas que, de um modo geral, são tratados como fundamentais para o debate arquitetônico, consolidando a impressão de que a arquitetura poderia explicar-se por si mesma.

Essa interpretação, em geral, fundamenta-se na defesa da autonomia da arquitetura enquanto expressão artística e cultural, e em algumas decorrências dessa abordagem, como, por exemplo, a apologia à figura do arquiteto como sujeito no processo social. No entanto, essa autonomia somente seria possível de se realizar no campo da aparência, pois, de fato, a arquitetura, assim como as demais atividades produtivas, segundo Marx (1983), *aparecem* como *autonomizadas* do sistema social. Ou seja, apesar de estar integrada à sociabilidade capitalista, reproduzindo-se e reproduzindo-a, e relacionando-se com os demais ramos produtivos a partir de suas categorias, prevalece, em função do caráter fetichista dessa sociabilidade, a ilusão de seu possível isolamento.

Marx desenvolve seu conceito de *autonomização* principalmente no capítulo XLVIII de *O Capital*, no qual discorre sobre a “*Fórmula Trinitária*”, apresentando um resumo de sua obra a partir da análise das relações entre capital, terra e trabalho.

²⁴ Aqui o termo é considerado enquanto racionalidade segundo as noções consagradas pela teoria de arquitetura, e não como a racionalidade contraditória característica do modo de produção capitalista. Sobre a evolução da noção de racionalidade dentro da história da arquitetura, ver: MONTANER, Josep Maria. *El racionalismo como método de proyectación: progreso y crisis*. In: La modernidad superada. Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX. Gustavo Gili, Barcelona, 1998.

A fórmula trinitária é tomada como emblema para o modo com que a aparência fragmentada e fragmentária do mundo é tratada pela sociedade como a substância do mesmo mundo. A relação direta entre *parecer* e *ser* encobre as relações realmente materiais ali presentes, anulando, ao menos no campo da aparência, as contradições existentes. Porém, mesmo dentro dos próprios termos das ciências modernas que planificam o mundo segundo essa ordem, notadamente, nesse caso, a arquitetura e o urbanismo, a relação entre os componentes da trindade de onde elas partem aparecem como impossíveis ou inexistentes. Segundo Marx (1983),

Capital, terra, trabalho! Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital como ouro e prata são, em si, dinheiro. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição (p. 269).

No reconhecimento do sentido dessa produção, assim como dos processos sociais que garantem sua reprodução, reside parte do principal argumento que permite o desenvolvimento de uma análise da arquitetura como uma disciplina historicamente constituída, e não simplesmente como resultado de uma necessidade natural do homem em sua relação com o espaço, de uma “condição universal do metabolismo entre Homem e Natureza” (MARX, 1983, p. 153).

Superando o consenso em torno da naturalização das formas sociais determinadas pelo sistema mundial produtor de mercadorias, torna-se possível avançar no sentido de explorar algumas contradições presentes no interior da própria teoria marxista, que acabaram por legitimar esse consenso em torno dessa abordagem, privilegiando, a partir da noção de luta de classes, a crítica à distribuição dos valores produzidos pela classe trabalhadora em detrimento da crítica a sua própria produção.

Uma leitura atenta da obra de Marx permite compreender sua teoria a partir de dois pontos de vista: um que coloca como objeto da crítica a exploração da classe trabalhadora pelo capital e a desigualdade observada na distribuição do valor por ela produzido; outro que tem como foco da crítica as categorias elementares de socialização capitalista, a saber: a forma mercadoria, sua constituição fetichista e as demais formas sociais dela derivadas: forma valor, forma dinheiro etc. A convivência dessas duas perspectivas de crítica na obra de Marx o levou Robert Kurz a desenvolver a ideia da existência de um “duplo Marx” (KURZ, 2001)²⁵.

Com base nessa interpretação, é possível identificar alguns elementos que podem auxiliar na caracterização e compreensão dos polos desse “duplo Marx”, em uma tentativa de analisar as formas como cada um deles foi tratado como referência para o desenvolvimento da crítica ao modo de produção capitalista.

A abordagem proposta pelo autor apresenta-se como um exercício no qual as contradições internas da teoria de Marx são expostas, privilegiando a tensão gerada por essa exposição no sentido da elaboração de um novo percurso teórico e crítico.

Trata-se de uma evasão que só pode ter caráter provisório, afinal o pensamento crítico será implacavelmente reconduzido ao obstáculo que terá que ultrapassar. E este obstáculo certamente é muito difícil de ser enfrentado, sobretudo porque o pensamento marxista praticado até os dias de hoje também é obrigado a saltar por cima da própria sombra. Poder-se-ia trocar esta metáfora um tanto estranha por uma outra: o marxismo esconde um cadáver em seu porão, que não pode mais ficar escondido por muito tempo (KURZ, 2001, p.2).

O autor, crítico da ideia da morte do marxismo, afirma que haveria um cadáver guardado no porão dessa teoria. Trata-se fundamentalmente de um dos polos do “duplo Marx”: o modo como essa teoria foi recebida pelo antigo movimento operário, marcada, entre

²⁵ Debate que não se restringe à obra de Robert Kurz, mas também de outros autores que desenvolvem uma teoria crítica do valor, como Anselm Jappe e Moishe Postone. A esse respeito, ver: JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria. Para uma Nova Crítica do Valor*. Lisboa: Antígona, 2006. POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx's critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. (trad. Cássio Boechat).

outras coisas, pela centralidade do conceito de “luta de classes” como objeto de análise a partir do qual se pretendia criticar e combater o modo de produção capitalista.

A teoria de Marx, vulgarizada por interpretações unilaterais até tornar-se “marxismo”, foi privada de sua crítica decisiva da forma do sistema burguês moderno de reprodução; a crítica da forma-mercadoria que culmina no conceito de fetichismo, criado por Marx, foi eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo. No lugar de um conceito da forma do sistema produtor de mercadorias e de sua condicionalidade histórica aparece, dessa maneira, um conceito reduzido das “classes em conflito”, como suposta razão última da socialização; o *constitutum* tornou-se *constituens*, o fenômeno secundário das classes sociais foi transformado num fato inquestionável. Assim, em vez de criticar o próprio capital, passou-se a criticar “os capitalistas” que tinham de aparecer como sujeitos pessoais da relação social da mercadoria, que na verdade não tem sujeito algum (KURZ, 2004, p.44-15).

Segundo o autor, essa abordagem da teoria marxista, desenvolvida e apropriada pelo movimento operário, deveria ser alçada a esta condição de sombra a ser ultrapassada principalmente pelo fato de essa identidade de classe ter encontrado seu sentido em uma “ontologia equivocada do trabalho, que não foi compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas sim de forma quase bíblica (isto é, protestante) como essência da eterna humanidade que apenas externamente foi violentamente modificada pelos sujeitos ‘exploradores’, os capitalistas” (KURZ, 2004, p.45). Outro aspecto a ser destacado é a interpretação, por parte do marxismo do movimento operário, do processo de modernização como algo essencialmente positivo, cujos benefícios poderiam ser melhor ou pior compartilhados pela sociedade de acordo com a “classe” que estivesse à frente do processo.

O que condenaria, portanto, o marxismo do movimento operário seria justamente o fato de que a sua crítica ao capitalismo não se referia ao todo lógico e histórico desse modo de produção, mas apenas a determinados estágios de desenvolvimento já percorridos ou a serem superados. A obsolescência desse marxismo ligado à parte da esquerda política e sindical

relacionar-se-ia, portanto, à obsolescência das bases do processo de modernização, das quais destacar-se-ia a crise do trabalho abstrato enquanto substância do valor e mediação social, em um momento histórico no qual o processo de valorização prescinde cada vez mais da exploração do trabalho vivo; relação estabelecida pelo fato de que essa reflexão teórica se movimentou apenas pelo interior das categorias capitalistas, não conseguindo interpretá-las criticamente.

Dessa forma, o movimento operário não conseguiria contribuir para a superação do modo de produção capitalista, mas, ao contrário, contribuiria para seu desenvolvimento, representando uma “inquietação interna propulsora, o motor vital e de certo modo o técnico de ajuda ao desenvolvimento da socialização capitalista” (KURZ, 2001, p.3). A sua luta não se caracterizava, portanto, como uma luta pela sua emancipação em relação ao capitalismo e as suas categorias fundamentais, mas, sim, como uma luta pelo reconhecimento positivo da classe trabalhadora dentro do capitalismo. Diante disso, faz-se necessária uma análise a respeito das condições que determinaram a consagração, pelo menos no chamado “século do movimento operário”, do Marx “exotérico” sobre o Marx “esotérico”:

Assim, vemos-nos diante de um Marx “exotérico” (que é voltado para fora, de fácil recepção) e um Marx “esotérico” (que pensa categoricamente, de difícil acesso). O Marx exotérico é o positivamente voltado para o desenvolvimento imanente do capitalismo, enquanto o Marx esotérico é o teórico voltado para a crítica categórica ao capitalismo (KURZ, 2001, p.9).

Inicialmente, será necessário retomar os argumentos em torno do caráter *não-simultâneo* do processo de modernização. Conforme discutido anteriormente, a *não-simultaneidade* das formas assumidas pela modernização retardatária não indicaria incompletude do processo modernizador, e sim a convivência entre formas particulares de realização desse processo, que poderiam se apresentar em diversos níveis. Considerando-se o

período no qual Marx desenvolveu sua obra – o século XIX –, é possível afirmar que o modo de produção capitalista era, de certa maneira, *não-simultâneo* em relação a si mesmo. Se, por um lado, esse modo de produção já apresentava a sua lógica interna desenvolvida, por outro, as formas especificamente capitalistas ainda conviviam com relações pré-capitalistas em decadência. Nesse sentido, o repúdio a esse estado das coisas se colocava como uma crítica ao capitalismo, mesmo que na verdade se tratasse de uma crítica ao não desenvolvimento pleno do modo de produção.

Por essa razão, o conceito de modernização não era tão unidimensional como hoje, mas sim sobrecarregado de uma espécie de crítica intercapitalista (poder-se-ia até dizer: uma autocrítica interna progressiva do capitalismo ainda não concluído). Isso ainda fazia mais sentido quando se tratava de uma luta de classes aparentemente muito fácil de ser definida. Por um lado, os próprios sujeitos capitalistas dos séculos XVIII e XIX, ainda munidos de modelos de pensamentos e comportamentos pré-modernos, tendiam a tratar com paternalismo e ares senhoriais autoritários os assalariados por eles explorados como dependentes pessoais, embora, no caso do “trabalho assalariado livre”, obedecendo à sua forma, devesse tratar de contratos legais entre iguais. Por outro lado, os assalariados e suas organizações, que primeiramente foram oprimidos pelo Estado, reivindicavam justamente esse caráter de relações contratuais em um mesmo pé de igualdade jurídica, em oposição ao caráter dominador e manifestamente pessoal da relação de capital que empiricamente ainda não correspondia ao seu conceito lógico (KURZ, 2001, p.4).

Essa *não-simultaneidade* interna também convivía com uma *não-simultaneidade* externa nacional-estatal e nacional-econômica, resultado do processo de modernização retardatária pelo qual passaram os países europeus que se iniciaram no capitalismo após a Inglaterra. A conjunção desses fatores determinou o modo como se desenvolveu a crítica ao capitalismo formulada pelo movimento operário, que colocava a classe trabalhadora como vanguarda na tentativa de superar o atraso de desenvolvimento em relação a outras nações capitalistas. Num certo sentido, essa crítica apontava para a transferência das tarefas burguesas relativas à modernização, não realizadas ou realizadas de modo muito lento pela “classe possuidora”, para o movimento operário. Tarefas ligadas a um desenvolvimento inicial da sociabilidade e produção capitalistas, como, por exemplo, a consolidação das

relações jurídicas civis, homogeneização do espaço social e modernização das estruturas familiares e culturais.

Nesse contexto, a teoria marxista garantia, de certa forma, uma expressão científica a essa missão da classe trabalhadora, tornando-se a porta-voz teórica do movimento operário, em sua condição de elemento constituinte do desenvolvimento capitalista.

Pode-se considerar que esse papel da teoria marxista se torna ainda mais significativo ao se observar que Marx produziu sua obra a partir da perspectiva do “subdesenvolvimento”²⁶ que caracterizava a Alemanha do século XIX. Essa perspectiva definia, em linhas gerais, o capitalismo como um modo de produção historicamente necessário, em nome do desenvolvimento das forças de produção, a partir do qual, então, poderia se efetuar a sua superação.

Em sua referência teórica positiva e em certo ponto histórico-filosófica, tanto à não simultaneidade interna quanto à não simultaneidade externa do capitalismo no século XIX, Marx pode ser lido como um sensato teórico da modernização e exatamente por isso, como “teórico-chefe” do movimento operário moderno. Nessa interpretação, vemo-nos às voltas com o conhecido Marx da “luta de classes”, do “interesse econômico”, do “ponto de vista do operário”, do “materialismo histórico” etc. Se a teoria marxista se deixasse absorver por isso, então ela se distinguiria de outras teorias da modernização apenas pela ênfase social dada, apenas através de sua terminologia específica e sua fundamentação teórico-histórica. Sob essa ótica, o programa de uma crítica ao capitalismo meramente imanente e voltada aos diversos níveis da não-simultaneidade estaria hoje esgotado, e com isso, Marx estaria liquidado (KURZ, 2001, p.7).

A alternativa, ou melhor, a justificativa que Kurz utiliza para reafirmar a pertinência da teoria marxiana encontra-se no outro polo do “duplo Marx”. Segundo o autor, a crítica elaborada por Marx às categorias fundamentais do capitalismo, ainda pouco explorada, seria a possibilidade de se retomar a crítica radical do sistema burguês de reprodução.

²⁶ É importante destacar que o termo “subdesenvolvimento” surgiu somente após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, ele é utilizado como forma de colaborar na exposição e compreensão dos argumentos.

O conceito central do Marx esotérico, que representa essa tematização crítica, e com isso a despedida emancipatória da modernidade, é o conceito de “fetichismo”. Com isso, Marx mostra que a aparente racionalidade da modernidade capitalista de certo modo só representa a racionalidade interior de um sistema absurdo objetivado: uma espécie de crença secularizada em coisas, a qual se manifesta nas abstrações tornadas palpáveis do sistema de produção de mercadorias, de suas crises, absurdez e resultados destrutivos para o ser humano e para a natureza (KURZ, 2001, p.20).

No entanto, conforme já comentado, apesar de serem reconhecidas, as categorias elementares de socialização capitalista não são identificadas como objetos passíveis de serem criticados; isso porque o desenvolvimento histórico dessas categorias também foi um processo de imposição de suas determinações às sociedades em processo de modernização, o que as transformou em constantes inquestionáveis, projetando para toda a história da humanidade as mesmas categorias presentes no capitalismo, como valores naturais de convivência e reprodução da sociedade.

Dentre essas categorias tidas como naturais ou essenciais para a reprodução das sociedades, o Estado se apresenta com certo destaque, principalmente quando se trata de sua relação com o processo de modernização. É possível considerar que as análises que tratam a modernização como um processo neutro tomam como pressuposto que também o Estado desfrutaria dessa condição, pois somente como suposto sujeito da modernização estaria posta a possibilidade da modernização “socialista”, mediante a incorporação das classes trabalhadoras nas devidas instâncias institucionais. O Estado seria uma instituição que, conduzida pela classe certa, poderia utilizar o desenvolvimento econômico para a realização menos desigual do processo de produção e reprodução da sociedade. Essa perspectiva, que coloca em disputa o Estado e suas formas de atuação, não discute as próprias determinações que incidem sobre ele.

Essa perspectiva fundamenta-se principalmente em um aparente antagonismo entre Estado e economia de mercado, que não observa a existência de um condicionamento

recíproco entre ambos na totalidade que lhes confere sentido. Essa totalidade cindida e contraditória, que assume a “forma mercadoria total da sociedade” (KURZ, 1995, p.191), representa-se em partes que sustentam sua aparência de autonomia e oposição, em regras próprias e imanentes de seu próprio desenvolvimento. Desse modo, o Estado aparece como campo privilegiado da política, no qual as decisões seriam determinadas principalmente pela disputa entre interesses divergentes, colocados como interesses políticos distintos. No entanto, o Estado, e qualquer uma de suas políticas, inclusive a aparente organização do mercado ou do desenvolvimento capitalista pelo planejamento estatal²⁷, somente pode conduzir suas ações, somente pode planejar dentro das categorias da mercadoria e do dinheiro²⁸. Essas formas lhe estão pressupostas.

Essa determinação formal pressuposta aparece nos próprios termos em que o Estado possa estabelecer qualquer regulação, completamente atrelada ao dinheiro, pois todas as medidas do Estado precisam ser financiadas, inclusive “o poder, no sentido mais imediato do termo, ou seja, as forças armadas” (KURZ, 1995, p.198). Ocorre que o Estado, entretanto, não possui recursos próprios ou autônomos, o que faz com que dependa do dinheiro que circula nas outras esferas da sociedade para financiar suas atividades. Essa necessidade de retirar da sociedade os pressupostos para o seu financiamento aparece, no entanto, em contradição com a própria finalidade do Estado, que consiste em subsidiar, em termos amplos, o próprio

²⁷ “O mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo “campo” histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho. [...] Esse ‘campo’, considerado na sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a ‘valorização’ ou a economicização abstrata do mundo” (KURZ, 1995, p.192).

²⁸ “Essa aceção de uma dominância estrutural fundamental do mercado ou da economia diante do Estado ou da política, é frequentemente denunciada como ‘economicismo’. Porém, não se trata aqui de um erro teórico, mas de um predomínio socialmente real do mercado sobre o pólo estatal-político” (KURZ, 1995, p.198).

processo de modernização²⁹.

Assim, o papel do Estado Moderno também pode ser compreendido a partir da forma de socialização que ele deve organizar, a começar pelas relações sociais subordinadas à forma-mercadoria, que devem necessariamente ser estabelecidas entre iguais proprietários de mercadorias. Ou seja, é necessário regulamentar os termos dessa igualdade e dessa propriedade privada, regulamentação que se processa na institucionalização dessa forma abstrata de relação social na figura do Direito, “já que todas as relações se transformam em relações contratuais com forma de mercadoria” (KURZ, 1995, p.193), sendo o Estado o responsável por organizar essa “máquina legislativa permanente”. O Estado também concentra suas ações nas funções que devem ser assumidas de maneira impessoal e não se traduzem em atividades rentáveis, ao menos num primeiro momento. Organizar a distribuição da riqueza social para os não trabalhadores – leia-se aqui crianças, idosos e inválidos, desempregados – ou ainda dar conta dos custos sobre os meios de produção não produzidos (meio ambiente, base fundiária, reservas naturais etc.) que são necessários para a produção de mercadorias. Além disso, o Estado ainda se envolve em atividades mais diretamente vinculadas à produção de mercadorias, por exemplo, atividades ligadas à produção de infraestrutura, como a construção das vias de circulação de mercadorias e força de trabalho, o abastecimento energético, a qualificação da força de trabalho (educação pública) e outras esferas de sua reprodução (saúde pública e habitação), as instituições de pesquisa e desenvolvimento das forças produtivas, a canalização de esgotos e tratamento do lixo, ou seja, “todos os pressupostos infraestruturais para uma produção científicizada de mercadorias”

²⁹ “Mas isso produz não apenas a dominância estrutural fundamental do mercado, como também uma contradição sistêmica interna igualmente fundamental, pois o Estado entra em contradição consigo mesmo, na medida em que os seus ordenamentos e atividades, por um lado, não tem outra finalidade senão fomentar o sistema de mercado da produção de mercadorias no seu território e mantê-lo em funcionamento. Por outro lado, o Estado precisa 'retirar' o dinheiro necessário para o financiamento, precisamente dessas atividades, do processo do mercado, restringindo, assim, a economia de mercado e agindo, por conseguinte, contra a sua própria finalidade, precisamente para cumpri-la” (KURZ, 1995, p.199).

(KURZ, 1995, p.195), cujos custos não são contabilizados por cada capital individual, mas aparecem como se fossem “substratos naturais gerais” (KURZ, 1995, p.195), quando são, em verdade, financiados pelo Estado. Finalmente, ainda pode ser considerada como atributo do Estado a produção direta de mercadorias³⁰ ou as políticas de subsídios e o protecionismo³¹.

A única forma de financiamento de todas essas atividades realizadas pelo Estado, assim necessárias para a própria reprodução de tais relações de produção, é a tributação dos rendimentos advindos da produção da riqueza social. Quando o recurso da tributação regular não é suficiente, o Estado passa a uma segunda estratégia de financiamento, que é tomar dinheiro emprestado da sociedade ou de outros Estados, no mercado financeiro. Se todas as possibilidades de financiamento com impostos ou com empréstimos se frustrarem, sobra ainda a última alternativa ao Estado, a de imprimir dinheiro. Entretanto, isso não é possível sem levar em conta a decorrência desse processo, a (hiper)inflação. O que demonstra novamente a articulação necessária da atuação do Estado com a forma pressuposta do mercado e a falta de autonomia que qualquer decisão politicoestatal pode ter com relação à forma mercadoria totalizada na sociedade, já que não pode criar dinheiro novo sem que este esteja em relação com a massa de dinheiro já existente na sociedade.

Desse modo, as relações entre Estado e mercado, economia e política não apresentam em sua constituição somente as dicotomias realçadas pelos teóricos que observam nesses termos o confronto entre mecanismos ligados ao “capitalismo” e ao “socialismo”. Antes de representarem lados opostos de uma disputa, Estado e mercado se articulam a partir de relações funcionais de duplo sentido. Mesmo as tentativas de realizar um planejamento

³⁰ “O Estado como empresário aparece sobretudo nas sociedades de 'modernização retardatária' [...]. Isso não é um acaso, pois em muitos países somente a máquina estatal podia alavancar, através da acumulação centralizada do 'trabalho abstrato' (Marx), a tentativa de estabelecer uma conexão com os países desenvolvidos” (KURZ, 1995, p.196).

³¹ “Mesmo quando o Estado não aparece diretamente como empresário, ele pode influenciar indiretamente o processo de mercado da produção de mercadorias através da regulação meramente jurídica, garantindo formalmente a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios e/ou protegendo as empresas, no seu território, da concorrência estrangeira através de medidas protecionistas” (KURZ, 1995, p.197).

urbano mais radical, no sentido de ter em seu horizonte a supressão das desigualdades, somente poderiam se desenvolver, na sociedade atual, a partir das formas definidas pelo modo de produção e geridas pelo Estado. Do mesmo modo, um planejamento urbano radicalmente oposto, liberal ao extremo, não conseguiria se desenvolver plenamente sem a participação do Estado. A necessidade recorrente de intervenção estatal nos momentos de crise, assumindo dívidas do setor privado ou financiando a sua produção, e a manutenção dos marcos legais necessários para viabilizar a especulação imobiliária, são apenas alguns exemplos nesse sentido.

Desconsiderando-se, em certa medida, o caráter crítico do processo de modernização e a necessidade constante de constituição de desigualdades inerentes a esse processo, ao mesmo tempo em que tratam o desenvolvimento das forças produtivas como algo essencialmente positivo, cujas contradições poderiam ser superadas através do planejamento e da reorganização dos papéis das classes sociais em sua gestão, as teorias pautadas pela tese do desenvolvimento desigual e combinado apontam para a possibilidade de superação das desigualdades, no sentido de um desenvolvimento igual, a partir da tomada do Estado e da constituição do socialismo, sem, no entanto, questionar os fundamentos da desigualdade material e social, que residiriam principalmente na necessidade tautológica de acumulação sempre ampliada de capital, processo já naturalizado e, muitas vezes, tomado como trans-histórico por essas abordagens. A crítica ao não desenvolvimento pleno do processo de modernização, ou ainda, a crítica à não constituição plena da sociabilidade capitalista, apareceria, desse modo, como uma crítica ao próprio capitalismo.

Capítulo 04.

**Arquitetura como processo:
Uma análise a respeito das contradições entre as determinações
concretas e abstratas de sua produção**

4.1. A MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA

É possível afirmar que a crítica ao não desenvolvimento pleno do processo de modernização, tomada como crítica ao modo de produção capitalista e as suas contradições particulares no contexto brasileiro, permeou, em momentos distintos e a partir de abordagens diferenciadas, o processo de formação e consolidação da Arquitetura Moderna Brasileira.

Como decorrência dessa perspectiva, do mesmo modo consolidou-se um relativo consenso em torno do papel de vanguarda dessa Arquitetura nesse processo de recuperação da modernização local, que representava, inclusive, a modernização, nos termos discutidos nos capítulos anteriores, da própria Arquitetura. Modernização que não se desenvolveria senão sob a contradição entre a missão de se constituir como sujeito do desenvolvimento nacional e a defesa, em alguns momentos incondicional, da autonomia (mesmo enquanto aparência de sua autonomização) da sua produção em relação aos processos e formas sociais que a determinavam.

Desse modo, o presente capítulo se propõe a apresentar os argumentos necessários para fundamentar um posicionamento teórico e crítico que identifica as limitações dessa perspectiva e suas consequências, apontando para a sua superação no sentido de uma abordagem centrada nos processos de produção e apropriação do objeto arquitetônico em suas diferentes escalas. Produção e apropriação, conforme discutido nos capítulos anteriores, determinadas por formas sociais específicas do modo de produção capitalista e pelo modo particular de sua realização no contexto brasileiro.

Considerando-se a necessidade de se analisar as tensões entre os termos das contradições presentes no processo de produção e apropriação da Arquitetura, procurando identificar principalmente aquelas que se desenvolvem pelas costas de seus produtores, tal

inflexão justifica-se pela necessidade de concentrar as reflexões a respeito da disciplina nos momentos em que suas contradições, resultado inevitável de uma realização e de uma e inserção contraditória na sociedade, constituem-se e explicitam-se, e não nos objetos que ocultam suas formas de expressão. Para tanto, faz-se necessário retomar o percurso no qual se torna possível identificar os momentos de formação, consolidação e crise da Arquitetura Moderna Brasileira, analisando-os a partir do referencial teórico e crítico desenvolvido até aqui.

Em um texto publicado em 1997³², sob o título “Lúcio Costa e a 'Boa Causa' da Arquitetura Moderna”, Otília Arantes apresenta a resenha crítica do livro “Registro de uma vivência”³³, obra que traz a compilação de toda a produção teórica de Lúcio Costa nos seus então 93 anos de vida. Nesse trabalho, relativamente pouco conhecido e de pouca repercussão no debate arquitetônico nacional, a autora concentra suas análises sobre o processo de formação da Arquitetura Moderna Brasileira e as particularidades de tal processo, tendo como fio condutor o papel de Lúcio Costa no desenvolvimento desses acontecimentos. O argumento central desenvolvido pela autora, no entanto, extrapola a interpretação linear de fatos históricos, concentrando-se, em determinado momento, na análise das contradições entre as determinações concretas (sítio, programa de necessidades, técnicas e tecnologias disponíveis) e as determinações abstratas (realização enquanto mercadoria) dessa produção, ou ainda, na forma como o conflito estabelecido entre tais determinações, no caso brasileiro, esclareceria um impasse que se estabeleceria no contexto da formação e consolidação da produção da Arquitetura Moderna Brasileira, persistindo até o presente.

Segundo a autora, no Brasil, a década de 30 é marcada como o período no qual se estabelece, principalmente a partir de Lúcio Costa, o projeto de formação e consolidação de

³² ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo. *O Sentido da Formação. Três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³³ COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

uma Arquitetura Moderna Brasileira. Vislumbrando um futuro no qual o processo de modernização se realizaria plenamente na sociedade, segundo os padrões materiais e sociais observados nos países centrais do capitalismo, através, principalmente, da generalização da industrialização, o mestre se concentrava na consolidação de uma Arquitetura que se anteciparia a uma sociedade à qual realmente deveria pertencer.

Mostrava-se necessária a superação da fase inicial vivida pelo modernismo brasileiro, influenciada, de acordo com o próprio Lúcio Costa, por certo espírito de libertinagem estética e social, que na arquitetura se materializava a partir da produção de experiências isoladas, modernistas em sua forma, mas ainda descoladas de um contexto político e social que permitisse sua caracterização como efetivamente Modernas.

Essa superação exigiria a convergência entre a sistematização de uma historiografia da arquitetura brasileira que estabelecesse os pressupostos teóricos e técnicos para a produção de uma Arquitetura Moderna de fato, assim como a constituição de um momento histórico nacional que estabelecesse seus pressupostos sociais, materiais e institucionais. A impossibilidade de intervir isoladamente no desenvolvimento político, econômico e social do país se mostrava com clareza para o arquiteto, apesar de esse fato não impedir que este percebesse a natureza das transformações estruturais que se desenrolavam a partir da Revolução de 1930, seguida pela instauração do Estado Novo. Em decorrência disso, a necessidade de se promover esse salto qualitativo na produção da arquitetura nacional aparecia como pertinente, reforçando o papel de vanguarda da disciplina. Por outro lado, sua formação e sua atuação, tanto profissional quanto intelectual, permitiriam que Lúcio Costa chamasse para si a responsabilidade de definir e consolidar os pressupostos a partir dos quais a nova arquitetura se desenvolveria.

Na condição de especialista em arquitetura tradicional brasileira, desde 1937 ligado ao SPHAN (Serviço de Patrimônio Artístico e Nacional, atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional), Lúcio Costa vasculha o passado arquitetônico nacional em busca de elementos formais e construtivos que legitimassem a produção Moderna que se pretendia estabelecer naquele momento. No entanto, mesmo recuando sua “linha evolutiva” até o período compreendido entre os últimos anos do Império e o começo da República, o arquiteto somente consegue observar, a partir de um olhar já pautado por sua formação moderna, “uma sucessão desconexa de episódios disparatados, nada enfim que permitisse pressentir qualquer estágio preparatório para o que haveria de ocorrer” (ARANTES, 1997, p.125). Na impossibilidade de reconhecer, na história brasileira, as conexões materiais e sociais que definiriam o caráter nacional do modernismo que se pretendia consolidar, Lúcio Costa passa a “recontar a história da arquitetura brasileira à luz do enxerto bem-sucedido da Nova Construção, fazendo-o por assim dizer como que irromper miraculosamente do chão brasileiro, dando, no entanto, a entender, com mão leve, que tudo poderia ser também fruto de uma feliz coincidência” (ARANTES, 1997, p.124).

No decorrer de sua pesquisa, pautada pelo objetivo de legitimar o processo de formação de uma Arquitetura Moderna Brasileira, Lúcio Costa já sabia o que deveria procurar. Formas simples, puras, desprovidas de ornamentos e concebidas por meio de uma interpretação “correta” das potencialidades de cada material; não por acaso, características também fundamentais às concepções estéticas e técnicas defendidas e praticadas pela Arquitetura Moderna produzida nos países centrais do capitalismo. Tal escopo, central na concepção racionalista da construção e do espaço que a Arquitetura Moderna pretendia generalizar, não havia, no entanto, sido referência para a produção arquitetônica brasileira do século XIX, pautada principalmente pelo ecletismo. Tais características somente poderiam ser

observadas nos exemplos remanescentes da arquitetura colonial do Brasil. Desse modo, a “honestidade construtiva” se transformou no elemento central dessa retrospectiva, fazendo a ligação entre os velhos mestres e pedreiros incultos, que produziram os melhores exemplares da arquitetura colonial brasileira, e os arquiteto modernos, responsáveis pela construção da nova tradição, ambos comprometidos com uma arquitetura “verdadeira”, apesar das diferenças evidentes entre as determinações que envolvem a produção de arquitetura em um contexto colonial escravista e a produção de arquitetura em um contexto de industrialização embrionária.

Ocorre que esse enredo é quando muito um belo voto piedoso. Embora fortemente apoiado na realidade, ou por isso mesmo, trata-se de um conto bem urdido – aliás de acordo, como acabamos de ver, com uma espécie de lógica espontânea da formação, sorte de esquema mental brasileiro a guiar os passos de nossos melhores espíritos – fantasia exata que veio desde então assumindo proporções mitológicas, tal o sucesso com que cada obra da Moderna Arquitetura Brasileira, grandiosa ou não, reforçava a fábula de sua própria origem miraculosa (ARANTES, 1997, p.126).

Se coube a Lúcio Costa estabelecer os pressupostos teóricos, técnicos e compositivos/estéticos que fundamentariam, pelo menos em tese, a produção da Arquitetura Moderna Brasileira, estabelecer os pressupostos materiais, sociais e institucionais para tal produção seria tarefa do Estado Novo. Um Estado forte, centralizador, que promovia uma nova organização institucional da cultura, enquadrando e formatando as experiências artísticas de vanguarda, com a arquitetura à frente, às necessidades de um projeto mais amplo. Tratava-se, em linhas gerais, da adoção de um novo modelo de acumulação, quantitativamente e qualitativamente distinto do modelo agrário-exportador, e no qual o binômio industrialização-urbanização teria um papel central.

A revolução de 30 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação de condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2003, p.35).

Tal mudança no padrão de acumulação é fundamental para compreender por que, aparentemente, tornar-se-ia possível a superação da arquitetura modernista, baseada em experiências isoladas e desconexas, no sentido de universalização do programa e da produção da Arquitetura Moderna.

Em um contexto no qual a industrialização se transforma no motor do processo de modernização, o processo de produção do espaço urbano ganha destaque no processo de reprodução do capital, pois a “aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão – infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas” (OLIVEIRA, 2003, p.56).

A arquitetura passa a colaborar de forma direta com o novo modelo de acumulação, produzindo equipamentos (infraestrutura, moradia, escola, hospitais, edifícios públicos etc.) necessários para a reprodução do capital no novo contexto, e por meio da valorização de capital no próprio ramo produtivo da construção civil. Em ambos os casos, o que se coloca é a transformação qualitativa nas formas de articulação entre capital, terra e trabalho no processo de produção de arquitetura, e da cultura de um modo geral, visando a adequação dessa produção à nova situação que se apresentava.

O desejo de superar as manifestações vanguardistas avulsas a partir da consolidação de um repertório formal e programático comum, articulado com a nova ordem social e econômica, adequava-se à tendência de homogeneização das relações de produção e apropriação do espaço, que se colocava como resultado do avanço do capital sobre o meio urbano, na medida em que, ao se realizar, o modo de produção capitalista produz um espaço próprio para a consolidação da sociabilidade que ele impõe.

Segundo Henri Lefebvre³⁴, o modo de produção capitalista, como todo modo de produção, produz um espaço que lhe é próprio. No entanto, no capitalismo existem determinadas especificidades. A produção do espaço, assim como a produção de qualquer outra mercadoria, só se torna possível se carrega consigo a possibilidade de produção e realização do valor. Além disso, esse processo também envolve a reprodução de suas relações sociais de produção.

Esse processo de reprodução das relações sociais de produção, compreendido como a consagração da forma mercadoria como mediação nas relações entre os homens, e entre esses e o espaço, realizar-se-ia através de diversos procedimentos, mas, especialmente, pelo e no espaço. A estrutura que viabiliza essa reprodução é tratada por Lefebvre (1978) como *espaço instrumental*, que tem nos anos 60 e 70 do século XX seu momento de consolidação como modelo de organização das cidades. Esse *espaço instrumental* envolve a produção de um espaço hierarquizado, a cisão do urbano entre centro e periferia, o funcionalismo e a coerção social, no sentido de imposição de uma vida cotidiana funcional para o processo de produção. É um espaço produzido de modo a organizar a sociabilidade a partir de parâmetros definidos pela esfera econômica, no qual o controle do Estado e do mercado age sobre as manifestações de todas as classes sociais. A arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano seriam algumas das ferramentas utilizadas na produção e gestão desse espaço.

³⁴ LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1978.

É o momento em que o modo de produção capitalista supera uma fase de expansão da produção, fundamentalmente quantitativa, e passa a se realizar também através da produção do espaço, reproduzindo as relações sociais que garantirão a manutenção do modelo e de sua reprodução ampliada. É um processo que tem o espaço como matéria-prima e que passa a vincular todas as esferas da realidade urbana à lógica do capital. O direito à cidade se transforma no direito ao consumo da cidade. O espaço é subtraído da vida enquanto concretude, sendo repostado no cotidiano somente como mercadoria.

Desse modo, é possível compreender em que medida a sistematização de um repertório formal comum para todas as formas de expressão que a arquitetura brasileira poderia apresentar, em todas as suas escalas, extrapolava questões estritamente estéticas, atendendo a uma necessidade de homogeneização do espaço, funcional para o processo de reprodução das relações sociais de produção. Determinação que, por sua vez, não foi compreendida ou percebida por aqueles que definiam as pautas da nova arquitetura. Delineava-se, desse modo, um quadro no qual as contradições entre as formas dos edifícios, enquanto expressão estética, e as formas sociais que determinavam sua produção apresentavam-se como insuperáveis.

Em um primeiro momento, os resultados da convergência entre os pressupostos teóricos e os pressupostos materiais e sociais que fundamentariam a Arquitetura Moderna Brasileira apareceriam como positivos. A experiência do Ministério da Educação (1937), seguida pelo projeto do Pavilhão do Brasil na Exposição de Nova York (1938) e pelo projeto do Conjunto da Pampulha (1940)³⁵, além de outros projetos realizados no mesmo período a partir do mesmo programa, produziram, em menos de duas décadas, um conjunto de referências reconhecidas internacionalmente.

³⁵ SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil. 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1999.

A tarefa de implantar, num meio alternadamente desinteressado ou hostil, a nova maneira de conceber, projetar e construir, bem como o processo de renovação já esboçado aqui e ali individualmente, começou enfim a tomar pé e organizar-se quando, dispensando intermediários e franco-atiradores, estabeleceu-se um vínculo direto com as fontes originais do movimento mundial, isto é, quando frutificaram a sementes autênticas aqui plantadas em pessoa por Le Corbusier em 1936 (graças à própria iniciativa de Lúcio Costa, que aliás nunca deixou de atribuir-lhe os créditos – do 'risco' original do Ministério de Educação às idéias básicas que inspiraram Brasília). Deu-se então o milagre que principiou a desafiar a curiosidade perplexa de arquitetos e críticos europeus e americanos, exatos doze anos depois da primeira casa modernista brasileira, experimento sem maiores conseqüências, ao contrário do que sucederia ao milagre em questão, o Ministério e sua prole imediata, definindo o sentido geral dos acontecimentos e atestando o alto grau de consciência e aptidão já alcançados àquela altura (ARANTES, 1997, p.123).

No reconhecimento, positivo ou negativo, das qualidades formais da Arquitetura Moderna Brasileira, as contradições entre os fundamentos que deveriam orientar a concepção formal de sua produção e a forma particular pela qual se desenvolvia o processo de modernização brasileiro se apresentavam de modo explícito. Não era a “honestidade” construtiva a razão de seu sucesso; o que lhe garantia destaque, a liberdade no trato das formas, era avaliada, pelos entusiastas, como graça e leveza, e pelos críticos internacionais, como indisciplina programática, excesso formal e irracionalidade. Ambos relacionavam tais resultados com a precária base material local, incompatível com a nova racionalidade. Os primeiros destacavam as vantagens do atraso, que libertaria a forma dos constrangimentos utilitaristas. Os segundos denunciavam a deturpação dos princípios da doutrina moderna.

4.2. A FORMA LIVRE E OS LIMITES PARA SUA COMPREENSÃO

Max Bill, arquiteto suíço radicado na Alemanha, elaborou aquela que possivelmente foi a crítica mais contundente ao assim chamado “formalismo” da Arquitetura Moderna Brasileira. Em um texto de 1954³⁶, resultado de uma conferência proferida em São Paulo em 1953, ele atacou o que considerava como “academicismo antissocial” da produção brasileira, efeito da adoção indiscriminada e inconsequente de elementos arquitetônicos desvinculados da sua realidade geográfica, social e produtiva. Para identificar o que tratava como “espírito acadêmico modernizado”, Max Bill selecionou quatro elementos, cuja utilização assemelhava-se à adoção de “meras fórmulas, aplicadas sem reflexão ou razão” (BILL, 2003, p. 159).

O primeiro seria a *forma livre*. Mesmo reconhecendo a possibilidade da sua utilização como recurso para “tornar um edifício mais útil”, o autor afirma que esses casos seriam excepcionais, e que o uso da *forma livre* na produção brasileira se apresentava com um viés puramente decorativo, que “nada tem a ver com arquitetura séria” (p.159).

O segundo elemento seria a *cortina de vidro*. A necessidade de rigorosa manutenção e da utilização constante de ar condicionado, principalmente em um país tropical, levavam o autor a condenar seu uso indiscriminado. As *cortinas de vidro*, utilizadas de modo equivocado, exigiam o emprego do *brise soleil*, terceiro elemento analisado por Max Bill, um “complemento indispensável para a mania das cortinas de vidro” (p.160).

O quarto elemento desta “assim denominada arquitetura moderna” seriam os *pilotis*. Sua primeira reserva em relação ao *pilotis* se relacionava à supressão dos pátios internos das edificações que, segundo o autor, atenderiam de uma forma mais correta às necessidades de

³⁶ BILL, Max. O arquiteto, a arquitetura, a sociedade. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração. Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Publicado originalmente em: *Architectural Review*, v.116, n.694, out. 1954.

ventilação e sombreamento exigidas em contextos como o brasileiro. Comentando sua visita às obras do Edifício Califórnia, projetado por Oscar Niemeyer em São Paulo (1953), ele afirma que pode observar

coisas chocantes, a arquitetura moderna decaindo às profundezas, turbulento desperdício antissocial, sem respeito tanto com o comerciante quanto com o público, pois logo na entrada do prédio nos deparamos com uma espantosa miscelânea de sistemas construtivos. Pilotis grossos, pilotis finos, pilotis de formas estapafúrdias, desprovidos de qualquer ritmo ou razão estrutural, dispostos por todo o lado (...) Trata-se da maior desordem que já presenciei (BILL, 2003, p.161).

Max Bill relaciona esses atentados à Arquitetura Moderna a um equívoco dos arquitetos brasileiros, que estariam, naquele momento, produzindo uma arquitetura que se baseava na adoção de doutrinas inadequadas (daí o academicismo), notadamente corbusianas, sem as correções ou adaptações necessárias ao contexto no qual sua produção se inseria. Sua formação na tradição da Bauhaus e sua atuação em um país no qual o processo de modernização aparentemente se realizava em sua plenitude parecem ter lhe garantido distanciamento crítico necessário para observar, nas obras analisadas, as contradições presentes na tentativa de se estabelecer uma arquitetura moderna em um país no qual o processo de modernização não conseguiria alcançar os níveis de desenvolvimento das forças produtivas observados nos países centrais. Nessas contradições residiria o caráter “*antissocial*” dessa produção, segundo o autor.

Bruno Zevi, a partir de alguns comentários preliminares sobre o texto de Max Bill (considerado por ele duríssimo, e até ofensivo em alguns momentos), também desenvolve uma crítica à produção da Arquitetura Moderna Brasileira³⁷. Em certo sentido, esse trabalho se apresentou como um paralelo à elaboração desenvolvida por seu colega suíço, pelo fato de

³⁷ ZEVI, Bruno. A moda lecorbusiana no Brasil. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração. Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Publicado originalmente em: *Cronache di architettura*, Bari, Laterza, v.1, 1971, p.198-201.

também tomar como ponto de partida o formalismo brasileiro. No entanto, além de se mostrar mais gentil, também se fez portador de uma lucidez que possibilitou que sua crítica apontasse para questões que estariam para além das formas arquitetônicas.

Inicialmente, indicando que sua análise seria bem menos esquemática que a de Max Bill, Bruno Zevi situou a produção da Arquitetura Moderna Brasileira em relação à produção dos países desenvolvidos, na medida em que:

apontando o dedo para o famoso Ministério da Educação no Rio de Janeiro, o International Style procura no Brasil a compensação para os próprios fracassos. Cada vez que se constata a crise dos cubos volumétricos, dos pilotis, das fachadas envidraçadas, dos brises-soleils, enfim, dos vários clichês lecorbusianos nos Estados Unidos, na Inglaterra, nos países escandinavos, e até na França e Suíça, ouvimos repetirem os racionalistas, e, em nome deles seu apóstolo Siegfried Giedion: mas no Brasil (...). (ZEVI, 2003, p.163).

Bruno Zevi criticou o formalismo ao examinar os clichês lecorbusianos, mas, diferentemente de Max Bill, sua análise se estendeu à produção arquitetônica de países nos quais a Arquitetura Moderna encontrou bases sociais e materiais plenas e efetivamente postas para o seu desenvolvimento. A crise dessas formas, ou seu fracasso, como diz o autor, apresentava-se como regra geral, aspecto não observado, ou ignorado, por Max Bill.

O texto de Max Bill apareceria, segundo Bruno Zevi, como destruidor dessa licença ao International Style. Diante do resultado de tal destruição, instaurou-se a perplexidade entre os arquitetos que professavam a Arquitetura Moderna. Mas no caso dos brasileiros, haveria uma particularidade a ser analisada. Avançando na crítica ao formalismo esquematizada por Max Bill, e relacionando esse fenômeno ao contexto brasileiro, Bruno Zevi afirmaria que “a arquitetura brasileira é a arquitetura da evasão. Em um país imenso, sem valores permanentes ou estabilidade econômica, a arquitetura reflete, na fluidez figurativa e na busca histórica de perfis licenciosamente novos, um estado de incerteza” (ZEVI, 2003, p.165).

Não é possível determinar com precisão a profundidade com a qual o autor avaliou os termos nos quais se desenvolvia o processo de modernização no Brasil naquele momento, condição que não minimiza a pertinência de suas observações. Mas articular esses elementos em sua análise lhe permitiu desenvolver uma crítica não formalista ao formalismo, lembrando que Ernest Nathan Rogers criticou Max Bill, no decorrer desse debate, justamente por realizar uma crítica formalista ao formalismo³⁸.

Para Bruno Zevi, aos arquitetos brasileiros caberia enfrentar as dificuldades impostas pela forma particular de desenvolvimento do processo de modernização nacional, e não se servir das instabilidades geradas por esse processo para dar vazão as suas posições subjetivas. Mas, para tanto, seria necessária uma postura crítica desses arquitetos diante de sua própria produção, condição que nunca se colocou. O autor encerrou com uma advertência que, lida nos dias de hoje, adquire tons premonitórios:

Passada a euforia, são estes hoje na sombra (jovens arquitetos), que prevalecerão, e bastará um indício de crise econômica para recolocar em discussão toda a linguagem arquitetônica oficial do Brasil. A advertência européia não é prematura: por alguns anos ainda poderão se preocupar somente em produzir construções mirabolantes para o Estado e para os milionários, depois, virá o dia em que serão chamados a prestar contas (ZEVI, 2003, p.166).

Menos radical em sua leitura sobre o formalismo na Arquitetura Moderna Brasileira, Ernest Nathan Rogers procurou analisar o fenômeno tendo como pano de fundo algo que ele definia como uma poética brasileira. De fato, sua compreensão a respeito dos elementos que definiriam tal poética aparentemente se apoiava em argumentos já disseminados pelos próprios arquitetos brasileiros, na medida em que se utilizava de imagens da seguinte natureza:

³⁸ ROGERS, Ernest Nathan. Pretextos para uma crítica não formalista. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração. Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Publicado originalmente em: *Casabella*, Milão, v.200, p.1-3, fev-mar. 1954.

As exuberantes mulheres brasileiras ostentam pulseiras e brincos em profusão; seriam notadas mesmo que fossem encontradas em Engandina, mas é possível que mesmo lá, contra o fundo das geleiras alpinas, lhes fosse censurada uma certa pompa; se fossem vistas em Copacabana, deveríamos sem dúvidas admitir que estão perfeitamente ambientadas (ROGERS, 2003, p. 166).

Talvez percebendo a fragilidade de tal argumento, o autor também se referiu ao “temperamento instintivo” de Niemeyer, que incorporava a “tentativa de inserir a Arquitetura Moderna – e, em particular a mensagem de Le Corbusier – na ordem dos fenômenos naturais (geologia e botânica) de seu país, e assim, na ordem da tradição espontânea e irracional” (ROGERS, 2003, p. 169). Em sua crítica, Rogers chama a atenção para um suposto desprezo dos críticos pela história brasileira, o que, segundo ele, definia o modo particular de desenvolvimento e expressividade da produção da sua Arquitetura Moderna, assim como sua inserção no cenário da produção internacional.

Mas, mesmo defendendo o formalismo, ou a espontaneidade da Arquitetura Moderna Brasileira, Ernest Nathan Rogers identificou a possibilidade da retomada de um caminho paralelo para o desenvolvimento dessa produção, a partir da retomada das ideias de Lúcio Costa, que, segundo o autor, “previu a fusão da arquitetura moderna (assim como Le Corbusier) com a tradição culta, iniciada no Brasil no século XVII, para a adaptação da arquitetura portuguesa às condições autóctones” (ROGERS, 2003, p. 169). Comentando sua visita a Outro Preto, ele afirmou que “aqui as fontes diretas de Lúcio Costa ficam evidentes”, e concluiu que “este é um dos campos mais fecundos e ainda não inteiramente explorados onde a arquitetura brasileira poderá desenvolver sua temática original”, citando o exemplo do Conjunto Pedregulho, de Affonso Eduardo Reidy, como “uma feliz fusão entre a tradição natural e a tradição culta” (ROGERS, 2003, p. 169).

Lúcio Costa contribuiu para esse debate desenvolvendo argumentos pautados pela defesa das qualidades formais da produção da Arquitetura Moderna Brasileira³⁹. Sua tentativa de se colocar em oposição a Max Bill, no entanto, apresentou-se de um modo ambíguo. Se, por um lado, reafirmou a importância da “intenção plástica” e da “liberdade de invenção que lhe é própria”, no que diz respeito à Arquitetura Moderna Brasileira, por outro, procurou desqualificar o discurso do arquiteto suíço por considerá-lo como um “delineador de formas (...) geradas sob o patrocínio pessoal, diga-se assim, da sua inspiração” (COSTA, 2003, p.181). Segundo Lúcio Costa, “o objetivo fundamental da arte não pode se limitar apenas à concretização de harmonias formais aplicadas ou idéias vinculadas ou não ao número, mas deve consistir principalmente na criação de formas significativas em função de uma determinada intenção, interessada ou gratuita, e através das quais a nossa paixão humana se manifeste” (COSTA, 2003, p.182). Restaria, contudo, compreender qual seria a diferença entre a “concretização de formas harmoniosas” e a “criação de formas significativas”. Ou, ainda, se ideias vinculadas aos números (elaborações matemáticas) seriam menos válidas, como referências para a elaboração de uma determinada forma, do que uma intenção, interessada ou gratuita. Ao tentar elaborar argumentos concretos para se contrapor a uma produção que considera abstrata (as obras de Max Bill), Lúcio Costa confiou na defesa da paixão humana, pois “o sentimento tem sempre a última palavra na escolha entre duas e mais soluções válidas quanto às várias acepções de funcionalidade em causa, mas de cujo valor plástico difere” (COSTA, 2003, p.182).

Em um texto publicado 12 anos antes, em 1936, intitulado *Razões da Nova Arquitetura*⁴⁰, Lúcio Costa apresentava outra qualidade de argumentos na defesa das novas

³⁹ COSTA, Lúcio. Oportunidade perdida. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração. Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

⁴⁰ COSTA, Lúcio. *Razões da nova arquitetura*. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração. Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

formas que se tornariam possíveis com o advento da era da máquina. As estruturas independentes, de aço e concreto, a produção de componentes em escala industrial e o desenvolvimento dos meios de transporte conduziram a uma possível nova organização da sociedade e permitiriam a consolidação de uma nova forma própria de expressão, na qual, “em razão do sentido eminentemente utilitário e social que ela tem (...) não se pode permitir, senão de forma muito particular, impulsos individualistas”, pois “personalidade, em tal matéria, se não é propriamente um defeito, deixa, em todo caso de ser uma recomendação” (COSTA, 2003, p.44).

Tal mudança de perspectiva foi definida, de modo consciente ou não, por Ernest Nathan Rogers, de um modo bastante peculiar, quando afirmou que “Lúcio Costa, aquele que depois de ter sido reconhecido como o Alá dos arquitetos brasileiros, cumpriu um ato de inusitada e – a meu juízo – excessiva modéstia, até se tornar o Maomé de Oscar: seu afetuoso e generosíssimo profeta” (ROGERS, 2003, p.168).

Nesses termos, o sucesso da Arquitetura Moderna Brasileira se contrapunha ao “fracasso” (termo utilizado por Bruno Zevi) do *International Style*, tornando os rumos da arquitetura um tanto nebulosos dali em diante. A contradição entre a aparente consolidação de uma produção moderna em um país subdesenvolvido permanecia sem explicação. A Arquitetura Moderna (inclusive a brasileira) não conseguiu se universalizar. Sua produção se manteve restrita ao Estado e às grandes corporações. O processo de modernização, já se desenvolvendo em escala mundial, não promoveu a integração e a emancipação sociais esperadas e ainda produziria duas guerras mundiais.

No Brasil, o debate a respeito dos impasses da Arquitetura Moderna Brasileira também ganhava corpo, e do mesmo modo como a discussão travada entre autores estrangeiros, alternavam-se posições de crítica e defesa a essa produção.

Em um texto de 1954, intitulado “A fase heróica da Arquitetura Contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos”⁴¹, o arquiteto Luís Saia desenvolve uma abordagem que, de certa forma, dialoga com os argumentos de Max Bill e Bruno Zevi. Inicialmente, o autor caracteriza essa fase heroica como um momento no qual os esforços se concentravam na superação da linguagem neoclássica e colonial, na medida em que

tratava-se de romper um academismo solidamente instalado; incumbia mostrar que era possível aceitar formas diferentes daquelas endossadas e propagadas pelos currículos arcaicos das escolas de belas-artes e pelos apêndices arquitetônicos das escolas de engenharia; impunha-se obrigar às classes dominantes, e mesmo ao governo, a aceitação de uma revolução plástica formal (SAIA, 1980, p.51).

Novamente, tratava-se de questões relativas à forma, no sentido de expressão estética, e de sua aceitação por parte do Estado e das classes dominantes. No entanto, a superação de um tabu levaria a outro, a um certo “academismo modernista”, expressão que poderia ser compreendida em uma chave semelhante ao “espírito acadêmico modernizado”, citado por Max Bill (2003, p.159). A proximidade do sentido das expressões torna-se evidente quando Luís Saia apresenta quais seriam seus elementos definidores: “meia dúzia de soluções formais e algumas palavras de poder mágico: brise-soleil, colunas em V, pilotis, amebas, panos contínuos de vidro, Moderno, Funcional, etc.” (SAIA, 1980, p.51). Comentando o fracasso de um recente Congresso de Arquitetos, o arquiteto afirmaria que a categoria “perdeu-se em discussões bizantinas de pormenores formais, manipulou fatos de alcance muito sério sem a indispensável profundidade, excursionou como turista aprendiz num campo profissional de atividade totalmente imaturo, propondo soluções que além de infantis invertem a ordem de competência profissional” (SAIA, 1980, p.51). E, corroborando as afirmações de Bruno Zevi a respeito do caráter evasivo da produção nacional, afirmou que a categoria dos arquitetos

⁴¹ SAIA, Luis. A fase heróica da Arquitetura Contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos. In: *Arte em Revista*, São Paulo, Kairós, 1980, n.4, pg. 51-52.

“revelou-se totalmente incapaz para proceder a uma análise retrospectiva e crítica da arquitetura nacional, tema principalíssimo de seu programa e festivamente alardeado em sucessivos comunicados à imprensa” (SAIA, 1980, p.51). A dificuldade de se estabelecer um processo de revisão e autocrítica tornava-se evidente.

Ao publicar, em 1955, o texto “O Problema Social na Arquitetura”⁴², o próprio Oscar Niemeyer flerta com um posicionamento crítico em relação aos impasses da Arquitetura Moderna Brasileira. Em um primeiro momento, o arquiteto afirma que “a nossa arquitetura moderna tem certamente na falta de conteúdo humano a principal razão de suas deficiências, refletindo – como não poderia deixar de fazê-lo – o regime de contradições sociais em que vivemos e no qual ela se desenvolveu” (NIEMEYER, 1980, p.53). Ele reconhece a falta de autonomia da disciplina e sua impossibilidade de se colocar positivamente diante das contradições impostas pelo contexto socioeconômico, na medida em que “dirigida às classes dominantes pouco interessadas nos problemas de economia arquitetural (...) ela tem encontrado como base obrigatória de seus temas a vaidade, a demagogia e o oportunismo”, produzindo obras que “muitas vezes apreciáveis sob o ponto de vista arquitetônico – refletem invariavelmente o desequilíbrio social do país, constituindo não raro, verdadeiro acinte a essa maioria esmagadora que, privada dos mais elementares recursos, vive ainda nos miseráveis barracos que todos nós conhecemos” (NIEMEYER, 1980, p.53). No entanto, o rigor em suas considerações iniciais contrasta com um certo conformismo perante a situação quando tenta explicar, novamente, as origens da “versatilidade” da produção nacional, decorrente “da falta de uma base social efetiva, e de grandes planos coletivos que a complementariam” e que possibilitariam “a despreocupação com a economia e a riqueza de formas com que se

⁴² NIEMEYER, Oscar. O problema social na arquitetura. In: *Arte em Revista*, São Paulo, Kairós, 1980, n.4, p. 53-56.

apresenta”⁴³ (NIEMEYER, 1980, p.53). Há em Niemeyer um conformismo aliado a uma certa inocência ao tratar de questões relativas à economia e ao planejamento, sugerindo uma relação direta, linear e inequívoca entre desenvolvimento econômico e constrangimento formal, ao afirmar: “o fato de não termos – ao contrário do que acontece nos países mais adiantados – grandes planos populares a projetar, dos quais decorrem soluções lógicas de urgência e economia, que disciplinam e simplificam a forma plástica” (NIEMEYER, 1980, p.54). Contrapondo essa situação ao elogio a Lúcio Costa, que, por sua vez, teria lutado “desde o início por uma arquitetura que aliasse as conveniências funcionais a procura deliberada e constante da beleza e da forma plástica” (NIEMEYER, 1980, p.54), condição que possibilitou a instauração de um consenso em torno da importância dessa característica da arquitetura brasileira; Niemeyer considera que “tudo isso contribuiu para que em pouco tempo nos afastássemos das soluções repetidas, frias e geométricas da época, dando à nossa arquitetura um novo sentido plástico – que nos bons exemplos se apresenta lógico e harmonioso – exprimindo a função e o pleno aproveitamento da técnica atual” (NIEMEYER, 1980, p.54). Todos os argumentos que pareciam inflamar sua crítica desaparecem. O novo sentido plástico para a arquitetura parece bastar para o arquiteto, servindo-lhe de álibi na medida em que um novo sentido social para sua produção aparecia como inalcançável.

⁴³ A esse respeito, escreveu Mário de Andrade: “A essencialidade do bem e da verdade em arquitetura é tão econômica, e tão condicionada ao valor dinheiro e tempo, que se eu posso experimentar uma cor, um tom num quadro, e perder cinquenta mil réis de tinta e catorze horas; se eu posso experimentar uma forma escultórica errada e perder trinta e seis dias e trinta contos num bloco de mármore que eu não sei quanto custa; eu não posso, em princípio, perder nem um cruzado, nem um maravedi numa experiência arquitetônica, porque isso gasta tempo e dinheiro. O qual, dinheiro, geralmente nem é meu! O tempo e o dinheiro enormes que se desperdiçaram no Ministério da Educação, é um erro de arquitetura. É um defeito arquitetônico que ficará sempre ‘afeiando’ o admirável edifício.” Esse trecho, do texto ‘Brazil Builds’, publicado em 1943, tem o mérito de tratar, mesmo que de forma superficial, a arquitetura como atividade produtiva, condição desprezada, apesar das críticas, por muitos arquitetos desse período” (ANDRADE, 1980, p. 25-28).

O acirramento dessa perspectiva pode ser observado em outro texto de Niemeyer, “Forma e Função na Arquitetura”⁴⁴. Se nas reflexões anteriores Niemeyer ainda considerava a relação entre as limitações, ou impasses, da arquitetura brasileira e o “regime de contradições sociais (...) nos quais ela se desenvolveu”, nesse texto, escrito no decorrer do processo de projeto e construção de Brasília, a defesa da forma livre, da “liberdade plástica quase ilimitada, liberdade que não se subordine servilmente às razões de determinadas técnicas ou do funcionalismo, mas que constitua, em primeiro lugar, um convite à imaginação, às coisas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo” (NIEMEYER, 1980, p.57), passaria necessariamente pela separação entre arquitetura e política, ou entre arquitetura e sociedade, na medida em que o arquiteto insiste em renegar critérios econômicos/produtivos. Segundo o autor, “pelo menos para aqueles que se interessam realmente pela questão social (...) sabem que sua solução foge às atribuições do arquiteto ou da arquitetura, reclamando, fora da profissão, uma atitude coerente de apoio aos movimentos progressistas”⁴⁵ (NIEMEYER, 1980, p.58).

Com raras exceções, as análises a respeito de tamanho impasse se concentravam principalmente em questões relativas às soluções formais e construtivas dos edifícios, mesmo com tal percurso crítico se mostrando insuficiente como possibilidade de reflexão a respeito do desenvolvimento da Arquitetura Moderna Brasileira, sua evolução ou suposta degeneração. A forma dos edifícios, produzida a partir de determinações aparentemente concretas (programa de necessidades, sítio, limites e potencialidades de cada técnica

⁴⁴ NIEMEYER, Oscar. O problema social na arquitetura. In: *Arte em Revista*, São Paulo, Kairós, 1980, n. 4, p. 57-60.

⁴⁵ Sobre o quanto do “novo” se representava nessas formas e sobre o quanto a arquitetura poderia fugir do debate relativo às questões mais gerais da sociedade, apresenta-se um comentário pertinente de Sérgio Ferro, elaborado a partir de sua experiência nos canteiros de obra da nova capital: “Fala-se sempre da ruptura de 1964 como o momento em que a violência se instala. Mas é preciso não esquecer que esta violência já estava nos canteiros de Brasília. O fortalecimento da dimensão autoritária favoreceu na arquitetura o desenvolvimento do risco, mas num outro sentido, do traço, da mão que comanda, da arbitrariedade mesma do seu movimento que, por força de vontade, quer impor aquilo que já na realidade começa a esmaecer. Essa necessidade do pólo autoritário, demandada pela urgência do acúmulo de capitais, a meu ver, foi o que levou a que a violência ainda disfarçável de Brasília passasse a não poder ser mais escondida a partir da ditadura” (FERRO, 2006, p. 312).

construtiva etc.), articuladas pelo sujeito-arquiteto, escondia um processo que se desenvolvia pelas costas de seus idealizadores, colocando-se como fundamento de um discurso a partir do qual as formas de interação, positivas e negativas, entre arquitetura e sociedade poderiam ser abordadas somente de um modo parcial e pouco esclarecedor.

Nos anos 60, algumas dessas exceções começam a se destacar no cenário da crítica de arquitetura. Sérgio Ferro discute em “Arquitetura Nova”, de 1967⁴⁶, alguns elementos do contexto político e econômico nacional e sua relação com a produção de arquitetura do período. Sua abordagem, que avança para além do problema da forma livre, superando as limitações de uma discussão restrita aos termos arquitetônicos, passa a analisar a produção de arquitetura sempre em relação com as formas particulares de realização do processo de modernização no Brasil. Desse modo, o autor consegue explorar algumas das contradições já observadas na gênese e consolidação da Arquitetura Moderna Brasileira, mas que ainda não tinham sido alcançadas pelos críticos em sua essência.

O golpe de 1964, segundo Sérgio Ferro (2006), seria o responsável por destruir definitivamente todas as expectativas relativas à possibilidade de convergência entre o avanço do processo de modernização e a utopia da integração social e emancipação, cultivadas pela Arquitetura Moderna desde os anos 30, e que tiveram na construção de Brasília seu momento máximo⁴⁷.

A aparente real possibilidade de recuperação da modernização do país, que novamente se colocava a partir do momento em que os militares tomaram o poder, destinava, da mesma

⁴⁶ FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.47-61.

⁴⁷ Roberto Schwarz, em seu texto “Cultura e Política 1964 – 1969”, dialoga com esta análise a respeito do modo como se expressava, naquele momento histórico, a crise da arquitetura brasileira, estendendo-a a toda produção cultural brasileira do período. Segundo o autor, o golpe militar de 1964 teria sido responsável pela ampliação da segregação entre intelectuais e população, agravando dessa forma o distanciamento entre a produção cultural e o público ao qual ela pretensamente se destinava. Assim, as perspectivas de atuação política da cultura, e da arquitetura em especial, seriam eliminadas. “As soluções formais, frustrado o contato com os explorados, para o qual se orientavam, foram usadas em situação e para um público a que não se destinavam, mudando de sentido. De revolucionárias passaram a símbolo vendável da revolução” (SCHWARZ, 2005, p.36).

forma como na ocasião do Estado Novo, um papel importante à arquitetura e ao planejamento nesse processo. Este papel, entretanto, colocava a Arquitetura Moderna Brasileira diante de uma contradição insuperável entre atuação profissional, naquele momento já conscientemente comprometida com o projeto desenvolvimentista, e seu posicionamento político, ainda pautado pelos ideais de emancipação e integração social. Essa contradição, que se apresentava desde a formação da Arquitetura Moderna Brasileira, tornava-se evidente naquele momento, em função da associação inequívoca entre tal projeto desenvolvimentista e a violência do regime que se propunha a viabilizar sua realização.

Diante do ocorrido, toda uma geração de arquitetos, formada por uma tradição que defendia como prioridade para sua produção ações e propostas relacionadas a sua perspectiva de ação política, confrontava-se com a obrigação de refletir sobre quais seriam as novas bases para a sua atuação, na medida em que, até aquele momento, confiavam no desenvolvimentismo como ferramenta para tal projeto e idealizavam o Estado como parceiro nesse processo.

Os arquitetos novos, preparados nesta tradição cuja preocupação fundamental eram as grandes necessidades coletivas, já desde 60 aproximadamente, no início da atual crise, sentiam o afastamento crescente entre sua formação e expectativas e a estreiteza das tarefas profissionais. Seus trabalhos dirigiam-se, ainda, para as mesmas finalidades. Entretanto, as oportunidades de realização diminuía, fechavam-se as perspectivas (FERRO, 2006, p.49).

O impasse estava posto. A reação dos arquitetos, segundo Ferro, foi, em um primeiro momento, a “afirmação renovada e acentuada de suas posições principais”, apesar da consciência de “sua inevitável frustração imediata” (FERRO, 2006, p.49). Daí uma produção marcada por certa didatização forçada, na qual à arquitetura fosse permitido autoexplicar-se a partir do projeto, dos procedimentos e técnicas construtivas e da obra acabada. É possível observar nesse posicionamento a intenção de se estabelecer uma relação sem mediações com

a sociedade, ou parte dela (considerando-se a natureza dessas obras), visando a retomada do papel civilizador ainda creditado à arquitetura e ao urbanismo; papel que, por sua vez, encontrava-se fragilizado naquele momento em virtude de sua associação a um regime de exceção; posicionamento um tanto problemático, uma vez que transferia para determinados objetos arquitetônicos – a casa burguesa, o conjunto habitacional, a escola pública, a universidade – uma tarefa da qual os próprios arquitetos pareciam abrir mão naquele momento.

A apologia fetichista à forma e à técnica, supervalorizadas na legitimação da sua produção, passariam a promover o isolamento das obras que, pretensiosamente, tentavam concretizar na microescala do lote privado o desenvolvimento esperado e, em parte, abortado.

Esse processo, marcado pelo descolamento entre a produção de arquitetura e a perspectiva que colocava a transformação da realidade em seu horizonte, acentuava-se na medida em que se acirrava o processo de identificação dessa produção com o nacional desenvolvimentismo do regime militar.

A inesgotável capacidade antropofágica do sistema baseado no comércio forçado pela propaganda de mercadorias freqüentemente supérfluas, com sua crônica carência de novidades estimulantes, deglutiou, com facilidade, o que parecia conter todos os requisitos de uma atitude irritante: e a arquitetura brasileira, castrada, serviu de agente de vendas (FERRO, 2006, p.50).

Tal interpretação ampliava e aprofundava os argumentos a respeito da crise em torno da produção da Arquitetura Moderna Brasileira, especialmente após o golpe de 1964; não era, entretanto, consenso entre aqueles que se detinham em análises sobre os rumos da disciplina. Em 1965, Vilanova Artigas publica o texto “Uma Falsa Crise”⁴⁸, no qual desenvolve algumas análises a esse respeito, enfatizando especialmente o debate em torno da falência do funcionalismo dentro do Movimento Moderno.

⁴⁸ ARTIGAS, João Batista Vilanova. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Pini, 1986. p. 97-103.

Partindo da produção recente de Le Corbusier (na ocasião, a igreja de Ronchamps) e de um texto produzido por Oscar Niemeyer em 1958⁴⁹, ratificado em 1960⁵⁰, no qual o arquiteto brasileiro ensaia uma autocrítica, Artigas tenta demonstrar que o processo que se colocava no momento e que suscitou intensos debates entre críticos nacionais e estrangeiros deveria ser avaliado como uma superação positiva do funcionalismo e não como sua crise.

Segundo Artigas (1986), no caso de Le Corbusier, tal superação se apresentava no momento em que o arquiteto “abandonava os princípios do racionalismo; refugiava-se nos termos estritos de sua definição de arquitetura e orientava os arquitetos do mundo inteiro, conhecido o seu prestígio, na direção de um tratamento exclusivamente plástico das formas” (ARTIGAS, 1986, p.97). Niemeyer, por sua vez, seguindo a linha de Le Corbusier (ou sendo seguido por ele), afirma (citado por Artigas): “procuro orientar meus projetos caracterizando-os sempre que possível pela própria estrutura. Nunca baseado nas imposições radicais do funcionalismo, mas sim na procura de soluções novas e variadas, se possível lógicas dentro do sistema estático. E isso sem temer as contradições de forma com a técnica e a função, certo de que permanecem, unicamente, as soluções belas, inesperadas e harmoniosas. Com esse objetivo, aceito todos os artifícios, todos os compromissos, convicto de que a arquitetura não constitui uma simples questão de engenharia, mas uma manifestação do espírito, da imaginação e da poesia” (NIEMEYER apud ARTIGAS, 1986, p.98). Niemeyer reafirma, ainda, sua ligação com a velha arquitetura do Brasil colonial, mas “não com a utilização simplista de elementos daquela época, mas exprimindo a mesma intenção plástica, o mesmo amor pela curva e pelas formas ricas e apuradas que tão bem a caracterizam.”⁵¹ (ARTIGAS, 1986, p.98).

⁴⁹ Depoimento de Oscar Niemeyer. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1958.

⁵⁰ “Forma e Função na Arquitetura”. *Módulo*, Rio de Janeiro, n.21, 1959, p.3-7.

⁵¹ É interessante notar que na mesma fonte na qual Lúcio Costa encontrou a “honestidade construtiva” que deveria caracterizar a Arquitetura Moderna Brasileira, Oscar Niemeyer encontra a legitimação para sua liberdade formal. Tal contradição já foi apresentada e discutida anteriormente.

Tais mudanças de posicionamento, em certa medida, representavam a capitulação diante das contradições inerentes à forma particular de desenvolvimento do processo de modernização no Brasil. Capitulação que se fundamentava na compreensão das limitações de uma resposta funcionalista, no campo da arquitetura e do urbanismo, aos problemas de ordem política e social que tal corrente do Movimento Moderno se propunha a solucionar. A crítica elaborada por esses arquitetos (Niemeyer, Le Corbuiser e Vilanova Artigas) apontava para o fato de que os propósitos do funcionalismo não se restringiam apenas a uma reelaboração das formas arquitetônicas, mas também apontavam para uma reelaboração da organização social. Apesar de reconhecer que tal abordagem, na medida em que estendeu as análises e propostas para questões mais gerais da produção, contribuiu para uma suposta conciliação entre homens e máquinas e entre homens e as cidades, esses arquitetos, especialmente Vilanova Artigas, passaram a considerar, naquele momento, o escopo funcionalista excessivamente amplo e marcado por certa idealização. Posicionamento crítico que demonstrava como as relações entre arquitetura e sociedade eram tratadas de modo ambíguo pelos arquitetos que formavam a linha de frente da Arquitetura Moderna Brasileira.

Artigas sustenta que, a partir da superação do funcionalismo, a “arquitetura vem podendo limpar o seu ideário de um certo número de falsos conceitos, de uma certa ganga utópica que a prática denunciou” (ARTIGAS, 1986, p.100). Esses falsos conceitos, utopias, estariam dentro do projeto funcionalista de “colocar a arquitetura a serviço de sua própria ‘desalienação’ como também a serviço do esforço geral da cultura, na transformação do mundo em proveito do homem. Não pode e não poderia cumpri-lo até o fim mas, ao levá-lo à prática, concorreu para o melhor conhecimento, por parte dos arquitetos, da natureza dos obstáculos a vencer” (ARTIGAS, 1986, p.99).

Contraditoriamente, o autor nega, entretanto, que tal reorganização nos pressupostos teóricos e políticos do Movimento Moderno signifique, para a produção de arquitetura e urbanismo, um posicionamento de defesa da arte pela arte, ou do fechamento da arquitetura sobre si mesma, em uma aparente autonomia. Considerando a necessidade de uma interpretação crítica dos resultados do funcionalismo, Artigas defende a necessidade de se compreender o salto qualitativo na apropriação da arquitetura enquanto arte.

A arquitetura reivindica para si uma liberdade sem limites no que tange ao uso formal. Ou melhor, uma liberdade que só respeite sua lógica enquanto arte (...) Como arma de transformação do mundo, a arquitetura tem os seus métodos próprios, que não se confundem com os da ciência ou os da própria tecnologia. Restaurá-los é a proposta contida nas atitudes de Le Corbusier e Niemeyer (ARTIGAS, 1986, p.101).

A consagração dessa análise, que substituiu, como “arma de transformação do mundo”, as utopias da fase heroica do Movimento Moderno (a saber, emancipação do homem pela transformação de seu espaço), pela aparente autonomia da arquitetura enquanto arte, foi determinante para a legitimação da produção arquitetônica brasileira pós 64, na medida em que justificava a cooperação, direta e indireta, que a categoria dos arquitetos devotava ao regime.

Nesse contexto, a forma plástica, o sistema construtivo, o programa de necessidades, a intenção simbólica funcionaram como álibis para justificar o isolamento das obras e sua aparente autonomia, ao contrário do que argumentava Vilanova Artigas. A arquitetura aparece transmitindo a imagem de que as relações que determinam a produção de suas obras nada têm a ver com as formas sociais determinadas pelo modo de produção vigente ou pelo modelo assumido pelo Estado naquele momento, ou, ainda, transmitindo a imagem que essas obras poderiam, por meio de métodos próprios, constituir algum processo de transformação do mundo, caracterizando uma abordagem pautada pelo fetichismo da mercadoria, segundo a elaboração clássica de Marx.

A comparação entre as análises de Sérgio Ferro e Vilanova Artigas, produzidas em 1967 e 1965 respectivamente, evidencia as diferenças entre uma interpretação que analisa a arquitetura a partir de seu processo de produção e inserção na sociabilidade capitalista, e outra que se limita à análise dos objetos resultantes dessa produção. A primeira avalia o isolamento das obras e identifica nesse processo um movimento crítico, no sentido de representar uma crise da qual a arquitetura brasileira não conseguiria se desvencilhar. A segunda trata tal isolamento como a superação positiva de uma fase do Modernismo, afirmando, contraditoriamente, que mesmo se colocando como autonomizada, ao negar sua relação com a sociabilidade que a determina, a arquitetura poderia também ser transformadora.

Tomando os objetos arquitetônicos como ponto de partida fundamental para suas análises a respeito das contradições que se explicitavam no momento, a crítica de Artigas deixava de lado os pressupostos e a lógica dessa produção, assim como, em certa medida, o contexto histórico particular no qual ela se situava. Não se trata, no entanto, dos pressupostos e da lógica da própria disciplina, como, por exemplo, determinada noção de funcionalidade e intenção plástica que, eventualmente, orientavam os projetos, e sim dos pressupostos e lógica do modo de produção a partir do qual a arquitetura se desenvolvia (e ainda se desenvolve), os quais também determinam, entre outras coisas, tais noções de funcionalidade e as formas de expressão consagradas. Tal percurso teórico impossibilitava a elaboração de uma avaliação crítica das contradições em questão, apesar de certa clareza em relação às determinações impostas pela precariedade das forças produtivas locais.

As limitações à crítica impostas por esse percurso eram, de um modo geral, comuns tanto aos detratores da Arquitetura Moderna Brasileira quanto a seus defensores, apresentando, evidentemente, suas devidas particularidades. No entanto, em ambos os casos é possível afirmar que tais limitações impunham a essas discussões um caráter notadamente

tautológico, produzindo uma série de argumentos que basicamente se articulavam sobre si mesmos sem conseguir incorporar o nível de complexidade necessário para que fossem esclarecidos os termos da crise que se manifestava.

4.3. A FORMA DESVENDADA: O CONCRETO ENQUANTO MOMENTO DO ABSTRATO

Destoando da abordagem tradicional de seus antecessores, Sérgio Ferro desenvolve, nos primeiros anos da década de 70, uma análise consistente do processo de produção da arquitetura, tendo como base a obra de Marx. Ele expõe e analisa criticamente as contradições presentes nas formas como as categorias do capital se articulam para viabilizar a realização do sentido dessa produção. Por se tratar de uma abordagem que se relaciona diretamente à produção de arquitetura e que contribui para a desconstrução da suposta obviedade em torno desse processo produtivo, justamente pelo fato de concentrar seu exame sobre o processo e não somente sobre o objeto, faz-se necessário, nesse momento, recuperar seus argumentos e confrontá-los com as demais análises expostas até aqui.

As reflexões do autor a respeito do processo de produção do objeto arquitetônico foram apresentadas, principalmente, em dois textos. O primeiro, “A Casa Popular”, publicado pelo GFAU (Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) em 1972 e reeditado em 2006 com um novo título – “A Produção da Casa no Brasil”. Esse trabalho, escrito a partir de anotações de aula, foi um primeiro esboço para um segundo texto, “O Canteiro e o Desenho”, publicado em 1976⁵². No primeiro texto, Sérgio Ferro analisa, em linhas gerais, o processo de produção da arquitetura a partir da comparação entre a produção da casa popular e a produção da casa burguesa. Para tanto, ele desenvolve uma caracterização dessa produção, sua relação com a indústria da construção civil e desta com as determinações do modo de produção capitalista.

⁵² FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 61-105 e p.105-203 respectivamente.

Em “O Canteiro e o Desenho”, as análises avançam e a crítica se consolida, sem, no entanto, tratar a produção de arquitetura a partir de processos supostamente diferenciados (casa popular x casa burguesa). O projeto de arquitetura, a organização imposta ao trabalho no canteiro de obras, as formas de realização do objeto arquitetônico e o sentido de sua produção são analisados, sendo que a crítica se concentra na lógica que rege a subsunção desses elementos ao processo de acumulação do capital.

Seu ponto de partida é o reconhecimento do processo de produção do objeto arquitetônico como processo de produção de mercadorias. Portanto, o objeto arquitetônico é identificado como mercadoria. Essa identificação deriva de uma análise bastante detalhada de seu processo produtivo. O autor esclarece que sua produção se relaciona com a produção de todas as demais mercadorias existentes, desmistificando uma suposta autonomia da disciplina e do processo produtivo que ela orienta; e, ainda, que a crítica a essa produção deve passar necessariamente pela crítica às formas sociais que a determinam. Ao elevar as possibilidades de crítica a um novo patamar, Sérgio Ferro desenvolve uma perspectiva teórica que torna possível uma análise do processo de produção de arquitetura, assim como de seus resultados, que conseguiria ir além das elaborações desenvolvidas pelos críticos que se debatiam em torno da ocorrência, ou não, de um formalismo da Arquitetura Moderna Brasileira.

O encadeamento dos argumentos presentes em “Arquitetura Nova”, “A Casa Popular” e “O Canteiro e o Desenho” indicam que a crítica a esse formalismo passaria necessariamente pela análise do processo produtivo dos objetos arquitetônicos, na medida em que as contradições que definiriam essa possibilidade de expressão não se colocavam apenas no produto final, mas, principalmente, no processo de sua constituição.

Mais importante do que caracterizar todo objeto arquitetônico como mercadoria é compreender que sua produção somente se desenvolve a partir da forma-mercadoria, uma

forma social que atravessa todos os momentos e setores da produção capitalista e da sociabilidade imposta por essa produção. Um edifício pode não ser necessariamente produzido para a troca, como, por exemplo, edifícios públicos. No entanto, o processo de sua produção se constitui a partir de todas as categorias necessárias para se estabelecer, mesmo que potencialmente, tal relação social. Mesmo não sendo produzidos para serem colocados diretamente no mercado, um edifício público, um monumento ou uma obra de infraestrutura se constituem a partir de trabalho abstrato, tempo abstrato, propriedade da terra e dinheiro, categorias abstratas, cujo papel é possibilitar a equivalência de diferentes e, conseqüentemente, o processo de troca. Em relação aos edifícios públicos ou monumentos, o fato de que sua produção não tenha que se realizar obrigatoriamente dentro da taxa média de lucro socialmente estabelecida colabora para a compreensão dessa situação, na qual a forma mercadoria se coloca enquanto relação de produção independentemente da realização, pela troca, de seus produtos como mercadorias.

Essa abordagem e suas decorrências contribuíram não apenas para a crítica a um determinado modelo de expressividade que se estabelecia naquele momento, e que viria a ser caracterizado como “a” Arquitetura Moderna Brasileira. Ela também vai se mostrar importante como ferramenta na crítica às formas particulares pelas quais o processo de produção do espaço urbano se desenvolveu no país, ao apontar a necessidade de articulação entre elementos teóricos e empíricos, não somente da arquitetura e do urbanismo, mas também da história, política e economia. Em um contexto em que limites históricos inviabilizavam a constituição de uma modernidade “plena”, segundo os modelos de produção e sociabilidade definidos pelos países centrais do capitalismo, explicar o sentido da produção de uma Arquitetura Moderna no Brasil a partir da forma de seus edifícios, das técnicas utilizadas para sua construção e das formas de apropriação dessa produção pela sociedade se

constituía como um exercício complexo, na medida em que nesses elementos não era o “moderno” que se explicitava. O que se colocava à vista era justamente o “subdesenvolvimento” nacional, a partir de geometrias “irracionais”, técnicas construtivas obsoletas, superexploração do trabalho no canteiro de obras, os quais produziam obras destinadas exclusivamente a uma elite conservadora e um Estado desenvolvimentista.

Desse modo, a Arquitetura Moderna Brasileira se colocava em sintonia com o processo de modernização não pelos seus resultados, e sim, pelo fato de se realizar a partir dos mesmos pressupostos (constituição de um Estado Nacional, propriedade privada da terra, trabalho assalariado, divisão social do trabalho etc.), da mesma lógica (abstração real) e com o mesmo sentido produtivo (realização do valor produzido) da Arquitetura Moderna realizada nos países centrais. Isso acontece mesmo apresentando um desenvolvimento histórico particular, ao se efetivar a partir de relações sociais baseadas em um processo de constante precarização (força de trabalho desqualificada e superexplorada, baixo nível de mecanização nos canteiros de obra, concentração da propriedade da terra urbana, carência de infraestrutura). A realização da arquitetura não consistia, portanto, na construção do “belo” ou do “racional”, como avaliavam os críticos tradicionais, mas na realização dos produtos enquanto mercadorias, cujo sentido da produção é, conscientemente ou não, a reprodução do capital. Esse modo de realização, em um contexto definido pela adoção de um novo modelo de acumulação no processo de modernização brasileiro, determinado pela forma mercadoria e viabilizado com base na precarização das relações de produção, colocava-se como o único possível para a Arquitetura Moderna Brasileira.

O acirramento do processo de reprodução das relações sociais de produção a partir da produção do espaço e da arquitetura, considerando-se o modo particular como se desenvolvia no Brasil desde os anos 30, definiria novos termos para as contradições entre as

determinações concretas e as determinações abstratas dessa produção. Em função de seu caráter fetichista, apenas suas determinações concretas apareciam como verdadeiras, inversão que legitimava toda uma discussão, parcial e limitada por sua natureza, a respeito do problema da forma livre, ou formalismo, característico da Arquitetura Moderna Brasileira. Parcial e limitada porque desconsiderava o fato de que também a arquitetura se produzia a partir da forma-mercadoria, assim como das demais formas sociais dela decorrentes, condição que garantia ao objeto arquitetônico uma unidade contraditória entre as determinações do valor (abstratas) e determinações de uso, finalidade, possibilidade ou mesmo artísticas, historicamente constituídas (concretas).

A convergência entre os fundamentos lógicos e históricos dessa produção, na qual os primeiros colocam a forma-mercadoria como pressuposto, e os segundos se assentam em um contexto material e social “atrasados”, possibilitou o desenvolvimento de uma arquitetura baseada em “formas livres”, na medida em que, em um contexto “atrasado” técnica e socialmente, as margens de viabilidade econômica para uma especulação formalista se mostravam mais distendidas do que nos países centrais, justamente em função da precarização dessas relações de produção⁵³. A produção de valor, a extração de mais-valia e as taxas de lucro se mantinham em níveis rentáveis mesmo diante de qualquer delírio estético projetado por arquitetos que ainda assim confiavam em sua liberdade relativa às determinações econômicas. E, se no limite, um edifício pode ser compreendido como trabalho humano abstrato cristalizado, pouco importaria sua forma, desde que ela não inviabilizasse a realização do valor ali acumulado. Segundo Otília Arantes (1998),

⁵³ Nos trabalhos de Sérgio Ferro citados anteriormente, descreve-se e analisa-se, entre outras coisas, a relação entre a manutenção de um processo produtivo técnica e tecnologicamente atrasado nos canteiros de obras brasileiros e as elevadas taxas de extração de mais-valia decorrentes dessa situação, argumentando que, em um contexto de “subdesenvolvimento”, se coloca a necessidade de manutenção de setores com alta taxa de extração de mais-valia (construção civil, agricultura) como forma de “compensar” setores nos quais, devido à alta mecanização, essas taxas apresentam-se em níveis reduzidos (indústria automobilística, por exemplo).

a racionalização de um tal espaço (abstrato) estava diretamente vinculada à racionalização capitalista da produção, à serialização, à moradia mínima, ao zoneamento urbano, etc. Como se pode ver, a aposta no poder emancipatório da modernização capitalista, quer dizer, no caráter libertador inerente à evolução das forças produtivas, é marca congênita da cultura modernista e seus desdobramentos iluministas e utópicos que, na busca do sempre novo, fazia tábula rasa do passado. E todavia, como sabido, deu no que deu (p.31).

Nos países centrais do capitalismo, a produção de Arquitetura Moderna se desenvolvia a partir do mesmo sentido e forma de realização. Mesmo se materializando em formas aparentemente racionais ou funcionais, como expressão da elevada mecanização dos canteiros de obras, do desenvolvimento da produção de componentes e da utilização de elementos pré-fabricados e industrializados, a arquitetura desses países se desenvolvia através das mesmas operações de abstração (forma-mercadoria) que possibilitavam a liberdade formal da arquitetura brasileira.

Ora, a chave do enigma que intrigava quantos se detinham na admiração da moderna arquitetura brasileira estava providencialmente ao alcance da mão e atendia por Oscar Niemeyer. A boa causa da arquitetura nacional não poderia ser confiada a melhores mãos, não por acaso prodigiosamente dotadas para o jogo abstrato com as formas. Gênio nacional, artista predestinado e eleito, etc., são demasia retóricas de circunstância. O essencial é que, ao arrematar sua história de formação, a um tempo abortada e magistralmente concluída, Lúcio Costa procurou persuadir a todos os interessados – a começar por ele mesmo – que a explicação do milagre devia ser procurada na incrível convergência da “alma nacional”, encarnada por exemplo na extraordinária unidade de caráter de nossa arquitetura antiga, com a lição dos modernos (ARANTES, 1997, p.130).

Desse modo, a deturpação de princípios praticada pelos arquitetos brasileiros e denunciada inicialmente pelos europeus revelava a natureza da produção original e seu próprio sentido (coincidentes, apesar das particularidades com que se expressavam em cada caso), na medida em que “o viés estético enaltecido como marca nacional expunha afinal à luz (tropical) do dia o formalismo integral – a abstração mesma do espaço ordenado pelo capital – contrabandeada no fundo falso do Movimento Moderno” (ARANTES, 1997, p.128).

Na impossibilidade de se compreender as formas pelas quais se expressava, na produção de arquitetura e urbanismo, a unidade contraditória entre valor e valor de uso, residia a impossibilidade, por parte da crítica tradicional, de compreender, em um primeiro momento, que o formalismo que caracterizava a produção da Arquitetura Moderna Brasileira colocava-se como a expressão do componente abstrato dessa unidade, devidamente adaptado a um contexto de modernização retardatária. Do mesmo modo, na impossibilidade de compreender as formas de inserção dessa unidade no processo de modernização brasileiro, e, em alguns momentos, até mesmo as próprias contradições dessa modernização, residia a impossibilidade de compreender os fundamentos da crise que envolvia a disciplina e o papel do arquiteto na sociedade.

Mesmo com a existência, entre os anos 30 e 60, de um considerável consenso a respeito de qual deveria ser a pauta de uma crítica aos resultados mais expressivos da produção da Arquitetura Moderna, de um modo geral, e da Arquitetura Moderna Brasileira, de um modo particular, havia outros autores, no mesmo período, que desenvolviam suas discussões a partir de novas abordagens sobre um referencial teórico que não era estranho à crítica tradicional. Novas abordagens que lhes possibilitou um salto qualitativo em sua crítica, a partir do qual conseguiriam alcançar aspectos até então desprezados ou desconhecidos pelo debate arquitetônico estrito.

4.4. A CRÍTICA DESVENDADA

Nos anos 50 e 60, mesmo período no qual os críticos se debruçavam sobre o problema da existência, ou não, de um formalismo na produção da Arquitetura Moderna Brasileira, os situacionistas, grupo do qual Guy Debord, Raoul Vaneigem, Constant Nieuwenhuys e Asger

Jorn tornaram-se expoentes, já elaboravam uma crítica radical à constituição fetichista do processo de produção e apropriação do espaço urbano sob o modo de produção capitalista.

Sua abordagem, no entanto, não se restringia apenas a esses campos do conhecimento e da produção. Reconhecendo que os processos de abstração e separação determinados pelo capital atravessavam todas as esferas da vida, negavam-se a uma análise fragmentada dessa sociabilidade, criticando sua totalidade, sem exceções, a partir da crítica ao *espetáculo*, que seria, segundo Debord, o desenvolvimento extremo da abstração e da alienação sociais.

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação (...) O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens (...) a abstração de todo o trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo modo de ser concreto é justamente a abstração (DEBORD, 1997, p.13-14, 23).

A definição do conceito de *espetáculo* elaborada pelos situacionistas pouco tem a ver com o domínio sobre a sociedade exercido pelos meios de comunicação de massa, interpretação comum dada a essa teoria. Esse fenômeno seria apenas uma das formas pelas qual o *espetáculo* se manifestaria entre os homens. Lendo com atenção a primeira frase citada acima, é possível perceber a semelhança com a primeira frase de *O Capital*, de Marx⁵⁴. Desse modo, pode-se identificar o conceito de *espetáculo* com a elaboração marxiana da *mercadoria*, ou, ainda, da forma mercadoria, assim como as frases seguintes permitem, da mesma maneira, a identificação do conceito com as formulações marxianas a respeito do caráter fetichista da mercadoria. O *espetáculo* seria, portanto, a forma social mais desenvolvida⁵⁵ em uma sociedade constituída por

⁵⁴ “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1983, p.45).

⁵⁵ “O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 1997, p.25).

relações fetichistas baseadas na produção e troca de mercadorias⁵⁶.

A crítica ao urbanismo e à Arquitetura Moderna esteve muito presente na teoria situacionista. Identificando o caráter espetacular e, portanto, de mediação abstrata que produz separações dessa produção e de sua apropriação (reforçando sua proximidade com as teorias de Lefebvre), os situacionistas apontavam o quanto a produção desse tipo de espaço colaborava para a degradação da vida, na medida em que subsumia todas as suas esferas às determinações da produção. Os conjuntos habitacionais produzidos nas periferias de Paris, exemplos significativos dos resultados da produção da Arquitetura Moderna tanto na escala do edifício quanto na escala urbana, são tratados como “campos de concentração”, e o planejamento como ferramenta para a “materialização das hierarquias” (JAPPE, 2008, p.107).

Pela primeira vez uma arquitetura nova, que em cada época anterior era reservada à satisfação das classes dominantes, acha-se diretamente destinada aos pobres. A miséria formal e a extensão gigantesca dessa nova experiência de habitat provêm ambas de seu caráter de massa, implícito tanto por sua destinação quanto pelas condições modernas de construção. A decisão autoritária, que planeja abstratamente o território como território da abstração, está bem evidente no centro dessas condições modernas de construção. Nos lugares onde se inicia a industrialização dos países atrasados, aparece a mesma arquitetura, terreno adequado ao novo gênero de existência social que se deseja aí implantar (DEBORD, 1997, p.114).

Debord não conseguiria prever, em sua elaboração, a possibilidade de que a convergência entre a lógica que determina a produção abstrata do espaço e um contexto no qual limites históricos impunham alto grau de precarização das bases materiais e sociais da produção, produziria uma arquitetura na qual a noção de miséria formal aparentemente não faria sentido, no caso, alguns exemplares da Arquitetura Moderna Brasileira. Apesar disso, sua abordagem esclarece a relação entre a adoção, pelos países “atrasados”, da arquitetura

⁵⁶ O conceito de espetáculo está muito próximo, teórica e praticamente, das teorias de Henri Lefebvre a respeito do processo de reprodução das relações de produção. Não por acaso, pois durante algum tempo os situacionistas mantiveram um diálogo com Lefebvre sobre temas comuns. “O conceito de Lefebvre de que o cotidiano é a fronteira entre o dominado e o não-dominado, onde nasce a alienação e também a desalienação, encontra-se na teoria situacionista” (JAPPE, 2008, p.99).

moderna - adoção oficial no caso brasileiro - com a instituição da industrialização e da sociabilidade por ela determinada, ou seja, com o avanço do processo de modernização.

A importância da teoria situacionista reside principalmente no fato de que sua crítica não se restringiu aos objetos, artísticos ou não, produzidos pela e para a *sociedade do espetáculo*. Por se tratar de uma teoria que, entre outras coisas, fazia uma crítica radical à constituição fetichista dessa sociedade, suas análises se concentraram nas formas sociais que determinam essa produção (e que agem por trás das costas dos produtores), deixando a abordagem sobre esses objetos em um segundo plano, na medida em que sua aparente concretude esconderia, mais do que revelaria, os termos de sua constituição⁵⁷. Desse modo, essa teoria também não se restringia a criticar a desigualdade nos níveis de distribuição desses objetos, dessas mercadorias, apesar de trabalhar com o conceito de luta de classes. A superação do *espetáculo* implicaria na superação de todas as formas sociais de mediação abstrata impostas por ele, e, para tanto, a crítica e a ação deveriam confrontar as categorias que o sustentam.

Considerando que na sociabilidade capitalista os homens somente se relacionam socialmente entre si tendo como mediação a mercadoria, caberia à arquitetura e ao urbanismo produzir mercadorias que exercessem a mediação entre os homens e o espaço, assim como entre os homens no espaço. A importância de se identificar a forma mercadoria como relação social que se coloca no processo de produção e apropriação da arquitetura reside no fato de que, sem se enquadrar nessa forma social, a arquitetura não poderia exercer essa mediação e, no limite, não poderia realizar-se, nessa sociabilidade, enquanto ciência, técnica ou arte.

Essa situação, em um primeiro momento, pode aparecer como um beco sem saída, tendo em vista que se reconhece “a submissão da totalidade da vida às exigências da

⁵⁷ “No mundo realmente invertido, a verdade é um momento do falso” (DEBORD, 1997, p. 16).

mercadoria” (JAPPE, 2008, p.42). No entanto, na prática situacionista, a teoria se colocava apenas como mais um elemento, ainda que extremamente importante, no processo de superação da *sociedade do espetáculo*, que, por sua vez, somente se estabeleceria pela e na vida. Como o próprio Debord afirmaria, reforçando essa perspectiva de unidade entre teoria e ação, “aqueles que nos expõem várias idéias sobre revoluções geralmente abstêm-se de nos contar como viveram” (apud JAPPE, 2008, p. 66).

Considerando que a crítica à *sociedade do espetáculo* se colocava principalmente como uma crítica às separações produzidas por essa sociabilidade, a aspiração à superação da cisão entre artistas e espectadores era central no programa de ação situacionista. Cultivava-se a “convicção de que o mundo inteiro deve ser primeiro desmontado para depois ser reconstruído, já não sob o signo da economia, mas sob o da criatividade generalizada” (JAPPE, 2008, p.68).

Para tanto, desenvolvem o conceito e a prática do “*detournement*”⁵⁸, que consiste, basicamente, no reaproveitamento de elementos já existentes (atividades, objetos, teorias etc.), na criação de novas situações, através das quais o *espetáculo* fosse confrontado ou desmascarado.

Trata-se de uma citação, ou de uma reutilização num sentido mais geral, que “adapta” o original a um novo contexto. É também uma maneira de superar o culto burguês da originalidade e da propriedade privada do pensamento. Em certos casos, é possível utilizar produtos da civilização burguesa, mesmo os mais insignificantes, como a publicidade, modificando-lhes o sentido; noutros casos, é possível, pelo contrário, a fidelidade ao sentido original – por exemplo, uma frase de Marx – mudando-lhes a forma. Enquanto a colagem dadaísta se limita a uma desvalorização, o *detournement* baseia-se numa dialética de desvalorização e revalorização, negando o valor da organização anterior da expressão (JAPPE, 2008, p.80).

⁵⁸ “Palavra que habitualmente pode ser traduzida por ‘desvio’, mas também significa ‘subtração’ (ou ‘sequestro’, ‘apropriação’) e ‘distanciamento’ (há ainda quem fale, em português, de ‘diversão’ e ‘subversão’)” (JAPPE, 2008, p.80). Também pode ser compreendida como “deturpação” ou “deriva”.

Os elementos necessários para a superação do modo de vida e, conseqüentemente, do processo de produção e apropriação do espaço urbano impostos pelo *espetáculo*, já se encontrariam, segundo os situacionistas, presentes na cultura e na técnica, sendo necessário, apenas, modificar-lhes o sentido e organizá-los de um modo distinto.

O arquiteto, como os outros trabalhadores de nossa empreitada, vê-se diante da necessidade de mudança de profissão: nunca mais será construtor de formas isoladas, mas construtor de ambiências completas. O que torna hoje a arquitetura tão enfadonha é sua preocupação sobretudo formal. O problema da arquitetura não é mais a oposição função/expressão, questão essa já superada. Ao utilizar formas existentes, ao criar novas formas, a principal preocupação do arquiteto deverá ser o efeito que tudo isso vai ter sobre o comportamento e existência dos moradores. Toda a arquitetura fará parte de uma atividade mais extensa e mais completa para, finalmente tanto essa arquitetura quanto as outras artes atuais desaparecerem em proveito da atividade unitária (CONSTANT, 2003, p.107).

Se o processo de troca exige a abstração das qualidades concretas dos objetos para que seja possível a realização da equivalência entre diferentes, ele também exige a existência de tais diferenças entre os objetos trocados. Portanto, suas diferentes qualidades devem se manifestar, justificando a necessidade da troca, para, posteriormente, serem abstraídas. É possível afirmar que é no reconhecimento da unidade contraditória entre valor e valor de uso que o *detournement* se apresenta como possibilidade de ação, já que ele mesmo se colocaria como uma deturpação da troca, ao se referenciar nas diferentes possibilidades de apropriação das diferentes qualidades das coisas produzidas, e não nas suas quantidades, medidas em quantidade de trabalho abstrato. Um importante exemplo nesse sentido seria o desenvolvimento da ideia de *urbanismo unitário*, que, antes de se colocar como mais uma

doutrina do urbanismo, colocava-se como uma crítica ao próprio urbanismo⁵⁹.

O urbanismo unitário não está idealmente separado do atual terreno das cidades. É formado a partir da experiência desse terreno e a partir das construções existentes. Deve tanto explorar os cenários atuais, pela afirmação de um espaço urbano lúdico tal como a deriva o reconhece, quanto construir outros, totalmente inéditos. Essa interpretação (uso da cidade atual, construção da cidade futura) implica o manejo do desvio (*detournement*) arquitetônico (JACQUES, 2003, p.105).

Desse modo, ainda segundo os autores, seria possível estabelecer um processo de produção de arquitetura e urbanismo que trouxesse consigo a crítica à forma mercadoria, assim como estabelecer novas formas de apropriação da arquitetura existente que também confrontassem tais determinações. Mas, para tanto, tal posicionamento exigiria uma nova perspectiva crítica a respeito das formas correntes de produção e apropriação dessa arquitetura. O impasse no qual os arquitetos modernistas se encontravam (e ainda se encontram em muitos casos), tanto os defensores do racionalismo mais rigoroso quanto aqueles que advogavam pelas formas livres, não poderia ser desvinculado de certa limitação em sua elaboração crítica a respeito da própria produção. O beco sem saída, nesse caso, foi resultado da generalização de um consenso, fosse este positivo ou negativo, em torno do elenco de elementos passíveis de crítica. Discutiu-se muito a respeito de “como” fazer arquitetura, e muito pouco a respeito de “por que” fazê-la.

Diante disso, justifica-se a superação da análise da arquitetura estritamente enquanto objeto, enquanto formas, livres ou não, no sentido de se consolidar sua análise enquanto

⁵⁹ “O interesse dos letristas pelo urbanismo é fruto da ‘psicogeografia’, termo que utilizam para designar a observação sistemática dos efeitos produzidos pelos diferentes ambientes urbanos sobre o estado de espírito. Os letristas publicam várias descrições das zonas em que a cidade pode ser subdividida do ponto de vista psicogeográfico e também observações sobre lugares precisos. A exploração é realizada ao longo de uma *dérive*, definida como ‘técnica de passagem rápida através de vários ambientes’; são passeios de mais ou menos um dia durante os quais a pessoa ‘se entrega às solicitações do lugar e dos encontros’. A importância do acaso diminui com o aumento do conhecimento do lugar, o que permite escolher as solicitações às quais se pretende atender. No entanto, apenas o ‘Urbanismo Unitário’ poderá fornecer uma verdadeira solução: a construção de ambientes que permitam, não expressar, mas suscitar novas sensações. O interesse por tal arquitetura antifuncionalista aumenta durante a agitação letrista e constituirá um dos primeiros pontos de identificação com outros grupos artísticos europeus que irão convergir, de seguida, para a Internacional Situacionista” (JAPPE, 2008, p.79).

relação social de produção, como mediação entre os homens e o espaço, ou, ainda, como ciência que vai ser responsável por organizar essa mediação. Caracterizar a arquitetura como uma relação social permite que o foco da crítica seja transferido do objeto arquitetônico (trabalho abstrato cristalizado em uma aparência concreta) para o processo de produção que o antecede e para o processo de apropriação que o sucede, que, por sua vez, colocam-se como as instâncias nas quais torna-se possível apreender as contradições que definirão os limites e as potencialidades de uma produção minimamente contestadora.

Nesse sentido, Sérgio Ferro, autor que desenvolveria uma nova perspectiva a respeito do processo de produção de arquitetura, centrada na crítica às relações sociais que definiam e eram definidas por esse processo, também se posiciona a respeito do que seria uma prática de arquitetura que colaborasse para a emancipação humana dos constrangimentos que a sociabilidade capitalista lhe impõem.

Em um texto de 1972, intitulado “Reflexões para uma Política na Arquitetura”⁶⁰, e reeditado em 2006⁶¹, Sérgio Ferro reconhece, inicialmente, que o debate a respeito da crise da arquitetura exige “um processo rigoroso no tratamento desta questão” pois “a visão impressionista e a metodologia laxista não conseguirão dar resultados válidos. Sem dúvida, a enorme complexidade das relações pouco nítidas entre a arquitetura, a produção e o consumo da construção justifica o atraso na tomada de consciência” (FERRO, 2006, p.203). Essa tomada de consciência envolveria a compreensão de que “o atual modo de produção arquitetural, inteiramente determinado pelo modo de produção em geral e pela mediação do modo de produção da construção, chegou aos limites de seu desenvolvimento possível” (FERRO, 2006, p.208). Ao se referir, em um primeiro momento, à complexidade das relações entre arquitetura e produção, não percebida por uma visão impressionista (possivelmente a

⁶⁰ *Arte em Revista* (Coord. Otilia Beatriz Fiori Arantes, Celso Fernando Favaretto, Iná Camargo Costa, Walterm Cezar Addeo. Org. Maria Cecília dos Santos) São Paulo, Kairós, 1980, n.4, p. 95-99.

⁶¹ FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.203-214.

visão dos críticos contemporâneos seus), e, em seguida, a um “modo de produção arquitetural” que se encontraria em seu limite de desenvolvimento, o autor se posiciona em defesa de uma nova teoria, que considerasse tal complexidade, e de uma nova prática, que superasse os limites impostos pelo modo de produção geral, necessária, na medida em que “toda a crítica, mesmo radical, que não conduz a uma prática modificadora, é um exercício acadêmico de pouco interesse” (FERRO, 2006, p.211).

As propostas apresentadas nesse texto ainda se caracterizam principalmente como posições programáticas que enfatizam a necessidade de se ensaiar, de forma sistemática, novos modos de se produzir arquitetura, complementando, assim, um processo paralelo de reorganização dos meios de produção e de sua apropriação.

A multiplicidade de opções dá prioridade à consciência política. Não podemos afirmar que a apropriação socializante dos meios de produção arquiteturais não é mais problemática para nós. Não podemos nos comparar com operários que são capazes de tomar, com vantagem, o controle dos meios de produção. Até agora, não podemos apresentar nossa tarefa como cumprida sem má fé ou simplificação grosseira e, do mesmo modo que não podemos prever o tempo de mudança, não podemos adiar sua preparação (...) Assim, poderemos quase afirmar: a tentativa que não é seguida de uma conscientização crítica da situação presente, exaustiva e elaborada com rigor, não é uma tentativa, é um encontro renovado com o já acontecido (FERRO, 2006, p.212).

Como é característico em sua obra, Sérgio Ferro concentra suas análises principalmente nas relações sociais de produção que se desenvolvem no canteiro de obras. Se o canteiro aparece como o território da exploração e da coerção, também será tratado como o território de sua possível superação, pois, além de se caracterizar como o território no qual se constituem e se apresentam as contradições do processo de produção de arquitetura, reuniria trabalhadores e meios de produção, respectivamente o sujeito e o objeto desse processo de reorganização da produção. Em “O Canteiro e o Desenho”, uma hipótese sobre a nova configuração possível para essa nova produção já aparece delineada de um modo mais preciso.

Como caminho para a demonstração, adotemos o modelo dito por “absurdo”: que se imagine o inverso de nossos parâmetros. Uma estética da separação que deixaria o corpo produtivo soltar-se nas suas atuais divergências. Sabemos que a forma mercadoria do produto estaria comprometida. Faltaria a amarração autoritária que compõe o trabalhador coletivo. Mas há mais.

Esse tipo de estética, curiosamente, só foi roçada nas épocas “heróicas” da arquitetura moderna, como em Tátlin ou no Cassino da Pampulha de Niemeyer, por exemplo. Só roçada e logo abandonada. Porque, se uma tal estética respeitasse rigorosamente seu princípio (a pura separação), desapareceriam, necessariamente, os conflitos, as superposições entre equipes e áreas de trabalho diferenciado. A “obra” (de difícil visualização para nós) seria, num primeiro tempo, justaposição do separado, sem a cobertura das categorias totalizantes (a harmonia, a simetria, o jogo de volumes, o partido). A radicalização da separação faria do projeto uma série de decisões sucessivas, contemporâneas da cada intervenção livre. Como cada parcela se manifestaria em sua autonomia completa, não haveria razões para o desencontro. Afinal, o separado simplesmente não se encontra – ou não seria separado. Num segundo tempo – corolário fundamental – haveria a tendência para o desenvolvimento do diálogo, para a troca horizontal, para a superação da separação e das relações de produção que a sustentam (FERRO, 2006, p.133).

É importante notar que, se a elaboração situacionista a respeito da superação das atuais formas de produção e apropriação do espaço se organizam em torno de uma perspectiva de superação da cisão entre produtores e vivenciadores, definida pela forma-mercadoria (ou pelo *espetáculo*)⁶², a elaboração de Sérgio Ferro se desenvolve em um sentido aparentemente contrário, sugerindo o caráter crítico radical do acirramento das separações observadas no canteiro de obras, mesmo que posteriormente tal separação fosse substituída por uma

⁶² “A construção de situações começa após o desmoronamento moderno da noção de espetáculo. É fácil ver a que ponto está ligado à alienação do velho mundo o princípio característico do espetáculo: a não-participação. Ao contrário, percebe-se como as melhores pesquisas revolucionárias na cultura tentaram romper a identificação psicológica do espectador com o herói, a fim de estimular esse espectador a agir, instigando suas capacidades para mudar a própria vida. A situação é feita de modo a ser vivida por seus construtores. O papel do “público”, senão passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores, mas num sentido novo do termo, vivenciadores” (DEBORD, 2003, p.57).

integração horizontal⁶³. O autor sugere a instauração, no canteiro de obras, de uma organização semelhante a uma banda de jazz, na qual cada indivíduo teria autonomia para se expressar, inclusive a partir do improviso, sem, no entanto, perder-se o sentido de coletividade que envolveria a produção dessa obra.

Não faria sentido, no entanto, estabelecer uma comparação entre as duas abordagens, na medida em que se desenvolveram a partir de percursos críticos distintos. Compreender as particularidades em cada caso parece mais pertinente. A teoria situacionista fundamentava-se na crítica às formas sociais que operam na base do modo de produção e sociabilidade capitalista, conforme foi apresentado anteriormente. Portanto, suas propostas de ação e subversão confrontavam diretamente os fundamentos dessas formas sociais, no caso, as abstrações e cisões delas derivadas. Sérgio Ferro fundamentava sua crítica nas relações de coerção e exploração impostas aos trabalhadores no canteiro de obras, sem as quais a arquitetura não poderia ser produzida e nem se realizaria enquanto mercadoria⁶⁴.

Sérgio Ferro, arquiteto de formação e profundo conhecedor de seus processos, analisa especificamente a arquitetura, propondo a subversão de sua lógica justamente no momento de sua produção; condição que estabeleceria, mesmo que potencialmente, as condições necessárias para uma apropriação não abstrata de seus resultados. Os situacionistas, por sua

⁶³ Em uma entrevista concedida em junho de 2000, Sérgio Ferro descreve resumidamente uma experiência nesse sentido:

“– *Você citou a construção do seu ateliê em Grignan. O que houve de novo lá?*

– É pequenininho, mas insisti na autonomia, na liberdade, e radicalizei ao máximo. O ateliê foi um campo de discussão permanente, de sugestões, quase como quando eu trabalhava com o Rodrigo e com o Flávio. Hoje em dia nem eu, nem eles, ninguém mais sabe quem inventou isso ou aquilo – eu sei que apenas fiz o desenho inicial. (...)

– *Quem participou da construção?*

– Um grupo – são meus melhores amigos lá em Grignan – de pedreiros.

– *Pedreiros de profissão?*

– Sim. Curioso que depois da experiência eles tentam levá-la para outros canteiros, com outros arquitetos e ficam decepcionados.

– *E eles tinham que tipo de liberdade na construção?*

– Toda, desde que se discutisse. Da mesma maneira que não se aceitava que o arquiteto impusesse as coisas sem discutir, eles também não podiam fazer o contrário. Não se trata de substituir um imperador pelo outro” (FERRO, 2006, p.290-291).

⁶⁴ Suas análises a esse respeito foram organizadas em dois textos principais, “*A Casa Popular*” e “*O Canteiro e o Desenho*”.

vez, ao formularem uma crítica total à sociedade, não alcançando, de forma direta, o processo de produção de arquitetura e urbanismo, concentravam suas propostas na subversão da apropriação dos edifícios e demais espaços já construídos, em todas as suas escalas, posicionamento que reafirmava o nível de abrangência de sua crítica.

Por se tratar de um autor que tomou o processo de produção da arquitetura como elemento central de sua crítica, assim como as formas particulares de sua realização no contexto da modernização brasileira, é necessário que a crítica de Sérgio Ferro seja analisada com mais detalhes a partir desse momento.

4.5. A CRISE DESVENDADA

É possível observar que a consolidação do percurso teórico e crítico de Sérgio Ferro apresenta algumas contradições, principalmente no que diz respeito a sua abordagem sobre as formas sociais definidas pelo modo de produção (forma-valor, forma-mercadoria, forma-dinheiro e fetiche) e ao tratamento dispensado aos termos da unidade contraditória da mercadoria (valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato).

No texto “A Produção da Casa no Brasil”⁶⁵, ao tratar do processo de produção da casa popular, Sérgio Ferro parece relutar em caracterizar esse processo como sendo um processo de produção de mercadorias. Segundo o autor, a produção de um valor de uso, e não de um valor de troca, determinaria a produção dessa casa, na medida em que “da casa, o operário requer, inicialmente, pouco mais que proteção contra chuva e frio, espaço e equipamentos suficientes para o preparo de alimentos e descanso. Enfim, tem com ela relação direta e não mediatizada, como só surge entre homem e seu instrumento de trabalho pessoal. Não é envolvido por qualquer fetiche, usa simplesmente, sem mistério ou respeito exagerado” (FERRO, 2006, p.63).

⁶⁵ FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.61-105.

No entanto, no caso de uma relação direta e não mediatizada, no sentido de não mediada pela forma mercadoria (o que permitiria, hipoteticamente, a produção de um valor de uso “puro” a partir de determinações concretas), não faria sentido afirmar que “a precisão imposta pela economia na produção ressurgiu como precisão no produto, precisão amarga, não resultado de engenho programado e escolhido, mas depósito obrigatório de infinitas carências” (FERRO, 2006, p.63). A carência destacada pelo autor trata da impossibilidade de o operário acessar mercadorias de custo incompatível com sua renda para construir sua casa, em função de razões de ordem econômica. O fato de uma mercadoria ser mais barata, ou mesmo gratuita (quando resto de demolições ou entulho), não indica que esses objetos deixam de ser mercadorias, e, portanto, não apontam para a superação da forma mercadoria enquanto mediação entre o operário e a produção de sua casa.

Ainda em relação ao valor de uso da casa popular, o autor afirma que a precarização dessa produção “impõe a permanência da construção em torno do esquema válido quase universalmente para os de sua classe”, e que, desse modo, “apesar de construir para si, para atender às suas necessidades básicas particulares, despreocupado com a possível utilização pelos outros, o valor que cria é um valor de uso social” (FERRO, 2006, p.64). Conforme foi discutido anteriormente, em um contexto no qual coisas úteis sejam produzidas para a troca, os homens somente se colocam socialmente a partir dos produtos do seu trabalho. Dessa maneira, todo objeto produzido deve aparecer como um valor de uso para aquele que não o produziu. Mas o processo de troca exige que nesse valor de uso esteja refletido o valor de troca de outra mercadoria, caso contrário, a igualdade necessária não seria alcançada. Para se trocar uma casa por outra, ou por qualquer outra coisa, as qualidades concretas dos objetos envolvidos serão necessariamente abstraídas, pois são seus valores que se confrontam nessa comparação, em uma sociabilidade na qual a forma mercadoria se constitui como mediação.

Portanto, é possível afirmar que é o valor da casa popular que se coloca socialmente no processo de troca, momento no qual seu valor de uso é abstraído no processo de equivalência, independentemente das intenções, ou necessidades, que orientaram sua produção.

A precisão imposta pela economia à produção da casa popular poderia ser analisada pela perspectiva de que, para se realizar como tal, toda mercadoria deve ser produzida a partir de um tempo de trabalho médio socialmente necessário. Sérgio Ferro afirma, em um primeiro momento, que não é a troca que orienta a produção da casa popular, e sim o atendimento às necessidades básicas do operário. Mas, em seguida, reconhece que:

o barateamento da moradia que obteve recorrendo a todas as suas mínimas habilidades e disponibilidades, o seu sacrifício, terá como recompensa automática o abaixamento relativo dos salários, sempre determinados pelo custo absolutamente indispensável à sua manutenção. Seguramente, a economia feita na obtenção da casa seguiria a redução de seu salário real. É a lei do sistema (FERRO, 2006, p.66).

Essa “lei do sistema” também estabelece, entre outras coisas, a relação entre o tempo médio de trabalho socialmente necessário que o operário deve (ou pode) dispensar na construção de sua moradia e a forma como a casa popular apresenta-se enquanto valor de uso (materiais precários, autoconstrução, posse da terra não regulamentada etc.). Relação necessária para que o rebaixamento de seu salário se transforme efetivamente em rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho.

Essa equivalência entre os custos de produção da casa popular e o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho somente pode se efetivar quantitativamente. E, assim, novamente, o que se coloca é seu valor e sua condição de mercadoria cujo acesso, de um modo ou de outro, é garantido pelo próprio operário. É possível afirmar que a objetividade de valor da casa popular é definida pelo processo de rebaixamento dos salários dos trabalhadores, e não o contrário, como aponta Sérgio Ferro.

São essas relações sociais, que aparecem com força de lei, que vão garantir a homogeneidade⁶⁶ dos bairros populares, e não uma surpreendente convergência entre cultura construtiva, recursos materiais e necessidades comuns a todo o operariado brasileiro, mesmo considerando-se que esses aspectos não devam ser desprezados na análise, na medida em que, ao constituírem o valor de uso da casa popular, também definirão as bases sobre as quais o processo de troca vai se colocar.

Mesmo em níveis críticos, pautados pela precarização, em função dos limites históricos impostos ao desenvolvimento nacional, a lógica da forma mercadoria se apresenta como organizadora das relações sociais. Também na produção da casa popular, analisada por Sérgio Ferro, há um processo que se desenvolve pelas “costas dos produtores”, mesmo quando aparentemente o sentido da produção seja definido principalmente por determinações concretas⁶⁷.

Valor e valor de uso constituem a unidade contraditória da mercadoria. Não é possível caracterizar determinadas atividades produtivas como sendo predominantemente de valores de uso ou de valor (como o autor trata a produção da casa burguesa). Em primeiro lugar, por não se tratar de uma questão de escolha, intenção ou consciência do produtor, pois, independentemente de qualquer um desses aspectos, é a forma mercadoria que se coloca como mediação social entre os homens, repondo constantemente os termos da contradição e da unidade entre valor de uso e valor. Em segundo lugar, porque a hipotética produção de

⁶⁶ Torna-se possível estabelecer um paralelo ao processo de homogeneização do espaço, relacionado ao conceito de espaço instrumental, desenvolvido por Henri Lefebvre. No entanto, em um contexto de modernização retardatária (Kurz), a possibilidade de tal homogeneização colocar-se-ia principalmente como negatividade.

⁶⁷ “O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quíproco os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais... Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1983, p.71).

valor ou de valor de uso, separados, não poderia ser tratada como exclusividade de uma classe social.

Conforme foi afirmado anteriormente, esse texto de Sérgio Ferro pode ser considerado como um esboço para “O Canteiro e o Desenho”, livro no qual Sérgio Ferro avança em suas análises a respeito do processo de produção de arquitetura, superando alguns dos impasses e ambiguidades presentes em “A Produção da Casa no Brasil”.

Nesse trabalho, Sérgio Ferro já parte da premissa de que

o objeto arquitetônico, assim como a pá ou a arma, é fabricado, circula e é consumido, antes de mais nada, como mercadoria. (...) E não somente a casa, a habitação – mas ainda o escritório, a loja, a usina, a ponte, a praça, o monumento (...) As distinções decorrentes da posição na produção (componente do capital constante, da reprodução da força de trabalho ou do entesouramento burguês) ainda não pesam neste nível de generalidades. Todo e qualquer objeto arquitetônico, entre nós, é um dos resultados do processo de valorização do capital (FERRO, 2006, p.105-106).

Sua análise, como é possível observar, não mais se pauta pelo dualismo entre a casa popular (casa, habitação e componente da reprodução da força de trabalho) e a casa burguesa (componente do entesouramento burguês), entre produção de valor de uso e de valor de troca. Nesse momento, sua crítica se apropria do processo de produção de arquitetura de um modo geral, concentrando-se na análise de sua lógica e sentido, destacando as particularidades desse processo no contexto brasileiro e internacional.

Apesar da importância dessa nova abordagem, ainda é possível observar sua persistência em criticar determinadas categorias que constituem o processo de produção de arquitetura, a partir de uma relação de oposição e não de contradição. Se no trabalho anterior tal oposição tinha como polos valor de uso e valor de troca, em “O Canteiro e o Desenho” ela vai se apresentar através da polarização entre trabalho concreto e trabalho abstrato.

Inicialmente, Sérgio Ferro critica a separação imposta aos diversos trabalhos realizados no canteiro de obras, resultado da manutenção de um processo produtivo “descontínuo, heterogêneo, heterônomo, no qual a totalização do trabalhador coletivo, sua raiz, vem inevitavelmente do lado de fora, do lado do proprietário dos meios de produção” (FERRO, 2006, p.106). No caso da arquitetura, caberia, segundo o autor, ao projeto e ao desenho, a função de realizar essa totalização, sendo um caminho obrigatório para a extração de mais-valia, que, portanto, partiria dos proprietários dos meios de produção.

Esse processo de totalização dos trabalhos realizados no canteiro de obras é analisado pelo autor sob dois aspectos. Primeiro, como condição para a constituição do processo de valorização do capital. Ao desenvolver o argumento em torno da tese de que “a elaboração material do espaço é mais função do processo de valorização do capital que de alguma coerência técnica” (FERRO, 2006, p.107), a crítica de Sérgio Ferro alcança aquilo que até o momento foi tratado, nesse trabalho, como um processo que se passa “pelas costas dos produtores”, possibilitando, inclusive, incorporar parte de seus argumentos nas discussões a respeito do caráter abstrato do formalismo da Arquitetura Moderna Brasileira.

Ainda uma vez: o desenho pode assumir os padrões dominantes ou não, seguir a “função” ou fazê-la seguir, ser qualificado como racional, orgânico, brutalista, metabólico ou como se queira no interior da confusão das pseudotendências, ser mais ou menos conformista em relação ao “utensílio” que informa, ser modulado, modenado ou a-sistemático, ornar ou abolir o ornamento: a constante única é ser desenho para a produção (FERRO, 2006, p.109).

No entanto, ao qualificar o desenho de arquitetura como “autoritário” e “despótico”, assim como quando afirma que “a função fundamental do desenho de arquitetura hoje é possibilitar a forma mercadoria do objeto arquitetônico que sem ele não seria atingida (em condições não marginais)” (FERRO, 2006, p. 107), o autor parece atribuir ao desenho e, conseqüentemente, ao arquiteto que o produz, o papel de sujeito no processo de produção de

arquitetura, posição questionável, uma vez que a forma mercadoria se apresenta como uma forma social na qual se inscrevem as relações sociais sob a sociabilidade capitalista, e não como um procedimento técnico, hipoteticamente acionado pelo desenho, voltado à viabilizar a acumulação de capital. O arquiteto não pode personificar a totalização do processo produtivo, pelo fato de não ser o proprietário dos meios de produção e apenas executar mais um pedaço do trabalho cindido do processo produtivo como um todo. Essa elaboração não permite, por exemplo, analisar criticamente a produção de arquitetura (mercadoria) sem desenho, como no caso da casa popular autoconstruída (ponto discutido anteriormente). Ao definir, para o projeto de arquitetura, o papel de totalizador dos diversos fatores da produção, Sérgio Ferro coloca em um segundo plano o fato de que a articulação entre trabalho vivo e trabalho morto (máquinas e matéria-prima), que se desenvolve no canteiro de obras, deve se realizar dentro dos níveis médios, socialmente postos, de produtividade, condição sem a qual determinada produção não consegue se validar no processo de troca. Assim, o desenho, antes de se caracterizar como o sujeito da totalização da produção, coloca-se como ferramenta no planejamento necessário para se alcançar essa produtividade média. Isso não significa afirmar que o desenho não possua um caráter autoritário ou que não possua um papel central na produção, e sim que essas “qualidades” resultam de um processo de separação e especialização das atividades humanas anterior ao canteiro de obras.

De fato, essa elaboração é o ponto de partida de Sérgio Ferro (2006) para desenvolver seus argumentos em torno da “transubstanciação” do trabalho concreto do operário em trabalho abstrato, que, segundo o autor, se processa no interior do canteiro de obras (lembrando que ao ser trocado por dinheiro, como salário, o trabalho já se coloca como transubstanciado), e sem o qual o objeto arquitetônico não poderia alcançar a condição de mercadoria. A separação entre os trabalhos do pedreiro, do pintor, do carpinteiro, do

encanador, imposta e simultaneamente negada, no nível da aparência, pelo desenho (e seus acessórios), demonstram, segundo o autor, que “essas condições de incompreensão e alheamento provocadas no interior do campo de trabalho e que implicam consequentemente o desenho exaustivo que o comanda, são as condições necessárias para a produção enquanto produção de mais-valia”(FERRO, 2006, p.110). Dessa forma, um trabalho aparentemente concreto, pelo fato de se constituir a partir da “condensação de gestos e procedimentos do trabalho do indivíduo” (FERRO, 2006, p.115), condição que talvez o caracterizasse melhor como trabalho especializado, transformar-se-ia em trabalho abstrato, pelas mãos do desenho e do arquiteto a partir da

separação entre ação e vontade determinante – separação que com outras abre a brecha para a extração de mais-valia – , o trabalho escorrega no sentido da tarefa absurda e sem conexão interna. A desagregação, exigida pelo comando, de toda a organicidade de base (organicidade que suporia a responsabilidade autônoma) reduz a cacos estranhos uns aos outros os momentos do trabalho, cujo princípio, contraditoriamente, é subjetivo (FERRO, 2006, p. 117).

O autor apresenta a “transubstanciação” do trabalho concreto em trabalho abstrato como um processo que tem origem nas ações de um sujeito externo, o desenho, responsável por transformar o trabalho no canteiro de obras em “tarefa absurda e sem conexão interna”; transformação linear, negativa e sem apresentar maiores contradições. Sérgio Ferro (2006) retoma o dualismo em sua abordagem, colocando separados e em oposição o trabalho “concreto”, fundamentalmente positivo, tratado como trans-histórico e que ainda não sofrera a corrosão provocada pelo desenho, e o trabalho abstrato, fruto da degeneração do primeiro. Do mesmo modo como a oposição dualista entre valor de uso e valor de troca, desenvolvida no texto “A Produção da Casa no Brasil”, é possível observar, a partir de sua análise sobre a “degeneração” do trabalho no canteiro de obras, que Sérgio Ferro trata o processo de abstração das qualidades concretas do trabalho não como o resultado de um processo de

constituição de uma forma social específica, como apresentado e discutido anteriormente, e sim como uma imposição autoritária de uma classe, os proprietários dos meios de produção, sobre outra, os operários⁶⁸.

Ao analisar o papel dos revestimentos (argamassa, cerâmica etc.) no processo de produção de arquitetura, momento em que o autor elabora uma teoria sobre o fetichismo, a posituação do trabalho, a relação não contraditória entre trabalho concreto e trabalho abstrato e o posicionamento de classe (apesar de não ser operário) tornam-se mais evidentes, comprometendo, inclusive, a identificação de seus argumentos com a elaboração marxiana a respeito do caráter fetichista da mercadoria.

Por baixo do revestimento há concreto, colunas, lajes, vigas, tubulações. Há alguma lógica – mesmo se deformada, como veremos. Há, pelo menos, indicações de compromisso com a estética, com a resistência dos materiais. E mais: há marcas precisas do trabalho necessário, do empenho, do esforço, da habilidade do operário. Ele fica obrigatoriamente no que faz: mão, inteligência, sensibilidade, ainda que contidas, deixam rastros – a menos que, como nas histórias de crime, sejam apagados. Triste história dos objetos-mercadoria, principalmente dos de luxo: ora há frustração porque o valor não toma corpo, ora a presença inquietante do trabalho concreto, outra face da abstração que funda o valor, impede atribuir-lhe transcendência purificadora. Ora, o mistério, jogado sempre sobre sua natureza pelos que querem denegar sua indignidade original, pode sumir se a bruma do revestimento for levantada. Por baixo do revestimento, a obra revela o trabalho em colaboração, o trabalho não substanciado completamente ainda, gravado no que aspira à sua total transubstanciação (FERRO, 2006, p.128).

Em “A Produção da Casa no Brasil”, Sérgio Ferro apresenta uma tabela com a média de salários horários pagos aos trabalhadores da construção civil em 1968. Mais importante

⁶⁸ “A teoria de Marx, vulgarizada por interpretações unilaterais até tornar-se ‘marxismo’, foi privada de sua crítica decisiva da forma do sistema burguês moderno de reprodução; a crítica da forma-mercadoria que culmina no conceito de fetichismo, criado por Marx, foi eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo. No lugar de um conceito da forma do sistema produtor de mercadorias e de sua condicionalidade histórica aparece, dessa maneira, um conceito reduzido das ‘classes em conflito’, como suposta razão última da socialização; o *constitutum* tornou-se *constituens*, o fenômeno secundário das classes sociais foi transformado num fato inquestionável. Assim, em vez de criticar o próprio capital, passou-se a criticar ‘os capitalistas’ que tinham de aparecer como sujeitos pessoais da relação social da mercadoria, que na verdade não tem sujeito algum. A identidade de classe encontrou sua razão numa ontologia equivocada do trabalho, que não foi compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas sim de forma quase bíblica (isto é, protestante), como essência eterna da humanidade que apenas externamente foi violentamente modificada pelos sujeitos ‘exploradores’, os capitalistas” (KURZ, 2004, p.44-45).

que demonstrar o rebaixamento dos níveis salariais e a superexploração da força de trabalho no canteiro de obras, a equivalência entre os trabalhos de pedreiros, ajudantes, carpinteiros etc., com base em uma relação entre tempo abstrato e dinheiro, indica que tais trabalhos não tratam, completamente, de trabalho não substanciado. Independentemente da habilidade de cada operário, de sua especialização (lembrando que nenhuma definição de *trabalho especializado* possui alguma relevância para o conceito marxiano de *trabalho concreto*) ou desqualificação, das “marcas precisas do trabalho” mantidas ou apagadas, ao serem trocados por salários, essas atividades têm, necessariamente, suas qualidades concretas abstraídas, tenha o trabalhador consciência desse processo ou não.

O trabalho despendido para levantar uma parede, colunas, lajes, vigas, ao ser trocado por dinheiro, apresenta o mesmo conteúdo do trabalho despendido na execução dos revestimentos. A oposição entre “trabalho revelador” e “trabalho esvaziado”, proposta pelo autor, de fato, não existe, pois o que se coloca é a abstração das qualidades concretas de todos os trabalhos executados no canteiro, inclusive do trabalho do próprio arquiteto. Desse modo, é possível afirmar que a parede revela e esconde, sobre o processo de produção de arquitetura, tanto quanto o revestimento.

Se, anteriormente, ao firmar que “a elaboração material do espaço é mais função do processo de valorização do capital que de alguma coerência técnica”, a crítica de Sérgio Ferro aproximava-se da crítica ao fetichismo da mercadoria elaborada por Marx, ao recuar seus argumentos a uma abordagem pautada por determinadas especificidades, notadamente dualistas, observadas nos canteiros de obras (trabalho x desenho, paredes x revestimentos), o autor recompõe o véu sobre os processos sociais que ele mesmo ensaiava desvendar.

O dualismo observado na abordagem do autor sobre as relações entre valor de uso e valor, entre trabalho concreto e trabalho abstrato e entre as classes sociais contribui para sua

elaboração sobre o fetiche, que antes de identificar esse processo como um processo de inversão, no qual as mercadorias parecem se relacionar socialmente e não seus produtores, o identifica como um processo de ocultamento das relações de dominação presentes no processo produtivo, ou, ainda, como ocultamento do papel do operário nesse contexto.

No entanto, a produção, apropriação e reconhecimento social do objeto arquitetônico não são processos que se desenvolvem de um modo linear, como pode dar a entender uma análise estrita da lógica da forma mercadoria e de seu caráter fetichista. São processos contraditórios, nos quais lógica e história operam dialeticamente.

É possível observar que as tensões na unidade entre valor de uso e valor e entre as determinações concretas e abstratas da produção do objeto arquitetônico encerram uma série de contradições que têm seu fundamento nas formas sociais definidas pelo modo de produção capitalista (forma-mercadoria, forma-valor, forma-dinheiro, fetichismo), as quais operam nas sobreposições entre a especificidade de sua lógica geral e as particularidades de suas formas de produção e realização, historicamente definidas. E são essas particularidades do processo de produção e realização do objeto arquitetônico que vão definir se as contradições da lógica geral do modo de produção serão acirradas, inclusive como potência crítica, ou obscurecidas em um determinado contexto histórico. Desse modo, apesar de operarem pela mesma lógica geral e pelas mesmas formas sociais, é possível demarcar diferenças entre os limites e as possibilidades de crítica a essa mesma lógica, a partir de diferentes experiências de produção de arquitetura ou mesmo de uma discussão teórica.

Dessa maneira, é necessário reafirmar a importância e a pertinência da crítica desenvolvida por Sérgio Ferro, quando analisada de uma forma mais ampla. Os argumentos e o método de análise do autor se apresentam como referências fundamentais para a superação dos termos que definiam o debate arquitetônico até aquele momento; superação sem a qual

não seria possível estabelecer, nesse trabalho, a crítica à constituição fetichista do processo de produção e apropriação da arquitetura e do urbanismo. Além disso, sua elaboração a respeito da crise da Arquitetura Moderna Brasileira, enquanto ponto de inflexão de uma produção que até o momento se mostrava promissora, pode ser tomada como ponto de partida para a constatação de que essa produção, mesmo quando aparentemente promissora, sempre se realizou, conforme o exposto até agora, repondo os pressupostos de seu esgotamento, tanto como possibilidade de expressão artística e cultural quanto como ferramenta para garantir a emancipação na e pela modernização.

Essa condição definiria o caráter crítico da produção da Arquitetura Moderna Brasileira. Crítico no sentido de representar um estado de crise sempre renovado, presente desde a sua formação, e não mais apenas relativo a um determinado momento de sua história.

4.6. O CARÁTER CRÍTICO DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

A formação e consolidação da Arquitetura Moderna Brasileira, ao colocar-se, simultaneamente, como um processo constituído e constituinte da modernização retardatária brasileira, incorporaria em sua trajetória os mesmos limites e impasses que caracterizam essa forma particular de desenvolvimento econômico e social. Mesmo alcançando as formas pelas quais o caráter crítico da produção de arquitetura e urbanismo se expressava no caso brasileiro, alguns dos autores apresentados anteriormente não conseguiram compreender a natureza desses fenômenos. É possível afirmar que no fato de não se aprofundarem nas análises sobre as relações entre a produção de arquitetura e urbanismo e o processo de modernização, assim como no consenso em torno do caráter essencialmente positivo desse processo, residiam os principais obstáculos para tal compreensão.

O desaparecimento de qualquer possibilidade de questionamento político ou social a partir das obras, o alinhamento imediato em relação ao Estado, às elites e às grandes corporações privadas, a apologia à autonomização da produção e a consagração de seu caráter *espetacular*, a impossibilidade de universalizar o acesso às mercadorias produzidas por essa produção autonomizada e o progressivo acirramento da precarização das relações sociais que determinam e são determinadas por essa produção (urbanização informal, rebaixamento das referências materiais que definem os parâmetros dos projetos voltados à população de baixa renda, precarização das relações de trabalho, no escritório do arquiteto e no canteiro de obras), são formas pelas quais se expressa o do caráter crítico da produção de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Essa condição resulta da impossibilidade de superar as contradições entre as bases materiais e sociais sobre as quais o processo de modernização vem se desenvolvendo no Brasil e as perspectivas, ou expectativas, relativas ao progresso social e ao desenvolvimento nacional, que a arquitetura pretendia viabilizar a partir de sua produção. Esse impasse determina que, enquanto mediação entre homens e espaço, essa produção somente consiga se generalizar negativamente, seja através da precarização das relações sociais que ela organiza ou que a organizam, seja através do rebaixamento das perspectivas sociais e materiais que estavam em seu horizonte, ou, ainda, através da impossibilidade de se universalizar, dentro de um mercado formal, o acesso às mercadorias que produz.

Ao contrário da emancipação desejada, a consagração da arquitetura como mediação entre homens e espaço urbano produziu as desigualdades que hoje definem as nossas cidades. O seu desenvolvimento caminhou no sentido do acirramento da precarização das relações de produção e apropriação do espaço urbano justamente porque esse era o único caminho possível para que sua generalização se tornasse viável, diante dos limites históricos impostos

aos países da periferia do sistema mundial produtor de mercadorias. E se considerar-se que desde a década de 30 o Estado brasileiro procurava criar condições para modernizar o país através da industrialização, e que o processo de industrialização incondicionalmente confunde-se com o processo de urbanização, não haveria outra alternativa à arquitetura brasileira senão operar dentro de tais limites históricos.

Nesse contexto, não é a arquitetura dos grandes mestres ou seus discípulos que se generaliza, e sim a casa autoconstruída anonimamente. Da mesma forma, não são os bairros construídos de acordo com a legislação de uso e ocupação do solo e dotados de infraestrutura que passam a caracterizar as cidades, e sim a urbanização informal, tendo as favelas e loteamentos clandestinos como exemplos clássicos. E não é a igualdade jurídica, a noção iluminista de cidadania ou o Estado democrático de direito que passam a orientar a relação entre Estado, população e seu espaço urbano. Essas relações passam a ser pautadas, cotidianamente, pela violência, pública e privada.

Mesmo se concretizando a partir de uma produção crítica, no sentido de somente se realizar com a reposição dos pressupostos de sua crise, a arquitetura poucas vezes foi analisada por meio dessa perspectiva. A teoria criada a partir dessa produção sempre foi pautada pelas análises das exceções, principalmente pelo fato de que essa teoria nunca escondeu sua preferência por discutir os rumos da arquitetura a partir das referências postas pela arquitetura produzida nos países centrais, principalmente a europeia.

Por outro lado, quando essa teoria passou a incorporar a crítica sobre determinados aspectos da produção de arquitetura no Brasil, tomando como referência o contexto social, político e econômico local, o fez por meio da análise das contradições que se apresentavam nos resultados dessa produção, e não a partir dos pressupostos que a determinavam.

Dessa forma, em ambos os casos, a teoria e a crítica que se apresentaram não escaparam de um discurso de apologia à arquitetura, ao urbanismo e ao planejamento, assim como de apologia ao aparente papel de sujeito do arquiteto e do planejador (esse, vinculado a outro “sujeito”, o Estado), independentemente do caráter crítico de sua produção e dos limites históricos a ela impostos, resultado de sua posição relativa ao processo de modernização retardatária brasileiro e da posição desse em relação à reprodução ampliada do capital em nível mundial.

O reconhecimento do caráter crítico do processo de produção de arquitetura e urbanismo no Brasil possibilita, de certo modo, o desenvolvimento de uma crítica radical aos pressupostos e resultados dessa produção, assim como de uma crítica à própria arquitetura, tomada aqui tanto como projeto quanto como edifícios, enquanto instância na qual se manifestarão, mantendo-se as atuais relações de produção e apropriação, mecanismos de separação (pensada a partir do conceito de *espetáculo*), exploração e coerção.

Essa crítica, por sua vez, poderia, potencialmente, definir as bases para novas formas de conceber, produzir e apropriar-se do espaço urbano, em todas as suas escalas. Alguns exemplos discutidos anteriormente já demonstraram as possibilidades de se estabelecer, nesse sentido, novas experiências a partir de uma crítica qualitativamente distinta. Relação entre teoria e prática que poderia ser tomada como referência para se refletir a respeito das possíveis (ou impossíveis) intervenções, em ambos os campos, no contexto presente.

No próximo capítulo, esse panorama será complementado através da análise das formas particulares do desenvolvimento do planejamento urbano e do urbanismo no país, discussão que busca situar, na articulação entre as escalas dos edifícios e da cidade, os argumentos desenvolvidos até o momento.

Capítulo 05.

O planejamento urbano em um contexto de modernização retardatária

No Brasil, em um contexto definido por um processo de *modernização retardatária*, o caráter crítico do processo de produção de arquitetura e urbanismo não se expressaria somente a partir das características assumidas pelos resultados dessa produção na escala do edifício, conforme discutido no capítulo anterior. Vai se manifestar, também, através da acentuação da precarização das relações sociais estruturadoras do processo de produção e apropriação do espaço na escala urbana, principalmente aquelas que envolvem a população de baixa renda. A arquitetura e o urbanismo, em sua condição de relação social constituinte desse processo, já em uma relação menos idealizada com o contexto no qual se insere, passam a reconhecer como parte de seu *métier* a administração dos resultados de um processo crítico de produção do espaço, reconhecendo o inevitável rebaixamento das referências materiais e sociais que orientariam a sua produção e a apropriação de seus resultados, tanto no nível do planejamento quanto no nível do urbanismo.

A partir de 1964, o planejamento urbano e o urbanismo são incorporados de forma efetiva no conjunto de políticas e programas estatais, em nível nacional, voltados à implementação do novo modelo de nacional-desenvolvimentismo que se constituía naquele momento, em mais uma tentativa de se reverter o caráter retardatário da modernização nacional.

O problema fundamental para o Estado a partir da instauração do regime militar era criar as condições para a retomada do desenvolvimento via industrialização. As políticas públicas voltadas à regulamentação do processo de produção do espaço urbano passam a representar um conjunto de opções para a concretização desse objetivo, na medida em que, nesse momento, o processo de urbanização já está subordinado ao processo de acumulação de capital, nos termos

desenvolvidos por Jean Paul de Gaudemar e apresentados no capítulo 2 desse trabalho.

No nível do planejamento urbano, medidas como a regulamentação do parcelamento do solo urbano através de Lei Federal, a produção e implementação maciça de planos diretores e a criação do sistema SFH/BNH, que, por sua vez colocar-se-ia como instituições “guarda-chuva” para todo um conjunto de órgãos criados com o objetivo de promover o planejamento urbano e a expansão das redes de infraestrutura, destacaram-se nesse sentido, tanto por representarem uma nova articulação entre os setores (sistema financeiro, indústrias de base, mercado imobiliário, Estado e demanda) e fatores (capital, terra e trabalho) da produção, quanto pela escala, já que foram medidas de abrangência nacional.

Em relação ao urbanismo produzido dentro desse novo quadro de relações institucionais, políticas e sociais, destacou-se o programa de acesso à moradia, desenvolvido pelo sistema SFH/BNH, que tinha como premissa a construção intensiva de conjuntos habitacionais de grande escala, cujas unidades se destinavam exclusivamente para a venda. Foram produzidos conjuntos em áreas ainda não urbanizadas e desprovidas de infraestrutura, a partir de tipologias unifamiliares e multifamiliares. Os projetos eram padronizados e implantados indiscriminadamente em todas as regiões do país. A redução dos custos de produção das unidades, resultado da necessidade de se garantir o saldo positivo das operações de financiamento, a viabilidade da produção e a manutenção do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, era alcançado a partir da progressiva redução das áreas das moradias, do rebaixamento de seu acabamento e qualidade construtiva e da implantação dos conjuntos em regiões distantes dos centros urbanos, nas quais o baixo preço da terra contribuía para a matemática financeira dos

empreendimentos ⁶⁹.

Os programas e projetos desenvolvidos partiam da premissa de que toda a população de baixa renda desejaria ter acesso à casa própria, que todos aceitariam comprometer-se a um endividamento de longo prazo (mínimo de 15 anos), que todos estariam dispostos a empenhar 25% de sua renda em tal financiamento e que teriam capacidade de manter seus pagamentos pelo prazo estipulado. A fragilidade e instabilidade que caracterizam a inserção das camadas mais pobres da população no mercado de trabalho e no mercado de consumo apontavam para o ponto fraco o ciclo virtuoso que se pretendia instaurar, assim como a fragilidade do próprio nacional-desenvolvimentismo que se propunha naquele período.

Desse modo, o estrangulamento imposto pelas condições de financiamento, resultado da necessidade de se manter a viabilidade econômica do sistema SFH/BNH, acabou por impossibilitar a integração positiva de grandes contingentes da força de trabalho no processo de urbanização formal que o esforço de planejamento pretendia alavancar.

Se, por um lado, essa análise preliminar explicita as limitações do sistema SFH/BNH, enquanto ferramenta do nacional-desenvolvimentismo que visava promover a acumulação real no ramo da construção civil, por outro também esclarece o fato de que tal sistema não apresentava nenhum comprometimento com qualquer política habitacional. Se é possível observar, no sistema SFH/BNH, a prioridade dos aspectos financeiros sobre os aspectos produtivos, a primazia de ambos sobre as questões relativas à qualificação da produção do espaço urbano é muito mais evidente, refletindo tanto em sua produção (projetos padronizados, baixa qualidade construtiva, ocupação de áreas ainda não urbanizadas etc.)

⁶⁹ “Ora, como componente novo do salário de uma camada do operariado, a casa tem de ter seu custo reduzido. O que, nas condições manufatureiras de produção, acarreta o uso de mercadoria de menor valor (os materiais brutos), diminuição das áreas e equipamentos (economia de meios) e o aumento da cadência, eliminação dos poros, seriação e organização “racional” do trabalho (produção em série)” (FERRO, 2006, p.135).

quanto em sua não produção (explosão da urbanização informal)⁷⁰.

Até 1974, período no qual ocorreu o “milagre brasileiro”, o crescimento econômico, de certa forma, escondia essas contradições, e levava a crer que realmente o sistema se autossustentava. A crise que sucedeu ao milagre, que revelou que as necessidades de petróleo, matérias-primas, máquinas e equipamentos eram muito maiores que a capacidade nacional de importação, mostraram que o ciclo virtuoso era mais vicioso do que o esperado. Em um cenário no qual a migração para os centros urbanos ainda ocorria em grande escala, no qual as cidades sequer atendiam às demandas por infraestrutura dos migrantes das gerações anteriores, o colapso do sistema de financiamento e planejamento consagrado pelo sistema SFH/BNH apresentar-se-ia como o embrião do colapso dos principais centros urbanos nacionais.

5.2. O PLANEJAMENTO DA URBANIZAÇÃO CRÍTICA

O crescimento econômico do país, que se apresentaria no período do milagre brasileiro, colabora, inicialmente, para a ampliação da ação dos arquitetos, em projetos públicos, privados, no planejamento e no urbanismo⁷¹ oficiais. Mas, simultaneamente, nessa fase se observa o acirramento das contradições entre as perspectivas de universalização positiva do planejamento e do urbanismo e o modo pelo qual essa universalização se tornaria possível.

⁷⁰ “Mas o colapso do SFH não se liga apenas ao pagamento e à dívida da casa própria. Cria destacada do modelo econômico brasileiro que caracterizou o regime militar, ele padece de todos os males da crise que atinge a economia. A partir de 1982 o SFH enfrenta queda de arrecadação em suas três fontes: 1 – As demissões e desemprego em massa atingem a arrecadação do FGTS (...) 2- As retiradas das cadernetas de poupança superam os depósitos nos primeiros quatro meses de 1983 (...) 3- O retorno dos investimentos já concedidos declina” (MARICATO, 1987, p.85-85).

⁷¹ Considerando, como recorte necessário para a análise pretendida nessa pesquisa, o urbanismo produzido pelos programas oficiais de provisão de moradias, através do sistema SFH/BNH.

Portanto, algo que se coloca, nesse momento, como importante elemento para a compreensão do caráter crítico do planejamento e do urbanismo no Brasil é a superação negativa dessa perspectiva de universalização, e a impossibilidade de sua retomada, diante da impossibilidade de reverter o caráter retardatário da modernização brasileira.

Os dois choques do petróleo e o crescimento dos níveis de endividamento do Estado encerrariam o período do “milagre” brasileiro, explicitando os limites da política e do planejamento como ferramentas para a superação do caráter retardatário do processo de modernização nacional. No momento em que o nacional desenvolvimentismo alcança seus limites históricos, o planejamento urbano, responsável pela articulação entre capital, terra e trabalho na modernização do espaço urbano, não conseguiria mais promover tal articulação senão sob a contradição entre a necessidade de viabilizá-la nos níveis de produtividade médios socialmente estabelecidos e a impossibilidade de que a espacialização desse processo se realizasse a partir das referências materiais e sociais estabelecidas pelos países centrais do sistema mundial produtor de mercadorias.

Na pequena escala, as formas pelas quais passa a se expressar o caráter crítico da produção de arquitetura no Brasil caracterizar-se-iam pelo desaparecimento do sentido político dessa produção, pela apologia a sua aparente autonomia, pelo fetichismo da forma e da técnica e pela progressiva precarização das relações sociais de produção e apropriação do espaço. Na grande escala, ele se expressa no acirramento das desigualdades entre centro e periferia.

Amélia Damiani (1999) fará uma interpretação particular a respeito das relações entre industrialização e urbanização nas cidades brasileiras, com atenção especial para o caso de São Paulo, para, em seguida, desenvolver seus argumentos a respeito da identificação das contradições entre centro e periferias, observadas nesse contexto, com um processo definido pela autora como *urbanização crítica*.

A autora propõe, inicialmente, uma abordagem da relação entre industrialização e urbanização que vai além da noção simplificadora que coloca esses termos em uma relação de causa e efeito, ou, ainda, que coloca a cidade apenas como “receptáculo primordial” dos fenômenos econômicos. O processo de urbanização representaria, antes disso, um novo setor produtivo, que “além de viabilizar outras produções econômicas (...) define uma nova produção” (DAMIANI, 1999, p. 119-120). O processo de produção do espaço urbano se apresentaria também como meio específico para a realização da acumulação de capital, pois além de viabilizar tal acumulação, constituir-se-ia, simultaneamente, como meio de *reprodução das relações de produção*, nos termos desenvolvidos por Henri Lefebvre.

Quando a cidade não é só continente da atividade industrial – mas a urbanização propõe, enquanto tal, a presença da indústria, especialmente a da construção e seu aparato –, a cidade cresce, crescendo também como negócio industrial: os subterrâneos produzidos, a verticalização, os viadutos e tantos outros produtos da urbanização. E assim, se, na periferia de São Paulo, a maioria se apresentar como pedreiro ou ajudante, mesmo que mencione o fato de fazer bicos e não ter emprego fixo, penso que essa é a aparência desse trabalho próprio da urbanização, que inclui “*empreitagem*” e “*subempreitagem*” em grandes obras urbanas (DAMIANI, 2004, p. 27-28).

Considerando-se que “nos anos 1970, houve uma expectativa em parte real: a do desenvolvimento de um proletariado diferenciado, produto da industrialização maciça e complexa, que envolvia as grandes cidades (...) Florestan Fernandes admitia que esse proletariado poderia configurar uma forma política autêntica de democracia burguesa, isto é, modernizaria o país”, mas que, por outro lado, “o sentido do processo de diferenciação industrial, que hoje se esclarece, é expelir trabalhadores do processo produtivo” (DAMIANI, 2004, p. 28-29), a autora vai relacionar essa inserção crítica de contingentes cada vez mais elevados da população no mercado de trabalho, quando o trabalho se apresenta como “pura

negatividade: o trabalho como miséria absoluta”⁷² (DAMIANI, 2004, p.28-29), com a inserção crítica desse mesmo contingente no processo de produção e apropriação do espaço urbano. Portanto, o argumento central em relação ao caráter crítico da urbanização brasileira não aponta para a exclusão econômica da população, no sentido de sua não participação no processo produtivo, seja da industrialização ou da urbanização, e sim para a sua “inserção crítica” (DAMIANI, 1999, p.125) nesse contexto.

Considerando-se os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades; considerando-se, também, como fundamento e base do desenvolvimento das cidades, como corpo citadino ou na sua materialidade, a propriedade da terra capitalizada, que sustenta um amplo campo de negócios urbanos, a urbanização em nosso país é *crítica*. A tentativa de reunir urbanização e industrialização num par coerente, sem fissuras, embora específico, é insuficiente. (...) O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica (...) A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica (DAMIANI, 2004, p.30-39).

Ao tomar como base de seu argumento a crise do trabalho, processo resultante da contradição fundamental do modo de produção capitalista, no qual o fundamento da produção do valor – o trabalho – é expulso de seu processo de reprodução pelo desenvolvimento constante das forças produtivas, no contexto da concorrência mundializada e da queda tendencial da taxa de lucro, a autora aproxima seus argumentos das elaborações, apresentadas anteriormente, em torno do caráter crítico e não simultâneo do processo de modernização, assim como da simultaneidade negativa que esse processo assume na crise:

⁷² “Como produto do ‘milagre brasileiro’ surgiu em 1974 a lei 6.019, regulamentada pelo decreto 73.841, que instituía o regime de trabalho temporário, constituindo-se em arcabouço jurídico de criação de empresas de trabalho temporário e de contrato de trabalho temporário, traduzível como uma das formas, criadas no pós 64, de reproduzir a exploração extraordinária do trabalho, no Brasil. Na indústria da construção, essa legislação reforçou e legitimou a estrutura complexa da ‘subemprego’ das obras, que provocava desemprego mais frequente, acentuando a intermitência do trabalho, assim como a redução dos salários e dos direitos trabalhistas” (DAMIANI, 2004, p.29).

Como se sabe (...) tem nesse processo (da concorrência), em princípio, o maior sucesso relativo àquela unidade empresarial que pode fazer as “ofertas mais baratas”. Essa capacidade, por sua vez, depende da produtividade mais alta ou mais baixa com que a empresa pode operar. E alta produtividade nada mais significa que poder fabricar grande quantidade de produtos com pouco dispêndio de trabalho vivo. À medida que a concorrência pela apropriação da mais-valia – isto é, por sua transformação na forma-dinheiro – exige um crescimento incessante da produtividade em detrimento da unidade particular de reprodução, instala-se um surto de produtividade sem precedentes (...) Apesar de sua força destrutiva diante dos homens e da natureza, a máquina da concorrência é ao mesmo tempo emancipação negativa, por alcançar inevitavelmente, mediante desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, o ponto de uma “abolição do trabalho”, isto é, do trabalho de produção abstrato, repetitivo, destinado apenas à “criação de valores”; com isso, no entanto, suprime também seu fundamento interno e se torna obsoleta. (...) Em outras palavras: a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma sequência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna (KURZ, 2004, p.73-75).

Considerando-se que no Brasil a articulação entre industrialização e urbanização iria se desenvolver em um contexto de modernização retardatária, no qual a simultaneidade em relação aos padrões de produção e sociabilidade definidos pelos países centrais do capitalismo somente ocorreria negativamente, as possibilidades de vivenciamento do espaço urbano como “centralidade de cultura, festas, desejo, encontros, necessidade” (DAMIANI, 2004, p.39) somente se apresentariam como exceção ou subversão da ordem estabelecida pela produção e pelo processo de *reprodução das relações sociais de produção*. Do mesmo modo, apresentar-se-ia somente como excepcional a inserção de seus habitantes, nas dinâmicas estabelecidas por esse binômio, nos termos idealizados pela noção de cidadania. E, se o processo de modernização retardatária, e suas decorrências, colocavam-se como o único caminho pelo qual o país poderia tentar se desenvolver, a *urbanização crítica* apareceria como a única possibilidade de se estabelecer e viabilizar o processo de produção de seu espaço urbano.

Ao tratar a urbanização como um processo produtivo submetido às determinações do capital enquanto *sujeito automático* (Marx), essa abordagem colabora para o desenvolvimento da crítica ao consenso em torno do caráter neutro do planejamento urbano e de sua capacidade

de determinar, politicamente, os termos que definirão o processo de produção e apropriação do espaço urbano.

O planejamento urbano, importante ferramenta do processo de modernização, antes de conduzir esse processo, é conduzido por ele. Segundo Francisco de Oliveira⁷³, o planejamento se caracteriza como uma estratégia de intervenção do Estado sobre as formas como se expressam as contradições que se apresentam no processo de reprodução do capital, nas diferentes escalas do espaço, no sentido de homogeneizar suas características, sempre tomando como referência o modo pelo qual o processo de produção do espaço se organiza e se territorializa nas formas mais “avançadas” da reprodução do capital. Essas referências, de fato, pouco se relacionam com questões relativas ao atendimento das necessidades materiais da população, ou ainda, com alguma intenção de universalizar sua inserção não precária no processo de urbanização.

O planejamento não trata, portanto, de um processo de distribuição de recursos, materiais e financeiros, fundamentado na técnica e pautado por questões relativas a necessidades concretas, na medida em que essa possibilidade será constantemente constrangida pelo cálculo econômico. Desse modo, antes de se caracterizar como um modo racional de distribuição desses recursos, o planejamento se configura como o mecanismo a partir do qual se garantiria as condições para o desenvolvimento da reprodução sempre ampliada do capital. No caso do planejamento urbano, através do processo de produção do espaço urbano e dos demais processos produtivos vinculados à cidade. O planejamento urbano faria parte de estratégias, periodicamente renovadas, voltadas a tentativas de viabilizar

⁷³ OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste e Conflito de Classes*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. Nessa obra, o autor não aborda especificamente o planejamento urbano. No entanto, suas análises são de suma importância no sentido de se compreender criticamente o papel do planejamento (inclusive urbano), do Estado e do espaço no processo de modernização brasileiro, principalmente ao se reconhecer o planejamento urbano como instrumento de reposição dos pressupostos da reprodução do capital na cidade, dentre os quais se podem destacar: a generalização da propriedade privada juridicamente regularizada, a implantação de infraestrutura, a criação de frentes de expansão do mercado imobiliário e da construção civil etc.

a superação da contradição básica do modo de produção capitalista que se expressa pela acumulação sempre crítica do capital.

Marco de um sistema capitalista de produção, a possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e portanto sociais que fundam esse sistema. (...) O que o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria (...) mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limita-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a racionalização da forma ampliada do capital (OLIVEIRA, 1987, p.23-24).

Percebe-se que o autor desenvolve sua análise a partir de uma perspectiva na qual consegue visualizar as contradições presentes no papel assumido pelo planejamento no processo de produção. Desse modo, ampliando-se a perspectiva da análise, é possível afirmar que **o planejamento urbano, e seus resultados, não devem ser analisados apenas como conjunto de políticas públicas voltadas à regulação do processo de produção e apropriação do espaço urbano, mas sim como conjunto de políticas voltadas à regulação da reposição dos pressupostos da reprodução do capital no contexto urbano.** Processo que, em um contexto de *modernização retardatária*, antes de instaurar, entre as formas particulares de realização da produção, a homogeneização de suas relações sociais e materiais, vai repor, constantemente, a desigualdade entre elas, na medida em que o caráter crítico do processo de modernização restringe, para uma parcela cada vez maior da população, o acesso às formas mais avançadas de produção e reprodução, inclusive às formas mais avançadas de produção do espaço urbano.

Essa reposição deve garantir que a urbanização, enquanto atividade produtiva, realize-se sempre perseguindo a reprodução ampliada do capital, nos níveis médios de produtividade socialmente estabelecidos, condições que, por um lado, define as referências materiais e

sociais que deveriam orientar essa urbanização, mas, por outro, determina que tais referências sejam inalcançáveis.

Excepcionalmente, em função de determinados momentos históricos ou contingências sociais, aparentemente coloca-se a possibilidade de o planejamento urbano se desenvolver no sentido de ampliação de alguns direitos, inclusive porque parte de suas atribuições também diz respeito à administração da crise no contexto urbano, como forma de manter as tensões sociais sob controle.

Flávio Villaça vai desenvolver em “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil” uma teoria a respeito da disciplina pautada principalmente por uma abordagem em torno da ideologia que envolve a noção de plano e planejamento no Brasil e sua instrumentalização no sentido de promover e manter a segregação socioespacial.

Seu ponto de partida é a definição de planejamento urbano. Segundo o autor, o “conceito dominante de planejamento urbano entre nós tem como especificidade a organização do espaço urbano (embora não possa se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente” (VILLAÇA, 1999, p.172). Como exemplo, afirma que, por um lado, a ação estatal nos campos de saneamento, transporte e habitação, nos anos 70 e 80, não se inseriam no âmbito do planejamento urbano, pois seus objetivos não se relacionavam com a organização do espaço intraurbano das cidades. Por outro lado, o SERFHAU, por tratar de um estímulo à criação de planos individuais para as cidades, caracterizar-se-ia como um estímulo ao planejamento urbano no Brasil.

Um outro exemplo importante para a compreensão de sua abordagem pode ser observado quando afirma que “a Lei Federal 6766/79, que regula loteamentos, é a mais próxima do que aqui chamamos de planejamento urbano, pois trata-se de uma lei especificamente espacial. Seu objetivo é a organização do espaço” (VILLAÇA, 1999, p. 172).

Percebe-se o distanciamento dessa perspectiva em relação às elaborações de Amélia Damiani e Francisco de Oliveira. Mesmo que, no decorrer do seu texto, essas questões sejam relativizadas, é possível afirmar que seu ponto de partida se fundamenta na posituação do espaço e de sua organização (no sentido de tratar esses elementos como pressupostos, não necessariamente determinados por relações capitalistas de produção), e, conseqüentemente, do planejamento urbano, desconsiderando, aparentemente, as contradições presentes no processo de produção desse espaço, o sentido e a lógica desse processo e as limitações relativas às possibilidades de se organizar ou planejar tal processo, sem que esse sentido e essa lógica sejam apreendidos como pressupostos.

Flávio Villaça apresenta a seguinte definição de ideologia, base de seus argumentos:

Entenderemos por ideologia (CHAUI, 1981) aquela versão da realidade social dada pela classe dominante tendo em vista facilitar a dominação, pois tende a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais são produzidas. Por intermédio da ideologia, os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que essas pareçam verdadeiras e justas. A ideologia surge, no seio da classe dominante, através do descolamento das idéias da realidade social (autonomização das idéias) e consiste na transformação do pensamento da classe dominante em pensamentos dominantes (VILLAÇA, 1999, p.226).

Desse modo, a consolidação e a manutenção, por parte do Estado e das classes dominantes, de um discurso hegemônico que naturaliza⁷⁴ e oculta as contradições presentes no espaço urbano, colocar-se-ia como um elemento necessário para a constante reposição das

⁷⁴ “Um dos estratagemas mais utilizados pela ideologia é a ‘naturalização dos problemas sociais’. As idéias dominantes procuram atribuir à natureza – e não aos homens – as causas dos problemas sociais. Assim a burguesia se isenta de culpa pela falta de solução desses problemas” (VILLAÇA, 1999, p.228).

condições que definem os termos da dominação e da segregação⁷⁵ espacial observada nas cidades brasileiras. Disso resultaria, entre outras coisas, a sobrevivência da ideia do planejamento, apesar de seus sucessivos fracassos nas tentativas de organizar o espaço intraurbano.

É ilusório pretender-se, no Brasil, estudar a ação do Estado no urbano por meio dos planos e por meio do discurso dominante sobre planejamento urbano. Isso coloca um problema sério para a própria história do planejamento. Essa história é a manifestação ideológica que a classe dominante e o Estado difundem. (...) Desenvolveu-se a idéia dominante de que os problemas urbanos derivavam da falta de planejamento de nossas cidades. A idéia de “caos urbano” tornou-se um lugar comum, e sua causa era a falta de planejamento. Dezenas e dezenas de planos foram elaborados, como vimos, mas eles podem ter conseguido tudo, menos reduzir o caos e os problemas urbanos. Os planos passam a valer por si sós, e não pelos seus resultados (...). Essa autonomização dos planos, seu descolamento da realidade, se insere na produção de um enorme arsenal de idéias sobre a cidade e sobre o planejamento que se alimentam de si próprias, pois não têm nenhuma vinculação com a realidade (VILLAÇA, 1999, p.223-227).

Os argumentos do autor explicitam as diferenças entre sua definição de planejamento e aquela apresentada anteriormente, que coloca a disciplina como conjunto de políticas públicas voltadas à regulação da reposição dos pressupostos da reprodução do capital no contexto urbano, e sujeita, portanto, às contradições inerentes a esse processo.

Segundo Flávio Villaça, a ideologia do plano produziria um planejamento urbano “esvaziado de seu conteúdo e reduzido a discurso” (VILLAÇA, 1999, p.222). Ideologia que, sustentada por uma aliança entre classes dominantes e Estado, garantiria a manutenção da

⁷⁵ “Através da segregação, as camadas de alta renda dominam o espaço urbano não só produzindo suas áreas residenciais nas áreas mais agradáveis e bem localizadas, mas também atuando sobre toda a estrutura urbana segundo seus interesses. Um exemplo clássico dessa atuação são as transformações por que tem passado os centros principais das nossas metrópoles desde o fim do século passado. O que aqui se entende por segregação é a alta concentração de camadas sociais em determinada parcela do espaço. Isso não significa que em nenhuma outra parte da cidade essa concentração é maior. Não significa que nessa parte haja predominância e muito menos exclusividade dessas camadas. Por isso se diz, segundo Castells (1978), que em tais partes há uma “tendência para a organização do espaço em zonas com forte homogeneidade interna e forte disparidade social entre elas, entendendo-se disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia”. O que se entende por forte homogeneidade é relativo. No caso das metrópoles brasileiras, onde as camadas de mais alta renda são minoria na cidade como um todo, elas frequentemente são minoria também, nas partes da cidade onde se concentram. Porém, por maior diversidade social que apresentem, tais áreas contém a maior parte das camadas de alta renda da metrópole” (VILLAÇA, 1999, p.224-225).

segregação e da precarização das periferias. Seria possível deduzir, portanto, que esse “conteúdo” perdido pelo planejamento apresentar-se-ia, portanto, como algo essencialmente positivo, no sentido de viabilizar a superação da segregação criticada. Daí a necessidade de sua supressão e substituição pelo discurso “vazio”, processo sem o qual as relações entre dominantes e dominados não poderiam se estabelecer, nas metrópoles brasileiras, nos termos conhecidos atualmente.

Tal conteúdo teria sido suprimido, pela ideologia, em favor do Estado e das classes dominantes. Esses seriam, segundo o autor, os sujeitos do processo de produção do espaço urbano, ou como ele mesmo coloca, seriam os culpados pelos problemas sociais observados nas metrópoles. A segregação socioespacial poderia ser analisada, desse modo, como uma forma particular de expressão da luta de classes no espaço urbano.

O aparente caráter essencialmente positivo do planejamento urbano é algo a ser questionado. Essa abordagem superestima o papel do sujeito à frente do processo e sua aparente autonomia, colocando em um segundo plano o sentido do processo de produção do espaço urbano. Coloca-se, inclusive, certa necessidade teórica de se definir o sujeito de um processo no qual essa figura não se apresenta de forma tão clara e linear, sob o risco de se inviabilizar a crítica. Dessa forma, o planejamento se assemelharia a uma ferramenta que, utilizada por instituições bem-intencionadas, possibilitaria bons resultados. Caso contrário, os resultados seriam negativos. Nessa perspectiva, o planejamento urbano, enquanto conjunto de políticas públicas voltadas à regulação do processo de produção do espaço urbano, ou mesmo como políticas voltadas a sua organização, seria realmente capaz de efetuar essa regulação ou essa organização, desde que fosse, naturalmente, conduzido pelos sujeitos “corretos” ou que se estabelecesse uma reorganização nos papéis das classes sociais na definição das prioridades desse processo. Novamente, observa-se uma elaboração crítica que se concentra na discussão sobre como se fazer planejamento urbano, e não em uma discussão sobre por que fazê-lo.

Em seu texto “As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias”, de 2000, Ermínia Maricato vai traçar um panorama do planejamento urbano brasileiro das últimas décadas do século XX, enfatizando, criticamente, o papel da disciplina na articulação funcional entre urbanização formal e urbanização informal (favelas e loteamentos clandestinos). O título do trabalho foi cunhado por Francisco de Oliveira, na ocasião do concurso para professor titular da FAU USP, ao qual a autora se submeteu no ano de 1999, a partir do título de um ensaio clássico de Roberto Schwarz, intitulado “As idéias fora de lugar”.

O planejamento urbano brasileiro, segundo a autora, não teria “comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas”. As ideias estariam fora de lugar porque, “pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa”. No entanto, também seria possível afirmar que as ideias estariam no lugar “porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios”. Considerando que para a cidade informal não existem planos e a ordem estabelecida é de outra natureza, seria possível afirmar que essa fração significativa das metrópoles brasileiras “trata-se de um lugar fora das idéias” (MARICATO, 2000, p.122). É importante notar que, se Flávio Villaça argumenta que o planejamento urbano não teria nenhum comprometimento com a realidade das cidades brasileiras, Ermínia Maricato, ampliando o horizonte de sua crítica, vai além em suas análises, afirmando que existe comprometimento do planejamento com a realidade, mas com apenas parte dela.

Sua interpretação a respeito da articulação entre a urbanização formal e a urbanização informal se fundamenta principalmente nas teorias sobre o fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado, que aponta o caráter funcional das relações “arcaicas” de produção (no caso, do espaço) para a viabilização das relações “modernas” de produção e consumo.

Francisco de Oliveira desenvolve esse argumento em seu livro “Crítica à razão dualista”, afirmando que a existência de setores pré-capitalistas ao lado de setores capitalistas não seria a responsável pela estagnação econômica do Brasil, como afirmava a tradição Cepalina; ao contrário, essa convivência seria funcional, pois o atraso do primeiro alimentaria os avanços do segundo, em um processo de *integração dialética* (OLIVEIRA, 2003).

Desse modo, “a ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica” (MARICATO, 2000, p.147-148). À legislação urbanística caberia a função de regular, através de leis de parcelamento do solo, zoneamento, códigos de edificações, as formas de produção da cidade formal, nos termos apropriados ao desenvolvimento de um mercado imobiliário excludente. A ineficácia das leis seria aparente, na medida em que se constitui como ferramenta para o exercício arbitrário do poder, por parte do Estado e dos agentes econômicos. Assim, sua relação com a realidade se apresentaria de um modo mais contraditório do que como mera ferramenta ideológica.

Tal situação resultaria no fato de que “a invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. (...) Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (MARICATO, 2000, p.152). O processo de urbanização das cidades brasileiras seria marcado, portanto, principalmente pela necessidade de rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho destinada à industrialização, ao caráter regressivo dos volumes de investimento voltados à gestão urbana e à legislação ambígua ou aplicada arbitrariamente. Seus resultados seriam os seguintes:

Se considerarmos que toda a população moradora de favelas invadiu terras para morar, estaremos nos referindo a mais de 20% da população do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre (LABHAB, 1999), 28% da população de Fortaleza (LABHAB, 1999) e 33% da população de Salvador (SOUZA, 1990) (...) Se somarmos os moradores de favelas aos moradores de loteamentos ilegais temos quase metade da população dos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo (...) O município de São Paulo tinha perto de 1% de sua população vivendo em favelas no início dos anos 70 e tem quase 20% no início dos anos 90 (SEHAB/PMSP, 1973-FIPE/USP, 1993). Portanto, entre 1973 e 1993, a população moradora de favelas cresceu 17,80% ao ano (MARICATO, 2000, p.153-157).

Ainda assim, oficialmente, a cidade continua sendo apresentada, pelo Estado e pelos demais grupos econômicos e sociais interessados, a partir de sua versão constituída pela urbanização formal. “O que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal” (MARICATO, 2000, p.165), mesmo em um processo de consolidação de um cenário no qual a urbanização informal, de exceção, transforma-se em regra. A autora recupera a noção de ideologia desenvolvida por Flávio Villaça para também destacar essa representação ideológica do espaço urbano como instrumento de poder econômico e social. As diferenças entre teoria (plano, legislação) e prática (produção do espaço urbano), entre objetivos e resultados do planejamento urbano no Brasil, principalmente no período do “milagre brasileiro”, tornam-se evidentes quando se verifica que a acentuação das desigualdades entre centro e periferia nas cidades brasileiras ocorreu justamente no período em que o planejamento mais se desenvolveu no país. Ainda segundo a autora,

Como já foi destacado, foi durante o regime militar que a atividade de planejamento urbano mais se desenvolveu no Brasil. As diretrizes foram dadas pela PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, prevista no II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado para o governo do general Ernesto Geisel, em 1973. (...) Foi exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal e do crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as grandes cidades brasileiras mais cresceram (...) fora da lei. Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra, de moradores de favelas em seu interior (MARICATO, 2000, p.138-140).

Apesar dos resultados apresentados pelo planejamento urbano no Brasil, tanto Flávio Villaça quanto Ermínia Maricato parecem concordar, a partir de pontos de vista distintos, que o problema continua residindo nos sujeitos do processo, nos responsáveis pela elaboração e execução, ou não execução, dos planos. O planejamento em si, enquanto instrumento do processo de produção do espaço urbano, ou do processo de reprodução das relações sociais de produção, não é questionado. Em um livro mais recente, a autora ainda questiona o posicionamento crítico daqueles que afirmam que “o planejamento é competência do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário” (MARICATO, 2001, p.48). Essa seria a “sentença de morte do urbanismo crítico propositivo, a menos que se apele, para a sua salvação, às teorias baseadas no assalto ao aparelho de Estado” (MARICATO, 2001, p.48-49).

A crise urbana e a crise do planejamento urbano abrem espaço para novas propostas. O momento é propício para a criação de uma nova matriz comprometida com: a) a realidade empírica urbana e regional frequentemente abstraída nas propostas construídas sobre cenários de ficção; b) os erros e acertos das experiências convencionais e das experiências recentes dos governos municipais democráticos (anos 80 e 90); c) a experiência estrangeira, em especial dos chamados países “em desenvolvimento”; d) a experiência estrangeira dos países desenvolvidos quando se refere à inclusão social ou técnicas especiais de manejo e produção do ambiente construído (MARICATO, 2001, p. 69).

Os autores criticam o processo a partir do qual a ideologia constituída e perpetuada pelo Estado e pelas classes dominantes confere uma aparente autonomia ao planejamento urbano, possibilitando, assim, seu descompromisso com a realidade ou com parte dela. Mas por outro lado, ao defender a necessidade de se estabelecer uma nova matriz para o planejamento, que se fundamentaria principalmente da reorganização dos papéis das classes sociais no interior do processo e em uma mudança nas formas de sua condução pelo Estado, parecem repor a autonomia e a neutralidade como características intrínsecas, e positivas, do planejamento urbano, na medida em que o desenvolvimento e a efetivação de planos e

políticas democráticas e igualitárias dependeriam apenas da tomada, não necessariamente de assalto, do aparelho público de planejamento. O problema estaria, portanto, no modo como o espaço urbano formal, qualificado nos termos de infraestrutura, se distribuiria entre as classes sociais, e não no sentido do processo de produção do espaço urbano, historicamente constituído, no qual formalidade e informalidade se apresentam como expressões da desigualdade imposta pela modernização.

Retomando os argumentos desenvolvidos no capítulo 03 desse trabalho, é possível perceber um alinhamento dessa perspectiva àquela que toma a crítica à distribuição da mais-valia produzida socialmente como crítica ao modo de produção capitalista, não alcançando a crítica ao próprio processo de produção dessa mais-valia, considerando, ainda, o Estado como o sujeito neutro responsável por administrar essa distribuição mais justa.

É possível afirmar que o planejamento urbano não trata, portanto, de uma ferramenta que poderia ser utilizada, indistintamente, para promover a inclusão da classe trabalhadora na cidade formal, ou manter sua situação de informalidade urbana, de acordo com a orientação política ou os interesses dos supostos sujeitos do processo. Ele se coloca como uma entre tantas ciências que organizam uma atividade produtiva, no caso, a produção do espaço urbano. E somente vai se realizar nesse sentido porque a natureza de suas atribuições é determinada, por um lado, pelos pressupostos fundamentais do modo de produção, e, por outro, pela forma particular de desenvolvimento do processo de modernização local.

Conforme comentado anteriormente, em um contexto de *modernização retardatária* a simultaneidade com o padrão central de desenvolvimento somente se apresentará, de forma generalizada, negativamente. Mesmo operando dentro desses limites, caberá ao planejamento urbano o papel de organizar o processo de produção do espaço urbano a partir da reposição dos pressupostos para a realização da acumulação nos termos possíveis, que, em último caso,

consiste na reposição das desigualdades. Ainda que, no nível da aparência, o planejamento urbano atue apenas sobre a cidade formal, é possível afirmar que ele também se realiza, negativamente, no processo de produção da urbanização informal. O processo de urbanização informal não se desenvolve aleatoriamente pelo território da cidade, desconectado do processo de urbanização formal. A legislação urbanística e as políticas públicas, ao definirem os parâmetros para essa urbanização formal, também os definem para a urbanização informal, porém negativamente. A formação de favelas em áreas públicas (sistemas de recreação, áreas verdes e áreas institucionais), remanescentes de loteamentos regulares e em áreas ambientalmente frágeis protegidas por lei (áreas de mananciais, principalmente), são exemplos de como a legislação urbanística define, pelo menos, a localização, área (em superfície) e disponibilidade de infraestrutura (relativa ao entorno próximo) desses assentamentos.

Em seu livro *Crítica à Razão Dualista* (2003), Francisco de Oliveira aborda, em determinado momento, os termos em que ocorre a relação entre a urbanização informal e o processo de acumulação de capital, pela industrialização, no Brasil. Segundo o autor, a autoconstrução de moradias nas periferias das metrópoles seria uma das bases do modelo que o processo de industrialização assumiu no Brasil, pois viabilizaria o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. Considerando-se que o salário é composto pela cesta de bens necessária para a reprodução da força de trabalho, ou seja, para a sobrevivência do trabalhador, a partir do momento em que o custo da habitação é abstraído dessa cesta, o trabalhador se vê forçado a produzir sua moradia através de seus próprios meios, “legitimando”, de certo modo, esse rebaixamento de seu salário.

Dessa forma, segundo Francisco de Oliveira (2003), a industrialização brasileira foi sustentada tanto por subsídios oferecidos pelo Estado, que transferia renda de outros setores da

economia para a indústria, quanto por recursos da classe trabalhadora, que autoconstruía sua moradia, rebaixando o custo da produção e garantindo competitividade à indústria nacional.

Tão importante quanto a autoconstrução, nesse processo, seria a ocupação informal das áreas urbanas necessárias para a produção dessas moradias. O planejamento urbano colocaria, dessa forma, novamente nos termos da desigualdade, as distinções necessárias entre as áreas passíveis de serem ocupadas dessa forma e as áreas destinadas a uma ocupação regulamentada segundo os padrões mais avançados de produção e consumo do espaço urbano. Distinção notadamente relacionada aos níveis de rentabilidade, presente ou futuro, que essa terra urbana poderia realizar. Tecnicamente, costuma-se chamar a institucionalização dessa distinção entre áreas passíveis de serem urbanizadas formalmente e áreas que necessariamente seriam urbanizadas informalmente de *zoneamento*.

No período do “milagre brasileiro”, o planejamento urbano, desenvolvido no âmbito dos programas estatais de habitação e desenvolvimento urbano, mostrar-se-ia eficiente para ordenar determinados processos sociais e materiais que aparentemente contribuiriam para o desenvolvimento das condições gerais da produção, fundamentais para manutenção do modelo que o processo de modernização assumia naquele momento. Desse modo, por um lado, o planejamento urbano apresentou-se positivamente, através da disseminação de planos diretores, leis de uso e ocupação do solo e da lei federal de parcelamento do solo⁷⁶, importantes para a definição, em nível nacional, dos marcos legais e institucionais a partir dos quais se desenvolveria a produção e apropriação do espaço urbano. Mas, por outro lado, colocava-se negativamente, pois, para garantir as condições necessárias para a reposição dos pressupostos da reprodução do capital no contexto urbano, também produziu a urbanização informal, processo sem o qual tal reposição não seria possível no contexto brasileiro.

⁷⁶ Lei Federal 6766 de 1979, que travava do parcelamento do solo urbano, criminalizando a implantação de loteamentos clandestinos.

5.3. O REBAIXAMENTO DOS HORIZONTES DO PLANEJAMENTO URBANO E A CONSOLIDAÇÃO DA URBANIZAÇÃO CRÍTICA

Diante da impossibilidade de agir sobre o processo de urbanização informal, na medida em que esse processo, antes de ser freado pelo planejamento, era alimentado por ele, ao Estado só restaria reconhecer esse déficit e tentar, através de novas estratégias, nas quais o mesmo planejamento urbano ainda dominava, reorganizá-lo de modo a tentar garantir minimamente sua inserção na cidade formal e na economia política urbana. Estabelece-se mais uma contradição insuperável, entre a necessidade de homogeneizar formas particulares de produção e apropriação do espaço urbano a partir de uma disciplina – o planejamento urbano – que vinha se realizando como ferramenta destinada à reposição da desigualdade.

Definem-se, então, novos marcos legais na legislação urbanística, que permitem a elaboração de políticas públicas e projetos arquitetônicos e urbanísticos voltados para a regularização fundiária (em favelas e loteamentos clandestinos e irregulares) e urbanização de favelas. O caráter crítico do planejamento urbano em um contexto de *modernização retardatária* passa a se expressar também através da incorporação, nas políticas públicas e nos projetos urbanísticos, de situações antes consideradas inaceitáveis.

Nesse momento, é a ilusão da igualdade jurídica que se apresenta como instrumento para superação da espacialização da desigualdade. Desenvolvem-se mecanismos legais destinados à legitimação institucional do processo tratado por Amélia Damiani (2004) como *urbanização crítica*. Impossível de realizar-se em termos concretos, a homogeneização das formas particulares de produção e apropriação do espaço somente vai se estabelecer no campo abstrato do Direito.

Desse modo, em um contexto de *modernização retardatária*, ao perseguir o horizonte inalcançável do desenvolvimento, o planejamento urbano somente vai se realizar sob a

contradição insuperável entre a tarefa de garantir a reposição dos pressupostos necessários para a reprodução do capital, no e pelo espaço urbano, e a crise que se estabelece, a partir do acirramento das desigualdades estabelecidas, inerente a esse mesmo processo de reposição. O caráter crítico do planejamento urbano em um contexto de *modernização retardatária* reside principalmente no fato de que esse planejamento será o responsável pela constante reposição da crise, mediante a constante reposição de seus pressupostos: concentração da propriedade da terra, concentração da infraestrutura urbana, rebaixamento das referências materiais e sociais da urbanização destinada aos contingentes inseridos criticamente nas cidades, incorporação do capital fictício como ferramenta de planejamento e institucionalização da violência como ferramenta para supressão de conflitos.

Diante da impossibilidade de controlar, revertendo ou mesmo desacelerando, o processo de urbanização crítica, resta ao Estado e a seus parceiros (ONGs, empresas privadas que cultivam a “responsabilidade social” etc.) somente a alternativa de administrar suas formas de expressão, mantendo-as sempre dentro de limites que não inviabilizem o desenvolvimento das relações que sustentam a economia política urbana.

No entanto, essa tentativa de administrar a crise se transforma em um exercício complexo diante das características assumidas pelo processo de modernização nas últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI. Se, conforme argumenta Francisco de Oliveira (2003), a urbanização informal no Brasil tem suas origens na necessidade de rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, no momento em que essa mesma força de trabalho, em função dos avanços técnicos e tecnológicos da produção, transforma-se em uma mercadoria cada vez mais obsoleta, que produz cada vez menos valor, os parâmetros materiais e sociais que caracterizariam esse rebaixamento são superados negativamente, impondo relações cada vez mais precárias entre essa massa que compõe esse volume de mercadoria inútil e o espaço urbano a ela destinado.

Considerando que foram as favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e irregulares e algumas experiências de provisão pública a partir de conjuntos habitacionais as alternativas responsáveis por atender à demanda por habitação em um contexto no qual ainda se colocava como funcional o rebaixamento dos custos de reprodução dessa força de trabalho, no momento em que essa mesma força de trabalho não se apresenta mais como fundamental para a produção e para a valorização do capital, pelo menos em sua forma clássica, qualquer controle ou regulamentação sobre as formas pelas quais ela resolverá ou não suas necessidades de moradia também deixam de ser fundamentais, condição que promove o surgimento ou consolidação de alternativas ainda mais precárias, como a situação de rua⁷⁷ ou mesmo a precarização, em certa medida inimaginável, das alternativas clássicas – favelas, cortiços e loteamentos clandestinos e irregulares. Qualquer controle ou regulamentação que eventualmente se apresente como resposta para a crise dificilmente estará desvinculado da intenção de estabelecer mecanismos de controle, contenção ou administração das tensões sociais produzidas nesse contexto.

Como forma de ilustrar esse processo de precarização do precário, é possível recorrer ao cruzamento entre dados levantados em uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) em 2003, e pesquisa

⁷⁷ Alguns dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em abril de 2008, referentes à Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, ajudam a ilustrar essa situação. Esse levantamento alcançou 71 cidades brasileiras, das quais 48 possuíam mais de 300 mil habitantes e 23 eram capitais de seus respectivos Estados. São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre não foram pesquisadas, pelo fato de já haverem realizado pesquisa semelhante ou por essa pesquisa estar em curso na ocasião. Do universo pesquisado, foram obtidas as seguintes informações: 74% dos entrevistados sabem ler e escrever. O desemprego foi o motivo que levou 29,8% dos entrevistados para a situação de rua. 45,8% sempre viveram no município em que moram atualmente. Daqueles que já moraram em outras cidades, 60,1% não dormiam na rua ou em albergues na cidade anterior. Desses, 45,3% se deslocaram em busca de oportunidade de trabalho. 70,9% da população em situação de rua exercem alguma atividade remunerada. 27,5% sobrevivem como catadores de materiais recicláveis, 14,1% como flanelinha ou guardadores de carro e 6,3% são trabalhadores da construção civil. 58,6% afirmam ter uma profissão, em geral relacionada à construção civil (27,2%), a trabalhos domésticos (4,4%) e à indústria metal-mecânica (4,1%). 39,7% possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social e 88,5% declaram não receber nenhum benefício de programas governamentais. A pesquisa produziu a estimativa de que 0,061% da população das cidades pesquisadas esteja em situação de rua. Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Sumário Executivo*. Brasília, MDS, 2008. Em São Paulo, pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em parceria com a Fipe – Fundação de Pesquisas Econômicas produziu a estimativa de que, na ocasião, haveria 10.399 pessoas vivendo em situação de rua nos 29 distritos pesquisados.

realizada pela Fundação Seade em 2008, que apontam para um aumento de 57,4% na densidade populacional das favelas no município de São Paulo. Em 2003, a cidade abrigava 2.018 favelas, com uma densidade de 414,29 habitantes por hectare. Em 2008, eram 1.565 favelas, com uma densidade de 652,15 habitantes por hectare. Em matéria publicada no *Jornal Diário de São Paulo* no dia 01/09/2008, que divulgava as pesquisas, a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Suzana Pasternak Taschner, apresenta alguns dados extras, como forma de explicitar a gravidade dessa situação. Segundo ela, a densidade nos bairros centrais da cidade de São Paulo não ultrapassaria, na ocasião, os 300 habitantes por hectare e a média municipal, de acordo com o senso do IBGE de 1991, seria de 63,13 habitantes por hectare. Matéria publicada no *Jornal Folha de São Paulo*, em 14/07/2008, que discutia o mesmo tema, outras informações foram apresentadas. Segundo a mesma base de dados (pesquisa CEM/Cebrap 2003 e pesquisa Seade 2008), no período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, a população nas favelas do município de São Paulo teve um crescimento 660% superior ao crescimento populacional médio do município no mesmo período. Nesse intervalo, a população do município teve um crescimento médio de 0,55% ao ano, enquanto que a população das favelas teve um crescimento médio anual de 4,18%. Na mesma reportagem, outra informação importante é apresentada, levantada junto à Secretaria de Habitação do Município. Entre os anos de 1987 e 2008, 548 favelas foram removidas, enquanto, no mesmo período, surgiram 362 novos assentamentos. Desse modo, pode-se perceber que mesmo com o saldo favorável para as práticas, muitas vezes violentas, de remoção e reintegração de posse, a parcela da população que se relaciona criticamente com o espaço urbano segue em franca expansão.

Algumas informações obtidas em pesquisa de campo realizada na Gleba N do Complexo Heliópolis⁷⁸ no ano de 2003 contribuem no sentido de reafirmar as principais conclusões das pesquisas apresentadas anteriormente.

Inicialmente, como referência para o projeto de urbanização, a Secretaria Municipal de Habitação havia adotado a estimativa de domicílios levantada pela Cohab no ano de 2001, que indicava a existência de 846 domicílios naquela gleba. No entanto, nos levantamentos realizados em 2003, foram cadastrados 1491 domicílios. Em relação às densidades, estimava-se a ocorrência de uma densidade semelhante à observada no Distrito do Sacomã, cerca de 200 habitantes por hectare. No entanto, os dados obtidos no decorrer dos levantamentos e do cadastramento dos domicílios apontaram para uma densidade populacional de aproximadamente 1000 habitantes por hectare no interior da Gleba N. Isso em uma área na qual predominavam edificações de dois e três pavimentos.

Essa situação, na qual uma ocupação predominantemente horizontal alcançava densidades observadas em áreas verticalizadas, explicava-se principalmente por duas características importantes do tipo de ocupação da Gleba N. Primeiro, a extrema escassez de áreas não edificadas. O sistema viário, composto por duas ruas e várias vielas, apresentava dimensões extremamente reduzidas. Em relação às vielas, eram raros os casos em que excediam 1,5 metros de largura. A segunda característica marcante era a pequena área dos domicílios, muitas vezes ocupados por mais de uma família. Um dos parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Habitação para quantificar os níveis de adensamento construtivo nas áreas em processo de urbanização foi a relação entre a área da projeção das edificações (por quadra) e o número de domicílios. Essa informação também seria útil no processo de

⁷⁸ O Complexo Heliópolis, localizado no distrito do Sacomã, região Sudeste de São Paulo, era, na ocasião, a maior favela do município, com aproximadamente um milhão de metros quadrados. Desde 1987, o complexo encontra-se subdividido em glebas, denominadas de “A” a “N”. A Gleba N, de ocupação mais recente nesse universo, possuía uma área de aproximadamente 50 mil metros quadrados. Essa pesquisa de campo foi realizada em função da participação do autor dessa tese na equipe que desenvolvia, na ocasião, o projeto de urbanização para a área.

regularização fundiária, pois definiria a área do “lote” médio por domicílio. Enquanto em algumas favelas havia a ocorrência de “lotes” médios superiores a 70 m², na Gleba N de Heliópolis essa relação não passava de 30m²/domicílio, sendo que em alguns casos chegava a 14,81m²/domicílio.

As condições nas quais se desenvolveu a ocupação dessa área, e seus resultados materiais e sociais, explicitam o processo corrente de precarização das possibilidades de apropriação do espaço urbano por parte de seus moradores, principalmente se comparadas com as formas de ocupação de favelas mais antigas. São núcleos cujo processo de formação já não se enquadra, de uma forma estrita, na lógica do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho e cuja constituição no interior das cidades, ao mesmo tempo semelhante e distinta das ocupações mais antigas, expressa a obsolescência das formas sociais que tradicionalmente cumpriam o papel de realizar a mediação entre os indivíduos e o espaço urbano, tanto no âmbito de sua produção quanto de sua apropriação, no interior da sociabilidade capitalista.

Mike Davis, em seu livro *Planeta Favela*⁷⁹, relata em alguns momentos os termos dessa precarização do precário, descrevendo, a partir de pesquisa da professora Suzana Pasternak Taschner, “o surgimento (...) da favela dentro da favela, quando as casas dos invasores são substituídas por cortiços mal construídos, onde se alugam quartos aos mais pobres dentre os pobres” (DAVIS, 2006, p. 89). Ele ainda afirma que, segundo pesquisadores do UN- Habitat, e para sua surpresa, “o aluguel por metro quadrado dos cortiços de São Paulo é cerca de 90% mais caro que no mercado formal” (DAVIS, 2006, p.94), situação que pode

⁷⁹ “Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez de cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade, o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Huyuk, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos” (DAVIS, 2006, p. 28-29).

oferecer uma medida da importância da manutenção desse constante rebaixamento das referências materiais e sociais na produção e apropriação do espaço das cidades para o desenvolvimento da economia política urbana.

Essas seriam as últimas alternativas de inserção nos movimentos da economia política urbana para essa massa formada por “sujeitos-dinheiro sem dinheiro (...) pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem na pré-capitalista nem na capitalista, e muito menos na pós capitalista, sendo forçada a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta” (KURZ, 2004, p.182).

Mike Davis (2006) também identifica um fenômeno que, a partir dos anos 70, passaria a influenciar diretamente no processo de empobrecimento da população das principais cidades dos países periféricos e, conseqüentemente, no processo de universalização da favela como alternativa de moradia. Seria a desvinculação irreversível entre o processo de urbanização e a expansão da industrialização, resultado da tendência do atual “capitalismo do silício” de desvincular crescimento da produção do crescimento do emprego. Sua análise, apesar de também considerar como causa desse processo a crise da dívida externa no final da década de 70 e pressão exercida por organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial etc. – sobre as economias desses países, aproxima-se dos argumentos de Kurz (2004) em torno da noção de colapso do processo de modernização e crise do trabalho e de sua relação com o processo aqui tratado como urbanização crítica.

Desde meados da década de 1980, as grandes cidades industriais do hemisfério sul – Bombaim, Joanesburgo, Buenos Aires, Belo Horizonte e São Paulo – sofreram todas o fechamento maciço de fábricas e tendência à desindustrialização. Em outros lugares, a urbanização desligou-se mais radicalmente da industrialização e até do desenvolvimento propriamente dito, e, na África subsaariana, daquela suposta condição *sine qua non* da urbanização, o aumento da produtividade agrícola. Em conseqüência, é comum que o tamanho da economia de uma cidade tenha, surpreendentemente, pouca relação com o tamanho de sua população e vice-versa. De Karl Marx a Max Weber, a teoria social clássica acreditava que as grandes cidades do futuro seguiriam os passos industrializantes de Manchester, Berlim e

Chicago – e com efeito, Los Angeles, São Paulo, Pusan (Coreia do Sul) e hoje, Ciudad Juarez (México), Bangalore e Cantão aproximaram-se de certa forma dessa trajetória canônica. No entanto, a maioria das cidades do hemisfério sul se parece mais com Dublin na época vitoriana, que, como enfatizou o historiador Emmet Larkin, não teve igual em meio a “todos os montes de cortiços produzidos no mundo ocidental no século XIX [porque] os seus cortiços não foram produtos da Revolução Industrial. Dublin, na verdade, sofreu mais entre 1800 e 1850 com os problemas da desindustrialização do que com a industrialização” (DAVIS, 2006, p.23-26).

Mesmo diante da consolidação desse cenário nas principais cidades brasileiras a partir do avanço do processo de modernização retardatária e sua crise, é possível observar que o planejamento urbano ainda é tomado como a ferramenta capaz de promover a recuperação da modernização urbana no país a partir de uma nova articulação entre política urbana e desenvolvimento econômico. Simultaneamente, a disciplina incorpora outras responsabilidades. Transforma-se também em importante ferramenta dentro das estratégias voltadas à administração da crise e à manutenção do controle das tensões sociais geradas pelo acirramento das desigualdades. O planejamento urbano passa, cada vez mais, a equilibrar-se, fragilmente, entre medidas pautadas por uma orientação assistencialista de caráter emergencial e medidas concebidas essencialmente como ações de violência policial⁸⁰. Caberia aos agentes do planejamento urbano, públicos e privados, definir, de acordo com sua orientação política e capacidade de articular interesses distintos, a importância destinada a cada uma dessas possibilidades de intervenção.

Em relação às questões de natureza política que permeiam a formação e consolidação desse cenário, é importante destacar a falência mundial do Estado de bem-estar social como

⁸⁰ Publicado em 2007, o dossiê “Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo. Propostas e Reivindicações para Políticas Públicas”, produzido pelo Fórum Centro Vivo, traz um relato detalhado e com ampla documentação a respeito de ações do poder público municipal que indicavam a potencialização de práticas que se caracterizavam como clara violação aos direitos humanos da população sem-teto. Dessas, seria importante destacar a interrupção de programas de habitação de interesse social no centro, a violência policial e a intransigência do poder judiciário nos despejos forçados por medidas de reintegração de posse de edifícios subutilizados ocupados por movimentos sociais, os recorrentes assassinatos de pessoas em situação de rua e a sua expulsão violenta da área central em nome de projetos de “revitalização”, e, finalmente, a acentuação de uma perspectiva do poder executivo e judiciário que aponta para a crescente intimidação e criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e de suas lideranças e daqueles que se posicionam criticamente ante essa situação. Fonte: Fórum Centro Vivo. “*Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo. Propostas e Reivindicações para Políticas Públicas*”, disponível em: <http://dossie.centrovivo.org> (consultado em 24 de junho de 2010).

modelo de desenvolvimento econômico e social. A partir dos anos 70, o mundo viveria aquilo que Kurz (2004) define como um movimento cíclico do modo de produção capitalista que, naquele momento, estabeleceria o fortalecimento de um certo ideário monetarista liberal em detrimento do estatismo keynesiano que prevalecia até então.

O papel minimalista dos governos nacionais na oferta de moradias foi reforçado pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os Planos de Ajuste Estrutural (PAE) impostos às nações endividadadas no final dos anos 1970 e na década de 80 exigiram a redução dos programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional. Entretanto, o Estado de bem estar social do Terceiro Mundo já vinha fenecendo mesmo antes que os PAEs fizessem soar seu dobre fúnebre (DAVIS, 2006, p. 71).

O Consenso de Washington pode ser considerado como o apogeu desse processo, principalmente pelo fato de que essa reunião e suas deliberações institucionalizariam as determinações daquilo que viria a ser conhecido nos anos 90 como neoliberalismo; determinações que ganhariam muita força nos debates e nas práticas relativas ao planejamento e ao urbanismo a partir de então.

Apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos “planos estratégicos”, vendidos às municipalidades latino-americanas, combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o “ajuste” das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington. Uma receita para os países e outra receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo (...) A fórmula do Consenso de Washington resultou de uma reunião realizada em Washington, em 1989. Dela tomaram parte representantes do governo norte-americano, representantes das organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, BID) e representantes de vários países denominados de “emergentes”. A agenda elaborada na ocasião não distinguia diferenças entre os países da Ásia ou da América Latina. Para todos a receita era uma só e se referia aos seguintes tópicos: disciplina fiscal, racionalização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulamentação e propriedade intelectual (MARICATO, 2001, p.57-58).

O argumento de Mike Davis poderia ser retificado em um aspecto. É possível afirmar que o Estado não deixaria de intervir nas questões relacionadas ao planejamento urbano. Ele passaria a intervir de uma forma diferente, pautado pelas condições descritas por Ermínia Maricato. E, assim, ter-se-ia uma espécie de paradoxo histórico. No período em que o Estado brasileiro ensaiava a formação de um Estado de bem-estar social desenvolvimentista, investindo pesadamente em habitação e infraestrutura, sua relação com o processo de urbanização crítica pautava-se, segundo alguns autores comentados até o momento, por uma postura omissa bastante liberal. Tomando como referência os argumentos de Francisco de Oliveira (2003), ainda é possível afirmar que ao se omitir diante da urbanização crítica o Estado brasileiro mostrava-se atuante no que dizia respeito à manutenção das condições mínimas para o desenvolvimento. Sua omissão, portanto, apresentava simultaneamente um caráter interventor.

Por outro lado, seria justamente em um período no qual o Estado brasileiro adota a cartilha neoliberal do Consenso de Washington que são instituídos novos marcos legais, que reorganizariam a legislação urbanística em escala nacional, permitindo a incorporação de áreas urbanizadas informalmente na ordem do dia das políticas públicas de planejamento urbano. Assim, o Estado não interventor deixava, aos poucos, de se omitir diante da urbanização crítica.

5.4. ARGUMENTOS CONTRA O CONSENSO:

O PAPEL DO ESTATUTO DA CIDADE NO PLANEJAMENTO DA URBANIZAÇÃO CRÍTICA

Se no período entre o “milagre brasileiro” e o fim dos anos 90 a ideologia do plano e a regulação urbanística tradicional orientavam as políticas públicas em um cenário no qual a recuperação da modernização urbana brasileira ainda aparecia como possível –

principalmente no período do “milagre” –, no momento em que sua aparência passa a ser a da crise, é o Estatuto da Cidade que se destaca nesse papel. Essa Lei Federal estabelece um novo marco legal para a política urbana brasileira, definindo as diretrizes gerais para processos de regularização fundiária, operações urbanas e planos diretores estratégicos. O Estatuto da Cidade é uma Lei Federal (Lei 10257 de 10 de julho de 2001) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam das diretrizes gerais da política urbana.

Conforme já foi comentado anteriormente, a incorporação às políticas públicas de formas de produção e apropriação do espaço urbano antes consideradas como inaceitáveis, assim como a ilusão em torno das possibilidades de superação dessa precarização a partir de sua legitimação dentro do campo abstrato (porém não neutro) do direito, indicam que esse exercício de administração das formas de expressão do caráter crítico do planejamento e do processo de produção do espaço urbano se desenvolve tendo como pontos de partida e de chegada o constante rebaixamento das referências materiais e sociais que definem a inserção de um número cada vez maior de pessoas nesse círculo vicioso. Indica também que, passado o surto do monetarismo liberal e diante de suas conseqüências, o Estado é chamado a assumir novamente uma posição central na sociedade, não como força modernizadora e sim como responsável pela mediação e mitigação dos conflitos que florescem no novo contexto.

Uma coisa já se pode dizer agora: em oposição total à ideologia e à expectativa atualmente predominante, a crise provocará também no Ocidente um novo salto histórico, do pólo monetarista ao estatista. Só que desta vez ele não o fará na forma de um surto de modernização, mas sim como progressiva administração de emergência estatista do sistema global em colapso, como estatismo terrorista da fase final que procura obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro, mesmo à custa de uma administração violenta da miséria. Também no Ocidente nunca foram completamente demolidas as estruturas de economia de guerra da época das guerras mundiais. O estatismo, no papel de um Estado social militarista endividado, ficou de retaguarda e cedeu o palco ao princípio monetarista da economia de concorrência. Mas no auge da crise, elemento estatista voltará a se desdobrar em dimensões inimagináveis (KURZ, 2004, p. 191).

Ainda no período do regime militar, na gestão do general João Batista Figueiredo, o Estado brasileiro promoveu uma tentativa de adequar as estruturas legais e institucionais do planejamento urbano à nova realidade que se impunha aos principais centros urbanos. O projeto de lei 775 de 1983 propunha a Lei do Desenvolvimento Urbano, elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Essa nova lei tinha como principal objetivo a “melhoria da qualidade de vida nas cidades” e trazia consigo o reconhecimento, por parte do poder público, da ausência de um instrumental urbanístico que possibilitasse o enfrentamento do problema da urbanização informal. Em seu texto original, o projeto previa, entre outras coisas, a possibilidade da regularização fundiária de áreas urbanizadas informalmente a partir da concessão de posse a seus ocupantes. Seu conteúdo foi prontamente rechaçado pelos simpatizantes do regime, situação que exigiu o recuo do poder executivo e o encaminhamento ao Congresso de um novo texto, devidamente adaptado aos interesses da base política e econômica da ditadura militar brasileira.

Mesmo com essa revisão, o projeto de lei ainda trazia instrumentos e diretrizes voltados à reorganização do planejamento urbano considerados extremamente progressistas, tanto na ocasião quanto nos dias de hoje, como, por exemplo, o direito de preempção, a taxa da renda imobiliária resultante da localização do imóvel, o imposto progressivo, a edificação compulsória, a regularização fundiária (em termos mais brandos), o reconhecimento das associações de moradores e estímulo à participação comunitária e o reconhecimento do direito de participação popular na elaboração de projetos, planos e programas de desenvolvimento urbano⁸¹.

Segundo Bassul, o projeto de lei também se destinava a evitar o “risco de que a questão urbana pudesse empolgar as camadas populares em torno de lideranças da oposição

⁸¹ BASSUL, José Roberto. Estatuto da Cidade: a construção de uma lei. In: CARVALHO, Celso dos Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). *Estatuto da Cidade comentado. Ministério das Cidades. Aliança das Cidades*, São Paulo, 2010.

ao regime autoritário” (BASSUL, 2010, p. 75). Dessa forma, a necessidade de se administrar a crise das cidades, visando o controle dos conflitos políticos e sociais que esse contexto alimentaria, aproximou um governo autoritário conservador de medidas tomadas como excessivamente progressistas. O projeto nunca foi levado à votação no Congresso Nacional, mas muitos de seus instrumentos voltariam a ser discutidos e apresentados na Emenda Popular da Reforma Urbana, na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte de 1986, já na fase da redemocratização; emenda que foi parcialmente aprovada e que transformou-se nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, os quais tratam das diretrizes gerais para a política de desenvolvimento urbano e introduziam no campo do direito constitucional questões como a função social da propriedade, a autonomia municipal em relação às políticas de desenvolvimento urbano, a obrigatoriedade do plano diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes e a concessão de posse e usucapião para áreas ocupadas informalmente. No entanto, os termos específicos que definiriam os instrumentos a partir dos quais essas diretrizes transformar-se-iam em instrumentos urbanísticos aplicáveis pelos municípios deveriam ser regulamentados através de uma nova lei federal.

O projeto de lei que se transformaria na Lei Federal 10257 – Estatuto da Cidade – começou a tramitar no Congresso Nacional em 1989. O Projeto de Lei 181, do Senado, de 1989 foi apresentado em 28 de junho, sendo aprovado pela casa um ano depois e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde permaneceria por 11 anos, até sua aprovação definitiva. Se no início desse período parecia impossível alcançar o consenso entre aqueles que defendiam uma proposta radical de reforma urbana e os que defendiam os interesses do empresariado ligado à construção civil e ao mercado imobiliário, ao final dos debates e dos procedimentos internos da Câmara Federal, esse consenso foi estabelecido.

O fato é que o parecer do relator despiu o projeto original de sua abordagem conceitual e voltou-o mais pragmaticamente para a instrumentalização dos municípios, muito embora, nesse aspecto, todos os instrumentos originais tenham sido mantidos, a par de outros acrescidos, como a transferência do direito de construir, a outorga onerosa do direito de construir e as operações urbanas consorciadas, dispositivos que, defendidos pelo movimento da reforma urbana em muitos momentos, já estavam em aplicação em algumas cidades. Dessa experimentação municipal, muitos proveitos empresariais foram obtidos. O próprio parecer do relator confirma essa evidência ao declarar, a respeito do mencionado acréscimo, que “os instrumentos podem ser benéficos para as atividades imobiliárias urbanas, ao inovar nas formas possíveis de parceria entre o Poder Público e as empresas privadas.” Talvez porque as intenções dos dois blocos de opinião estivessem taticamente dissimuladas – o MNRU ao ceder em suas propostas tentando recuperar as perdas nas fases seguintes e o empresariado por conseguir gradualmente incorporar instrumentos “benéficos para as atividades imobiliárias” –, o projeto foi, para surpresa de muitos, aprovado sem disputas (BASSUL, 2010, p. 83).

Na fase de debates que antecedeu a votação do Estatuto da Cidade, novas sugestões ainda foram incorporadas. O Fórum Nacional de Reforma Urbana propôs a inclusão de instrumentos de regularização fundiária, a criação das Zonas Especiais de Interesse Social e da concessão especial para fins de moradia. O Secovi-SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo –, que anteriormente defendia posição contrária ao Estatuto, argumentando que este seria um incentivo às invasões de terra urbana, também passa a apoiar a nova lei, sugerindo, inclusive, a inclusão do orçamento participativo como instrumento de política urbana e o compartilhamento da gestão das operações urbanas entre poder público e sociedade civil, sendo atendido em relação ao segundo item. Segundo Bassul (2010):

Em grande medida, a circunstância da aprovação unânime do Estatuto da Cidade pode ser atribuída aos efeitos do longo tempo, 12 anos, decorrido entre a formulação e a aprovação da nova lei. Nesse período, boa parte dos instrumentos incluídos no Estatuto já vinha sendo posta em prática pelos municípios anteriormente à aprovação da norma federal, com resultados considerados estimulantes pelo capital imobiliário, o que constituiu, sem dúvida, importante fator de diminuição do grau de restrições que esse segmento econômico fazia ao projeto. Assim, o que em certo momento parecia uma ameaça ao setor empresarial passou a ser gradativamente percebido, e aproveitado, como oportunidade de mercado. (...) Essa percepção do empresariado com relação à problemática urbana, que passou a ver na deterioração das condições de vida nas grandes metrópoles fatores de risco mercadológico, conquanto seja notoriamente distinta da formulação crítica produzida no âmbito do

MNRU, ajuda a explicar a mudança das posições do “poder corporativo” no tocante ao conteúdo do Estatuto da Cidade e a formação de consensos entre os dois campos. Para Raquel Rolnik (2003), “a situação urbana ficou muito ruim, se degradou demais (...). Em São Paulo, você percebe que os empresários tomaram consciência de que o modelo não deu certo e se vê uma certa abertura para se pensar em modelos alternativos” (p. 87-88).

Mário Reali e Sérgio Alli, ao analisarem⁸² os reflexos da instituição de instrumentos urbanísticos previstos pelo Estatuto da Cidade nas políticas de desenvolvimento urbano da cidade de Diadema, descrevem, em certo momento, sua relação com os movimentos de valorização e desvalorização de terrenos vazios no mercado imobiliário local na década de 90. É um relato importante como exemplo concreto das formas pelas quais o mercado imobiliário e a construção civil se articulam em busca das maiores rentabilidades, apropriando-se das ambiguidades de uma legislação considerada progressista. O consenso estabelecido em torno da aprovação do Estatuto da Cidade torna-se um pouco mais compreensível.

Ainda antes da aprovação do Estatuto da Cidade, o município de Diadema institui, a partir da readequação de seu Plano Diretor em 1996, as Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS. Essas seriam áreas destinadas tanto para a provisão habitacional – AEIS 1 (terrenos vazios) – quanto para a urbanização de núcleos urbanizados informalmente – AEIS 2 (favelas). De acordo com os autores,

Quando as AEIS foram criadas, Diadema já vivia uma situação estrutural de escassez de terrenos vazios. As áreas destinadas a essas AEIS eram, em sua maior parte, caracterizadas anteriormente como zonas de uso industrial ou misto. Desse modo, as AEIS provocaram um rápido aumento da oferta de terrenos para HIS, diminuindo seu preço. Ao mesmo tempo, reduziram a disponibilidade de terrenos industriais, elevando seus valores, assim como aqueles destinados às residências da classe média. É preciso considerar, porém, que esse comportamento do mercado foi influenciado também por outros fatores, como a situação geral da economia, vivendo os anos iniciais de estabilização do Plano Real, e o fato de que naquele momento Diadema atraía um número significativo de novas empresas, aumentando a disputa pelos terrenos industriais. (...) A partir de 1997, os terrenos das AEIS passaram a se valorizar. Com o crescimento do número de associações de moradia e

⁸² ALLI, Sérgio; REALI, Mário. A cidade de Diadema e o Estatuto da Cidade. In: CARVALHO, Celso dos Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). *Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades. Aliança das Cidades, 2010.

aquecimento do mercado de compra dessas áreas, seus preços sofreram progressiva elevação. Nesse período, o Brasil passou por uma forte e prolongada crise econômica. Em Diadema, houve uma queda na atividade industrial e no mercado imobiliário voltado para esse segmento e para o mercado formal de moradias na cidade. Então, a negociação de áreas de AEIS passou a ser de grande interesse para o mercado imobiliário, que encontrou meios de se apropriar da valorização progressiva dessas áreas. Como havia um mercado assegurado entre as associações de moradia, que tinham capacidade de articulação para comprar a terra e tornar viáveis os empreendimentos, o mercado imobiliário descobriu oportunidades de ganhos na negociação das glebas e na relação com os movimentos. Esse aquecimento do mercado fez com que se chegasse à situação absurda em que, num determinado momento, as áreas de AEIS passaram a ser mais valorizadas que as áreas que não eram AEIS (ALLI; REALI, 2010, p. 42-43).

Conforme foi afirmado anteriormente, considerando o planejamento urbano como uma ferramenta que atua na reposição dos pressupostos necessários para a reprodução e valorização do capital no processo de produção do espaço urbano, pode-se afirmar que ele seguia cumprindo esse papel mesmo operando dentro de uma nova ordem jurídico-urbanística. Ainda que essa nova ordem tenha sido em parte idealizada como possibilidade de se estabelecer um “justo” equilíbrio na distribuição dos resultados dessa produção na forma de moradia, infraestrutura, propriedade e posse de terra urbanizada, ela também garante a integração (direta e indireta) a esse circuito de áreas antes impossibilitadas – por sua situação de informalidade – de compor o universo de terras urbanizadas passíveis de serem negociadas ou de sofrerem incorporação imobiliária⁸³.

⁸³ Além dos instrumentos que possibilitam a integração das áreas urbanizadas informalmente ao circuito de valorização do capital no espaço urbano, o Estatuto da Cidade prevê outros instrumentos que permitem a criação de novas frentes de atuação e novas formas de produção para o mercado imobiliário e a indústria da construção civil, dos quais se deve destacar a “outorga onerosa do direito de construir” – que determina que o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico, em áreas fixadas pelo plano diretor, mediante pagamento – e as “operações urbanas consorciadas” – que definem os termos de eventuais parcerias entre o poder público e a iniciativa privada em projetos urbanísticos realizados em áreas definidas pelo plano diretor.

5.5. O ESTATUTO DA CIDADE E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRECARIIDADE

O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, passa a unificar, em nível nacional, as diretrizes para o desenvolvimento da política urbana dos municípios. Reunindo leis já existentes, porém dispersas, a novos conceitos e instrumentos urbanísticos, assim como à regulamentação daqueles já previstos nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, o Estatuto consolida um arcabouço jurídico-institucional comum a todo o território nacional ao mesmo tempo em que reforça as orientações a respeito da autonomia municipal em relação às questões urbanas. Caberia a cada município definir, através de seu Plano Diretor, as formas pelas quais seriam aplicados os instrumentos voltados ao desenvolvimento de planos e condução de seu planejamento urbano, regulação fiscal e jurídica sobre propriedades fundiárias e imobiliárias, controle do uso e ocupação do solo, regularização da propriedade informal de terra urbana, participação social na gestão urbana, parcerias público-privadas, definição de Zonas Especiais de Interesse Social, implementação de Operações Urbanas Consorciadas e outros temas. Os artigos referentes à concessão de uso especial para fins de moradia, que definiriam os termos da regularização da posse de áreas públicas ocupadas informalmente foram vetados. Essa questão foi regulamentada posteriormente, através da Medida Provisória 2220/01.

Desse modo, o processo de regularização fundiária de áreas privadas ocupadas informalmente segue as determinações previstas na Seção V do Capítulo II do Estatuto da Cidade, que trata da usucapião especial de imóvel urbano. No caso de áreas públicas dos municípios, dos Estados e da União, o processo de regularização fundiária se remeteria às determinações da Medida Provisória acima citada. No primeiro caso, ao ocupante caberia a propriedade da terra em questão. No segundo, apenas a garantia do seu direito de posse. Em

ambos os casos os ocupantes deveriam comprovar, individual ou coletivamente, que exerciam a posse da área para fins de moradia, sem qualquer oposição, desde, pelo menos, junho de 1996. O direito à usucapião e à concessão de uso especial para fins de moradia somente seria reconhecido para áreas de até 250 m² e para aqueles que não possuísem, formal ou informalmente, outro imóvel urbano ou rural. No caso de imóveis nos quais ocorressem outros usos que não o exclusivamente residencial e nos casos nos quais os moradores não conseguissem comprovar o período mínimo de ocupação, o município poderia, através de legislação específica, reconhecer o direito à moradia através da concessão do direito real de uso.

A formalização desse reconhecimento, em termos gerais, se daria a partir da emissão, pelo poder público, dos títulos de posse (título de concessão de uso especial para fins de moradia ou título de concessão do direito real de uso) ou das escrituras dos imóveis privados. Documentos que, por sua vez, devem ser registrados em um cartório de registro de imóveis para a abertura da respectiva matrícula. A partir da abertura da matrícula, esse imóvel passa à condição de regularizado, sujeito às mesmas determinações jurídicas, cartoriais, fiscais e urbanísticas que incidem sobre os imóveis inseridos em um contexto de urbanização formal.

Esse é o procedimento que possibilitaria que áreas urbanizadas informalmente conquistassem, ao menos no campo abstrato do direito e dos rituais cartoriais, o mesmo status institucional já destinado às demais áreas da cidade. É no reconhecimento do direito de posse ou propriedade das habitações localizadas em áreas urbanizadas informalmente que residem os principais argumentos em torno do caráter progressista do Estatuto da Cidade, e, conseqüentemente, das possibilidades de um novo papel para o planejamento urbano. No entanto, é possível afirmar que essa percepção fundamenta-se principalmente em uma perspectiva que estabelece uma associação programática, em parte idealizada – entre a regularização fundiária e a urbanização dessas áreas – com a primeira, garantindo a segurança

da posse, e, a segunda, o acesso à infraestrutura e moradia para a população de baixa renda.

Essa perspectiva se consolida a partir do desenvolvimento de algumas experiências pioneiras, que definiram uma nova forma de abordagem sobre o problema da urbanização informal. Em algumas cidades brasileiras como Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Diadema⁸⁴, a partir dos anos 80, a conjunção entre a crescente mobilização de moradores de favelas e o reconhecimento, por parte do poder público, do direito dessa população ter acesso aos equipamentos básicos de habitação e infraestrutura. As remoções forçadas foram sendo gradualmente substituídas por programas de urbanização que levavam melhorias a essas áreas, processo que em muitos casos culminou com o reconhecimento oficial total dessas favelas como parte integrante da cidade. Nesses casos, o que deve ser destacado é o fato de que, pela ausência de uma legislação que disponibilizasse instrumentos para a regularização fundiária de áreas urbanizadas informalmente, o poder público concentrava seus esforços na urbanização dessas áreas. Desse maneira, a urbanização, enquanto dimensão concreta dessas intervenções, sobrepunha-se à regularização fundiária, sua dimensão abstrata. A respeito das contradições entre essas duas dimensões, Edésio Fernandes manifesta-se da seguinte maneira:

O termo “regularização” tem sido usado pelas diversas municipalidades com sentidos diferentes, referindo-se em muitos casos somente à urbanização das áreas informais, isto é, aos programas de implementação de obras de infraestrutura urbana e prestação de serviços públicos. Em outros casos, o termo é usado para se referir tão-somente às políticas de legalização fundiária das áreas e dos lotes ocupados informalmente. Algumas experiências mais compreensivas tentam combinar, em alguma medida, essas duas dimensões fundamentais, quais sejam, urbanização e legalização. São ainda mais raros os programas que têm se proposto a promover a regularização das construções informais (FERNANDES, 2007, p.21).

⁸⁴ FERNANDES, Edésio. Regularização de Assentamentos Informais: O grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros. In: ROLNIK, Raquel (org.) *Regularização Fundiária Plena: Referências Conceituais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

No município de São Paulo, a abordagem do poder público sobre o problema da urbanização informal teve uma evolução semelhante. Até meados dos anos 70, a remoção colocava-se como regra. Em 1979, o então prefeito Olavo Setúbal (1975-79) criou o FUNAPS – Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal –, que garantia recursos para intervenções em favelas e reconhecia o direito à permanência de seus moradores. A gestão de seu sucessor, Reynaldo de Barros (1979-82), criou o PRÓ-FAVELA, programa que implementou redes de água e esgoto em diversos núcleos favelados do município. Na gestão Mário Covas (1983-85), foi apresentado o Projeto de Lei da Concessão do Direito Real de Uso e um novo Plano Habitacional Municipal, que buscava atender às demandas da população com renda inferior a três salários mínimos a partir de programas de urbanização de favelas e provisão de lotes urbanizados à famílias removidas. Na gestão de Luiza Erundina (1989-92), os programas de urbanização de favelas passaram a se centralizar na política habitacional municipal, definindo novas abordagens técnicas e políticas sobre a questão e ampliando a escala e abrangência das intervenções⁸⁵. Em linhas gerais, esse percurso indica que também no município de São Paulo, em um primeiro momento, as políticas públicas definiriam como prioridade a urbanização dessas áreas, tratando sua regularização fundiária como um aspecto secundário da intervenção.

Desse modo, essas experiências pioneiras consolidariam uma abordagem na qual as transformações concretas dessas áreas, através da implantação de infraestrutura, novas moradias e serviços públicos, ainda eram tomadas como o aspecto central dos programas e projetos voltados ao reconhecimento dos direitos da população moradora de áreas urbanizadas informalmente, enquanto sua adequação às normas abstratas do direito e dos trâmites cartoriais ficavam em um segundo plano. Essa situação, em parte, justificava-se pela já

⁸⁵ SAMORA, Patrícia Rodrigues. *Projetos de habitação em favelas: especificidades e parâmetros de qualidade*. Tese apresentada à FAU USP para obtenção do título de doutor. São Paulo, 2009.

comentada ausência de uma legislação específica, que definisse os instrumentos urbanísticos pelos quais a regularização fundiária seria viabilizada. Mas, por outro lado, ela também relaciona-se à difusão de um modo particular de tratar os problemas urbanos, especialmente aqueles que diziam respeito ao reconhecimento do direito à moradia da população de mais baixa renda. Esse reconhecimento passaria necessariamente pela garantia de acesso à infraestrutura urbana e habitação, pela qualificação urbanística e ambiental das áreas ocupadas e pelo abandono das remoções, despejos e reintegrações de posse violentas. As garantias relativas à posse dessas áreas, por parte de seus moradores, tinham uma natureza distinta daquelas estabelecidas apenas pela titulação, sem se apresentarem como menos seguras.

A verdade é que, no Brasil e internacionalmente, os programas de regularização, baseados na legalização por títulos de propriedade individual plena, não têm sido totalmente bem-sucedidos. Eles não têm se prestado a garantir a permanência das comunidades nas áreas ocupadas, deixando, assim, de promover a desejada integração socioespacial. Em muitos casos, mesmo na ausência da legalização de áreas consolidadas e dos lotes ocupados, os moradores se encontram efetivamente menos expostos às ameaças de despejo e/ou remoção, pois vários assentamentos informais recebem serviços públicos e infra-estrutura urbanística. Além disso, muitos moradores têm acesso a diversas formas de crédito informal, ou mesmo de crédito formal. Contudo, ainda que a combinação desses fatores gere uma percepção de posse para os ocupantes, isso não quer dizer que a legalização dessas áreas e lotes não seja importante. Contudo, na formulação dos programas de legalização e na definição do tipo de direito a ser reconhecido aos ocupantes é necessário compatibilizar a promoção da segurança individual da posse com outros interesses sociais e ambientais, bem como com o devido reconhecimento do direito social de moradia – que, novamente, não se reduz tão-somente ao direito individual de propriedade plena (FERNANDES, 2007, p.24-25).

O conteúdo de um programa de regularização fundiária e, conseqüentemente, as relações sociais e materiais por ele priorizadas podem variar muito entre os diferentes contextos de sua implementação. A partir de uma pesquisa⁸⁶ a respeito dos resultados dos programas de regularização fundiária nas cidades brasileiras, Betânia Alfonsín (2007) define

⁸⁶ ALFONSIN, Betânia de Moraes. *Direito à moradia – instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas/FASE/IPPUR, 1997.

três tipologias básicas para esse tipo de intervenção. Na primeira, a ênfase recairia principalmente sobre a regularização jurídica dos lotes, através da emissão de títulos de posse. Na segunda, o objeto central seria a recuperação urbana do assentamento, através de sua urbanização. E, na terceira, a meta seria a recuperação urbanística da ocupação, definida pela autora como a execução de uma série de melhoramentos que possibilitariam a reintegração do assentamento às normas urbanísticas vigentes. A partir da análise e crítica dessas três tipologias, a autora apresenta qual seria a concepção que deveria nortear os programas de regularização fundiária no país:

Regularização fundiária é um processo conduzido em parceria pelo Poder público e população beneficiária, envolvendo as dimensões jurídica, urbanística e social de uma intervenção que, prioritariamente, objetiva legalizar a permanência de moradores de áreas urbanas ocupadas irregularmente para fins de moradia e, acessoriamente, promove melhorias no ambiente urbano e na qualidade de vida do assentamento, bem como incentiva o pleno exercício da cidadania pela comunidade sujeito do projeto (ALFONSIN, 2007, p. 78).

Ocorre que nos termos que os programas de regularização fundiária colocam-se atualmente, essas dimensões aparecem como separadas. O Estatuto da Cidade e a Medida Provisória 2.220/01 não determinam, a rigor, nenhuma relação obrigatória entre a titulação de áreas ocupadas e sua urbanização. Todas as recomendações nesse sentido são apresentadas como generalidades, apenas como possibilidade de integração efetiva entre urbanização e titulação. O reconhecimento do direito à moradia é rebaixado ao nível abstrato das leis, determinando em muitos casos a consolidação de situações bastante precárias. O enfrentamento das decorrências de urbanização crítica se desenvolve em um plano diferente daquele no qual as contradições desse processo se expressam. À população que enfrenta limitações concretas relativas a esse modelo de urbanização são oferecidas soluções abstratas oriundas do campo do Direito. Essas frações das cidades, e seus moradores, vão sendo

paulatinamente abandonados a sua própria sorte, ao mesmo tempo em que se insiste na constante reafirmação da ilusão em torno da potência emancipatória de leis e decretos. Desse modo, o caráter progressista da nova ordem jurídica urbanística, assim como do planejamento urbano por ela determinado, colocam-se sob sérias suspeitas.

Para esclarecer esses argumentos é possível tomar como exemplo o Programa de Regularização Urbanística e Fundiária implementado pela Superintendência de Habitação Popular da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Município de São Paulo.

No ano de 2002, ocorre a aprovação da Lei Municipal 13.430/02, que instituía o novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Incorporando os princípios e instrumentos do Estatuto da Cidade e da Medida Provisória 2.220/01, o plano trazia como diretriz, nos artigos referentes à Política Habitacional do município, a elaboração de um programa de regularização urbanística e fundiária de áreas ocupadas informalmente, localizadas em áreas públicas municipais⁸⁷.

Entre os anos de 2002 e 2003, a Superintendência de Habitação Popular da SEHAB deu início à Primeira Fase de seu Programa de Regularização Urbanística e Fundiária. Nesse momento, o programa tinha como objetivo atender 160 núcleos, num total aproximado de 42 mil domicílios, através da emissão de títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, de Concessão de Direito Real de Uso e de Autorização para fins Comerciais, Institucionais e de Prestação de Serviços. A segunda fase do Programa desenvolveu-se entre os anos de 2007 e 2008, já sob uma nova gestão. Inicialmente, seu objetivo era a titulação de 115 áreas, num total de, aproximadamente, 23 mil domicílios.

⁸⁷ É importante destacar que grande parte dessas áreas correspondem a áreas públicas remanescentes de projetos de parcelamento do solo urbano. A Lei Federal 6766, que regulamenta esse tipo de intervenção, determinava, em sua redação anterior às revisões estabelecidas pela Lei 9785/99, que, da área total do parcelamento (loteamento), 5% seria destinado à implantação de áreas públicas institucionais e 10% à implantação de espaços livres de uso público (praças). A ocupação dessas áreas, abandonadas pelo poder público e desprezadas pelo mercado imobiliário formal, dentro da lógica contraditória já discutida até o momento, transformaram-se em alternativa de moradia para uma parcela significativa da população. Segundo dados da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo, das 1577 favelas cadastradas pelo sistema Habi-SP, 960 estariam localizadas em áreas públicas municipais.

Em uma primeira análise, o escopo definido para o Programa, em suas duas fases, sugere a integração entre a regularização fundiária, enquanto processo de reconhecimento do direito de posse a partir da emissão de títulos, e a regularização urbanística, enquanto intervenção para a implantação de infraestrutura urbana e provisão de moradias. Em um documento oficial⁸⁸, que definia as bases conceituais da segunda fase desse Programa, a Secretaria Municipal de Habitação apresentava os seguintes princípios e diretrizes:

O Programa de Regularização Urbanística e Fundiária de assentamentos em áreas públicas municipais ocupadas por população de baixa renda tem como objetivo geral o reconhecimento do direito à moradia e à cidade aos habitantes e a integração espacial, administrativa e jurídica dos assentamentos objeto de intervenção, através da aplicação dos instrumentos de política urbana definidos no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/01 e na Medida Provisória nº 2.220/01. Não obstante o foco na legalização fundiária, o Programa incorpora, em seus objetivos e estratégias, as dimensões urbanística e social dos assentamentos e das comunidades. A dimensão urbanística está contemplada tanto como critério básico de seleção das áreas para regularização fundiária, quanto na elaboração de diagnósticos e diretrizes para a intervenção física nos assentamentos selecionados. A dimensão social está presente na definição do universo de atuação, quando se considera o nível de organização comunitária dos assentamentos, e permeia todo o processo de implementação das ações, como condição *sine qua non* para o sucesso das atividades específicas e dos objetivos gerais do Programa (PMSP, 2007, p. 3).

No entanto, uma análise de seus resultados⁸⁹ indicam que tal integração não se processou da forma idealizada.

Em relação à primeira fase do Programa, foram emitidos títulos de reconhecimento do direito de posse para 152 áreas, que representavam 41.450 domicílios, um número muito próximo da meta estabelecida. Considerando dados de 2010, tem-se a seguinte situação para esse universo:

- 46 áreas apresentavam alguma relação com algum tipo de projeto de urbanização.

⁸⁸ Termo de Referência. Anexo I do Edital de Licitação para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para a implantação da 2ª fase do Programa de Regularização Urbanística e Fundiária da Superintendência de Habitação Popular – HABI.

⁸⁹ Dados obtidos junto à Superintendência de Habitação Popular da Secretaria Municipal de Habitação do Município de São Paulo (Arquivo pessoal).

Dessas 46 áreas:

- 24 já haviam sido objeto de intervenções anteriores à regularização fundiária, através de recursos do FUNAPS;
- 7 já haviam sido urbanizadas;
- 8 estavam em processo de urbanização;
- 7 tinham seu projeto de urbanização em fase de licitação.

Isso significa que, após oito anos, apenas aproximadamente 30% das áreas que foram objeto de processo de regularização fundiária foram ou estão em vias de serem urbanizadas.

Em relação à segunda fase, foram tituladas 105 áreas, num total de 15.780 domicílios, representando, do mesmo modo, números muito próximos dos objetivos iniciais. Considerando-se os mesmos dados de 2010, observa-se que, desse universo, apenas 9 áreas foram objeto de intervenções de urbanização, sendo que todas as 9 foram urbanizadas antes da regularização fundiária, pelos mesmos programas do FUNAPS, destinados às 24 áreas regularizadas na primeira fase do Programa. Desse modo, apenas aproximadamente 8% das áreas que foram objeto de regularização fundiária na segunda fase do Programa foram atendidas também pela urbanização.

Considerando-se as duas fases do Programa de Regularização Urbanística e Fundiária da SEHAB, tem-se um total de 257 áreas tituladas e 55 áreas urbanizadas ou parcialmente urbanizadas, que correspondem a 21% do universo total.

Mas desses dados, o que mais chama a atenção é o fato de que a maioria absoluta das áreas urbanizadas – 33 áreas – foi atendida por essas intervenções em um contexto distinto do Programa em questão, ou seja, sua urbanização nada tem a ver com sua regularização fundiária. Do mesmo modo, essas intervenções estão inseridas em um período no qual o Estatuto da Cidade ainda não havia sido instituído, indicando certa contradição entre os

objetivos progressistas da nova legislação e seus resultados aparentes. Resultados que, para o caso de São Paulo, indicam, até o momento, a consolidação do processo de precarização nas formas de produção e apropriação do espaço urbano para os moradores de pelo menos 202 áreas já regularizadas. Para essa parcela da população, a segurança de posse que a titulação representava trouxe em seu fundo falso a garantia de manutenção das relações de desigualdade que as novas estratégias de intervenção urbana pretendiam, pelo menos no campo da retórica, superar.

O cenário se torna ainda mais complexo quando os resultados do Programa de Regularização Urbanística e Fundiária da SEHAB são analisados em conjunto com os dados a respeito do processo de adensamento das ocupações informais em São Paulo. Considerando-se que entre os anos de 2003 e 2008 a densidade populacional média nas favelas do município apresentou um acréscimo de 57,4%, caracterizando um adensamento que em parte se deve à manutenção de processos de remoção sem uma contrapartida que viabilizasse uma alternativa habitacional a essa população, e que as áreas regularizadas e não urbanizadas, em tese, não foram objetos de remoção, é possível supor que essas áreas absorveram parte desse adensamento, agravando a desproporção na relação entre concentração populacional e carência de infraestrutura urbana. Desse modo, as políticas habitacionais pautadas pela incorporação estrita dos instrumentos urbanísticos voltados à regularização fundiária passam a representar o rebaixamento das expectativas de superação da urbanização crítica e a consolidação, devidamente fundamentada pela naturalização dessas contradições, principalmente por parte dos planejadores, de uma “cidade de segunda classe”. A ideia de ampliar o direito à cidade se realiza principalmente como ampliação do direito à favela.

5.6. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MOBILIZAÇÃO DE TERRA URBANA E EXPROPRIAÇÃO

Ao comentar as análises desenvolvidas por Gita Verma em seu livro *Favelizando a Índia* (*Slumming India*), Mike Davis (2006) aproxima-se dessa questão de um modo pertinente:

Ela ataca duramente o paradigma de melhoria das favelas do Banco Mundial, que aceita as favelas como realidade eterna, assim como os movimentos contra despejos que se recusam a apresentar reivindicações mais radicais. O “direito de ficar”, diz ela, “não é nenhum grande privilégio. [...] Pode impedir os tratores ocasionais mas, de resto, pouco faz além de mudar o rótulo de 'problema' para 'solução', com algum jargão criativo nas letras miudinhas”. “Salvar a favela”, acrescenta, referindo-se especificamente a Délhi, “traduz-se em endossar a injustiça de um quinto a um quarto da população morar em apenas 5% dos terrenos urbanos (p. 86-87).

As teorias do economista peruano Hernando de Soto transformaram-se em uma importante referência para a formulação dessas políticas habitacionais pautadas pela transubstanciação dos problemas em soluções através da mudança de seu “rótulo”, ou, de um modo mais preciso, de seu enquadramento institucional. Em sintonia com as determinações do Banco Mundial, De Soto defende a regularização fundiária por meio da emissão de títulos individuais de posse ou propriedade como forma de “capitalizar” os moradores de ocupações informais. O economista propõe que “negócios, atividades e assentamentos ilegais sejam vistos não como “problema”, mas como “capital morto” de valor inestimável, o qual, se devidamente reanimado e transformado em “capital líquido”, pode vir a reativar sobremaneira a economia urbana e a combater a crescente pobreza social” (FERNANDES, 2007, p.48). Basicamente, o autor acredita que os títulos de posse dos imóveis regularizados abririam novas possibilidades de crédito para que essa população desenvolvesse sua vocação para o empreendedorismo. A simplificação extrema que caracteriza suas análises e propostas,

possível apenas quando se desconhece ou se desconsidera as contradições e as particularidades que envolvem a produção do espaço urbano informal, em um primeiro momento já seriam suficientes para lançar uma sombra de dúvidas sobre seus argumentos⁹⁰. No entanto, ao alinhar-se radicalmente ao ideário liberal das principais instituições responsáveis pelo financiamento de programas de intervenção em áreas urbanizadas informalmente nos países periféricos, propondo soluções pautadas por parâmetros estritamente financeiros (extremamente sedutores em um momento de crise) e por um pragmatismo simplificador que apresenta soluções instantâneas para problemas históricos, suas ideias aparecem diante dos desavisados como propostas pertinentes, capazes de reverter o caráter crítico da urbanização nesses contextos, definindo, assim, novos paradigmas de intervenção. Segundo Mike Davis (2006):

Panacéias como a de De Soto permanecem extremamente populares por razões óbvias: a estratégia de concessão de títulos promete grande ganho social com um simples gesto de pena e, assim, traz nova vida aos desgastados paradigmas da auto-ajuda do Banco Mundial; combina perfeitamente com a ideologia neoliberal e antiestatal predominante, até mesmo com a ênfase atual do Banco na facilitação pelo governo do mercado imobiliário privado e na promoção do acesso amplo à casa própria. Também é atraente para os governos porque lhes promete algo – estabilidade, voto, impostos – em troca de praticamente nada. “A aceitação dos assentamentos não autorizados” destaca Phillip Amis, “é uma forma relativamente indolor e potencialmente lucrativa de apaziguar os pobres urbanos do Terceiro Mundo” (p.89-90).

⁹⁰ “De fato, diversas pesquisas no Brasil e internacionalmente mostram que, mesmo na ausência de legalização, e dado um conjunto de fatores políticos, sociais e institucionais, os moradores de assentamentos ilegais têm acesso a crédito informal – e mesmo formal, em alguns casos – e se sentem seguros de sua posse, a ponto de investir regularmente nas suas casas e negócios informais. Essas pesquisas revelam ainda que, na falta de outras políticas sociais e programas econômicos que lhes dê suporte, a mera atribuição de títulos individuais de propriedade pode até garantir a segurança individual da posse. Mas, com frequência, isso faz com que os moradores vendam suas novas propriedades e se mudem para as periferias precárias, em muitos casos invadindo novas áreas – onde o mesmo processo de ilegalidade começa novamente. Se tomada isoladamente, a outorga de títulos individuais de propriedade plena não leva à integração socioespacial pretendida pelos programas de regularização, e que justificaria o investimento público. Além do que, se promovidas de maneira isolada, as políticas de legalização não têm impacto significativo sobre as condições de pobreza urbana. Em suma, tais pesquisas indicam que os beneficiários desse tipo de legalização ‘à la Hernando de Soto’ não são os grupos pobres, mas sim os (velhos e novos) grupos econômicos privados, ligados ao desenvolvimento da terra urbana, que mais uma vez se beneficiariam do investimento público na urbanização dessas áreas, geralmente bem localizadas e atraentes (FERNANDES, 2007, p. 50-51).

Considerando-se o contexto brasileiro, é possível retificar um aspecto do argumento de Mike Davis. Toda a reorganização institucional e jurídica necessária para a viabilização e legitimação de “panaceias como a de De Soto” foi promovida e vem sendo resguardada pelo Estado, em seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Portanto, a afirmação de que tais políticas se apoiam em uma “ideologia antiestatal” pode ser caracterizada como uma perspectiva excessivamente simplificadora. É importante recordar que nos capítulos anteriores desse trabalho já foram analisadas as contradições entre os polos estatista e monetarista da economia no interior do processo de modernização, discussão que colabora para a organização dos argumentos apresentados anteriormente, que identificam situações nas quais novas formas de atuação do Estado, inseridas neste contexto do movimento pendular entre esses polos, apresentado por Kurz (2004), aparecem como omissão diante das questões urbanas. Tomando-se como referência a cisão entre titulação e urbanização, observada a partir da análise dos resultados do Programa de Regularização Urbanística e Fundiária da Secretaria de Habitação do município de São Paulo, é possível perceber em que medida as teorias de De Soto pautaram, mesmo que subliminarmente, as formas de reconhecimento e/ou tentativa de integração das áreas urbanizadas informalmente.

É interessante observar que esse processo, inicialmente, apresenta-se como o reconhecimento do direito de posse dos ocupantes dessas áreas e, portanto, do seu direito à moradia. Esse reconhecimento tem como ponto de partida o reconhecimento das particularidades das formas pelas quais essa moradia foi produzida, ou seja, de suas diferenças em relação a outras moradias, de suas qualidades concretas que as diferenciam e as definem como um valor de uso particular. No entanto, esse reconhecimento somente será legitimado, institucional e socialmente, a partir da abstração dessas qualidades concretas; a partir do momento em que essas moradias, produzidas informalmente, apresentarem-se diante

da sociedade como um título de posse, devidamente registrado em cartório e reconhecido pelo poder público. Título que garante a essa moradia o status de moradia formal e, desse modo, também de mercadoria formal, passível de ser negociada, não mais no “mercado informal”, no qual seu valor já se apresentava socialmente, mas no mesmo universo de negócios em que estão incluídas todas as propriedades que constituem a cidade. Essas mercadorias passam a relacionar-se, de fato, com todo o universo de mercadorias que constituem a cidade. A crítica à economia política elaborada por Marx mostra que no mundo das mercadorias o valor de uso, coisa concreta, representa algo sobrenatural, puramente social, o valor, transformando-se, dessa maneira, na forma fenomênica de seu contrário. Do mesmo modo, o reconhecimento e a formalização da moradia informal são o reconhecimento e a formalização de seu valor, e, portanto, de sua condição de mercadoria. A retórica em torno do reconhecimento do direito à moradia coloca-se apenas como uma etapa a ser cumprida no processo de integração, ou mobilização, dessas áreas, antes imobilizadas por sua situação de marginalidade, à modernização retardatária urbana. E assim, antes de representar a possibilidade de obtenção de novas linhas de crédito para seus moradores, como afirma De Soto, ou mesmo a garantia do direito à cidade, como afirmam alguns planejadores, essa integração representa a possibilidade de constituição de novas frentes de expropriação para o capital imobiliário urbano. A esse respeito, uma abordagem pertinente sobre o tema deve ser apresentada.

Ao se analisar as relações entre a implantação de obras de infraestrutura de grande escala e o processo de valorização de áreas urbanas periféricas já consolidadas na região metropolitana de São Paulo, Amélia Damiani (2004) afirma:

É preciso abrigar a idéia de quão estruturais são as mudanças espaciais, movidas pela economia vigente, e o quanto atravessam a vida, especialmente daqueles que moram em lugares ainda a explorar: todas as áreas pobres são, potencialmente, novos espaços para a valorização do capital. Elas, do ponto de vista dos habitantes parecem ter usos consolidados e a casa conquistada define-se como patrimônio – inclusive a mobilizar, comercializando-a, como forma possível de sobrevivência –; mas do ponto de vista das estratégias de produção do espaço, são zonas vulneráveis (p.41).

Segundo a autora, essas obras *aparecem* como respostas objetivas a problemas concretos da urbanização, relacionados ao trânsito, ao transporte ou ao saneamento básico. Mas, por sua natureza ou escala de abrangência, acabam por promover uma reorganização das possibilidades de uso e ocupação das áreas urbanizadas contíguas a essas intervenções. Desse modo, por trás dessa *aparente* objetividade, esse modelo de intervenção,

Na prática, acima de tudo, redefine o valor potencial de suas áreas contíguas ou próximas. O espaço aparece como puro bem financeiro, imerso no movimento do capital como uma corrente de valor, que envolve toda ordem de especulações com a terra. Trata-se do controle de um direito sobre rendimentos futuros previstos. Em poucas palavras, o direito à terra se converte em uma forma de capital fictício (DAMIANI, 2004, p.41).

A imobilização de grandes extensões de áreas periféricas urbanizadas – conjuntos habitacionais, favelas, loteamentos clandestinos – teve um caráter funcional em determinados momentos do processo de produção do espaço urbano, inserido na modernização retardatária brasileira. Mas diante da necessidade sempre presente de se buscar lucros excepcionais, em um contexto marcado pela escassez de terras a serem exploradas e pela dificuldade de produzir esses lucros em áreas centrais consolidadas⁹¹, essa imobilização passa a ser problemática na medida em que essas áreas representam os últimos “lugares ainda a explorar”, ao mesmo tempo em que se caracterizam como “verdadeiras muralhas para o processo do capital, do ponto de vista da economia urbana” (DAMIANI, 2004, p.36). Disso resultaria a necessidade de sua mobilização, ou integração, tanto pela valorização através da implantação de infraestrutura, como afirma a autora, quanto pela redefinição de seu status jurídico institucional, conforme comentado anteriormente.

⁹¹ “A criação de infraestruturas físicas é problemática já que envolve uma porção de capital fixo de lenta realização da valorização implicada, com dificuldades nas formas de amortização do capital investido. Aplica-se à presença do Estado e de capitalistas associados para viabilizá-la; e, por outro lado sugere o aumento do valor da terra contígua” (DAMIANI, 2004, p.42).

Então, os vínculos com o espaço se tornam cada vez mais abstratos, em embate com a lógica das necessidades de sobrevivência. Em outros termos, põe-se, simultaneamente, a propriedade da terra como entrave e elemento ativo para o capital. No nível da percepção, de modo ambíguo, mal discernido, as populações atingidas podem se aproximar da compreensão do espaço tornado abstração concreta – porque sujeito a estratégias econômicas e políticas e ativo, real – e usar esse entendimento como maneira de sobrevivência; por exemplo comercializando a sua casa, alugando-a ou a vendendo. De qualquer modo, estão sujeitas a essas estratégias e a reboque delas (DAMIANI, 2004, p.47).

Criar um vínculo abstrato com o espaço através de um título de posse exige investimentos muito menores do que a implantação de infraestrutura; e, além disso, transforma, ao menos no nível da aparência, os expropriados em agentes de sua própria expropriação.

Considerando que muitas dessas áreas, principalmente no que diz respeito às favelas, localizam-se em áreas urbanas consolidadas, atendidas em seu entorno imediato por uma significativa rede de infraestrutura urbana, sua remoção se torna indispensável para que a obtenção de lucros excepcionais, por parte do capital imobiliário urbano, possa se viabilizar sem a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura, que representaria uma parcela significativa do capital fixo a ser adiantado. Em relação à aquisição dessas terras, capital que também deve ser adiantado nas operações de incorporação, a instituição de toda uma série de leis e normas para a formalização da transferência dos títulos de posse define as bases contratuais sobre as quais deveriam ocorrer tais negociações. No entanto, é um tanto ilusório imaginar que tal processo se desenvolva como uma relação contratual entre iguais, quando, de um lado, encontram-se grandes incorporadoras, e, de outro, uma parcela da população extremamente restringida economicamente.

Essa relação entre o reconhecimento da moradia informal enquanto mercadoria formal e as possibilidades da constituição de um processo de expropriação dessa população de sua moradia ainda não se apresentam como uma prática corrente inserida no processo de produção do espaço urbano. A violência, na forma das ações de reintegração de posse, ainda prevalece

enquanto ferramenta para tal finalidade. A mobilização de áreas urbanizadas para incorporação pelo capital imobiliário urbano ainda segue como tarefa do Estado, que, novamente, em um sentido, opera como Estado interventor, fazendo valer seu monopólio sobre a violência; e, em outro sentido, aparentemente oposto, opera como Estado liberal, garantindo à iniciativa privada todas as condições necessárias para a viabilização de seus negócios.

Os argumentos expostos a respeito dessa relação entre regularização fundiária e expropriação se colocam como uma hipótese derivada da análise do percurso das formas pelas quais o planejamento urbano vem se realizando na modernização retardatária urbana brasileira. Caracterizam-se, sobretudo, como uma elaboração que leva em consideração o atual contexto no qual se desenvolve o processo de produção do espaço urbano, marcado principalmente pela contradição entre a necessidade sempre crescente de se obter lucros extraordinários e a redução na oferta de terras urbanas passíveis de incorporação. Além disso, também é importante observar, nesse cenário, o deslocamento do Estado ao polo monetarista da modernização e a vinculação de suas principais ações de planejamento aos interesses da iniciativa privada. Finalmente, não é possível desconsiderar, mesmo sem se aprofundar no tema, a incorporação do processo de produção do espaço urbano pelo circuito do capital fictício.

Historicamente, a urbanização das cidades brasileiras, especialmente aquelas de médio e grande portes, foi marcada pela constituição de um círculo vicioso no qual a inserção crítica de grandes contingentes populacionais nesse processo é seguida pela consolidação dessas formas críticas de produção e apropriação do espaço urbano, que, por sua vez, é coroada pelo posterior rebaixamento, mesmo que muitas vezes inimaginável, dessas mesmas referências sociais e materiais. Rebaixamento que redefine os parâmetros dessa inserção crítica, de sua

consolidação e de seu novo rebaixamento, sucessivamente; círculo vicioso que se reorganiza de acordo com as particularidades de cada fase da modernização retardatária urbana brasileira, redefinindo, assim, o papel do planejamento urbano nesse processo, do mesmo modo como redefine as formas de expressão de seu caráter crítico.

É importante recordar que todas essas políticas, programas e procedimentos, dos mais explícitos aos mais subliminares, desenvolvem-se dentro do campo de ação do planejamento urbano, realizando-se sempre como tentativas de se garantir a reposição dos pressupostos necessários para a manutenção da rentabilidade do processo de produção do espaço urbano e das demais cadeias produtivas a ele relacionadas. Mas conforme foi afirmado e ilustrado anteriormente, pelos exemplos analisados, essa reposição se realiza principalmente como negatividade, enquanto reposição dos pressupostos de sua própria crise. Idealizado como uma ferramenta de distribuição de direitos, o planejamento urbano se desenvolveu no Brasil, como regra, enquanto ferramenta de acirramento das desigualdades estabelecidas, sempre no sentido do rebaixamento de suas referências materiais e sociais. A partir da constatação dessa contradição insuperável, situação indissociável de seu desenvolvimento em um contexto de modernização retardatária, torna-se possível estabelecer uma nova perspectiva crítica e teórica, não mais pautada por uma visão idealizada da disciplina, mas orientada pelo reconhecimento de seu caráter crítico e suas decorrências.

Capítulo 06.

O urbanismo produzido pelo Estado brasileiro em um contexto de modernização retardatária

6.1. O CONJUNTO HABITACIONAL COMO EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE

Recuperando parte dos argumentos desenvolvidos no capítulo anterior, nesse momento é preciso reafirmar o papel do planejamento urbano enquanto ferramenta de regulação do processo de reposição dos pressupostos necessários para a reprodução do capital no e pelo processo de produção do espaço urbano. Do mesmo modo, recordar que em um contexto de modernização retardatária tal reposição se apresentará principalmente como reposição dos pressupostos que definem o caráter crítico, tanto dessa reprodução quanto do próprio planejamento. Nesse contexto particular, a partir da impossibilidade, colocada historicamente, de superar as contradições entre a necessidade de se alcançar a homogeneização entre as formas particulares de produção e apropriação do espaço urbano e a constituição de desigualdades decorrentes desse processo, caberá ao urbanismo e à arquitetura produzidos a partir desse planejamento o papel de se apresentar como expressão material dessas contradições.

Nesse capítulo, em função do recorte necessário para o desenvolvimento das hipóteses que norteiam essa pesquisa, as análises a respeito do urbanismo produzido em um contexto de modernização retardatária tomarão como objeto o padrão de provisão de moradias para a população de baixa renda pautado pela tipologia do conjunto habitacional, modelo de intervenção generalizado pelo território nacional desde a passagem dos anos 60 para os anos 70, resultante das políticas voltadas à habitação, desenvolvimento urbano e desenvolvimento econômico estabelecidas pelo sistema SFH/BNH.

Na medida em que a espacialização desse modelo não apresenta diferenças significativas dentre as diversas experiências implantadas em escala nacional, com exceção da distinção entre a adoção de tipologias unifamiliares (casas em lotes isolados) ou

multifamiliares (apartamentos), as análises propostas não se deterão, pelo menos nesse momento, sobre algum conjunto habitacional específico, e sim sobre as determinações gerais da produção e apropriação desse modelo de arquitetura e urbanismo.

Considerando que esse modelo esteve na linha de frente de um amplo esforço voltado à recuperação do desenvolvimento nacional e à tentativa de se estabelecer um controle da expansão urbana das cidades nas quais foi aplicado, faz-se necessário estabelecer algumas relações entre sua constituição, suas principais características, sua missão e seu destino.

A possibilidade de, a partir da análise geral desse modelo de intervenção urbana, alcançar praticamente todas as suas manifestações, no sentido de que a descrição de um conjunto habitacional, sua produção e apropriação resumiriam a descrição, nos mesmos termos, de todos os conjuntos habitacionais, indica que em sua origem já está pressuposta a abstração das diferenças existentes entre todos os contextos, sociais e ambientais, passíveis de sofrerem tais intervenções. A incorporação, pelo Estado, de um padrão de urbanização destinado à provisão de moradias pautado por esses pressupostos, devidamente adaptado às particularidades da modernização local, alinha-se à interpretação de Henri Lefebvre a respeito da necessidade de homogeneização do espaço e de sua produção, imposta contraditoriamente pelo capital (pois tal homogeneização também é simultaneamente negada), no sentido daquilo que o autor vai tratar como *espaço instrumental*. Espaço que, produzido no contexto da

reprodução das relações sociais de produção, impõe a seus usuários uma vida cotidiana⁹² determinada integralmente pelas categorias da sociabilidade capitalista. É quando a forma-mercadoria, principalmente enquanto negatividade, torna-se a relação social primordial na mediação entre homens e seu espaço. A constituição desse *espaço instrumental*, no entanto, não se restringe à produção de conjuntos habitacionais. Mas é possível afirmar que é a partir da arquitetura e do urbanismo produzidos nessas experiências que a materialização desse conceito se torna mais evidente, na medida em que sua produção, apropriação e modo de vida⁹³ que impõe a seus moradores se apresentam como essencialmente determinados pela esfera econômica.

⁹² “Percebe-se aqui a linha de separação com o estalinismo e entrevê-se o espaço de encontro com Debord numa série de análises: à idéia corrente de que o homem se realiza no trabalho, Lefebvre objecta que o trabalho parcelarizado elimina tal possibilidade (Cdvq I,48); observa que a alienação econômica não é a única alienação (Cdvq I,72); recusa a socialização através do Estado que “parece, então, o único vínculo dos átomos sociais” (Cdvq I,103); defende que a vida quotidiana e o grau de felicidade nela atingido são um parâmetro para medir o progresso social mesmo nos países ditos socialistas (Cdvq I, 58) e afirma hegelianamente que “o lado mau das coisas é que as faz avançar, isto é, desaparecer” (Cdvq I, 82). O conceito de Lefebvre de que o quotidiano é a fronteira entre o dominado e o não dominado, onde nasce a alienação e também a desalienação (Cdvq I, 97), encontra-se na teoria situacionista. Contudo, mantém-se uma ambiguidade fundamental: a vida quotidiana actual é, apesar de tudo, um lugar de riquezas escondidas do qual pode nascer uma contestação generalizada, ou é um lugar de pobreza a que se deve se opor a construção da verdadeira vida? O próprio Lefebvre parece concordar com a primeira parte no primeiro volume, e com a segunda no segundo volume” (JAPPE, 2008, p. 98-99).

⁹³ “Mas uma abordagem do *modo de vida* trata necessariamente do plano da vida imediata, em que se debatem o viver e o vivido, em que diferentes matrizes socioculturais se defrontam com os imperativos da indústria que coloniza e expropria o tempo (antes apropriado), sujeitando-o aos impulsos lógicos do mercado. (...) É necessário não negligenciar que foi um amplo processo dotado de diferentes dimensões e níveis que a vida cotidiana (o cotidiano urbano) foi sendo configurada como um modo de vida definido por peculiares formas de emprego do tempo que acabavam por traduzir-se nas formas de uso do espaço. (...) A vida cotidiana tende a erigir-se em sistema sobre os desencontros dos modos de vida com os meios de vida (suportes materiais da existência), face uma equação de valores que totaliza o tempo como momentos: de trabalho, de lazer e da família. Na vida cotidiana, o viver corresponde à dimensão objetiva das práticas, enquanto o vivido, muito mais amplo, integra a subjetividade, sendo perpassado por retórica e por estetismos. A relação entre esses dois níveis forma a vida cotidiana. Esta que, como conceito, permite discutir os diferentes níveis que encerram a problemática da reprodução social. (...) De forma que o cotidiano urbano, resultado da complementaridade entre industrialização e urbanização, é marcado pela aceleração do tempo, pela maximização do uso de bens e fatores produtivos, tanto quanto pelo aprofundamento da divisão social do trabalho, a qual repercute na disposição de meios de vida, porque desencadeia necessidades novas, aumenta o exército de trabalhadores e diversifica produtos” (SEABRA, 2004, p. 190-191).

A produção capitalista unificou o espaço, que já não é limitado por sociedades externas. Essa unificação é ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de *banalização*. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, assim como devia romper as barreiras regionais e legais e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a *qualidade* da produção artesanal, devia também dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares. Essa força de homogeneização é a artilharia pesada que fez cair todas as muralhas da China. Para tornar-se sempre mais idêntico a si mesmo, para se aproximar ao máximo da monotonia imóvel, o *espaço livre da mercadoria* é doravante modificado e reconstruído a todo instante (DEBORD, 1997, p.111-112).

No processo de imposição desse novo modo de vida aos moradores dos conjuntos habitacionais, no qual o Estado tem um papel central, reside a necessidade de se estabelecer, a partir das principais características do espaço dessa moradia, em todas as suas escalas, uma série de mecanismos direcionados principalmente ao disciplinamento dos estratos marginalizados da população, pautados por uma diretriz notadamente civilizatória. As multidões “desorganizadas”, que se apropriam da cidade principalmente através da tipologia *favela*, devem ser transformadas em uma massa homogênea, controlada, “trabalhadora”, na qual todos os indivíduos possam ser devidamente identificados, classificados e controlados por meio do controle de seu tempo, de seu espaço e de suas possibilidades de deslocamento.

Os conjuntos habitacionais se apresentam enquanto heterogeneidade em relação ao restante da cidade. Sua implantação, suas tipologias, seu sistema viário, antes de promover qualquer integração ou articulação com seu entorno, definem sua segregação. Definem, materialmente, o cerco estabelecido em torno da multidão “desorganizada”, do mesmo modo que definem os termos das relações dessa multidão com o restante da cidade, pautadas principalmente pelo trabalho e pelo transporte, ou, ainda, sua ausência. No entanto, internamente, é a homogeneidade que caracteriza o espaço do conjunto habitacional. Espaço, ou projeto, que separa, individualiza, fixa e, conseqüentemente, enquadra, sob uma lógica coercitiva, o tempo e o movimento de seus ocupantes. Ambos adquirem uma nova forma de ordenamento, funcional ao modo de vida que se impõe.

Se a forma livre, a liberdade plástica, a expressividade, a fluidez dos espaços e a liberdade concedida aos usuários na apropriação desses ambientes, em parte resultado dessa fluidez, orientaram e caracterizaram a produção da Arquitetura Moderna Brasileira destinada às elites, às grandes corporações e ao Estado, o mesmo não ocorreu quando essa escola se debruçou sobre a arquitetura e o urbanismo produzidos para o restante da população. Os conjuntos habitacionais, enquanto tipologia essencialmente modernista, contribuem como nítido exemplo dessa contradição.

No limite, não seria exagero afirmar que essa arquitetura e esse urbanismo se realizam como uma grande massa de trabalho humano abstrato cristalizado em objetos específicos (unidade habitacional, edifício, infraestrutura) cujo principal objetivo seria garantir as condições mínimas (que com o tempo se mostrariam ainda passíveis de rebaixamento) para reprodução de força de trabalho, em escala nacional, a partir dos menores custos possíveis. O caráter abstrato dessa produção reflete-se no espaço produzido, em todas as suas escalas.

A sociedade que modela tudo o que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território. O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve refazer a totalidade do espaço como *seu próprio cenário* (DEBORD, 1997, p.112).

A unidade habitacional sempre terá a menor área possível. Sempre terá dois quartos, uma cozinha, uma área de serviço, um sanitário e uma sala: um programa de necessidades universal, organizado a partir da ideia modernista da “habitação mínima”, cuja origem não está vinculada a qualquer interpretação relacionada às possibilidades de apropriação do espaço por parte de seus moradores ou a qualquer articulação entre o espaço produzido e seu modo de vida. A configuração espacial e funcional dessas unidades habitacionais não se apresenta como a expressão espacial ou funcional dessas diferenças, e sim como a expressão

espacial de sua abstração, relação estabelecida pelos pressupostos de sua produção. Pensada apenas nos termos de seu custo (valor necessário para a sua produção, que não inviabilize a sua realização como mercadoria destinada aos mais pobres), essa habitação não guarda nenhuma relação com qualquer necessidade que não se inclua entre as mais básicas voltadas à reprodução da força de trabalho personificada naqueles que a utilizam como moradia. Mas as funções desse espaço não se restringem apenas a esse aspecto da reprodução da sociedade. Essa moradia, cujo processo de produção implica necessariamente na abstração de todas as diferenças entre modos de vida particulares preexistentes, também se mostra eficaz no processo de imposição de um outro modo de vida a seus moradores, no qual suas relações com o espaço, inclusive na escala da unidade habitacional, passam a ser regidas pelas determinações do modo de produção, ao mesmo tempo em que, por sua constituição fetichista, apareçam como naturalizadas. Naturalização que também distorce a percepção, tanto dos moradores quanto dos planejadores, daqueles fenômenos que aparecem como contradições entre os modos de vida preexistentes e o modo de vida imposto.

Tanto mais que, a partir de agora, a crise do urbanismo é uma crise concretamente social e política, mesmo que hoje nenhuma força oriunda da política tradicional possa nela interferir. As banalidades médico-sociológicas sobre as “patologias dos conjuntos habitacionais”, o isolamento afetivo das pessoas que neles vivem, ou o desenvolvimento de certas reações extremadas de rejeição, principalmente entre jovens, traduzem simplesmente o fato de que o capitalismo moderno, a sociedade burocrática de consumo, começa a modelar em toda a parte o seu próprio cenário. Essa sociedade constrói, com as novas cidades, o terreno que a representa exatamente, que reúne as condições mais apropriadas para o seu bem funcionamento; ao mesmo tempo, ela traduz no espaço, na linguagem clara da organização da vida cotidiana, seu princípio fundamental de alienação e imposição (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2003, p. 134).

Desse modo, as famílias sempre serão grandes demais, as unidades habitacionais nunca serão consideradas pequenas; qualquer intervenção dos moradores no espaço construído (principalmente nas tipologias unifamiliares, mas também presente nas tipologias

multifamiliares) será tomada como impertinência de leigos, que insistem na “favelização” dos conjuntos, e não como reação a um projeto incapaz de incorporar diferenças, pois sua função seria justamente abstraí-las, da mesma maneira que a sobreposição de usos (a sala utilizada como quarto, a cozinha utilizada como área de serviço, o quarto utilizado como local de trabalho) também será interpretada nos termos da “favelização”; e, finalmente, a venda ou locação do imóvel, momento no qual a moradia é tratada como aquilo que realmente é – valor cristalizado e, portanto, mercadoria –, vai ser tratada pelos planejadores como ilegalidade.

JOAQUINA MARTINS, 53 anos, doméstica, moradora na Avenida Ezequiel, 56 – apartamento 108, há 9 meses. (...) Cinquenta e três anos, aparenta uns 45, apesar das banhas e diz que se conservou porque “não sou dada a extravagâncias”. O seu é um dos 906 apartamentos da Cidade de Deus. Tem uma sala, dois quartos, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço. Ali, “eu e deus sabemos como” vivem uma prole de dezesseis pessoas. Dona Joaquina, o marido, 12 filhos e 2 netos. O menorzinho tem 3 anos; a filha maior, já mãe, tem 33. O marido é faxineiro em um prédio na zona sul e quatro dos filhos trabalham – a filha de 17, numa loja de roupas; outra de 19, comerciária em Copacabana; o filho de 23 é trocador de ônibus. O de 20 anos se defende com biscates, mexe com móveis, “e não é sempre que tem serviço”. O dinheiro, como se vê, é contado. “Se for comer bonitinho, direitinho mesmo, agente gasta um milhão por semana. Mas eu tenho que esticar o dinheiro e gastar trezentos cruzeiros. E olhe lá.” (...) Por ela, moraria numa casa, “além de mais barato, tem o quintal para as crianças e não se paga condomínio”. A família veio do Parque Proletário da Gávea. “Lá era bem melhor por causa do espaço e porque a gente ia aumentando o barraco, conforme as necessidades. Quando nos tiraram para a Cidade de Deus, já tínhamos três quartos. Ninguém precisava apanhar tanta condução e gastar tanto dinheiro para chegar ao batente. Havia comércio, a feira era melhor e a gente tinha hospital por perto. Graças a deus, depois que viemos pra cá, ninguém ficou doente. Mas não tem hospital e fico preocupada, aqui tem gente demais, o senhor já viu como é que tem criança. Cada apartamento, aqui, tem cinco ou seis. É fogo. Faça as contas” (ANTÔNIO, 1976, p. 103)

A composição dessas “habitações mínimas” a partir de um sistema de circulação horizontal e vertical resulta em edifícios que expressam, em uma outra escala, as mesmas características das unidades habitacionais. Pensados apenas como quantidades, além da somatória dessas unidades, não disponibilizam mais que o necessário para a sua articulação com o sistema de circulação vertical, e desse com o exterior. Possuem em geral quatro pavimentos, além do térreo, também ocupado com moradias, parâmetro definido pela

impossibilidade de utilização de elevadores. Impossibilidade determinada pelos custos, de instalação e manutenção do equipamento, ou, ainda, por uma suposta incapacidade de convivência entre a máquina e seus usuários. Novamente, relações constituídas socialmente, mas tomadas como naturais, consolidando um consenso em torno de uma interpretação distorcida das contradições relativas à utilização de um equipamento desse porte.

Idênticos entre si, esses edifícios reproduzem na escala do conjunto a mesma repetição abstrata de um padrão de relação entre moradores e o espaço produzido, com o agravante que as possibilidades de intervenção nesse caso são reduzidas pela própria tipologia. Os pavimentos térreos e suas áreas lindeiras se apresentam como os locais mais promissores nesse sentido.

Os apartamentos, a que injustamente alguns moradores das casas e das triagens chamam de “lugar dos bancas”, fazem o espetáculo mais completo de gueto, em Cidade de Deus. Isolados até da própria Cidade de Deus. Repetem uma favela na vertical, misturas típicas de biroscas, campinhos de futebol, pipas, muita criançada e algum samba, quando é noite ou algum dia em que não haja trabalho. Lamenta-se o mesmo das outras áreas: condução, posto médico. Reclama-se pouco a ausência do policiamento: “Polícia aqui já tem de sobra. Depois, polícia só encana trabalhador, além de chegar na casa da gente pra filar café e outras coisas. Então, polícia já tem demais” – falou um morador de apartamento com três anos de Cidade de Deus. (...) No conjunto de apartamentos há 1300 unidades, divididas em blocos de cinco pavimentos. Sem elevadores, claro. Quando se implantou Cidade de Deus, prometeu-se à população dos apartamentos três escolas primárias, uma creche e um jardim de infância. Nunca houve creche ou jardim. (...) Segundo o plano inicial da COHAB, para cada gleba de casas, previa-se duas escolas primárias, um jardim de infância, uma creche e um cinema com capacidade de 612 pessoas. Dessas previsões, as escolas estão funcionando, apenas. (...) Havia ainda a promessa de um supermercado e um posto médico. O supermercado mantém as portas abertas. O posto médico, não (ANTÔNIO, 1976, p. 106).

Implantados em regiões periféricas, desvinculadas de qualquer núcleo urbano consolidado, os conjuntos desses edifícios são delimitados por um sistema viário destinado, e dimensionado, principalmente para a circulação de veículos. Essas vias garantem acesso apenas às áreas destinadas a estacionamento, não definindo acesso direto aos edifícios, que, por sua vez, são acessados através de caminhos de pedestres internos aos condomínios.

Caminhos que, juntamente com as áreas livres internas, condominiais, caracterizam-se principalmente como resíduos da implantação dos edifícios no sítio. As áreas livres externas, de caráter público, em alguns casos também poderão ser identificadas como resíduos da implantação do novo bairro, situação que contribuiria para sua ocupação por outros usos, definindo o fenômeno particular da convivência, temporal e espacial, entre urbanização formal produzida pelo Estado e urbanização informal.

Em 6/7/1968 os jornais gritavam que mais de cinquenta por cento da gente que vivia em Cidade de Deus eram invasores e teriam de abandonar as casas, apartamentos e triagens para dar lugar, hora e vez aos proprietários legítimos. No dia 13 daquele mês, Augusto Vilas Boas, então presidente da COHAB, prometia encontrar um jeito para a invasão. O jeito foi com modo pessoal. No dia 17 a COHAB colocava a tropa de choque da Polícia Militar na Cidade de Deus, para evitar a invasão de casas por ex favelados. Um mês e um dia depois, a mesma COHAB, em cumprimento a despejo judicial, levou a operação às últimas consequências. A ação rápida não encontrou resistência dos ex favelados. Todos transferidos para o Albergue João 23. (...) No mesmo setembro de 70, os jornais gritavam que os moradores tinham um mundo de problemas e, precisamente em 17/7/70, publicou-se que uma favela crescia, há já um ano, na margem direita do Rio Fundo. Com barracos enfileirados à margem da Cidade de Deus. Enquanto isso, esqueletos de bambu anunciavam a chegada de mais gente para as beiradas do rio (ANTÔNIO, 1976, p. 107).

Mesmo apresentando-se como intervenções de grande escala, esse urbanismo possui um caráter monofuncional. Com exceção das áreas de lazer e das áreas institucionais, seus projetos determinam a exclusividade do uso para a habitação. As necessidades relativas à disponibilidade de comércio e serviços são atendidas através da ocupação informal de áreas livres, em geral próximas ao sistema viário, ou da sobreposição de usos no interior das unidades habitacionais.

A supressão da rua enquanto espaço de socialização entre os moradores, definida pela separação entre vias e edifícios, o caráter monofuncional da urbanização produzida, a ausência de espaços que definam escalas intermediárias entre a unidade habitacional e o condomínio e a não qualificação das áreas livres públicas e condominiais (no sentido de serem tratadas apenas como quantidade) colocam-se como barreiras contra qualquer forma de

apropriação dos espaços desses conjuntos habitacionais que não se condicione às formas de apropriação previstas pelo modo de vida que se impõe, pela arquitetura e urbanismo produzidos e seus pressupostos, explicitando a incompatibilidade entre um espaço, cujo caráter abstrato se manifesta de forma tão expressiva, em todas as suas escalas, e as possibilidades de uma apropriação não abstrata, por parte de seus moradores.

O urbanismo é a realização moderna da tarefa permanente que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da atomização de trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente *reunido*. A luta sempre travada contra todos os aspectos dessa possibilidade de encontro descobre no urbanismo seu campo privilegiado. O esforço de todos os poderes estabelecidos, desde as experiências da Revolução Francesa, para ampliar os meios de manter a ordem na rua culmina afinal com a supressão da rua. “Com os meios de comunicação de massa a longa distância, o isolamento da população revelou-se um meio de controle bem mais eficaz”, constata Lewis Mumford em *La Cité à travers l'histoire*, ao descrever um “mundo doravante de mão única”. Mas o movimento geral do isolamento, que é a realidade do urbanismo, deve também conter uma reintegração controlada dos trabalhadores, segundo as necessidades planificáveis da produção e do consumo. A integração no sistema deve recuperar os indivíduos isolados como *indivíduos isolados em conjunto*; as fábricas e os centros culturais, os clubes de férias e os “condomínios residenciais” são organizados de propósito para os fins dessa pseudocoletividade que acompanha também o indivíduo isolado na *célula familiar* (DEBORD, 1997, p.113-114).

Mesmo algumas intervenções informais, realizadas pelos próprios moradores, em muitos casos, contribuem para essa imposição, e, em função disso, são toleradas, como, por exemplo, a ocupação de áreas livres com comércio, serviços ou garagens. Ao mesmo tempo em que o Estado se vê aliviado de uma pressão social legítima, é liberado do ônus de garantir a manutenção de áreas que são de sua propriedade. A tolerância, em menor grau (principalmente nos últimos anos), com a ocupação dessas áreas por moradias informais, também se insere nesse contexto.

O modo como se estabeleceram, no tempo e no espaço, as contradições entre as formas pelas quais se deu a apropriação desses conjuntos habitacionais e as formas de apropriação idealizadas por seus planejadores, na ocasião da definição de seu partido

arquitetônico e urbanístico e de seu projeto, indica o quanto essas intervenções apresentavam-se, desde sua concepção, como obsoletas. Mercadorias que somente se realizariam enquanto componente do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, mediante sua atualização a partir de intervenções promovidas pelos próprios moradores. Se na escala da unidade habitacional a natureza dessa obsolescência residia na não incorporação (a não ser como abstração, representada pelo perfil socioeconômico) das diferenças entre os modos de vida de seus moradores, na escala do conjunto habitacional, o isolamento desses núcleos urbanos, sua homogeneidade de usos e funções e a carência de infraestrutura definiriam essa condição.

Em Paris, em abril (1961), uma exposição de urbanismo intitulada *Demain Paris* (Paris Amanhã) apresentava na realidade a defesa dos conjuntos habitacionais já construídos ou projetados para a periferia afastada. O futuro de Paris seria todo extrapariense. Um percurso didático visava, na primeira parte, a convencer as pessoas (principalmente os trabalhadores) que Paris, como estatísticas peremptórias provavam, era mais nociva e inabitável que qualquer outra capital conhecida. Deviam portanto mudar-se para outro lugar, e a solução feliz era apresentada logo a seguir, só deixando de revelar qual o preço efetivo a pagar agora pela construção dessas zonas de reagrupamento: por exemplo, quantos anos de intensa escravidão econômica representa a compra de um apartamento nesses conjuntos; e que reclusão urbana perpétua representa, depois, a propriedade adquirida (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2003, p. 135).

O processo de constituição dessas desigualdades, no interior do processo de produção e apropriação de um espaço urbano particular, no caso, o conjunto habitacional e suas adjacências, também será interpretado, de forma geral, por meio de argumentos elaborados a partir da naturalização das relações sociais que o determinam; naturalização que oculta tais relações e que, conseqüentemente, opera no sentido de mascarar o objeto da crítica possível. Desse modo, a crítica a esse modelo de urbanismo somente vai se legitimar se desenvolvida nos termos impostos por tais relações sociais; mais especificamente, nos termos da técnica e da racionalidade, elementos centrais na teoria e prática arquitetônica e urbanística contemporâneos. Novamente, têm-se indagações a respeito de “como” se produzir sobrepondo-se aos possíveis questionamentos sobre “por que” se produzir.

Desse modo, o discurso, tanto propositivo (projetos e planos) quanto crítico afirmativo (no sentido de criticar apenas o “como” se fazer), que tomam a técnica e a racionalidade como pressupostos em sua pretensão de representar uma totalidade coerente, impondo-se como formas de intervenção e explicação totais, somente preservam o mascaramento da totalidade social real, que produziu e transforma essa técnica e essa racionalidade e que por elas também é conservada e transformada. A oposição ao estabelecimento desse consenso em geral é confrontada com argumentos pautados por certo pragmatismo, que reduz as contradições inerentes a essa totalidade social real a questões relativas ao atendimento de necessidades imediatas.

Tudo isso é imposto por meio de uma chantagem, em nome da utilidade. Oculta-se que a importância completa dessa utilidade é posta a serviço da reedificação. O capitalismo moderno leva a desistir de toda a crítica pelo simples argumento de que é preciso ter um teto, assim como a televisão passa sob o pretexto de que é preciso receber informação e divertimento (KOTÁNYI; VANEIGEM, 2003, p. 139).

Essas necessidades, no entanto, não se referem à produção de um espaço que expresse a superação das desigualdades produzidas por essa totalidade, e sim garantem a sua manutenção, na medida em que se colocam sob as determinações (abstratas) e constrangimentos definidos pela esfera econômica. Desse modo, ao pragmatismo que se opõe a uma crítica radical total caberá o papel de legitimar os parâmetros que orientam a arquitetura e o urbanismo produzidos no âmbito dos programas de provisão de moradias para a população de baixa renda, que, por sua vez, não estariam voltados ao atendimento das necessidades concretas dessa população, e sim ao atendimento das necessidades abstratas da produção. Caso contrário, uma família de 16 pessoas não seria obrigada a se mudar para um apartamento de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

Disso resulta que, para os planejadores responsáveis por essas intervenções ou por sua crítica afirmativa, pareça natural que existam algumas pessoas predestinadas a viver nesses

conjuntos habitacionais e outras para as quais serão produzidos uma arquitetura e um urbanismo cujos parâmetros estarão distantes dos estipulados para a “habitação mínima”. Se a desigualdade está, portanto, pressuposta no discurso e na prática pautados pela técnica, estará, da mesma forma, pressuposta na arquitetura e no urbanismo produzidos a partir dela.

Os que falam sobre os poderes do urbanismo tentam esquecer que eles só fazem o urbanismo do poder. Os urbanistas que se apresentam como educadores da população, tiveram também que ser educados – por esse mundo da alienação que eles reproduzem e aperfeiçoam ao máximo (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2003, p.137).

As relações entre a arquitetura e o urbanismo produzidos a partir desse modelo de intervenção e a totalidade social real do modo de produção capitalista se desenvolverão no contexto do processo de modernização que, conforme já discutido, exigirá o constante rearranjo das formas de articulação entre capital, terra e trabalho, visando a viabilização e o desenvolvimento da produção de mercadorias, inclusive a habitação e a força de trabalho, e sua realização. No caso brasileiro, esse processo se desenvolveria a partir de uma forma particular, constituindo-se como um processo de modernização retardatária, condição que determinaria que tal articulação entre capital, terra e trabalho se desenvolvesse também de forma particular no contexto nacional.

Dessa forma, o urbanismo produzido como parte do esforço estatal para superar o caráter retardatário do processo de modernização no Brasil pode ser tomado como a expressão de uma forma particular do processo de produção do espaço urbano, na qual o processo de produção e realização de determinadas mercadorias, como a habitação e a infraestrutura, não conseguiu constituir a desigualdade como fundamento das relações entre essa e as demais formas particulares de produção do espaço urbano a partir das referências materiais e sociais dos países centrais do capitalismo.

Se nos países centrais as relações de desigualdade entre centro e periferia, ou ainda, entre os novos conjuntos habitacionais e as áreas urbanas já consolidadas, foram estabelecidas a partir da generalização da urbanização formal, oferta de infraestrutura e regulação do acesso à propriedade e posse da terra urbana, no Brasil, prevaleceria o inverso. Limites históricos impostos por um processo de modernização retardatária definiriam que a integração da força de trabalho no processo de urbanização somente seria possível parcialmente ou negativamente. Parcialmente, quando se destina para uma parcela da população conjuntos habitacionais cuja arquitetura e urbanismo apresentam as características destacadas anteriormente. E, negativamente, quando nem esses conjuntos habitacionais podem ser acessados, restando apenas as soluções urbanísticas informais, como favelas e loteamentos clandestinos. A ocorrência, não rara, do surgimento de favelas entre os edifícios desses conjuntos habitacionais, em geral em áreas públicas remanescentes de sua implantação, demonstra que o processo de constituição de desigualdades extrapola a oposição entre centro e periferia, apresentando-se no interior da própria periferia, contraditoriamente, a partir de uma intervenção urbanística planejada pelo Estado.

No espaço urbano dos conjuntos habitacionais e favelas, o planejamento e o urbanismo produzidos em um contexto de modernização retardatária, na medida em que quanto mais se realizam como planejamento e urbanismo mais se realizarão como aparente ausência destes, revelando sua conexão com um processo cuja racionalidade contraditória expulsa o próprio fundamento de sua reprodução, produzindo sua crise na mesma medida em que se reproduz. Disso resulta a possibilidade de se admitir o caráter crítico do planejamento urbano e do urbanismo produzidos como respostas à crise das cidades brasileiras diagnosticada a partir das últimas décadas do século XX.

6.2. CIDADE TIRADENTES E O URBANISMO DA MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA

As formas pelas quais os processos de abstração, característicos da modernização, apresentam-se concretamente na arquitetura e no urbanismo consagrados como modelos pela tipologia conjunto habitacional foram tratadas até o momento, propositalmente, como já foi afirmado, de um modo bastante abrangente. Faz-se necessário, no entanto, desenvolver algumas análises sobre um caso particular de sua realização, procurando, dessa forma, alcançar não apenas as contradições que se apresentam na apropriação dos objetos construídos, mas também aquelas que se constituem a partir dos pressupostos de sua produção.

Desse modo, serão analisadas as particularidades relativas ao processo de produção e apropriação do espaço urbano do Distrito de Cidade Tiradentes, extremo leste do município de São Paulo. Esse distrito, resultado clássico das políticas de planejamento urbano e provisão habitacional desenvolvidas a partir da segunda metade dos anos 60, constituiu-se quase em sua totalidade pela implantação de conjuntos habitacionais. Apesar de representar de maneira muito clara o esforço estatal de planejamento e organização do processo de produção do espaço urbano, sua realização, no tempo e no espaço, acabou por espacializar, de forma muito explícita, muitas das contradições apresentadas e discutidas até o momento; a partir disso, torna-se possível caracterizar o caráter crítico da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil.

Cidade Tiradentes foi concebida e construída como um complexo de conjuntos habitacionais, inicialmente produzidos pelo sistema SFH/BNH, localizado no extremo Leste do município de São Paulo. Sua localização, na periferia da cidade, sua escala, inédita no país para esse tipo de intervenção, assim como seu isolamento, possivelmente

contribuíram para que, com o tempo, esse complexo de conjuntos habitacionais fosse inicialmente elevado à categoria de Distrito de Cidade Tiradentes, uma das subdivisões administrativas adotadas pela Prefeitura de São Paulo, e, posteriormente, a partir de 2001, à condição de Subprefeitura de Cidade Tiradentes.

Localizada a 35 Km do centro da cidade, Cidade Tiradentes faz divisa com os distritos de Guaianazes, José Bonifácio e Iguatemi, assim como com os municípios de Ferraz de Vasconcelos e Mauá. Possui uma área de 15 Km² e uma população estimada, em 2008, de 243 mil habitantes, conferindo-lhe uma densidade de aproximadamente 16 mil hab/km² (apenas como referência, a densidade populacional da Subprefeitura de Pinheiros é de aproximadamente 7,5 mil hab/km²)⁹⁴.

O isolamento de Cidade Tiradentes em relação à cidade de São Paulo em muito se deve à dificuldade de acesso, resultado do descolamento entre uma intervenção desse porte e qualquer política de transporte público que considerasse minimamente as demandas produzidas a partir da consolidação de sua população. A área não é servida pela rede de metrô ou de trens metropolitanos. A conexão com o Centro da cidade se estabelece principalmente a partir de uma única via, a Estrada do Iguatemi. Através dela, alcança-se a Avenida Ragueb Chohfi, já no Distrito de São Mateus, que, por sua vez, conecta-se com a Avenida Aricanduva e essa com a Radial Leste e o Centro. A Estrada do Iguatemi também permite a conexão entre Cidade Tiradentes e Guaianazes, assim como a rua Chuvas de Verão e a Avenida Paulo Gracindo ligam o distrito a José Bonifácio. Essas, no entanto, estabelecem relações com os bairros vizinhos, sem aliviar significativamente a sobrecarga ao sistema que liga Cidade Tiradentes ao Centro, ou, ainda, os trabalhadores aos seus empregos.

⁹⁴ Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo.

O maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina possui atualmente 40.440 unidades habitacionais, que abrigam aproximadamente 198 mil moradores⁹⁵. Esse é um número aproximado, pois considera apenas aquelas unidades produzidas pelas Cohab-SP até o ano de 2002, sendo que essa área também recebeu projetos do CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano –, órgão ligado ao governo do Estado, e alguns projetos do Programa de Arrendamento Residencial – PAR –, gerido diretamente pela Caixa Econômica Federal, além das favelas e loteamentos clandestinos e irregulares. Essas unidades começaram a ser construídas e ocupadas a partir do início dos anos oitenta, quando a Cohab ainda operava com exclusividade, como executora dos programas habitacionais de um BNH já moribundo. Construção e ocupação que prosseguem, em um ritmo mais lento, até o presente.

Esses conjuntos habitacionais convivem atualmente com 15 favelas e 28 loteamentos clandestinos e/ou irregulares⁹⁶. Dessas favelas, 07 se localizam em áreas públicas municipais, 05 em áreas que originalmente pertenciam parte à prefeitura parte à proprietários privados, e 03 em áreas exclusivamente privadas. Evidentemente, por se tratar de dados gerados a partir de bases distintas, essa associação não é precisa, mas considerando-se a estimativa da prefeitura para a população local total e a estimativa da Cohab para a população moradora em seus conjuntos, tem-se uma população de, aproximadamente, 45 mil pessoas vivendo em áreas urbanizadas informalmente em uma região que foi totalmente planejada e parcialmente construída pelo Estado. Segundo a própria Prefeitura Municipal, atualmente esse número poderia chegar a 60 mil moradores.

⁹⁵ Fonte: NAKANO, Anderson Kazuo. *4 Cohabs da zona leste de São Paulo: território, poder e segregação*. Dissertação apresentada à FAU USP para obtenção do título de mestre. São Paulo, 2002.

⁹⁶ Fonte: <http://www.habisp.inf.br/>. Sistema de informações da Superintendência de Habitação Popular da Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo. Consultado em 07 de outubro de 2010.

A favela Iguatemi, que possui em torno de 45.000m² e 230 imóveis, começou a ser ocupada em 1971, portanto, quase dez anos antes do início dos empreendimentos da Cohab na região. Ainda segundo a Superintendência de Habitação Popular, a favela mais recente, conhecida curiosamente como Gleba, teve sua ocupação iniciada no ano de 2002, e contava, na ocasião, com aproximadamente 150 imóveis.

Cidade Tiradentes comporta, portanto, as duas pontas do planejamento urbano brasileiro. Em uma delas, o planejamento positivo, que conduz a produção dos conjuntos habitacionais, é rigoroso na forma e no conteúdo, homogeneizador das formas de produção do espaço urbano e das relações sociais nele inseridas e que define a lógica fetichista abstrata do capital como fio condutor do processo de imposição e reprodução de um modo de vida pautado, entre outras coisas, pelo controle do tempo e do espaço daqueles que ali habitam. Em outra ponta, planejamento negativo, que conduz a produção das favelas e loteamentos clandestinos. Do mesmo modo rigoroso em sua forma e conteúdo; também homogeneizando as formas de produção do espaço urbano e das relações sociais nele inseridas, assim como impõe a lógica abstrata do capital como fio condutor do modo de vida que ali se cristaliza. O controle do tempo e do espaço, no entanto, não consegue ser tão efetivo quanto no conjunto habitacional, um preço a se pagar pela necessidade sempre crescente de reproduzir o rebaixamento das referências materiais e sociais de uma parcela sempre crescente da população.

Comporta, do mesmo modo, a expressão concreta da impossibilidade histórica da constituição de uma Arquitetura Moderna Brasileira, segundo preconizavam seus idealizadores. Ao ser produzida em grande escala, por um Estado centralizador, seguindo toda a cartilha do planejamento e do urbanismo modernistas, a partir de um projeto e um programa racionalista e homogeneizador e, principalmente, em sintonia com o processo de

modernização capitalista tão perseguido, o que se constituiu por meio desse espaço não foi um novo homem ou a instauração de um novo modo de vida pautado pela autonomia, e, muito menos, a consolidação positiva de uma sociedade do trabalho. Cidade Tiradentes, assim como as demais experiências produzidas a partir desse modelo, demonstra que o planejamento, o urbanismo e a arquitetura Moderna somente se universalizaram, alcançando as massas, enquanto generalização da precariedade; enquanto processo de abstração de diferenças e imposição de desigualdades, em níveis cada vez mais contrastantes entre seus termos.

6.3. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CIDADE TIRADENTES: O PLANEJAMENTO, O URBANISMO E A ARQUITETURA CONSTITUINDO DESIGUALDADES

No âmbito do planejamento urbano, a passagem dos anos 60 para os anos 70, no Brasil, marca a consolidação, dentro da organização do Estado, de novas formas de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal, e dessas com a iniciativa privada, voltadas à tentativa de se estabelecer o controle do processo de crescimento urbano. Na cidade de São Paulo, essa reorganização de papéis definiria um cenário institucional que até o momento se apresenta como a instância responsável por estabelecer a mediação, a partir do planejamento urbano, entre a lógica contraditória do processo de produção do espaço urbano e os interesses daqueles que se colocavam como sujeitos desse processo. No que diz respeito à solução ou mitigação dos chamados problemas urbanos, tais sujeitos pouco ou nada realizaram (situação já discutida nesse trabalho). No entanto, mostraram-se bem mais eficientes na definição de onde e como se daria o desenvolvimento do capital imobiliário urbano na cidade, traçando, simultaneamente, os rumos para sua expansão nas áreas mais rentáveis e a liberação das áreas menos rentáveis para absorver a expansão funcional de áreas a serem urbanizadas precariamente.

Em 1968, inserido dentro desse contexto e do processo de consolidação da crença na necessidade de uma maior intervenção estatal na condução da expansão urbana, é criado o PUB – Plano Urbanístico Básico, o qual seria o primeiro plano diretor do município de São Paulo que, juntamente com o Plano de Avenidas, elaborado pelo Prefeito Faria Lima (1965-1969), deveria orientar o crescimento da cidade até o ano de 1990. No entanto, em 1969, o recrudescimento do regime militar cria uma situação na qual ocorre uma mudança forçada na administração de São Paulo, resultando no abandono desse plano.

Mesmo com o Plano Urbanístico Básico engavetado, não há uma mudança na postura do Estado no que dizia respeito à tentativa de se estabelecer um maior controle do processo de expansão urbana da cidade. A partir dos anos 70, observa-se, dentro da administração pública do município de São Paulo, toda uma reorganização institucional e legal voltada a esse objetivo. Entre 1971 e 1976 ocorre a criação de vários órgãos de planejamento e gestão urbana, como a Secretaria de Planejamento – SEMPLA, a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB e a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB.

Nesse contexto são aprovados o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI (Lei Municipal 7.688 de 30/12/1971) e a Lei de Zoneamento (Lei Municipal 7.805 de 1972). O PDDI foi o primeiro plano diretor da cidade, e assim como a Lei de Zoneamento, permaneceu em vigor por mais de três décadas⁹⁷.

Nesse momento, a Lei de Zoneamento seria responsável, entre outras coisas, por institucionalizar as relações de desigualdade referentes ao preço da terra nas diferentes regiões da cidade. Relações pautadas, entre outras coisas, pela localização dos imóveis e infraestrutura já disponibilizada no local, referências que se tornariam fundamentais, por um lado, para o direcionamento dos futuros investimentos e para a garantia de sua rentabilidade,

⁹⁷ CAMPOS, Candido Malta. PDDI, PMDI e Lei de Zoneamento: a questão imobiliária. In: SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Candido Malta (orgs). *A cidade que não pode parar. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.

e, por outro, para a definição das áreas passíveis de serem imobilizadas (nos termos discutidos anteriormente) dentro da lógica contraditória do processo de produção do espaço urbano. Se a área central da cidade, assim como o seu quadrante Sudoeste, que historicamente concentra os setores de maior renda, foram caracterizados como as principais frentes de valorização imobiliária, a Zona Leste seria zoneada a partir da aplicação de noções abstratas de “bolsões”, “polos” e “faixas”. Para essas zonas descapitalizadas da cidade, limítrofes à zona rural e desprovidas de infraestrutura (rede que, de fato, nunca as alcançaria plenamente), foram concebidos projetos de desenvolvimento de polos industriais, que nunca se viabilizariam, e a definição de grandes áreas destinadas à provisão de moradias, idealmente vinculadas à demanda que seria produzida pela hipotética industrialização da região.

No ano de 2002, o PDDI de 1971 e a Lei de Zoneamento de 1972 seriam substituídos pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Um plano que incorporaria questões antes ignoradas, como a urbanização informal e o meio ambiente, além de uma nova abordagem a respeito do zoneamento da cidade. Elaborado a partir das determinações do Estatuto da Cidade, ele também traria os instrumentos urbanísticos regulamentados por essa Lei Federal. No âmbito do processo de revisão de toda a legislação urbanística do município, levado a cabo a partir de 2002, também foram elaborados os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, que procuravam aproximar as orientações gerais do PDE das particularidades de cada uma dessas regiões da cidade. Particularidades que, no caso da Zona Leste da cidade de São Paulo, poderiam ser observadas desde os primórdios de seu processo de urbanização.

Em sua dissertação de mestrado intitulada “Mares de prédios e mares de gente: território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes”, Márcio Rufino Silva discorre, a partir da tese de livre docência de Aroldo Edgard Azevedo⁹⁸, a respeito de algumas das condições que definiriam a Zona Leste como uma região destinada a receber um intenso processo de urbanização voltado ao atendimento das demandas habitacionais das parcelas da população de mais baixa renda.

Segundo o autor, entre os anos de 1870 e 1945 já era possível observar um significativo processo de expansão horizontal da cidade. Em 1874, o extremo sul da mancha urbana da cidade não ultrapassava o bairro da Liberdade e seu extremo norte, a região do bairro do Bom Retiro. A oeste, a cidade não ia além da região da Consolação, e, a Leste, não alcançava o Brás. Já em 1945 esses limites foram extrapolados em muito. A norte, chegando a Santana, Tucuruvi e Casa Verde. Ao sul, Santo Amaro. A oeste, Pirituba, Lapa e Butantã; e a Leste, chegando até à Penha.

Na Zona Leste, nesse período, observava-se, para além da região da Penha, a ocorrência de vários núcleos semiurbanizados em meio a uma área com potencial para acomodar uma parcela significativa da expansão da mancha urbana que se desenvolvia, destacando-se entre eles São Miguel Paulista, Itaquaquecetuba, Itaquera, Itaim Paulista, Lajeado e Poá. Tal expansão seria facilitada pela ausência de barreiras naturais, como ocorria, por exemplo, na Zona Norte, com a Serra da Cantareira. Além disso, a região se caracterizava como uma importante ligação entre São Paulo e o Vale do Paraíba, motivo pelo qual suas estradas, caminhos e rios recebiam um fluxo constante no sentido oeste-leste. Desse modo, após os anos 20, houve uma intensificação da implantação de loteamentos populares produzidos a partir do parcelamento das grandes propriedades rurais que até então

⁹⁸ AZEVEDO, Aroldo Edgard. Subúrbios orientais de São Paulo. Tese de livre docência. FFCL-USP, São Paulo, 1945.

dominavam a paisagem da região. Cidade Tiradentes nasceria, já na passagem dos anos 70 para os anos 80, do desmembramento da área antes pertencente à Fazenda Santa Etelvina, na região conhecida como Passagem Funda, que se localizava ao sul do núcleo de Lajeado.

Outro aspecto importante da relação dessa parte da Zona Leste com o restante da cidade de São Paulo seria sua especialização no fornecimento de insumos para a construção civil, que se expandia naquele momento. As condições favoráveis para a extração de sedimentos fluviais como argila, areia e silte das várzeas de seus rios impulsionou a operação, a partir dos anos 40, de diversas olarias na região, as quais se caracterizavam pela empresa familiar, trabalho semiartesanal e concentração da propriedade, na medida em que as famílias que exploravam esses recursos não eram proprietárias das terras em questão. Nesse momento, começam a se colocar questões relativas à propriedade e posse da terra que permearão todo o processo de urbanização da Zona Leste, como pendências judiciais, grilagens e parcelamentos clandestinos, e que estarão muito presentes na própria constituição dos conjuntos habitacionais da Cohab na região. Segundo Márcio Rufino Silva (2008),

A Cidade Tiradentes é um fragmento que se formou, enquanto um sedimento, sobre o espaço ocupado e concebido, predominantemente, pela “Fazenda Santa Etelvina” e parte da região conhecida como “Passagem Funda”. Esta região era povoada de muitas chácaras de fim de semana e veraneio das classes médias paulistanas e algumas outras pequenas fazendas, e mantinha uma vida rural em profunda conformidade com a vida urbana de uma metrópole que estava próxima, tão próxima a ponto de praticamente arrasar com toda a história e as práticas sócio espaciais então existentes. Essa terra arrasada veio significada por uma passagem do rural para o urbano, marcada por toda uma miríade de terras abandonadas, chácaras e sítios invadidos por outras famílias que, em consonância com o Estado – no momento da implantação dos primeiros conjuntos habitacionais – trouxeram o urbano, para esta região, na qualidade de periferia distante: sem as infraestruturas mais básicas de transporte, saneamento básico, saúde, educação, equipamentos de lazer, etc. Isto sem contar com todas as histórias, muito conflituosas desde os primórdios da região leste paulistana, da posse e propriedade da terra, as querelas jurídicas, as grilagens e parcelamentos do solo, os desmandos das administrações públicas, que datam de muito antes da Cohab sequer existir enquanto companhia. Foi uma passagem para o urbano que excluiu o urbano como possibilidade (p.74-75).

Com a aceleração do processo de urbanização associada à industrialização, a partir dos anos 50, a demanda por habitação e infraestrutura passa a se caracterizar como um possível

entrou ao desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. A necessidade de ampliar a oferta de moradias aos contingentes que migravam para a capital levou o Estado a planejar as formas pelas quais essa equação seria resolvida. Se, por um lado, a provisão pública de habitação apontava, conforme já comentado, para a tentativa de se estabelecer um controle sobre os custos de reprodução da força de trabalho da indústria local, por outro, a divisão da cidade em zonas passíveis ou não de receber tais empreendimentos se constituía como possibilidade de controle sobre o preço da terra urbanizada na escala do município, na medida em que se definia uma distinção mais evidente entre a qualidade e a quantidade de investimentos destinados a cada região da cidade e, conseqüentemente, a cada parcela de sua população.

Em 1970, o governo do Estado de São Paulo apresenta o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado – PMDI, o qual foi uma importante ferramenta no processo de consolidação da Zona Leste de São Paulo como a área mais propícia do município para a implantação dos grandes conjuntos habitacionais produzidos pelo sistema SFH/BNH. Segundo o PMDI, a Zona Leste era uma região na qual o processo de urbanização já havia se iniciado, mesmo que ainda pudessem ser observados alguns remanescentes de núcleos rurais. A situação geográfica, destacada por Aroldo Azevedo (1945), também teria sido levada em consideração, pois não havia a ocorrência de obstáculos naturais, como a Cantareira (Norte) ou o sistema Guarapiranga e Billings (Sul), nem o contato com outras frentes de urbanização, como a conurbação com Osasco na Zona Oeste. Segundo o PMDI,

Os programas habitacionais para a Grande São Paulo deverão ser vistos como importantes fatores para a indução da ocupação do solo e adensamento populacional. Recomenda-se concretamente que a política de ocupação do solo e de adensamento populacional se oriente no sentido Oeste-Leste, dentro da chamada Zona Prioritária de Atendimento, definida a Nordeste pelo eixo Guarulhos-São Miguel-Itaquaquecetuba, a Leste, pelo eixo Poá – Suzano-Jundiapeba, e a Oeste, pelo eixo Osasco-Barueri. (...) Os projetos e outros previstos para a zona prioritária de atendimento deverão receber tratamento prioritário na política habitacional a ser promovida. (...) Deverão ser fornecidas as necessárias condições de habitabilidade para a implantação dos programas habitacionais. Deve-se, assim, ter em vista a

convergência para a Zona Prioritária de Atendimento dos principais programas de infraestrutura urbana como água, esgoto, transporte e comunicações, recomendadas pelo PMDI. Estas condições de habitabilidade não interessam apenas a programas ligados ao SFH, mas também àqueles particulares e de construção isolada e mesmo a população fora das faixas de financiamento oficiais (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1970, p.55).

Para além do atendimento habitacional, o PMDI também previa a criação de 4 Zonas de Uso Predominantemente Industrial, distribuídas em diferentes pontos da Zona Leste, que tinham como objetivo absorver a força de trabalho que residiria nos futuros conjuntos habitacionais. Instituídas apenas em 1978, momento no qual já se observava o deslocamento da atividade industrial para o interior do Estado, somente uma delas foi efetivamente instalada, mas apenas dez anos mais tarde.⁹⁹

Outro aspecto, no âmbito do planejamento urbano, que contribuiria para definir o padrão de urbanização da Zona Leste, foi a forma como a legislação municipal praticamente garantia a exclusividade da Cohab como compradora das terras antes pertencentes à Fazenda Santa Etelvina. Segundo depoimento dado a Márcio Rufino Silva por Ubirajara Garcia, ex-Diretor Técnico da Cohab,

Como era o processo de compra das áreas. Nós tivemos uma vantagem legal, que era o seguinte: existia uma zonas denominadas Z8 100. Isso foi, num determinado momento, uma vantagem tremenda pra Cohab. A Cohab, ela na Z8 100, podia construir, só era permitido à Cohab construir. Essas Z8 100 eram umas áreas de expansão urbana, mas como diretriz elas eram de baixa densidade, e tinham que ser submetidas a uma avaliação preliminar da prefeitura, enquanto que a Cohab, ela tinha liberdade de ocupação. Então, resultado, o objetivo que foi, não sei se é aconselhável, mas o resultado objetivo foi o seguinte: a Cohab se transformou na maior compradora de áreas, e ela oferecia o preço que ela determinava. O proprietário estava lá, com uma fazenda numa área urbana, ele não podia...a viabilidade dependia da Cohab. Então, ele vendia na Cohab, no preço sem grandes, é...não se trucidava o proprietário, mas também era o mais...era dentro do limite de viabilização do empreendimento. Santa Etelvina foi comprada assim. Foi um cheque no valor desse tamanho, que apresentou ao proprietário, 'quer ou não quer?', o proprietário falou 'quero'. Mas a um preço de alqueire, praticamente, o preço foi muito barato, muito barato. Tanto é que com todo o investimento que se fez em infraestrutura lá, você ainda tem um conjunto barato (SILVA, 2008, p.124-125).

⁹⁹ “Este vazio recai na queda da oferta de empregos e, na Zona Leste, as chamadas Zonas de Uso Predominantemente Industrial (ZUPIs) não puderam se realizar enquanto tais; quem sofreu por conta de todo esse processo foi a população da Zona Leste, obrigada ao martírio cotidiano de um transporte coletivo estruturalmente insuficiente às necessidades de uma população de mais de 4 milhões de pessoas que simplesmente não conseguem se inserir nos poucos empregos que a região, como um todo, oferece. O quadro mais dramático disso se expressa nas áreas mais afastadas da Zona Leste, tal como a Cidade Tiradentes, onde os 459 empregos existentes em 2000, segundo dados oficiais da prefeitura de São Paulo, não são nem de longe suficientes para atender aos mais de 200 mil moradores do distrito” (SILVA, 2008, p.113-114).

Dessa forma, na Zona Leste, a sua modernização, que se expressava pela passagem do rural para o urbano, e dentro desse enquadramento como espaço urbano, pela sua caracterização como periferia, torna-se efetiva com o avanço da Cohab sobre as terras de chácaras e fazendas abandonadas, que não conseguiam mais se realizar economicamente como propriedades rurais. É o momento em que a Fazenda Santa Etelvina se transforma em Cidade Tiradentes.

6.4. TESTEMUNHOS DE CIDADE TIRADENTES

Em sua pesquisa, ao entrevistar alguns moradores de Cidade Tiradentes, Márcio Rufino Silva (2008) consegue captar, a partir desses relatos, as formas pelas quais o processo de modernização que, no caso, colocava-se através da urbanização, transformaria o modo de vida de toda uma comunidade, a partir da transformação de suas relações, no âmbito da reprodução da vida, com o tempo e o espaço. Segundo o autor, um processo que se estendeu por várias décadas e que, contraditoriamente, impunha uma série de mudanças àquele contexto ao mesmo tempo em que, também impondo sua naturalização, fazia parecer que todas as coisas permaneciam as mesmas.

O relato feito por Glória, moradora da região de Santa Etelvina / Cidade Tiradentes desde os anos 50, demonstra como sua história de vida foi constantemente atravessada por essas transformações.

Sua família chegou à Fazenda Santa Etelvina em 1950. Antes, viviam em Mogi das Cruzes, onde trabalhavam em olarias. A mudança ocorreu em parte por este motivo: busca por trabalho em um local onde essa atividade ainda prosperava. Glória começou a trabalhar em olarias aos oito anos de idade; seu marido, aos sete. Toda a família estava envolvida nesse

trabalho. A Fazenda Santa Etelvina, naquele momento, era uma importante fonte de lenha e carvão para as olarias que se espalhavam em sua volta.

Nessa época, segundo seus relatos, não se vendiam lotes com área inferior a 5 mil metros quadrados. Seu sogro adquiriu um desses lotes, o que, de acordo com Glória, era totalmente regular, com escritura e registro em cartório. No entanto, ela também destaca que desde os primeiros anos em que passaram a viver na Fazenda Santa Etelvina as ações de grilagem sempre foram comuns na região. O cercamento de terras devolutas, ou abandonadas por seus proprietários, e sua posterior comercialização eram constantes, sendo praticadas inclusive por agentes do poder público. Fato confirmado pelos levantamentos realizados por Márcio Rufino Silva, a partir de depoimentos de pessoas que naquele período estavam vinculadas ao poder Executivo e Judiciário.

É importante perceber a relação então existente entre a atividade das olarias, a prática da grilagem e o processo de urbanização que se colocava naquele momento. Relação estabelecida principalmente pela propriedade da terra ou, ainda, pelas indefinições em torno das relações de propriedade. A viabilidade da produção dessas olarias dependia dessa indefinição, na medida em que suas matérias-primas eram extraídas em áreas que não pertenciam aos oleiros. Do mesmo modo, os grileiros se aproveitavam dessa situação, cercando e comercializando terras “sem donos”, impulsionando a urbanização local ao atender a uma demanda por moradia ali existente, assim como aquela produzida em outros pontos da cidade de São Paulo. Essas relações econômicas, aparentemente rudimentares, constituíram-se, no entanto, como a vanguarda do processo de urbanização e, conseqüentemente, de modernização dessa fração da Zona Leste de São Paulo, evidenciando o caráter retardatário desse processo, nos termos já discutidos anteriormente.

Um momento importante da modernização da região de Santa Etelvina, também marcante na vida de Glória, foi a decadência das olarias enquanto atividade econômica rentável. O surgimento e a rápida expansão das fábricas de blocos de concreto e de tijolos “baianos” determinariam sua repentina obsolescência. Em decorrência desse processo, acelerou-se o abandono de áreas antes utilizadas como fontes de matérias-primas, havendo, como consequência, uma expansão, sobre essas áreas, da grilagem, da implantação de loteamentos clandestinos e do surgimento das primeiras favelas. Glória comenta, inclusive, o surgimento da favela Chácara Pedra Branca¹⁰⁰ como exemplo de ocupação dessas áreas então desprovidas de interesse econômico.

Do mesmo modo como as terras destinadas à extração de matérias-primas para as olarias, a força de trabalho antes envolvida nessa atividade também se torna obsoleta, porém, devidamente mobilizada pelo processo de modernização. Glória assume o papel de “dona de casa” e seu marido, por meio de contatos com um vereador, consegue um trabalho na Prefeitura Municipal. Após alguns anos na Prefeitura, ele consegue comprar um caminhão, com o qual, em seguida, vai trabalhar nas obras de terraplanagem que se iniciam com a construção dos conjuntos habitacionais em Cidade Tiradentes.

Uma personagem tem o papel destacado por Glória no decorrer desse processo. É a figura de Saturnino Pereira, uma pessoa que naquele período personificava o poder econômico e político local, acumulando as funções de juiz, delegado, legislador e, provavelmente, agente do planejamento da urbanização que ali se desenvolvia. Em sua homenagem, uma escola pública local foi *batizada* com seu nome. No entanto, a transformação da Fazenda Santa Etelvina em Cidade Tiradentes também faria com que esse

¹⁰⁰ No sistema de informações da Superintendência de Habitação Popular da SEHAB, constam duas favelas com o nome “Pedra Branca”. Ambas se localizam no distrito de José Bonifácio, na divisa com o distrito de Cidade Tiradentes. A mais antiga é tratada como “Pedra Branca” e sua ocupação data de 1977. A segunda é conhecida como “Olaria Pedra Branca” e sua ocupação data de 1980. Fonte: <http://www.habisp.inf.br> (consultado em outubro de 2010).

tipo de personagem se tornasse obsoleta, a partir do momento em que a própria Cohab assume diretamente, sem maiores mediações e de um modo devidamente institucionalizado, as funções que antes cabiam aos “Saturninos Pereiras” locais.

Parte dessas funções também seriam assumidas pelas imobiliárias, que passam a operar no local a partir do momento em que a grilagem e o parcelamento clandestino do solo assumem uma proporção que garante a sua naturalização enquanto forma possível de produção do espaço urbano. Desse modo, desenvolvem-se paralelamente, e até em mútua colaboração, a urbanização planejada pelo Estado, via Cohab, e a urbanização planejada pelos grileiros; situação que expõe parte das contradições constituídas pelas formas particulares de realização da modernização no contexto das periferias urbanas brasileiras.

As imobiliárias assumem um importante papel nessa modernização. É a partir da generalização de seus negócios que passam a se estabelecer as equivalências, fundamentadas na categoria abstrata do dinheiro, entre todos os imóveis da região: lotes regulares, lotes clandestinos, barracos de favelas, terras ainda não urbanizadas etc. Evidentemente, esse não é um processo linear, conduzido intencional e racionalmente pelos corretores de imóveis. É um processo que se desenvolve de uma forma difusa, do qual participam todos aqueles que se relacionavam socialmente naquele contexto no qual se desenvolvia a passagem do rural para o urbano.

Em um determinado momento de seu relato, Glória afirma que, mesmo vivenciando todo o processo de transformação da Fazenda Santa Etelvina em Cidade Tiradentes, nunca havia lhe ficado claro sobre a quem de fato pertenciam aquelas terras. O mesmo não ocorre com Luiza Conceição, outra moradora antiga do local, também entrevistada pelo autor. Nascida, criada e, na ocasião da pesquisa, ainda vivendo em Santa Etelvina/Cidade Tiradentes, sua percepção a respeito do processo de modernização da região é em muito balizada pelo modo como a propriedade da terra, enquanto categoria que determina a

sociabilidade contemporânea, atravessou a sua vida: como negatividade, como precariedade e como concentração.

Luiza era nora de Pedro Conceição, que durante alguns anos trabalhou como responsável pela administração interna da Fazenda Santa Etelvina. Até meados dos anos 70, a fazenda pertencia a Nelson Resende, grande proprietário de terras na região, mas que, apesar disso, mantinha uma relação distante com Santa Etelvina, passando a maior parte do tempo em sua residência em São Paulo. Foi ele quem construiu a casa na qual a família de Luiza viveu até serem despejados pela Cohab, proprietária final das áreas. Antes de serem vendidas para o Estado, no entanto, Nelson Resende teria vendido as terras para a família Saad, proprietária do Grupo Bandeirantes, que, por sua vez, na passagem dos anos 70 para os anos 80, as teria finalmente negociado com a Cohab.

A vida da família de Luiza sempre esteve determinada pela impossibilidade de se constituírem enquanto proprietários de terra, seja para subsistirem como agricultores seja para se reproduzirem no contexto da economia urbana. Em decorrência disso, perpetuava-se sua constante sujeição, primeiro em relação aos patrões, sem os quais não teriam trabalho nem moradia, e, em seguida, à Cohab, que, ao não reconhecer seu direito à posse da moradia, procedeu com o despejo. Ao longo dos anos, as mudanças de endereço foram constantes na vida da família de Luiza, situação que lhe impôs uma sensação acumulada de insegurança em relação a sua moradia. Segundo Luíza:

Daí, nós mudemos lá pra fazenda, o pai dele (*seu sogro*) falou, 'vem pra cá', os filhos dele, as crias, os filhos casados, disse que é pra ficar tudo junto lá. Da casa da fazenda, passemos nessa (*casa que foi demolida para a construção de um supermercado, após a venda do terreno*), né? Aí, a Cohab comprou tudo, foi comprando, comprando, aí desmanchou essa casa, que nós não tinha nem casa. Eles pegaram o caminhão, puseram a minha mudança. Puseram a mudança no caminhão, desmancharam toda essa casa, tão bonita né, era bem feitinha, tinha bomba de puxar água. É, e minha irmã, que tinha ali na Serra D' água, que morava ali, tinha duas casinhas de barro, tudo de chão. Peguei todas as coisas da minha mãe, aí quando veio a mudança e pôs nós no caminhão e vamos morar lá (SILVA, 2008, p.99-100).

Retomando o relato de Glória, é importante resgatar o momento no qual sua vida também é atravessada por processos de expropriação da terra. O terreno em que ela vive atualmente, mesmo possuindo escritura lavrada e registrada em cartório desde 1950, foi indevidamente tomado em duas oportunidades diferentes, sem qualquer tipo de indenização. Segundo seu testemunho:

Na verdade, eles tomaram (pedaço de nossa terra) duas vezes! Abriram uma ruazinha, mas não tanto. Mas tirou parte do terreno. Vicente Matheus, que é do Corinthians. Ele entrou lá, porque já conheciam a minha sogra, assim (...) A minha sogra, coitada, a minha sogra estava sozinha, meus cunhados trabalhavam. E eu não estava casada ainda. Minha sogra estava sozinha em casa, minha sogra não assina. Então, eles chegaram lá e falou 'a senhora assina aqui, tal, a senhora arruma o dedo da senhora', passou a esferográfica aqui (no dedo indicador) e pronto! Quando ela viu, a máquina veio tirar tudo, e ela começou a chorar. Ela assinou sem querer, porque falaram 'a senhora permite?', passou a esferográfica assim, ela contando, 'eu não sabia'. Não sabia que aquilo era assinatura dela, que era um consentimento. (...) A segunda vez foi (...) o meu marido autorizou, ele estava ali, né e (o engenheiro responsável) falou, 'você deixa passar por aqui? Porque se for atrás dos papéis, vai demorar muito. Se vocês autorizarem, a gente faz e depois vocês recorrem'. Mas ninguém foi recorrer. (...) Se for recorrer agora, vai mais vinte anos, então nem compensa. Só se for pros meus filhos, netos dos meus netos (...) Está na escritura, escritura nós temos tanto de terra quanto, e tem o tanto que ficou também (...) Só que eles não assinaram nada, o engenheiro (...) Tem, tem a metragem e tem como ele era e tudo. Que o engenheiro, ele tirou (...) Depois, tiraram tudo o meu jardim, que eu tinha um jardim bem grande, beiraram a minha casa. A minha casa ficou no barranco (SILVA, 2008, p.91-92).

É possível observar que no contexto em questão, e possivelmente em todas as periferias que de alguma forma reproduzem esse padrão de modernização, nem mesmo a propriedade institucionalmente constituída é capaz de equilibrar a correlação de forças entre aqueles que personificam maiores ou menores rentabilidades dentro do processo de produção do espaço urbano.¹⁰¹

¹⁰¹ A partir desse exemplo, é possível retomar, novamente problematizando, um tema discutido no capítulo 05 desse trabalho: a relação inequívoca, estabelecida por alguns planejadores, entre a emissão de títulos de regularização fundiária e a segurança da posse da moradia produzida informalmente. Se, no caso de Glória, nem mesmo a propriedade regularizada de uma moradia produzida formalmente foi capaz de garantir-lhe tal segurança, não há razões para crer por que, em um contexto de disputa por áreas que possibilitem maiores rentabilidades ao capital imobiliário, a Concessão de Uso Especial e a Concessão do Direito Real de Uso conseguiriam evitar o avanço da expropriação sobre tais áreas, urbanizadas informalmente.

Diante do exposto, é possível afirmar que na transformação da Fazenda Santa Etelvina em Cidade Tiradentes se desenvolveu um processo de urbanização que se apresentava como aparência concreta do avanço da modernização sobre áreas ainda não incorporadas totalmente à economia política urbana, constituindo, como regra, a posse informal de terra e a expropriação enquanto mediações entre as pessoas e o espaço urbano, tanto em relação a sua produção quanto em relação a sua apropriação. Destituídos de suas formas de reprodução preexistentes, essa população não seria integrada à cidade nos termos clássicos da modernização, e sim nos termos da modernização retardatária, ou seja, sua integração se colocaria como desintegradora.

Conforme discutido no capítulo 01 desse trabalho, essa transformação, imposta pela modernização, trazia consigo a abstração das particularidades entre as diferentes formas de produção e apropriação do espaço que ali se desenvolviam, e, conseqüentemente, a abstração das particularidades existentes entre os diferentes modos de vida que ali se realizavam. Abstraídas enquanto qualidade, essas diferenças são respostas apenas como quantidade, expressando-se, a partir de então, apenas como desigualdade. Se na escala da cidade essas desigualdades se expressam através da separação e oposição entre centro e periferia, ou entre áreas urbanizadas formalmente e áreas urbanizadas informalmente, na escala de uma intervenção como Cidade Tiradentes, elas expressar-se-ão a partir de situações semelhantes às relatadas por Glória e Luiza ou, ainda, pelas condições como aquelas levantadas por João Antônio junto aos moradores de Cidade de Deus.

Márcio Rufino Silva (2008) interpreta essas transformações como “uma passagem para o urbano que excluiu o urbano como possibilidade” (p.75). No entanto, tomando-se como referência os argumentos de Henri Lefebvre (1973), através dos quais afirma que o processo de produção do espaço urbano traz consigo o processo de reprodução das relações

sociais de produção, assim como os argumentos de Jean Paul de Gaudemar (1977), que identifica o urbano local da passagem da submissão formal à submissão real da força de trabalho ao capital, é possível expor que a transformação da Fazenda Santa Etelvina em Cidade Tiradentes não excluiu o urbano como possibilidade, e sim constituiu esse urbano de um modo particular, aparentemente estranho as suas formas clássicas de expressão. Apesar de realizar-se a partir de referências sociais e materiais constantemente rebaixadas, expressando-se fundamentalmente como crise, a urbanização da modernização retardatária não deixa de instaurar o processo de reprodução das relações sociais de produção e a submissão real da força de trabalho ao capital, instaurando, assim, o urbano, mesmo enquanto negatividade. Cidade Tiradentes, Cidade de Deus e outras tantas *Cidades* produzidas nesse contexto devem ser tratadas, de fato, como Cidades, ou como parte delas, mesmo que sua forma urbana e arquitetônica, assim como as relações sociais que ali se estabelecem, não correspondam ao ideal, essencialmente europeu ocidental, que define o modelo de urbanidade perseguido pela arquitetura, pelo urbanismo e pelo planejamento.

Ao não se encaixar material e socialmente a nenhuma das formas de manifestação desse modelo, a urbanização da modernização retardatária será analisada, de um modo geral, nos termos do dualismo, que define, como objeto de crítica, uma relação de oposição entre áreas desenvolvidas e atrasadas, ou entre urbano e não urbano, quando de fato o que se observa é uma relação de contradição entre esse ideal positivo do urbano e o seu processo de produção, determinado pelas formas sociais que deveriam constituí-lo, mas que, simultaneamente, definem a impossibilidade histórica dessa constituição.

Além dessa aproximação conceitual com as teorias de Gaudemar e Lefebvre, que permite a identificação com o urbano desses contextos nos quais a cidade se apresenta apenas como crise, não é possível desprezar o fato de que a produção desses grandes trechos de

cidade foram conduzidos pelo planejamento urbano, pelo urbanismo e pela arquitetura, instrumentos clássicos na realização da mediação entre modernização e urbanização, relação amplamente problematizada no capítulo 05 dessa tese.

O processo de destruição da Fazenda Santa Etelvina e a sua transformação em Cidade Tiradentes foi resultado direto da forma como o planejamento urbano estatal desenhou o futuro para a Zona Leste de São Paulo. Sua aparência concreta: ruas, espaços livres, casas, apartamentos e edifícios, resultado da espacialização de teorias que até então, mesmo que anacronicamente, ainda eram tratadas como a vanguarda do pensamento arquitetônico e urbanístico nacional. E sua construção, que colocou lado a lado o Estado, empreiteiras, grandes proprietários de terra e o mercado imobiliário, expressão fiel das características assumidas pela modernização retardatária brasileira no período.

Essa experiência, assim como tantas outras levadas a cabo no país a partir do mesmo modelo, antes de representar a ausência do urbano, ou mesmo a construção do *não urbano*, da *não cidade*, representa os limites do urbano enquanto lugar no qual a impossibilidade de emancipação via modernização se apresenta do modo mais evidente, assim como os próprios limites da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano enquanto instâncias capazes de articular os elementos necessários para a constituição de processos que ainda tenham tal emancipação como referência programática. Não se trata, no entanto, de tomar tais limites como uma condição de impossibilidade absoluta para a instauração desses processos. Trata-se, antes disso, de tomá-los como referência para uma crítica radical que possibilite a superação desse impasse que envolve a prática da arquitetura, a teoria que orienta essa prática e a posição de ambas diante das contradições da sociabilidade na qual estão envolvidas.

Considerações Finais

Em 1969, Vilanova Artigas publicou um texto intitulado *Arquitetura e Construção*. Nesse trabalho, ele apresenta algumas considerações a respeito das possibilidades de atuação do arquiteto no desenvolvimento de nossa sociedade e de sua contribuição para a construção das cidades brasileiras. Para tanto, o autor toma como referência um texto do filósofo alemão Martin Heidegger, intitulado *Construir, habitar, pensar*.

Inicialmente, Artigas tenta recuperar, a partir de Heidegger, a relação entre os verbos *construir, habitar* e *ser*, para, por meio dessa relação, justificar seu entendimento a respeito da relação entre a casa e a cidade, ou, ainda, a formulação na qual ele coloca a cidade e a casa em uma relação de mútua identidade. Relação possível a partir da mediação, estabelecida entre seus termos, por outros objetos, como a ponte, a estação, o aeroporto etc. Objetos cuja importância, ou obsolescência, seriam constantemente redefinidas pelo processo de reorganização das relações sociais dentro da história. Desse modo, se por um lado velhos símbolos arquitetônicos estariam fadados ao desaparecimento, por não mais corresponderem às necessidades materiais e espaciais estabelecidas socialmente, por outro, “estações, bancos, estádios e pontes, também, vão aos poucos aceitando novos tratamentos formais para um encontro com a casa” (ARTIGAS, 1986, p.104), ou, ainda, para um encontro menos conflituoso com a sociedade, existente ou futura.

Assim, essa identidade entre a casa e a cidade traria consigo uma outra dimensão para além das relações entre a arquitetura dos edifícios e a arquitetura da cidade, o urbanismo: a dimensão social. Ela se colocaria na medida em que o encontro da cidade constituída por esses edifícios com a casa fosse compreendido, pelos arquitetos e pela sociedade em geral, como “encontro com a casa na cidade para construir com ela a casa da nova sociedade que desponta como consequência inevitável do conhecimento cada vez mais profundo que vamos

tendo, do mundo e das relações entre os homens” (ARTIGAS, 1986, p.104).

Avançando em suas formulações, o autor ainda afirmaria que “a cidade industrial é a casa da sociedade nova. Elas criam-se mutuamente aos poucos. Vemos, quase todos, a cidade como obra de arte” (ARTIGAS, 1986, p.105). A retomada desse texto, como ponto de partida para as considerações finais dessa tese, justifica-se pela apresentação, como uma síntese, das posições construídas e defendidas pelos arquitetos que militavam pela Arquitetura Moderna Brasileira em sua fase heroica.

Os diferentes matizes desse debate já foram discutidos ao longo desse trabalho; porém, o destaque às formulações de Vilanova Artigas resulta principalmente de sua posição privilegiada nesse debate, conquistada a partir de seu sucesso profissional e acadêmico, no âmbito de nossa Faculdade de Arquitetura. Posição que garantiu as suas ideias um caráter de receituário daquilo que seria a boa arquitetura, seguido à exaustão por seus contemporâneos e, anacrônica e acriticamente, pelas gerações seguintes daquela que se consagrou como a chamada Escola Paulista.

No ano de 1969, as principais cidades brasileiras e uma parcela cada vez maior de sua população já sofriam as pressões resultantes de um processo de urbanização que somente se realizava como crise. Tal situação já era reconhecida pelos arquitetos, enquanto categoria profissional, visto que foi um dos temas centrais do primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1945, assim como do Congresso do Instituto dos Arquitetos do Brasil, realizado em 1963, no qual a reforma urbana se colocava como pauta, contribuindo, dessa forma, para o debate em torno das reformas de base propostas pelo Presidente João Goulart.

Desse modo, é possível tomar os argumentos e a afirmação de Vilanova Artigas, naquele momento e até certa medida, como coerentes, ainda que resultantes de uma leitura excessivamente parcial da realidade.

Coerente, porque, de fato, a cidade constitui-se historicamente como contexto privilegiado para o desenvolvimento da arte, em suas mais diversas manifestações, assim como para a interação entre essa mesma arte e a sociedade que a produziu. As próprias vanguardas históricas, movimento fundamental para a compreensão da formação da própria Arquitetura Moderna, não se desenvolveriam senão sob a influência do modo de vida imposto pela metrópole.¹⁰²

Do mesmo modo como a arte, tomada em termos abrangentes, a Arquitetura também tem na cidade um ambiente privilegiado para seu desenvolvimento. Não seria exagero afirmar que uma não existiria sem a outra. E é nessa linha que segue o raciocínio de Artigas. O arquiteto gostaria de poder encontrar, perdida entre a multidão de passantes, a Arte. Gostaria de produzir uma cidade na qual tal encontro fosse cotidiano. No entanto, uma análise um pouco mais cuidadosa das condições a partir das quais se desenvolvia o processo de produção do espaço urbano nas cidades brasileiras, já em 1969, seria suficiente para esclarecer que tal encontro não seria provável. De um modo geral, a cidade industrial brasileira não daria muito certo enquanto obra de arte.

Essa lacuna em sua análise permite identificar a excessiva parcialidade de sua interpretação, que reside principalmente no desprezo pelas contradições que envolvem esse processo de produção do espaço urbano e suas particularidades no caso brasileiro, e que, dessa forma, também definem a cidade enquanto negatividade, enquanto espacialização da desigualdade. Parcialidade presente não apenas nesse texto de Artigas, mas que permeia toda a sua obra teórica e prática. E não apenas na obra de Artigas, mas também a obra de todos aqueles que tiveram um papel central na idealização das bases sobre as quais se consolidaram os principais consensos em torno daquilo que seria uma Arquitetura Moderna Brasileira, fundamentando um discurso e toda uma produção que traria consigo a mesma parcialidade.

¹⁰² Para uma abordagem mais completa a respeito da relação entre as vanguardas históricas e as metrópoles, ver: AZEVEDO, Ricardo Marques de. *Metrópole e Abstração*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

A Arquitetura Moderna Brasileira, enquanto mediação entre sociedade e cidade no processo de produção do espaço urbano; enquanto projeto e construção de edifícios, conjunto de edifícios e espaços públicos, assim como enquanto formulação de políticas públicas voltadas à organização desses conjuntos, apresentou-se como “obra de arte” apenas para poucos privilegiados, apenas como exceção. Como regra, apresentou-se como a institucionalização e concretização da precariedade, social e material.

O processo de modernização brasileiro produziria, de fato, a cidade industrial, do mesmo modo que destinaria a essas cidades uma nova sociedade. Porém, essa cidade e essa sociedade não corresponderiam às aspirações daqueles que confiavam no caráter redentor da modernização. Na cidade industrial brasileira, a racionalidade abstrata dos planos, que idealmente fragmentaria o espaço urbano em zonas que representariam usos e funções distintas, seria solapada pela racionalidade contraditória (aparentemente irracional) do processo de produção do espaço urbano. E a nova sociedade reproduziria os velhos problemas, com o agravante de que na nova ordem das coisas não haveria espaço para todos. A nova capital, Brasília, representaria de uma forma bastante clara as limitações históricas que determinariam as condições a partir das quais se daria a modernização urbana brasileira. Construída como símbolo de um futuro promissor, poucos anos após sua inauguração já se transformaria em objeto de críticas, de tentativas de se explicar o inexplicável (pelo menos a partir do discurso hegemônico) e até mesmo de desculpas.

Produzindo, em alguns poucos momentos, obras de arte para poucos, e, em vários outros, conjuntos habitacionais inabitáveis para muitos, a Arquitetura Moderna Brasileira cumpriria seu destino dentro da modernização retardatária nacional: constituir e naturalizar a desigualdade na e pela cidade, para que, desse modo, essa cidade oferecesse as condições necessárias para a realização e reprodução das formas sociais que tem no valor seu

fundamento e seu sentido. Destino que escapava às mãos de seus próprios idealizadores, cujo discurso assumia, gradativamente, a naturalização de tais contradições como álbi para uma posição marcada por uma confortável ambiguidade.

A consagração desse discurso como hegemonia, como consenso de difícil contestação ou, ainda, cuja contestação dificilmente seria tomada como legítima, relaciona-se a sua sujeição diante das formas sociais que tomam a abstração real como seu fundamento. Tal hegemonia, perseguida de um modo quase inocente, somente seria possível a partir da supressão das diferenças entre as diversas formas de produção e apropriação do espaço urbano que precediam à experiência Moderna brasileira. Carregando consigo a pretensão de representar uma totalidade coerente, na tentativa de impor-se como modelo de explicação e organização totalizadoras, ocultando, desse modo, a totalidade social real que a produziu, tal hegemonia reproduzia e conservava sua própria sujeição. Aqueles que pretendiam assumir o papel de sujeitos na urbanização brasileira não conseguiriam perceber que, de fato, sujeitavam-se a formas sociais que eles mesmos se empenhavam em reproduzir.

A eficiência de sua retórica, presente tanto na defesa teórica dessa produção quanto em seus próprios edifícios, conseguiria, ao menos no âmbito das discussões a respeito da interação entre arquitetura, urbanismo e cidade, justificar e reafirmar constantemente tal posicionamento. Essa situação produziria um crescente distanciamento entre o discurso dominante e as relações sociais que, de fato, determinariam tal interação, a ponto de anular completamente qualquer potência crítica que ele pudesse representar. No presente, mesmo que ainda avalizado e reproduzido por importantes personagens do primeiro escalão da arquitetura nacional, esse discurso dominante, pautado por uma defesa inconsistente de nossa modernização retardatária, da autonomização da técnica e das geometrias e texturas por ela produzidas, da fantasia da cidade como obra de arte e do arquiteto-sujeito, quando analisado

sob as sombras do atual estado das cidades para as quais pretensamente se destinava, inevitavelmente assume a condição de piada de mau gosto. O caráter evasivo de nossa arquitetura oficial e do discurso que baliza sua produção, já observados por Bruno Zevi nos anos 50, transformar-se-ia apenas como acirramento das posições já consolidadas. A incapacidade de desenvolver sua autocrítica, percebida por Luis Saia naquele mesmo período, permaneceria, por sua vez, inalterada.

Se no campo estrito da arquitetura o discurso hegemônico deixaria pouco espaço para uma crítica que se desenvolvesse a partir de argumentos que confrontassem as formas sociais definidoras de seu conteúdo (como no caso da crítica elaborada por Sérgio Ferro, discutida nessa tese, amplamente rechaçada na ocasião de sua divulgação), no campo do planejamento e do urbanismo, especialmente no que dizia respeito às questões referentes à produção de habitação, foi possível romper esse cordão de isolamento, a partir do momento em que alguns arquitetos, dentro e fora da academia, passaram a considerar como referência para suas reflexões e sua produção as formas pelas quais se expressavam de fato, e não apenas no campo das ideias, as contradições presentes no processo de produção do espaço urbano.

Essa mudança de perspectiva que possibilitaria, entre outras coisas, a relativização do papel de sujeito da urbanização, até então atribuído ao arquiteto; a constatação da obsolescência do planejamento e do urbanismo de matriz racionalista-corbusiana, assim como do modelo de produção habitacional que ele preconizava; o reconhecimento da urbanização informal como componente estrutural da cidade brasileira, assim como o reconhecimento da necessidade de se estabelecer vínculos cada vez mais orgânicos com aquela parcela da população que o discurso hegemônico considerava apenas como entidade abstrata. Essa geração, formada em um contexto no qual a luta contra o regime ditatorial que dirigia o país estabelecia condições para que a própria modernização encampada pelos militares fosse

objeto de um questionamento mais rigoroso – mesmo que ainda focado nas questões relativas à distribuição –, passaria a apreender a arquitetura e o urbanismo também como instrumentos voltados à formação política e ampliação de direitos, e não apenas como disciplinas responsáveis por liderar uma espécie de missão civilizatória. O ideal de promover alguma emancipação, antes abandonado em nome do ideal de desenvolvimento nacional, seria retomado pelo discurso e pela prática de arquitetura, urbanismo e planejamento, ainda que apresentando resultados modestos diante da magnitude da precarização social e material das cidades brasileiras.

Essa nova forma de tratar a questão urbana, o problema da moradia e os termos pelos quais se desenvolveria a relação do arquiteto com a sociedade muito se deve à abertura demonstrada por esses profissionais e intelectuais para incorporar reflexões de outras disciplinas que, assim como a arquitetura e o urbanismo, tomavam a cidade e as relações sociais por ela constituídas como objeto de análise. O diálogo com a economia, história, geografia, sociologia tornar-se-ia fundamental para a mudança de perspectiva comentada. Seria, a partir desse momento, na passagem dos anos 60 para os anos 70, que as obras de autores brasileiros como Roberto Schwarz, Francisco de Oliveira, Milton Santos, Paulo Freire, entre outros, passariam a fazer parte da bibliografia estudada por arquitetos e urbanistas, assim como autores estrangeiros, como Henri Lefebvre e, principalmente, Karl Marx. Essa tese, inclusive e em certa medida, alinha-se com essa nova tradição, na medida em que reconhece, até mesmo como uma questão de método, a necessidade de subsidiar as reflexões sobre a produção da cidade com formulações teóricas e empíricas desconhecidas ou desconsideradas pela arquitetura.

A crítica à produção dessa geração desenvolvida nessa tese, principalmente ao que diz respeito ao planejamento urbano, ao papel do Estado no processo de produção do espaço

urbano e ao papel central investido à noção de luta de classes no interior desse processo não impede o reconhecimento de sua importância, tanto ao que se refere ao seu posicionamento intelectual quanto ao político.

2.

O processo de modernização retardatária que caracterizou o desenvolvimento social e econômico do Brasil ao longo do século XX produziria um processo de urbanização determinado primeiro pela lógica geral da modernização enquanto universalização de um sistema mundial produtor de mercadorias e das formas sociais que lhe conferem sentido; e, segundo, pela forma particular pela qual essa modernização retardatária se desenvolveria no país, definido pelo modo como nossa sociedade se constituiu historicamente.

O processo de produção do espaço urbano nesse contexto definiria, desse modo, algo que poderia ser tratado como **urbanização retardatária**. Uma urbanização tardia, que se desenvolveria perseguindo uma produtividade inalcançável e que nesse movimento seguiria transformando diferença em desigualdade; constituída a partir das formas sociais determinadas pela abstração real, reproduzindo-as simultaneamente; que apareceria como expressão mais sensível da modernização brasileira, na medida em que produziria cidades que se caracterizariam como o lugar no qual as contradições impostas por esse processo ganhariam um corpo, uma aparência concreta, sendo assim vivenciadas cotidianamente pela população.

Urbanização que idealmente deveria construir cidades nas quais a relação entre seus habitantes e o espaço passasse necessariamente pela categoria da propriedade privada da terra e fosse mediada pelo Estado. Deveria, também, disponibilizar uma relação equilibrada e economicamente sustentável entre infraestrutura e meios de produção, ao mesmo tempo em que deveria promover a oferta de moradias e serviços – públicos e privados – que

possibilitasse a reprodução da força de trabalho de acordo com os padrões mínimos estabelecidos pela noção clássica de cidadania, a qual coloca a impessoalidade e a igualdade de direitos como parâmetros da sociabilidade na esfera da vida pública, que deveria orientar as relações entre as classes sociais e entre essas classes e o Estado, tanto no que diz respeito à apropriação e produção cotidiana do espaço urbano – definidora daquilo que comumente se trata como urbanidade – quanto nos momentos em que florescessem conflitos a partir da construção e defesa de perspectivas distintas a esse respeito.

No entanto, a urbanização retardatária brasileira produziu cidades qualitativa e quantitativamente distintas desse modelo. Qualitativamente porque o processo que criava as condições lógicas para que essa sociabilidade se constituísse na e pela cidade também definia a impossibilidade de seu desenvolvimento nos termos descritos; quantitativamente porque a urbanização que produziria cidades fora desses padrões, material e socialmente rebaixados, superou em muito a urbanização que se reproduziria segundo o modelo.

Essas distinções já foram suficientemente discutidas nessa tese. Desse modo, não será necessário retomar, nesse momento, as análises a seu respeito. O importante, nesse ponto, é destacar que para a Arquitetura Moderna Brasileira, assim como o urbanismo e o planejamento urbano que dela são tributários, a crítica radical a essas distinções nunca esteve em seu horizonte teórico ou prático. Radical no sentido de uma crítica que tivesse como objeto as contradições entre os movimentos lógicos e históricos que determinariam sua constituição, o que no limite significaria uma crítica ao próprio processo de modernização nacional e à sociabilidade por ele definida. Porém, a partir do momento em que se generaliza a noção de que a Arquitetura Moderna Brasileira deveria se antecipar à sociedade à qual se destinava, a fratura que impossibilitaria tal perspectiva crítica tornar-se-ia definitiva.

Essa formulação um tanto profética, que se equilibrava sutilmente entre a dissimulação e a inocência, cumpriria uma dupla função: justificar o desenvolvimento e consolidação daquela que se transformaria **na** Arquitetura Brasileira ao desmobilizar definitivamente as possibilidades de expressar, em sua forma estética, um conteúdo emancipador, assumindo como linguagem o design da abstração econômica e liberar a urbanização retardatária para cumprir seu destino: estabelecer as condições a partir das quais se daria o processo de produção do espaço urbano no interior da modernização brasileira.

Autonomizando-se em relação à sociedade, essa arquitetura passaria a reproduzir-se, assim como o capital, como uma tentativa constante de representar um fim em si mesmo, buscando a emancipação inalcançável de seus fundamentos materiais e sociais, consolidando-se assim como espetáculo, como imagem de uma modernidade plena que nunca se realizaria, senão como crise ou como ilusão.

3.

Temos então uma Arquitetura Brasileira que desde sua formação equilibrar-se-ia, sem conseguir escapar de pequenos traumas, entre a idealização de um modelo abstrato de espaço urbano e aquele que ela efetivamente produziria. Situação que permite o desenvolvimento de alguns argumentos a respeito das contradições em torno do papel central que a cidade iria adquirir no decorrer da generalização do processo de modernização.

A cidade é o lugar no qual as diferentes escalas da arquitetura vão se articular. Somente é possível pensar em arquitetura, urbanismo e planejamento quando partimos do pressuposto de que essas escalas de intervenção, ou seus produtos, terão a cidade, ou uma cidade, como estrutura já existente que determinará sob quais condições sociais e materiais elas poderão realizar-se.

Em um primeiro momento, poderíamos pensar que seriam os elementos aparentemente concretos dessa cidade – ruas, pontes, infraestrutura – que definiriam essa articulação, essa transversalidade entre escalas, conforme afirmou Vilanova Artigas no texto apresentado anteriormente. No entanto, como foi amplamente discutido nesse trabalho, sabemos que na sociabilidade contemporânea, em função de seu caráter essencialmente fetichista, aquilo que nos é apresentado como representação concreta de algo, na verdade, esconde por trás de si sua verdadeira constituição. Desse modo, não creio que seja a cidade, enquanto aparência de concretude, a responsável por estabelecer a articulação – e algum sentido nela – entre as diferentes escalas dos objetos produzidos pela arquitetura, pelo urbanismo e pelo planejamento. A responsável por essa articulação seria a cidade enquanto sociabilidade. A cidade enquanto forma social historicamente constituída, que se produz e se reproduz a partir das demais formas sociais determinadas pela abstração real, produzida por elas e reproduzindo-as, simultaneamente.

O desenvolvimento do processo de modernização em nível mundial definiria uma mudança qualitativa no caráter das cidades, naquelas já existentes e naquelas que ainda seriam construídas. Mesmo que, em linhas gerais, elas mantivessem a mesma organização espacial – edifícios, ruas, praças etc. –, a produção e apropriação desses elementos ganharia um novo sentido dentro de um sistema mundial produtor de mercadorias. O desenvolvimento histórico do processo de produção do espaço urbano, a forma como os indivíduos passariam a se relacionar e a se reproduzir nesse contexto e as possibilidades e imposições incidentes sobre essas relações definiria aquilo que poderia ser chamado de forma-cidade.

No último capítulo dessa tese, no momento em que a caracterização de Cidade Tiradentes como cidade foi problematizada, dois aspectos dessa situação foram destacados: o processo de reprodução social de produção e a passagem da submissão formal à submissão

real da força de trabalho ao capital. Ambos os processos tinham lugar no contexto urbano de Cidade Tiradentes, não excluindo, desse modo, a cidade como possibilidade, e sim constituindo-a de um modo particular, aparentemente estranho as suas formas clássicas de expressão.

Assim, identificar a presença da cidade em determinada situação passa pela caracterização das relações sociais que esse ambiente constitui e reproduz, antes de passar pela caracterização de sua aparência concreta, podendo, dessa maneira, apresentar-se em situações nas quais a urbanização não segue seu modelo ideal e até em situações nas quais a urbanização nem se realizou, pois já se coloca como pressuposto.

Essa perspectiva, que trata a cidade como forma social historicamente constituída, possibilita uma abordagem crítica que vai além das usuais caracterizações do urbano como obra de arte, como o lugar da liberdade, da igualdade de oportunidades e direitos ou da emancipação pela modernização.

A cidade, quando analisada a partir das relações sociais que a reproduzem, também pode ser caracterizada, por exemplo, como o lugar no qual o caráter contraditório que a ideia de liberdade assume sob o modo de produção capitalista se manifesta de forma bastante evidente. O indivíduo está livre das relações de servidão e coerção, social e política, comuns no meio rural; porém, também está livre dos meios de produção, situação que o obriga a se relacionar socialmente a partir da mediação de sua força de trabalho. A cidade coloca-se, portanto, como o lugar da falta de autonomia. Como o lugar da inevitável sujeição dos indivíduos ao modo de produção e a sua realização contraditória.

No limite, quando destaco que a arquitetura, o urbanismo e o planejamento nunca tiveram em seu horizonte, teórico ou prático, a crítica radical às contradições inerentes às formas sociais definidoras da urbanização retardatária brasileira, isso significa que essas

disciplinas não conseguiram estabelecer uma reflexão a respeito do caráter contraditório da própria cidade enquanto forma social.

Se por um lado um posicionamento reacionário, pautado por certo romantismo de apologia a uma vida idílica ligada ao campo e a modos pré-modernos de reprodução é inaceitável e não tem lugar possível no atual estágio da história, por outro também não é possível tratar a cidade como formação trans-histórica, naturalizando-a como formação que faria parte de uma essência humana, desconsiderando sua realização também como negatividade e assim impondo limites a uma crítica de fundo.

A arquitetura, o urbanismo e o planejamento não poderiam abrir mão de questionar suas teorias e práticas a partir dessa perspectiva, principalmente pelo fato de que, ao se colocarem historicamente como as disciplinas responsáveis pela condução da produção da cidade, elas também se colocam como responsáveis pela construção das situações nas quais a sociedade será confrontada com os termos concretos e abstratos que compõem essa tensão. As contradições que operam entre as tentativas de promover a emancipação pela produção e apropriação do espaço urbano em um contexto em que estão pressupostos a sujeição dos indivíduos ao modo de produção e a falta de autonomia dela decorrente, determinariam, em última instância, o caráter crítico dessas disciplinas.

O reconhecimento dessa condição é também o reconhecimento da tensão entre as determinações da lógica geral da produção e as potencialidades ou limitações constituídas historicamente. Tensão que se coloca como contradição e, portanto, como simultaneidade.

Essa abordagem, se por um lado permite o desenvolvimento de uma crítica radical à produção de arquitetura, e até mesmo à própria arquitetura enquanto ferramenta de exploração e coerção, por outro, também abre a perspectiva para novas formas de posicionamento diante desse processo de produção e da apropriação de seus objetos. Não se trata, portanto, de

substituir uma análise que tomava a arquitetura apenas como possibilidade de redenção por outra que a considere apenas como impossibilidade. O reconhecimento dessa tensão entre os limites e as potencialidades da disciplina, que passa necessariamente por um constante processo de autocrítica e uma leitura não idealizada de sua relação com a sociedade, poderia ampliar as perspectivas no sentido da consolidação de uma teoria e uma prática que conseguissem subsidiar sua própria reconstrução, em um ensaio para produzir, desse modo, as condições para que seus resultados, em todas as escalas, pudessem se apresentar como transformadores.

Bibliografia

ALFONSIN, Betânia. O Significado do Estatuto da Cidade para os Processos de Regularização Fundiária no Brasil. In: ROLNIK, Raquel (org.) *Regularização Fundiária Plena: Referências Conceituais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

ALLI, Sérgio; REALI, Mário. A cidade de Diadema e o Estatuto da Cidade. In: CARVALHO, Celso dos Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). *Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades. Aliança das Cidades, 2010.

ANDRADE, Mário de. Brazil Builds. In: *Arte e Revista*, n.4, São Paulo: Kairós, 1980, p. 25-28.

ANTÔNIO, João. Testemunho de Cidade de Deus. In: _____. *Casa de loucos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. *Urbanismo em Fim de Linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *O Sentido da Formação*. Três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Pini, 1986.

BASSUL, José Roberto. Estatuto da Cidade: a construção de uma lei. In: CARVALHO, Celso dos Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). *Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades. Aliança das Cidades, 2010.

BILL, Max. O arquiteto, a arquitetura, a sociedade. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração*. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

BOLAFFI, Gabriel. *Aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. 1972. 163 páginas. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1972.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CASTRO, Antônio de Barros; SOUZA, Eduardo Pires. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. O espaço da arbitrariedade. Considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira. *Projeto*, n.91, São Paulo, set. 1986.

CONSTANT. Relatório de abertura da conferência de Munique. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. O grande jogo do porvir. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

COSTA, Lúcio. Razões da nova arquitetura. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração*. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003

_____. Oportunidade perdida. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração*. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DAMIANI, Amélia Luisa. *A cidade (des) ordenada. Concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. 1993. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1993.

_____. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, Amélia Luisa (org.). *O espaço no fim de século*. A nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: DAMIANI, Amélia Luisa. *Geografias de São Paulo*. Representação e crise da metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. A teoria da deriva. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva. Escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FERNANDES, Edésio. Regularização de Assentamentos Informais: O grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros. In: ROLNIK, Raquel (org.) *Regularização Fundiária Plena: Referências Conceituais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

_____. *O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística*. In: CARVALHO, Celso dos Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). *Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades. Aliança das Cidades, 2010.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura Nova*. São Paulo: GFAU, 1975.

_____. *A Casa Popular*. São Paulo: GFAU, 1975.

_____. *O Canteiro e o Desenho*. São Paulo: Projeto, 1979.

_____. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos. *Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental (1831-1983)*. São Paulo: Projeto, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional,

2005.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FRUGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado*. Asplan S/A; Grupo de Planejamento Integrado S/A; Neves e Paoliello S/C. São Paulo, 1970.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O Negativo do Capital*. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Crítica ao urbanismo. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. O urbanismo unitário no fim dos anos 1950. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

IVAIN, Gilles. Formulário para um novo urbanismo. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria*. Para uma Nova Crítica do Valor. Lisboa: Antígona, 2006.

_____. *Guy Debord*. Lisboa: Antígona, 2008.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Marx Lesses. Frankfurt am Main. Eichborn, 2001. *Introdução* (traduzida para o português pela equipe do LABUR/Depto. Geografia/FFLCH USP).

_____. *O Colapso da Modernização*. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise do Capitalismo Mundial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Com todo o vapor ao colapso*. Juiz de Fora: UFJF – Pazulin, 2004.

LAVOS, Ana Paula Alves de. *Sociabilidade em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da Cohab Cidade Tiradentes*. 2009. 192 páginas. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

e Urbanismo, Universidade de São Paulo, EESC, São Carlos, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *A Re-Produção das Relações de Produção*. Porto: Escorpião, 1973.

MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar*. Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Brasil, cidades*. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl. *O Capital (Livros I e III)*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NAKANO, Anderson Kazuo. *4 Cohabs da zona leste de São Paulo: território, poder e segregação*. 2002. 179 páginas. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2002.

NIEMEYER, Oscar. O problema social na arquitetura. In: *Arte em Revista*, n.4, São Paulo: Kairós, 1980, p. 57-60.

_____. O problema social na arquitetura. In: *Arte em Revista*, n.4, São Paulo: Kairós, 1980, p. 53-56.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. In: *Espaço e Debates*, vol. 6, São Paulo: 1982, p. 36-54.

_____. *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Bointempo, 2003.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 1930-1967. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Cidade Tiradentes: Plano de Ação Habitacional e Urbano (Programa Bairro Legal)*. Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado. São Paulo, 2003.

_____. *Planos Regionais Estratégicos*. Município de São Paulo, subprefeitura Cidade Tiradentes. Secretaria de Planejamento Urbano. São Paulo, 2004.

POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination*. A reinterpretation of Marx's critical Theory. Cambridge: Cambridge University, 1995.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, São Paulo, 1979

ROGERS, Ernest Nathan. Pretextos para uma crítica não formalista. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração*. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SAIA, Luis. A fase heróica da Arquitetura Contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos. In: *Arte em Revista*, n.4, São Paulo: Kairós, 1980, p. 51-52.

SAMORA, Patrícia Rodrigues. *Projetos de habitação em favelas: especificidades e parâmetros de qualidade*. 2009. 347 páginas. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (cidade), Prefeitura do Município. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. *Plano Regional Estratégico*. Subprefeitura de Cidade Tiradentes. São Paulo, PMSP, 2004.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. In: *Cidades*, v. 1, n.2, São Paulo, 2004, p.181-206.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*. 1900-1990. São Paulo: Edusp, 1999.

SLOMIANSKY, Ana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade*. Conjuntos habitacionais de interesse social da COHAB-SP (1965-1999). 2002. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2002.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: *Novos Estudos*. Cebrap, n. 50, São Paulo, março de 1998.

_____. Fim de século. In: *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Cultura e Política 1964 - 1969. In: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. Idéias fora do lugar. In: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. Um livro audacioso. In: *O Colapso da Modernização*. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise do Capitalismo Mundial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. O Progresso Antigamente. In: *Que Horas São?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Márcio Rufino. *Mares de prédios e mares de gente: território e urbanização crítica em*

Cidade Tiradentes. 2008. 250 páginas. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Política habitacional no Brasil. Retrospectiva e perspectivas. In: *Cadernos de Pesquisa do LAP*, n. 21, FAUUSP, São Paulo, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio Sobre a Crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 2 v.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma Casa*. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VANEIGEM, Raoul; KOTÁNYI, Attila. Programa elementar do bureau de urbanismo unitário. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

VILLAÇA, Flávio. *A crise do planejamento urbano*. In: *São Paulo em Perspectiva*, n. 9, São Paulo, 1995.

_____. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999.

_____. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba, SCHIFFER, Sueli (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma Geração*. Arquitetura Moderna Brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

ZEVI, Bruno. A moda lecorbusiana no Brasil. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração*. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.